

# HISTÓRIAS, NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS SOCIAIS

LÊDA RODRIGUES VIEIRA  
NILSÂNGELA CARDOSO LIMA  
Organizadoras



EdUESPI

# HISTÓRIAS, NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS SOCIAIS

LÊDA RODRIGUES VIEIRA  
NILSÂNGELA CARDOSO LIMA  
Organizadoras



EdUESPI

LÊDA RODRIGUES VIEIRA  
NILSÂNGELA CARDOSO LIMA  
Organizadoras

# HISTÓRIAS, NARRATIVAS E TRAJETÓRIAS SOCIAIS



EdUESPI





## UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ – UESPI

**Evandro Alberto de Sousa**  
Reitor

**Jesus Antônio de Carvalho Abreu**  
Vice-Reitor

**Mônica Maria Feitosa Braga Gentil**  
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

**Josiane Silva Araújo**  
Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

**Raurys Alencar de Oliveira**  
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

**Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires**  
Pró-Reitora de Administração

**Rosineide Candeia de Araújo**  
Pró-Reitora Adj. de Administração

**Lucídio Beserra Primo**  
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

**Joseane de Carvalho Leão**  
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

**Ivoneide Pereira de Alencar**  
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

**Marcelo de Sousa Neto**  
Editor da Universidade Estadual do Piauí



**GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ**  
**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI**



Rafael Tajra Fonteles **Governador do Estado**  
Themístocles de Sampaio Pereira Filho **Vice-Governador do Estado**  
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**  
Jesus Antônio de Carvalho Abreu **Vice-Reitor**

**Conselho Editorial EdUESPI**

Marcelo de Sousa Neto **Presidente**  
Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**  
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**  
Antonio Luiz Martins Maia Filho **Universidade Estadual do Piauí**  
Artemária Coêlho de Andrade **Universidade Estadual do Piauí**  
Cláudia Cristina da Silva Fontineles **Universidade Federal do Piauí**  
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**  
Hermógenes Almeida de Santana Junior **Universidade Estadual do Piauí**  
Laécio Santos Cavalcante **Universidade Estadual do Piauí**  
Maria do Socorro Rios Magalhães **Academia Piauiense de Letras**  
Nelson Nery Costa **Conselho Estadual de Cultura do Piauí**  
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**  
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**  
Raimunda Maria da Cunha Ribeiro **Universidade Estadual do Piauí**

---

Marcelo de Sousa Neto **Editor**

Autores **Revisão**

Lêda Rodrigues Vieira **Capa, Revisão e Diagramação**  
Editora e Gráfica UESPI **E-book**

Endereço eletrônico da publicação: <https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book/161>

H673 **Histórias, narrativas e trajetórias sociais / Lêda Rodrigues Vieira, Nilsângela Cardoso Lima, organização. – Teresina: EdUESPI, 2023.**  
399 p. : il.

ISBN versão digital: 978-65-81376-12-3

1. História. 2. Narrativas. 3. Trajetórias Sociais.  
I. Vieira, Lêda Rodrigues. II. Lima, Nilsângela Cardoso. III. Título.

CDD: 981.066

Ficha Catalográfica elaborada pelo Serviço de Catalogação da Universidade Estadual do Piauí - UESPI  
Nayla Kedma de Carvalho Santos (Bibliotecária) CRB 3a Região / 1188

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b>	<b>11</b>
<b>PREFÁCIO</b>	<b>17</b>
<b>PARTE I: HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E TRAJETÓRIAS SOCIAIS</b>	
<b>“NÃO HÁ ABSOLUTAMENTE TERRAS MÁIS, QUE SE NÃO POSSAM FAZER BOAS” (RECURSOS ALIMENTÍCIOS NO PIAUÍ, ENTRE 1900 E 1950)</b>	<b>35</b>
<i>Alcebiades Costa Filho</i> <i>Conceição de Maria Sousa Batista Costa</i>	
<b>O RESGATE DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO MODERNO EM TERESINA, ATRAVÉS DE PUBLICAÇÕES</b>	<b>69</b>
<i>Alcília Afonso de Albuquerque e Melo</i>	
<b>REFLEXÕES SOBRE A REVOLTA E A REVOLUÇÃO NAS MARCHAS DE 2013</b>	<b>101</b>
<i>Fernando Bagiotto Botton</i>	
<b>O BRASIL COLONIAL REVISITADO PELA LEITURA DE IMAGENS</b>	<b>127</b>
<i>Gabriel Alves dos Santos</i> <i>Paulo Augusto Tamanini</i>	

**A DITADURA MILITAR E OS ESCOMBROS  
DA MEMÓRIA NA PRODUÇÃO LITERÁRIA  
DE MILTON HATOUM** 161

*Marylu Alves de Oliveira*

**MULHERES POTIGUARES NO ENSINO DA  
HISTÓRIA LOCAL: UM PROTAGONISMO  
A SER ENSINADO** 189

*Paulo Augusto Tamanini*

*Vanusa Maria Gomes Noronha Medeiros*

**PARTE II: PROCESSOS HISTÓRICOS E  
NARRATIVAS MIDIÁTICAS**

**O QUADRINHO DE ARNALDO ALBUQUERQUE  
COMO HISTÓRIA DE SEU TEMPO** 215

*Cícero de Brito Nogueira*

*Núbia de Andrade Viana*

**UNIVERSO DE DADOS E JORNALISMO DIGITAL:  
O DESAFIO AOS JORNALISTAS EM MEIO  
À PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL** 239

*Elaine Cristine Souza Silva*

*Cristiane Portela de Carvalho*

**RETÓRICA DO OUTRO: AS REPRESENTAÇÕES  
DO SERTÃO E DO SERTANEJO NA  
HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA** 273

*Lêda Rodrigues Vieira*

<b>MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO E TRADIÇÃO NO CONTEXTO SOCIAL-MIDIÁTICO DE UMA COMUNIDADE RURAL DO SERTÃO DO PIAUÍ</b>	<b>301</b>
<i>Livia Moreira Barroso</i>	
<b>SALUS POPULI SUPREMA LEX EST: CORONEL JOAQUIM DAS CHAGAS LEITÃO E A DISPUTA PELO PODER ATRAVÉS DO JORNAL O AVISO NA PRIMEIRA REPÚBLICA</b>	<b>329</b>
<i>Raniel Das Flôres Canuto</i> <i>Nilsângela Cardoso Lima</i>	
<b>LUGARES PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA NA GRANDE REPORTAGEM TELESIVA</b>	<b>365</b>
<i>Rafael Rangel Winch</i>	
<b>SOBRE AS ORGANIZADORAS, A PREFACIADORA E OS(AS) AUTORE(A)S</b>	<b>389</b>



## APRESENTAÇÃO

Nilsângela Cardoso Lima

Durante muito tempo a ciência esteve presa ao paradigma racionalista e positivista que impunha uma produção do conhecimento pautado, a rigor, pelas ciências naturais. No século XIX, tal modelo foi empregado pelas ciências sociais, o que lhe restringia a uma lógica de investigação científica ajustada pelos preceitos epistemológicos e regras metodológicas do paradigma dominante da razão iluminista. Comportamento também seguido pela História, cujos princípios se deram nessa mesma base científica.

Na segunda metade do século XX, a crise se acentua ainda mais com as rupturas que se deram no campo da ciência, da fé, da arte e da verdade, como resultado das transformações socioculturais, políticas, econômicas e intelectuais do período. Para Boaventura de Souza Santos<sup>1</sup>, tais mudanças aconteceram no campo das ciências como um todo, de maneira que agenciaram certos avanços, em especial, em torno dos pressupostos epistemológicos e metodológicos. Enquanto o racionalismo e o positivismo apresentaram um modelo científico quantitativo que, a rigor, visava prever o surgimento dos fenômenos e intentava um conhecimento objetivo, explicativo e nomotético; no século XX, com a crise do paradigma dominante, há um interesse de substituição do método quantitativo pelo qualitativo, sobretudo, quando se coloca em xeque os métodos de investigações e os critérios epistemológicos das

---

<sup>1</sup> SANTOS, Boaventura de Souza. Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna. In: **Estudos Avançados**, v. 2, n. 2, São Paulo Miy/Aug. 1988, p. 46-59.

ciências naturais para a compreensão dos fenômenos sociais. A partir de então, os modelos racionalistas e positivistas apresentam-se como insuficientes para responder as questões geradas pelas ciências sociais, ainda mais quando se pretende a produção de um conhecimento intersubjetivo, descritivo e compreensivo, e não mais objetivo, quantitativo e lógico.

Para além disso, na contemporaneidade, faz-se cada vez mais urgente pluralizar a razão, descolonizar a escrita da História, possibilitando que histórias diferentes com tempos múltiplos e descontínuos sejam contempladas pela historiografia. Afinal, como explica Sanjay Seth<sup>2</sup>, “o passado não está para sempre disponível ao presente como uma entidade emudecida, esperando que o(a) historiador(a) lhe dê a voz. A escrita da história não é simplesmente um ‘ofício’ que se aplica a um objeto pré-existente, natural; ao contrário, e como qualquer disciplina, a escrita da história concebe e constrói seu objeto [...]” (Seth, 2013, p. 180).

A História é construção. A escrita da História não é um fenômeno isolado, posto que está numa relação direta com o espaço através do qual os sujeitos sociais se interagem e praticam suas ações no tempo. Conforme Paul Ricoeur<sup>3</sup> (1994), o acontecimento não existe por si só, mas surge mediado pela narrativa no tempo. É uma intriga, ou melhor, é *mise en intrigue* que possui papel de operador do acontecimento. Por meio das narrativas, sejam elas verbais ou não, é possível construir um enredo dos rastros, pistas,

---

<sup>2</sup> SETH, Sanjay. Razão ou Raciocínio? Clio ou Shiva?. In: **História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography**, Ouro Preto, v. 6, n. 11, p. 173–189, 2013. Disponível em: <https://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/view/554>. Acesso em: 20 set. 2023.

<sup>3</sup> RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa**. Trad. Constança Marcondes César. Tomo 1. Campinas, SP: Papirus, 1994.

trajetórias deixadas pelo homem que atravessaram a barreira do tempo, possibilitando aos pesquisadores e pesquisadoras acesso aos fragmentos do acontecimento passado e recente.

A (re)construção do acontecimento histórico não é possível de ser completa, havendo sempre lacunas, fraturas. No entanto, é função dos pesquisadores e das pesquisadoras, interessadas no passado (recente ou não), entrar nos espaços em que encontram dados sobre o acontecimento, do objeto que se quer estudar. Nesse processo, as fontes são fundamentais. E a depender da escolha do objeto de investigação, elas podem abrir as portas para um passado que se encontra ainda preso, fechado por uma matéria. Tal como uma porta, que historicamente serve de barreira de proteção para os indivíduos adentrarem ou não a um espaço fechado; as Histórias e as Memórias também requisitam de permissão por aqueles que a narram, que guardam documentos sobre o passado e suas trajetórias.

De acordo com Sylvia Cavalcante<sup>4</sup>, a porta tem múltiplas significações. Ou seja, “a atmosfera criada por uma porta fechada é, em certa medida, antinômica àquela assegurada por uma porta aberta. Um mesmo cômodo mostra-se isolado, calmo, íntimo, tendo sua porta fechada e pode tornar-se dinâmico, estimulante e barulhento, quando sua porta está aberta. Escolher entre um e outro destes estados significa poder agir sobre seu ambiente. A porta, portanto, oferece ao homem a possibilidade de não admitir passivamente a influência do ambiente: através dela, ele pode intervir

---

<sup>4</sup> CAVALCANTE, Sylvia. A porta e suas múltiplas significações. In: **Estudos de Psicologia (UFRN)**, Natal, RN, v. 8, p. 273-280, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/epsic/a/Z46bWt8mjzGqb8nPsmVDCJm/?lang=pt&format=pdf#:~:text=A%20porta%20%C3%A9%20um%20dos,%2Dlos%20ou%20fundi%2Dlos>. Acesso em: 20 set. 2023.

em seu espaço criando uma variedade de climas e, ainda assim, conservar suas características fundamentais. Abrindo-se a porta, pode-se estabelecer conexões entre os espaços, criar perspectivas de interesses diversos, descortinar espaços vizinhos. Através da abertura, o olhar pode buscar outros mundos. Contrariamente, fechando-se a porta, a privacidade é favorecida [...]” (Cavalcante, 2003, p. 282).

Entre o abrir e o fechar, entre o isolamento e a comunicação, há muitas possibilidades (Cavalcante, 2003). A movimentação do eixo da dobradiça para a abertura ou o fechamento de uma porta carece de permissão para adentrar aos espaços isolados, reservados, no tempo. Por este motivo, é que se explica a imagem que se encontra na capa desta coletânea, que se apresenta não só com as suas duas folhas cerradas, mas, em particular, assegurada o seu interior por um cadeado a ser, quiçá, um dia aberto. Até porque se entende que por trás de uma porta sempre há Histórias. Histórias que carecem de ser narradas. Mesmo aquelas que, após a abertura de uma porta, ficam guardadas, no canto, atrás.

Dialeticamente, mesmo que as portas sejam abertas, muitas Histórias e Memórias continuarão lá no seu interior, ou para serem recordadas em momento oportuno, ou para serem resguardadas a fim de que outras pessoas não tenham acesso. Afinal, todo processo de construção do passado e da memória é feito por silêncios, esquecimentos. Feito por uma escrita que se pretende completa, mas que se sabe que apesar de todo o esforço não será alcançada. É certo que uma porta aberta dá acesso a vários compartimentos, assim como também pode impedi-lo de entrar e conhecer outros cujas portas permanecem cerradas. É na abertura e fecho da porta, da permissão ou não de quem tem o poder de abri-la ou fecha-la que conhecemos o que se tem atrás dela. Portanto, é

sobre as Histórias e as Memórias de diferentes sujeitos sociais que foram possíveis de serem acessadas que a presente coletânea pretende levar para um público mais amplo.

Intitulada *Histórias, Narrativas e Trajetórias Sociais*, a coletânea reúne ao longo de doze capítulos um conjunto de pesquisas da área da História, Comunicação, Educação, Arquitetura, Políticas Públicas sobre distintos sujeitos sociais e contextos históricos. Do período colonial à contemporaneidade, há Histórias e Memórias analisadas por pesquisadores e pesquisadoras que se interessam pela temática do patrimônio, política, saúde, ensino, jornalismo, mídia, sertão, dentre outras. Cada um, a seu modo, traz uma abordagem metodológica e um arsenal teórico que ajuda a refletir sobre o objeto de estudo proposto.

Divididas em duas partes, a primeira reúne seis capítulos que versam sobre o conceito de memória e trajetórias sociais; enquanto a segunda discute os processos históricos e narrativas midiáticas. A coletânea *Histórias, Narrativas e Trajetórias Sociais*, por sua vez, tem caráter interdisciplinar e abriga textos escritos pelas mãos de pesquisadores e pesquisadoras de diferentes regiões do Brasil. Assim, ao folhear a coletânea, tal como o movimento das dobradiças que possibilitam a abertura das portas fechadas, o leitor terá acesso a cada um dos capítulos conhecendo as Histórias, Memórias, Narrativas e Trajetórias sociais materializadas em suas páginas.



## PREFÁCIO

Ao longo das últimas décadas, assistimos a revoluções metodológicas que transformaram e enriqueceram as Humanidades e as Ciências Sociais, gerando novos objetos de estudo, novas abordagens e perspectivas analíticas, novos contornos disciplinares e novas colaborações poderosas, tais como as da antropologia, dos estudos culturais, da análise de discurso, dos estudos de gênero e dos estudos pós-coloniais e decoloniais. Assistimos, também, à acentuação das mudanças climáticas, do desmatamento e da perda de biodiversidade, bem como aos efeitos do mundo digital, do poder das redes sociais e das ferramentas da inteligência artificial, que promovem um suposto conhecimento que está à distância de poucos toques e tecladas dos dedos.

Concomitantemente, observamos o crescimento dos partidos de direita, dos atentados terroristas e das tensões políticas, além do ressurgimento de ideias separatistas, nacionalistas e xenófobas e da defesa do terraplanismo e do negacionismo em um país em que os professores de História são acusados de doutrinadores. Experimentamos uma angústia de viver em um mundo tão cheio, ao mesmo tempo, de opções e de ameaças. A capacidade de dar respostas aos desafios postos por uma era de mudanças constantes e profundas passa necessariamente pelo incentivo à curiosidade e à criatividade, à escuta de vozes dissonantes que nos chamam a atenção para as implicações da adoção de discursos supostamente consensuais e de soluções aparentemente simples e fáceis.

Entre as diferentes temáticas e questionamentos que caracterizam o fazer, o pensar e o escrever história na atualidade, encontram-se o impacto e a influência da história e do passado na arena pública, os modos de mobilização do conhecimento histórico

por diversos segmentos sociais, os interesses pela história como meio de legitimação de discursos políticos ou de políticas sociais (seus impasses, confrontos ou consensos), a relação entre essa vontade de saber história e a ignorância do passado, os diferentes mecanismos de acesso às fontes, à informação e ao seu processamento analítico-interpretativo, bem como os desafios de encarar as relações humanas – em inúmeras possíveis construções narrativas – nas suas mais complexas diferenças, quer sejam elas sociais, políticas, culturais, marcadas por mecanismos de poder, de saber e de gênero.

Em *Histórias, Narrativas e Trajetórias Sociais*, organizado por Lêda Vieira e Nilsângela Lima, os leitores tomam contato com as pesquisas realizadas por pesquisadoras e pesquisadores vinculados à Pós-Graduação da área das Ciências Humanas e Sociais dos estados do Piauí, Maranhão, Paraíba e Rio Grande do Norte. Nas duas partes que o constituem – *Histórias, Memórias e Trajetórias Sociais* e *Processos históricos e Narrativas midiáticas* –, para além das variadas abordagens teóricas, metodologias e objetos de análise, ficam evidenciados os investimentos de pesquisa que vêm sendo feitos tanto na história dos séculos XIX e XX, quanto na história recente do estado do Piauí, conciliando interesses que contemplam a história local, regional e o ensino de História. Nos capítulos, encontramos discussões fundamentadas na História patrimonial, na História política e na História cultural em diálogo com a História ambiental, a História agrária, a História da arte, História da Arquitetura, a História da comunicação, a História da saúde, a História da educação, a História da literatura, a Sociologia e a Antropologia.

O título atribuído ao livro não foi, obviamente, desprovido de uma intenção. Como toda narrativa histórica, carrega a marca

de um olhar, de uma escolha, de um recorte, de um problema e de uma perspectiva teórica. Por esta razão, o título aponta não apenas para seus temas centrais, mas também para o interesse das organizadoras em oportunizar a divulgação de investigações que contemplam trajetórias, memórias e processos de construção de identidade(s), temas caros à historiografia contemporânea, e não somente a estudos mais específicos.

A imagem da porta fechada com um cadeado, selecionada pelas organizadoras para a capa da coletânea, parece sugerir, por um lado, que há, por trás dela, um precioso acervo – de histórias, narrativas e trajetórias perpassadas de memórias e sensibilidades – à espera dos pesquisadores que se dedicam à história do Nordeste brasileiro, e, por outro, fomenta o desejo de romper o lacre que salvaguarda certas representações do passado e, conseqüentemente, preserva visões consagradas e estereotipadas.

A qualidade dos textos que compõem o livro atesta o rigor que a pesquisa histórica requer, evidenciando, também, que os recortes e as especialidades são efeitos do conhecimento histórico produzido atualmente e do pleno domínio das especificidades do trabalho da história e do/a historiador/a, trabalho esse amparado em conjuntos de conhecimentos (historiográficos, teóricos, conceituais) e em metodologias de tratamento e análise documental adequados e pertinentes. As problemáticas de pesquisa, colocadas *no e a partir do presente*, são reflexos das inquietações do nosso tempo, do nosso olhar indagador sobre o passado e da nossa maneira de construí-lo em suas múltiplas *possibilidades de verdades*.

Desde os tempos de Heródoto que as narrativas de História são escritas levando em conta o espaço e o tempo. Para Reinhardt Koselleck, os conceitos de “*experiência*” e de “*expectativa*” se constituem em categorias adequadas para se obter um indicador da

temporalidade exatamente por entrecruzarem o passado e o futuro.<sup>1</sup> Para este autor, a *experiência*, por encontrar-se saturada de realidade, elabora os acontecimentos passados vinculando-os às possibilidades cumpridas ou fracassadas. É, em razão disso, que ela consiste na referência única para as *expectativas*. Já o futuro, se constitui em “horizonte”, em um espaço de *experiência* apenas projetado. É exatamente esta relação complexa entre *experiência* e *expectativa* que suscita as diferentes soluções discursivas, pois mesmo que os acontecimentos passados tenham sucedido de maneira definitiva, as *experiências* baseadas sobre eles podem se modificar com o passar do tempo.<sup>2</sup>

As experiências se superpõem, impregnando-se umas das outras, exatamente porque as novas esperanças ou as frustrações abrem brechas e repercutem sobre elas. A estrutura temporal da *expectativa* pressupõe necessariamente a *experiência*. Quando, entretanto, sucede aquilo que não se esperava, isto é, quando se estabelece uma ruptura do *horizonte de expectativa*, apresenta-se, então, uma nova experiência. Estas considerações sobre o tempo histórico nos permitem resgatar outra reflexão proposta por François Hartog, a de que “as histórias devem ser lidas uma em relação com a outra, mesmo que a cronologia as separe”.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> KOSELLECK, Reinhardt. **Futuro pasado**. Para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona: Ediciones Paidós, 1993.

<sup>2</sup> Esta profunda ligação entre narrativa e experiência é reiterada por Walter Benjamin como uma “qualidade comunicativa em crise”, na medida em que revela o valor da experiência como fonte e possibilidade da narrativa. (BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 198).

<sup>3</sup> HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999, p, p. 372.

Desta forma, o *espaço de experiência* e o *horizonte de expectativa* entrelaçam, cada um, o passado e o futuro de maneira desigual, determinando uma concepção de tempo histórico não-linear e evolutivo, já que sua referência é o ritmo das *experiências* vividas e das *expectativas* dos indivíduos que agem e sofrem. A evocação negativa de um passado – simultaneamente tomado como presente – é um dos instrumentos mais utilizados para a evocação positiva de um futuro.

Em seu *O Espelho de Heródoto*, de 1999, François Hartog nos lembra que “o mundo que se conta encontra-se no mundo em que conta [...] na maneira como o texto faz crer, que não é tanto a quantidade de informação nova que se deve levar em conta, mas seu tratamento pelo narrador [...]”.<sup>4</sup> A antropóloga Paula Montero, por sua vez, adverte que devemos ser capazes de colocar as fontes em seu contexto de produção, definindo o lugar dos atores, seus interesses e conflitos, e que devemos considerá-las como uma narrativa na qual se depositam inúmeras vozes, em contraponto ou em uníssono, em diferentes tempos. Segundo ela, as fontes devolvem, ao mesmo tempo, o contexto histórico em que se produziram determinados acontecimentos, o contexto narrativo em que se articulam as informações e o contexto cultural a partir do qual os relatos foram escritos e ao qual eram destinados.<sup>5</sup>

Já Michel De Certeau, acentua a importância da subjetividade no processo do “fazer história”, já que nele se inscreve a realidade do sujeito que escreve, que ocupa um lugar social e cultural no mundo, que é portador de um saber e do horizonte de

---

<sup>4</sup> HARTOG, *op. cit.*, 1999, p. 372.

<sup>5</sup> MONTERO, Paula. Introdução. *Missionários, Índios e Mediação Cultural*. In: **Deus na Aldeia**. *Missionários, Índios e Mediação Cultural*. São Paulo: Globo, 2006, p. 13-14.

expectativas de sua época.<sup>6</sup> Para a antropóloga Cristina Pompa, os “discursos que se constroem em meio a um processo de constante interpretação e tradução” de uma realidade em contínua mudança “são fluidos, negociados e históricos, dependendo também do interlocutor, para quem a informação é dirigida e que, possivelmente, a solicitou”.<sup>7</sup>

E como bem observado por Marshall Sahlins, os significados, ao serem atualizados, são colocados em risco na ação, tanto pela conjuntura histórico-cultural presente, quanto pelo valor intencional subjetivo de seu uso pelos sujeitos ativos, o que evidencia a tensão produtiva das dinâmicas de inovação e recriação na ação simbólica.<sup>8</sup> Para Paul Ricoeur, o que está em jogo nesta trama da existência narrada é a tensão permanente entre as forças organizadoras da ordem e da concordância e as forças da discordância, do caos, da surpresa, do inesperado e arbitrário do destino.<sup>9</sup> Este mesmo autor propõe que através da categoria de “*identidade narrativa*” se alcance uma interessante compreensão das relações entre indivíduo, sociedade e historicidade, que nos permite reconhecer que a fronteira existente entre estes campos não deve ser entendida como indicador de oposição e diferença, mas como uma área de

---

<sup>6</sup> DE CERTEAU, Michel. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

<sup>7</sup> POMPA, Cristina. Para uma Antropologia Histórica das Missões. In: MONTERO, Paula. (Org.) **Deus na Aldeia**. Missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006, p. 112., p. 136.

<sup>8</sup> SAHLINS, Marshall. **Ilhas de História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 189.

<sup>9</sup> RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo I. Campinas/SP: Papirus, 1994, pp. 76-77.

negociação e de trânsito entre esferas, que desvela o quão estratégica é a tarefa do contar, do narrar.<sup>10</sup>

Hartog ressalta que “um texto não é uma coisa inerte, mas inscreve-se entre um narrador e um destinatário”, aponta para as relações entre o texto e o “saber compartilhado” de uma época, “um conjunto de saberes semântico, enciclopédico e simbólico que lhes é comum”, que torna possível a comunicação.<sup>11</sup> Defendendo que a “construção de um mundo inter-relacional se produz nos jogos de linguagem”, Paula Montero remete à noção wittgensteini-ana de “acordo”, ao propor que ele se produz no momento em que os grupos em interação desejam comunicar-se, e que, “embora pertençam a universos culturais distintos, estão dispostos a se comunicar”, tendo consciência de que “só poderão se entender se compartilharem experiências comuns”.<sup>12</sup>

A dimensão do mundo sensível não se rege por leis, regras ou razões, mas pelos sentimentos e emoções, que se traduzem externamente e se materializam em registros passíveis de serem resgatados pelo historiador. A apreensão dos seus significados se dá através da tradução destas subjetividades e destes sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis que operam como a manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva. Expressas através de sua capacidade mobilizadora, isto é, das reações que são capazes de provocar através da exteriorização ou ocultação dos sentimentos, estas sensibilidades “se insinuem em

---

<sup>10</sup> RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Tomo III. Campinas/SP: Papirus, 1997, p. 429.

<sup>11</sup> HARTOG, **op. cit.**, 1999, p. 39; p. 49.

<sup>12</sup> MONTERO, Paula. Introdução. *Missionários, Índios e Mediação Cultural*. In: MONTERO, Paula (Org.). **Deus na Aldeia**. Missionários, índios e mediação cultural. São Paulo: Globo, 2006, p. 26.

discursos, práticas e imagens”<sup>13</sup> e são vivenciadas “por personagens que são uma alteridade para nós. Um outro tempo, um outro no tempo, eis o mistério e o enigma a decifrar”.<sup>14</sup>

Em relação ao universo da comunicação humana não-verbal, ele se constitui em um rico e apaixonante campo de investigação. Gestos, expressões faciais, movimentos e posturas corporais, tons de voz e silenciamentos comportam mensagens sobre estados emocionais reativos, em sua grande maioria. O estudo desses códigos e sinais tem na obra de Charles Darwin, *A Expressão das Emoções no Homem e nos Animais*, de 1872, a sua abordagem inaugural ao examinar a evolução das expressões emocionais humanas, a partir dos ancestrais animais. Outra importante contribuição foi dada pela Etologia e pela Psicologia experimental a partir das décadas de 50 e 60 do século XX, uma vez que a questão “das relações entre os afetos e a política, entre os sujeitos individuais em sua afetividade, entre as paixões e as práticas sociais ou políticas, nos obrigam a abordar problemas que remetem à Psicologia Social, à Psicologia do político e à Psico-História em uma nova perspectiva.”<sup>15</sup>

Os sentimentos e as emoções, em geral, foram tratados de forma periférica, tanto nos trabalhos clássicos de Antropologia, como nos de História. Entre os trabalhos clássicos de Antropologia, talvez o mais elucidativo para uma reflexão acerca do lugar

---

<sup>13</sup> PESAVENTO, Sandra J. Ressentimentos e Ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. **Memória (res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2001, p. 236.

<sup>14</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. Palavras para crer. Imaginários de sentido que falam do passado. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**. [on line]. 2006, n. 6. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document1499.html>.

<sup>15</sup> ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos, **Exilium**, n. 5, p. 209-210, 2022.

das emoções como objeto de estudo seja *A expressão obrigatória dos sentimentos*, de Marcel Mauss (1921), no qual o autor afirma que a expressão dos sentimentos apresenta uma dimensão de linguagem, na medida em que tem caráter ritualizado e sincronizado.

Se, em um primeiro momento, os estudos históricos pautaram-se pela relativização das categorias de emoções, verifica-se, na atualidade, um movimento que as analisa como prática discursiva com efeitos externos, para além da sua condição de experiência interna, subjetiva, que extrapola o chamado domínio do privado. Esta forma peculiar de fazer história, a partir da reconstrução sensível do tempo, determina “a necessidade de comprometer-se intelectual e sensivelmente com um tempo remoto para extrair-lhe os significados que reveste de forma quase confidencial”,<sup>16</sup> encerrando as dificuldades e possibilidades inerentes a essa abordagem precursora de interpretação das expressões e dos códigos sensíveis do passado. Cabe, portanto, ao historiador “a obrigação de estudar as linguagens e os modos de comunicação e transformá-los em sintomas: das distâncias mantidas pela incompreensão recíproca das línguas, as imagens desvalorizadoras nos contos e nas brincadeiras familiares, nas representações agressivas veiculadas pelas religiões.”<sup>17</sup>

Alain Corbin, inserindo-se nos debates sobre a complexidade do emocional, da subjetividade e dos sentimentos, defende que o historiador das sensibilidades deve tomar como ponto de partida a maneira como as pessoas se representam, em distintos momentos da história, cabendo-lhe interpretar a coerência, as

---

<sup>16</sup> BARBIERO, Alan. Prefácio. In: ERTZOGUE, Marina H. e PARENTE, Themis G. (Orgs.). **História e Sensibilidade**. Brasília: Paralelo 15, 2006, p. 13.

<sup>17</sup> ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos, **Exilium**, n. 5, p. 225, 2022.

conexões dessas representações em seu universo. Cabe, portanto, ao historiador “identificar a utilização dos sentidos que permitiu construir imagens do outro, dar forma ao imaginário social”, “tentar entender a complexidade, essa simultaneidade de atitudes muito diferentes segundo os indivíduos e segundo os grupos” e “buscar colocar-se na pele dos atores, e reconstituir a lógica de cada um deles [...] para melhor entender, em seguida, o enfrentamento e os resultados”.<sup>18</sup>

Para o historiador uruguaio José Pedro Barran, a sensibilidade se constitui na faculdade de sentir e de perceber prazer e dor que cada cultura tem, e que se traduz nas impressões, nas imagens e nas representações, que tanto podem ser manifestas através do discurso, quanto das práticas sociais. As sensibilidades, segundo Barran, ao revelarem “*los más escondidos presupuestos, el secreto de las conductas y, las razones del corazón*” nos colocam em contato com “*la medula de esa época, a los rasgos colectivos y seguramente intransferibles de una forma de sentir*”.<sup>19</sup>

Reconhecendo que a história das sensibilidades “diz respeito a zonas pouco estudadas, que se estendem à margem da história das ideias, das representações, dos corpos ou das imagens”, Serge Gruzinski afirma que ela “toca o que se situa além da elaboração intelectual, mas nunca se separa dela” coincidindo “com os territórios do imaginário, mas tampouco se confunde com ele. [...] A história das sensibilidades interessa-se pelo indivíduo, por suas reações íntimas, por suas contradições abertas ou encobertas. [...]

---

<sup>18</sup> VIDAL, Laurent. Alain Corbin: o prazer do historiador. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Humanitas, v. 25, n. 49, 2005, p. 11.

<sup>19</sup> BARRAN, José Pedro. **História de la sensibilidad en el Uruguay**. Tomo 1: La Cultura Bárbara: 1800 – 1860. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1990, p. 12-13.

mas sempre para reinseri-los em conjuntos significativos [...] restituindo-lhes uma complexidade quase sempre escamoteada ou negada”.<sup>20</sup>

As sensibilidades revelam “a presença do eu como agente e matriz das sensações e sentimentos. Ela começa no indivíduo que, pela reação do sentir, expõe o seu íntimo. [...] Mas, mesmo sendo um processo individual, brotado de uma experiência única, a sensibilidade não é, a rigor, intransferível. Ela pode ser também compartilhada, uma vez que é, sempre, social e histórica”.<sup>21</sup> O conhecimento sensível opera, em razão disso, “como uma forma de reconhecimento e tradução da realidade que brota não do racional ou das construções mentais mais elaboradas, mas dos sentidos, que vêm do íntimo de cada indivíduo”,<sup>22</sup> constituindo-se naquilo que tão sugestivamente Michel de Certeau denominou de “*franjas do discurso*”, que perturbam o “consagrado sistema de interpretação”<sup>23</sup> e desfazem a “construção utilitária do relato”,<sup>24</sup> desvelando as visões de mundo e a cultura sensível dos indivíduos e de uma época.

Vale lembrar, aqui, as reflexões de Walter Benjamin acerca do narrador que suprime alguns aspectos e faz realçar outros, tendo como critério a harmonização do enredo da narrativa com o

---

<sup>20</sup> GRUZINSKI, Serge. Por uma história das sensibilidades. In: PESAVENTO, Sandra; LANGUE, Frédérique. **Sensibilidades na História**: memórias singulares e identidades sociais. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007, p. 7-8.

<sup>21</sup> PESAVENTO, Sandra. Sensibilidades: escrita e leitura da alma. In: PESAVENTO; LANGUE, **op.cit.**, 2007, p. 13-14.

<sup>22</sup> PESAVENTO, Sandra J. Ressentimentos e Ufanismo: sensibilidades do Sul profundo. In: BRESCIANI; NAXARA, **op.cit.**, 2001, p. 225.

<sup>23</sup> DE CERTEAU, **op. cit.**, 1982, p. 116.

<sup>24</sup> DE CERTEAU, **op. cit.**, 1982, p. 227.

conjunto de acontecimentos mais amplos.<sup>25</sup> Hartog, por sua vez, nos adverte de que “o narrador diz, mas o faz dizendo de certo modo, dizendo o que é notável”.<sup>26</sup> Para o mesmo autor, “a alteridade que é assim reduzida, canalizada e conjurada pode, todavia, operar no texto no e pelo jogo da polissemia.”<sup>27</sup>

Em sua obra *A Invenção do Cotidiano*, Certeau nos fala da capacidade que existe na ação do homem ordinário que recria – no cotidiano – práticas de vida. A isto chamou de reinvenção do cotidiano que “é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo [...] se insinua ubiquamente, silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas na maneira de empregar os produtos impostos por uma ordem dominante”.<sup>28</sup> Ao analisar aspectos da história construída por indivíduos desprezados como protagonistas em relatos históricos, ele os resgata como personagens que – através de táticas – organizam as “maneiras de jogar em campo alheio”, das quais deixam vestígios que apontam para marcas de subjetividade nas ações que desenvolvem.

Referindo-se aos usos e consumos de “bens culturais”, o jesuíta francês observa que “os conhecimentos e as simbólicas impostas são objeto de manipulação pelos praticantes que não são seus fabricantes”, das quais resultam “procedimentos de consumo combinatórios e utilitários”, caracterizados por uma criatividade tática e bricoladora.<sup>29</sup> Pierre Bourdieu, por sua vez, demonstrou

---

<sup>25</sup> Trata-se de BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**: magia e técnica, arte e política. v. 1. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>26</sup> HARTOG, **op.cit.**, 1999, p. 372

<sup>27</sup> HARTOG, **op.cit.**, 1999, p. 133-135.

<sup>28</sup> CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Artes de Fazer. v. 1. São Paulo: Ed. Vozes, 1994, p. 39.

<sup>29</sup> CERTEAU, **op.cit.**, 1994, p. 95.

que a prática não pode ser deduzida exclusivamente das regras; ela deve ser tomada, ao contrário, como uma improvisação, como um aprendizado do uso de determinadas regras pelos indivíduos, no qual as “maneiras de ver e o contexto estão associados e se implicam mutuamente”.<sup>30</sup>

Ao nos debruçarmos sobre as trajetórias de quaisquer indivíduos, é fundamental considerar o contexto em que eles viviam, “contudo, essa tentativa de reconstituição do contexto não deve nos condicionar a acreditar que o indivíduo deva ser analisado como uma produção óbvia do cenário, pois, assim como qualquer sujeito, todos são absolutamente particulares, mas só possíveis de entender com a ampliação do campo de observação à sua volta”.<sup>31</sup> Além disso, deve-se “partir do pressuposto que homens e mulheres são dotados de racionalidade própria, ainda que limitada, possuem horizonte de expectativas e possibilidades em constante mudança e, acima de tudo, que o destino deles não está dado desde o início.”<sup>32</sup>

Nas investigações históricas mais recentes podem ser cada vez mais observados os esforços para o desvendamento de trajetórias individuais e para a restituição do protagonismo dos sujeitos cujas experiências sociais foram esquecidas, apagadas ou removidas, contribuindo, significativamente, para “resgatar a complexidade dos mecanismos sociais; o sentido dos projetos locais e das

---

<sup>30</sup> BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 21.

<sup>31</sup> VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre. Investigação e formalização na perspectiva da Micro-História. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; MOREIRA, Paulo R. Staudt. (Orgs.) **Ensaio de Micro-História, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2016, p. 93.

<sup>32</sup> VENDRAME; KARSBURG. In: VENDRAME; KARSBURG; MOREIRA, *op. cit.*, 2016, p. 103.

perguntas que esses carregavam; desvendar as lógicas e o impacto sobre os processos históricos.”<sup>33</sup>

Os capítulos que integram a coletânea que o leitor tem em mãos se inserem nestes esforços e descortinam as potencialidades das perspectivas teóricas da história local e regional sobre temas como a exploração agrícola, no Piauí, na primeira metade do século XX; o resgate do patrimônio arquitetônico moderno em Teresina; a leitura de imagens do Brasil colonial nos livros didáticos; as histórias em quadrinhos como instrumento de comunicação; as representações da ditadura militar na produção literária brasileira; o protagonismo das mulheres potiguares no ensino da história local; o jornalismo digital em meio à epidemia de Covid-19 no Brasil; as marchas de protesto ocorridas em junho de 2013; as representações do sertão e do sertanejo na historiografia brasileira; os impactos da modernidade e da modernização em uma comunidade rural do sertão do Piauí; a utilização do jornal para a construção do capital político na disputa pelo poder no Piauí, no período de 1910 a 1930, e a valoração (ou não) das vozes das classes populares no discurso jornalístico sobre a pobreza.

Como se pode constatar, aos temas clássicos se somam temas sensíveis e necessários para uma mais ampla reflexão sobre a construção de certas representações do passado brasileiro e sobre seus impactos sobre o presente. Os autores que colaboraram com a coletânea conseguiram, com competência e sensibilidade, conciliar muito bem o duplo simbolismo da porta trancada por um cadeado que ilustra sua capa, ao revelar as potencialidades de temas

---

<sup>33</sup> GRIBAUDI, Maurizio. A longa marcha da Micro-História: da política à estética. In: VENDRAME; KARSBURG; MOREIRA, *op. cit.*, 2016, p. 39.

ainda pouco explorados e ao buscar ultrapassar ou romper com visões estereotipadas e consagradas pela historiografia.

São Leopoldo (RS), Primavera de 2023

*Eliane Cristina Deckmann Fleck*  
Universidade Federal de Pelotas - UFPel





**PARTE I**  
**HISTÓRIAS, MEMÓRIAS E**  
**TRAJETÓRIAS SOCIAIS**



## **“NÃO HÁ ABSOLUTAMENTE TERRAS MÁIS, QUE SE NÃO POSSAM FAZER BOAS” (RECURSOS ALIMENTÍCIOS NO PIAUÍ, ENTRE 1900 E 1950)**

Alcebíades Costa Filho  
Conceição de Maria Sousa Batista Costa

### **À guisa de introdução**

Em comemoração ao centenário de adesão do Piauí a independência do Brasil, foi publicado a obra “O Piauí no centenário de sua independência: 1823-1923”<sup>1</sup>. Utiliza-se como fonte de pesquisa para elaboração do presente texto, volume com 23 (vinte e três) municípios, especificados no quadro 01, importantes figuras do meio intelectual e político assinaram os capítulos. A pesquisa visa os recursos alimentícios, como chave de leitura, especifica-se caça e pesca, agricultura e animais de terreiro.

### **Quadro 01: Relação de município e autores de textos**

<b>Norte do Piauí</b>	<b>Centro do Piauí</b>	<b>Sul do Piauí</b>
Livramento <sup>2</sup>	Oeiras	Parnaguá

---

<sup>1</sup> Supõe-se 03(três) ou 04(quatro) volumes publicados, na biblioteca do Arquivo Público do Estado do Piauí, tem um volume com 23 municípios indicados no quadro 01, falta a publicação com os municípios cujos nomes iniciam com as primeiras letras do alfabeto. Outra obra do acervo, abordando a participação do Piauí na exposição do centenário, que aconteceu no Rio de Janeiro, parece compor o conjunto da publicação comemorativa.

<sup>2</sup> Atualmente José de Freitas.

José de Almendra Freitas	(autoria desconhecida)	(autoria desconhecida)
Miguel Alves Simplício Mendes	Regeneração padre José Gomes da Silva	Picos Joaquim das Chagas Leitão
Parnaíba J. P. Lima Rebelo	São Pedro Miguel Lopes de Sousa	Santa Filomena Mario José Baptista
Pedro II Corintho Andrade	Teresina Clodoaldo Freitas	São João do Piauí J. Vaz da Costa
Piripiri Álvaro Ferreira	Valença A. Douvillo Leal	São Raimundo Nonato José Dias
Piracuruca Anísio Britto		Simplício Mendes Isaías Coelho
União Diógenes Melo		Uruçuí Ernesto José Baptista
Marruás <sup>3</sup> Fenelon Castelo Branco		Patrocínio <sup>4</sup> (autoria desconhecida)
Porto Alegre <sup>5</sup> (autoria desconhecida)		Paulista <sup>6</sup> (autoria desconhecida)

Fonte: O Piauí no centenário de sua independência: 1823-1923.

<sup>3</sup> Atualmente Porto.

<sup>4</sup> Atualmente Pio IX.

<sup>5</sup> Não tem relação com o atual município Porto Alegre do Piauí, localizado ao norte do estado, Marruás é um dos municípios fronteiriços.

<sup>6</sup> Localizado ao sul do Piauí, atualmente, na área correspondente, encontra-se vários municípios, entre os quais, Paulistana.

As informações do volume foram cotejadas com dados da “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros” (1959), “Almanaque do Cariri” (1952) e, também, conjuntos documentais do IBGE, da primeira metade do século XX, disponíveis no formato digital, censos demográficos, censos agropecuários e anuários estatísticos.

No Arquivo Público do Estado do Piauí, no acervo do Poder Judiciário, foram consultados códices do Registro Geral de Terras, cadastro do ano de 1898, relativos aos municípios de Oeiras, Parnaíba, Pedro II, Teresina e Paulistana, com informações sobre benfeitorias que, de modo geral, compreendem obras realizadas nas propriedades, tornando-as mais confortáveis e produtivas.

É necessário destacar a importância de uma bibliografia constituída por diferentes gêneros literários. Através do “Dicionário da educação do campo” (2012) e “Dicionário da terra” (2005), acessamos categorias analíticas que concorreram para seleção e leitura das fontes e a compreensão do contexto histórico.

Destaca-se o conjunto da literatura de ficção, autores como Castelo Branco (2016), Gameiro (1988) e Vieira (2015) contribuíram para iluminar aspectos socioeconômicos do mundo rural. Vale destacar ainda, a oitiva de algumas pessoas, a escuta dispensou as formalidades metodológicas, porém, muito contribuiu para aclarar aspectos do viver no Piauí na primeira metade do século passado.

Convém destacar que esse texto apresenta posição contrário à visão cristalizada e difundida de que o Piauí, sujeito as condições de aridez, é um território de baixa ou nenhuma fertilidade, carente de recursos alimentícios e com populações famélicas.

É possível que a historiografia local tenha contribuído para essa visão, a lavoura de alimentos não recebeu atenção na proporção da sua importância social, alimentar a população. Queiroz

(1998) observou a questão no contexto da pesquisa relativa a segunda metade do século XIX e atribuiu ao uso das fontes de origem oficiais, o desinteresse pela lavoura de alimentos. As fontes registraram o que interessava ao Estado, de forma mais direta, a pecuária, a agricultura comercial e o extrativismo vegetal.

Na primeira metade do século passado, as questões relativas à alimentação da população piauiense estavam na dependência das experiências de produção vivenciadas pelas famílias agricultoras, importantes para a reprodução de novos ciclos produtivos, com pouca interferência das instituições de Estado (CARVALHO, COSTA, 2012; CLAVAL, 2007).

### **Da terra brota o sustento: fauna e flora**

O território piauiense é constituído por vasto chapadão ou planalto, inclinado para o vale do Parnaíba, tendo as arestas mais altas assentadas nas alturas de uma cordilheira ou serra (PORTO, 1974). A chapada, terreno elevado e plano, com diferentes coberturas vegetais, é um traço da paisagem muito visível na obra “O Piauí no centenário de sua independência”. Uma descrição da vegetação de chapada se encontra no capítulo relativo ao município de Piracuruca.

Viajamos cercados de belíssima vegetação piauiense que aqui se designa por – chapada – sobre um chão de alva areia argilosa, um parque indefinido de araucárias, leguminosas, malpighiáceas e mirtáceas das mais belas espécies; não há no Brasil vegetação mais graciosa de que as chapadas piauienses (O PIAUÍ..., 1923, p. 168-169).

Em “Vaqueiros e roceiros”, Monsenhor Chaves descreveu paisagem do município de Campo Maior, evidenciando outras formações vegetais.

A paisagem não é alegre. Não há aqui o verde dominante do poente, naquele Eldorado que a lenda coloriu com os sonhos dos navegantes vindos de outras bandas. A palmeira que se perde nos longes do horizonte fixa-se no solo para marcar a escala progressiva das gerações vindouras. De raro em raro um agrupamento vegetal denunciando a presença de rios, que o clima martiriza nas longas estiagens. Mais adiante a chapada agreste. A caatinga completa o quadro que, na monotonia das cores, cansa os olhos nos dias de muito sol e nas noites escuras. As alvoradas são incêndios que passam, até aos primeiros instantes de um crepúsculo prolongado. Ferida pelo calor, a terra apresenta a fisionomia de que muito sofre, nas rugas dos terrenos desnudos (MONSENHOR CHAVES, 1998, p. 635).

A paisagem triste não é uniforme, há indicação de três tipos de vegetação, palmeiras, caatinga e um “agrupamento vegetal” próprio do entorno de áreas úmidas. Em “O Piauí no centenário de sua independência”, é possível inferir que, de norte a sul do estado, há ocorrência de árvores esparsas de grande e médio porte, lenhosas, casca grossa, adaptadas às transformações climáticas, das quais a população faz usos diversos.

As árvores são apenas um elemento da mata, designação dos habitantes do Piauí, para o conjunto da vegetação. Entre as

árvores, ao nível do solo, cresce uma vegetação rasteira, especialmente exuberante nos meses de maio e junho. Destaca-se ainda, uma vegetação de porte menor que as árvores, composta de plantas de tronco frágil, flexível e fácil de remover.

Aroeiras, angicos, candeias, estão entre as madeiras utilizadas na cozinha para cozer os alimentos, seleção do tipo de madeira para combustão, compreende saber e técnica passada de geração para geração. Há indicação de que, na década de 1950, a exploração da madeira para uso na cozinha, ainda era fonte de renda para as municipalidades (LEITE, 1952).

Registra-se a ocorrência de árvores frutíferas, cujos frutos saciava a fome da população. O umbu ou imbu era comum na mata do município de São João do Piauí.

O imbu, nos meses de dezembro e janeiro fornece abundante colheita, concorrendo para a diminuição da fome na classe verdadeiramente pobre que, durante esse período se alimenta quase que exclusivamente desse fruto sertanejo, rico em substâncias nutritivas e agradáveis ao paladar (LEITE, 1952, p. 885).

Data do período da colonização, o registro do consumo de frutas, donde se destaca o caju<sup>7</sup>. No ano de 1728, em representação dirigida ao rei de Portugal, um padre da Companhia de Jesus registrou uma comunidade indígena do litoral do Piauí comendo e fabricando bebida com o caju (COSTA, 1974). No início do século XX, a mata de caju ainda era um elemento distintivo na paisagem

---

<sup>7</sup> Considerando o sentido da linguagem popular e não da botânica.

litorânea do Piauí, registrou o escritor Humberto de Campos (2009), que viveu no município de Parnaíba, nesse mesmo período.

José Martins Pereira de Alencastre, inventariou as frutas silvestres da província do Piauí, conforme relação abaixo.

Os frutos silvestres mais conhecidos, e de que fazem uso são o caju, o jatobá, o cajuí, o bacuri, o pequi, grande alimento da pobreza, a mangaba, a guabiraba, a mamaluca, a ameixa, a maria-preta, o umbu, a pitomba, a ingá, o puçá, a marmelada, o bruto, o araticum, a maçaran-duba, a sapucaia, o croatá, e várias espécies de maracujá (ALENCASTRE, 2015, p. 101).

No seu inventário datado do século XIX, Alencastre registrou uma variedade de palmeiras. Na década de 1950, a mata de palmáceas ainda estava preservada, observa-se tanto pela fabricação de azeite comestível, de uso na cozinha local, como pela exploração comercial da carnaubeira (PORTO, 1974; QUEIROZ, 1998).

Na década de 1920, a exploração da carnaúba, alterou a rotina de vida dos habitantes do norte do estado, particularmente nos municípios de Miguel Alves e União, afetando a lavoura de alimentos.

A palmeira babaçu existe naquela região em extraordinária quantidade, formando matas extensíssimas. Não são empregados aparelhos próprios para extração das amêndoas. Homens e mulheres as extraem a machado, com resultados altamente compensadores aos seus serviços, devido à grande procura e consequente valorização desse produto, que é, hoje, exportado

em grande escala para o estrangeiro. Com a alta do preço do coco babaçu tem sofrido, ultimamente, a lavoura dos cereais, por isso que os pequenos lavradores preferem trabalhar na extração das amêndoas, do que no plantio e cultura do milho, do arroz ou do feijão (O PIAUÍ... 1923, p. 272).

O buriti se destaca na paisagem, indicando terrenos úmidos e férteis.

É a mais bela e majestosa palmeira que temos visto, rivaliza com palmeira real. O seu fruto é um dos principais alimentos da população pobre, que habita suas paragens: dele se faz um excelente doce, e uma agradável e nutriente bebida, conhecida no sertão pelo nome de - buri-tizada (ALENCASTRE, 2015, p. 102).

Na década de 1950, havia um comércio de produtos derivados do buriti, doce, vinho, óleo, loção. O “Almanaque do Cariri” registrou que essa palmeira fornecia matéria prima para confecção de utensílios domésticos e, também, para a indústria farmacêutica. Para além de alimentar pessoas, o buriti também era utilizado como ração animal.

A análise das fontes, aponta que as frutas silvestres alimentavam a população. Multiplicam-se os indícios do consumo de frutas, *in natura* ou na forma de sucos, doces, azeites, vinhos, licores. No litoral registraram a abundância de caju, deliciando populações ao longo de séculos. Em São João do Piauí era o umbu

concorrendo para a diminuição da fome na classe verdadeiramente pobre. O buriti e pequi alimentavam a população pobre.

Na “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, é notável a comercialização de frutas, especialmente as exóticas adaptadas, bananas, laranjas, mangas. O município de Amarante era considerado um centro produtor e exportador, além de produzir para autoconsumo, abastecia os mercados da margem direita do médio Parnaíba (LEITE, 1952).

A mata piauiense era habitada por diversas espécies de animais de grande, médio e pequeno porte; insetos e répteis uteis e nocivos e diferentes espécies de aves (O PIAUÍ... 1923). Em meados do século XIX, escreveu Alencastre (2015, p. 102), “o Piauí é abundante de caça: suas solidões, seus palmares, seus bosques e suas matas acolhem muitos habitantes do reino animal”.

Na década de 1950, o médico Sebastião Martins de Araújo Costa escrevendo sobre Bertolândia, apontava a caça como uma fonte de riqueza do município (LEITE, 1952). Considerando as datas das informações, infere-se um século de atividade cinegética, de meados do século XIX a meados do século XX. Na obra “Lira sertaneja”, Hermínio Castelo Branco (2010) dedicou longo e detalhado poema a caçada.

Ernesto José Baptista escreveu a respeito da caça no município de Uruçuí, “tratando-se de animais silvestres acontece com essa circunscrição territorial o que acontece com todas as outras do Estado, isto é, abundância de caça grossa ou miúda na razão inversa da densidade da população” (O PIAUÍ..., 1923, p. 287). Supomos que a expressão “caça grossa” se refere a animais e aves de médio e grande porte, capaz de fornecer carne para alimentação da população que tinha pouco acesso a carne de gado.

Na primeira metade do século XX, a caça e o peixe eram sucedâneos da carne de gado. Presume-se que a regularidade no abate e consumo de carne, particularmente carne bovina, era regalia dos habitantes das principais cidades e vilas, assim, já que a maioria da população estava concentrada na zona rural, em pequenas comunidades, o acesso ao consumo de carne irregular.

É possível recolher notas esparsas acerca do consumo de caça, Joaquim das Chagas Leitão, apreciador da carne de caça, registrou que o sabor da carne de paca é igual à da carne de porco. Também anotou sobre a fauna ictiológica de Picos, a variedade de peixes no rio Itaim; as saborosas curimatás das lagoas do município e os saborosos mandis do rio Guaribas (O PIAUÍ..., 1923).

O picoense Joaquim Leitão, homem letrado, pertencente a elite do seu município, proprietário de terras e de gado, caçava e pescava por diversão e não por falta de recursos alimentar. Entretanto, supomos que os agregados da sua propriedade e a população considerada pobre, “classe verdadeiramente pobre”, tinha na caça e pesca meio de sustento. Para além do território do Piauí, em outros estados, a atividade de caçar e pescar completava os recursos disponíveis para o sustento das populações, como se observa no livro de memória de Humberto de Campos (2009).

A atividade cinegética é também atividade de comércio. Na primeira metade do século XX, através do rio Parnaíba, chegavam até as empresas de exportação no porto da cidade de mesmo nome, peles, couros e penas, produtos derivados do abate de animais e aves silvestres, que eram exportados para outras unidades da federação ou mesmo para fora do Brasil. Os números são alarmantes, veja quadro 02, correspondem apenas a uma década, 1949 a 1959.

**Quadro 02: Abate e comércio de peles de animais silvestres**

<b>Município</b>	<b>Tipo de pele (animal abatido)</b>	<b>Quantidade/Peso</b>
Piripiri	Teiú ou Tiú	2 096 unidades
Esperantina	Veado	160 unidades
Porto	Veado	24 unidades
	Caititu	50 quilos
	Maracajá (gato maracajá)	10 unidades
São Pedro do Piauí	Teiú	08 unidades
Simplício Mendes	Caititu	150 unidades
	Veados	200 unidades
Uruçuí	Caititu	120 quilos
	Queixadas	63 quilos
	Veados	107 quilos
	Maracajá	07 quilos
	Peludos	41 quilos
União	Veados	200 unidades
	Caititus	150 unidades

Fonte: Almanaque do Cariri, 1952.

Considerando o aspecto físico dos animais, altura e peso, é alarmante os dados do abate no município de Uruçuí, 120 quilos de peles de caititu, 107 quilos de peles de veados, é uma lamentável carnificina; 2.096 peles de teiú, são dois mil e noventa e seis lagartos mortos, uma devastação, horrendo comércio. Certo é que a atividade indiscriminada de caça, para fins comercial ou alimentício, devastou espécies.

No início do século XX, Capistrano de Abreu (1976) já denunciava o desaparecimento de espécies animais nos sertões entre

os rios Paranaíba e São Francisco. Até a década de 1930 a legislação de proteção da fauna e flora eram leis esparsas, algumas até recompensavam a matança de pássaros que atacavam as plantações. Data dessa década a preocupação com a organização de códigos de proteção da fauna e flora (ANTUNES, 2021; FERNANDES-FERREIRA, ALVES, 2014).

Merece registro as várias espécies de abelhas vivendo nas matas do Piauí. Simplício Mendes (O PIAUÍ..., 1923), destacou a “munduri” ou jandaíra, provavelmente pelo mel, utilizado como alimento ou componente de meizinha. Josué de Castro reconhece o mel de abelha como importante elemento da fauna do Nordeste, substitutivo do açúcar e da rapadura (CASTRO, 1984).

Outro traço notório das chapadas piauienses é a escassez de água, ficou registrado nas páginas de “O Piauí no centenário de sua independência”. Após o período de chuvas, inicia a estiagem, o tempo seco. Entre agosto e dezembro, a maioria dos corpos hídricos secam e quase toda flora se mostra “esquelética e sucumbida”, essa constatação é recorrente em quase todos os capítulos da obra analisada.

A estiagem, o tempo seco, o verão, não pode ser confundido com as secas periódicas. Não se trata de escassez de água, mas de falta de chuvas em anos seguidos, resultando na indisponibilidade de água na maioria dos municípios, com repercussão negativa nas atividades socioeconômicas.

As secas assolam o Piauí desde o século XVIII, registrou Pereira da Costa (1974) em vários trechos da sua cronologia histórica. Contudo, a área de abrangência da seca é bem maior que o Piauí, estabeleceu Capistrano de Abreu (1976) em “Capítulos de História Colonial”, vasta área ao sul do Amazonas, entre os rios Paranaíba e São Francisco.

Corintho de Andrade, autor do capítulo sobre o município de Pedro II, lembra sua experiência com a seca de 1915, descreveu as imensas procissões de infelizes que infestavam as ruas e estradas; “a terra ressequida e sáfara, e sobre ela, as carcaças de uma infinidade de animais de espécies diversas, mortos a fome e a sede” (O PIAUÍ..., 1923, p. 106).

As secas destroem os recursos alimentícios, destrói as lavouras, mata de fome e sede animais silvestres e domésticos e, também, as pessoas. Alguns segmentos sociais estavam mais vulneráveis, perdiam tudo, migravam para outras regiões, ficou registrado em textos como “Seca Seculorum” de Manuel Domingos Neto e Geraldo Almeida Borges (1987) e “Canto da Terra Mártire”, do poeta Júlio Martins Vieira (2015).

Não obstante a escassez de água e as terríveis secas intercaladas, havia rios e lagoas regulares no Piauí, rios como o Itaim, Piauí, Longá, Poti, Parnaíba eram fontes de alimento. No capítulo sobre Parnaguá, a descrição da lagoa de mesmo nome, “12 quilômetros de extensão sobre sete de largura constitui uma verdadeira riqueza para o município. Além de piscosa, suas margens férteis são uma garantia para os agricultores e criadores” (O PIAUÍ..., 1923, p. 65). Em Buriti dos Lopes a pesca se faz no Lago de São Domingos e no rio Longá (LEITE, 1952).

Carlos Eugênio Porto afirma que os rios do Piauí eram eminentemente piscosos.

Ao contrário do que vulgarmente se acredita, os rios do Piauí são bastante piscosos, embora a pesca seja realizada sob as condições mais adversas ao natural desenvolvimento das espécies. Em razão da desordem e da desorientação dessa pesca, muita variedade de peixe já

escasseia nos rios, onde eram tão abundantes. O peixe que vem ao mercado é caro e difícil, sendo vendido em Teresina geralmente no câmbio negro. A pesca é feita por intermédio de anzol, rede, curral ou pari, uma espécie de cerca de talos de buriti que retém os peixes por ocasião das enchentes (PORTO, 1974, p. 90).

Esse depoimento é esclarecedor quanto a pesca como recurso alimentício. Trata-se de pesca fluvial, realizada nos rios e lagoas, com uso de vara, linha, anzol, tarrafas e armadilhas de talos de buriti, algumas vezes, usavam canoas a remo (DIEGUES, 2004; PERUCCHI, 2015). O pescado era para autoconsumo, entretanto, havia a pesca com o propósito de comercialização. Entre as décadas de 1920 e 1950, é recorrente a informação do comércio de peixe.

Um rol de peixes do Piauí, foi organizado por técnicos do Serviço de Piscicultura (PORTO, 1974), cotejando essa relação com as informações de “O Piauí no centenário de sua independência”, verifica-se que os corpos d’água do estado eram habitat de piratinga, fidalgo, surubim, branquinha, piau, curimatã, piranha, mandi, mandubé, corvina, para citar os mais comercializados ainda hoje, nos mercados locais.

Na primeira metade do século XX, no mundo rural piauiense, muitas atividades de trabalho se desenvolviam em cooperação, em mutirão, a exemplo da vaquejada, farinhada e a desmancha (CASTELO BRANCO, 2010; MATOS, 2007). A atividade de pesca, assim como de caça, fortalecia as relações de cooperação entre as pessoas. O ato de caçar e pescar, propiciava o encontro, a conversa, a divisão da comida, do pescado ou da caça.

## **Pelas várzeas e chapadas, o cultivo de alimentos**

A quantidade de informações relativas à fertilidade da terra, não corresponde a propalada insuficiência de água, nem aos ve- rões que tudo resseca, nem as secas que causam devastação. A despeito desse conjunto de fatores funesto, as áreas apropriadas para a lavoura, asseguraram ao lavrador o alimento.

Nos anos de bom inverno, a safra abundante atendia a necessidade de consumo do lavrador e sua família e o excedente era comercializado nas feiras (O PIAUÍ..., 1923).

Excedente aqui está sendo definido como aquela parcela da produção, necessária ou não ao consumo da unidade produtora, que é le- vada ao mercado com o objetivo de gerar renda que possibilite a aquisição de certos bens indis- pensáveis a sobrevivência das unidades famili- ares e que em geral não são produzidos local- mente. Trata-se de artigos como tecidos, enxa- das, machados, foices; produtos como café, sal, alguns utensílios de uso doméstico, fosforo, etc. A venda de produtos agrícolas ou pecuários, bem como a prestação de serviços fora da uni- dade familiar é que geram as condições para o consumo de bens dessa natureza. Vale lembrar que essa renda em geral não assume forma mo- netária e sim contábil (QUEIROZ, 1998, p. 28)

Na década de 1920, no município de Paulista havia uma feira concorridíssima que acontecia aos domingos (O PIAUÍ..., 1923, p. 102). Em Teresina ficaram famosas as feiras nas localidades Boqui- nha e Nazária (O PIAUÍ..., 1923, p. 261). Mas, uma feira poderia

reunir comerciantes e compradores de diferentes municípios. “As áreas polarizadas pelas feiras, onde eram ofertados os ‘excedentes’ da produção, não estavam subordinadas as fronteiras político-administrativas e sim às influências de determinados centros regionais” (QUEIROZ, 1998, p.28).

Independente de bom inverno, as áreas agricultáveis forneceram o suficiente para o consumo familiar e para o comércio. As terras de vazante, denominadas baixões, localizadas às margens de rios ou lagoas, eram agricultáveis. No município de Miguel Alves os baixões despertavam a atenção da coletividade.

Os imigrantes lá chegavam de todas as paragens, atraídos pelas notícias da fertilidade da terra, dos lugares circunvizinhos, com especialidade dos extensos baixões que lhe ficam ao sul e ao norte e que, durante o verão, se prestam admiravelmente para a cultura do fumo, do algodão, do milho, do feijão, da abóbora, do melão, da melancia, da batata, e de toda sorte de hortaliças, verduras e tubérculos. Nesses baixões, numa extensão de muito mais de légua, quando fertilizados pelo humus das cheias do rio, formam-se as vazantes, que trabalhadas durante quase meio século, são realmente a maior riqueza estável do município, sobretudo pelo cultivo do fumo que nelas se faz em avultada escala (O PIAUÍ..., 1923, p. 33-34).

No município de Patrocínio, apesar do território de relevo acidentado, as encostas das serras eram agricultáveis. Alguém escreveu que as suaves declividades das serras, permitiam a lavoura das terras ubérrimas das suas fraldas (O PIAUÍ..., 1923).

Os lavradores cultivavam em áreas de chapada. No município de Pedro II, enfrentavam a espessura das matas, movidos pela convicção de que seriam compensados pela pujança e generosidade da terra, ainda que seus instrumentos agrícolas estivessem entre os mais simples e menos rentáveis (O PIAUÍ..., 1923).

Após o período das chuvas acontecia o plantio nas chapadas, cultivavam espécies vegetais resistentes a estiagem, a exemplo da mandioca. O lavrador dominava um conjunto de saberes necessário para a reprodução de novos ciclos produtivos, adquirido com a experiência no trabalho com a terra e transmitido ao longo das gerações.

Simplicio Mendes confirma o cultivo de extensões de chapada. Para ele, agricultar essas áreas era fator de devastação da mata, pois a cada ano, o plantio ocupava novos espaços, destruindo a vegetação (O PIAUÍ..., 1923). É um sistema de cultivo itinerante, quando a terra apresenta sinais de esgotamento, é abandonada, ocasião em que o lavrador parte à procura de nova área ainda inexplorada (ORMOND, 2006).

Salta das páginas de “O Piauí no centenário de sua independência” um otimismo em relação ao setor agrícola, que deve ser aceito com reservas, embora não se coloque em dúvida a fertilidade das áreas agricultáveis. O cultivo de alimentos não recebia investimentos de qualquer natureza. É recorrente a denúncia do descaso das autoridades governamentais para com o setor e a necessidade de modernizar os instrumentos agrícolas como fator para safras rentáveis.

Os indícios apontam para safras irregulares, dependentes das condições naturais de solo e clima. Em alguns municípios a safra atendia apenas as necessidades dos lavradores; em outros, era insuficiente, necessitando a importação de víveres; ainda em

outros, ultrapassava as expectativas, permitindo a comercialização do excedente.

A finalidade do setor agrícola era a produção de alimentos, tanto para o sustento do lavrador e sua família, quanto para o abastecimento da comunidade em que estava inserido. Contudo, registra-se o cultivo de produtos comerciáveis, a exemplo do fumo e do algodão, quase sempre, iniciativa dos proprietários da terra, que contratavam trabalhadores e remunerava-os com dinheiro.

A mão de obra no setor do cultivo de alimentos era familiar. Pai, mãe, filhos e filhas, muitas vezes outros membros da família, atuando como mão de obra nas diversas fases do cultivo, sem vínculo contratual empregatício e nem salário estipulado. Além da agricultura, outras atividades necessárias a economia familiar merecia atenção.

Amplamente, cultivavam mandioca, arroz, milho, feijão e cana de açúcar. Em pequena escala, frutas, plantas comestíveis e tubérculos, batata, abóbora, melancia, melão, amendoim, abacaxi, mamão, alface, alho, cebola, coentro (O PIAUÍ..., 1923).

Com exceção do feijão, consumido *in natura*, os demais cultivos passavam por processos de transformação, gerando outros produtos, farinha de mandioca, massa de puba<sup>8</sup>, massa de milho, massa de arroz, tapioca<sup>9</sup>, tiquira<sup>10</sup>, rapadura, aguardente e melão de cana. Em “Lira Sertaneja” o poeta Hermínio Castelo Branco (2010) imortalizou em poema a farinhada, designação regional para o processamento da mandioca. Através da “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, percebe-se que a indústria do Piauí na

---

<sup>8</sup> Massa extraída da mandioca fermentada.

<sup>9</sup> Fécula extraída da mandioca.

<sup>10</sup> Destilado de mandioca.

primeira metade do século XX, estava orientada para o beneficiamento de produtos agrícolas.

Não obstante a atividade de lavrar a terra, que envolvia o trabalho de homens e mulheres, os indícios apontam para uma quantidade maior de homens na lavoura. Participavam da seleção e preparo do solo, da escolha e separação das melhores sementes ou brotos para a semeadura, planejavam quando plantar e quando colher. Após o plantio, era necessário inspecionar regularmente, limpar, proteger do ataque de aves, animais e pragas.

Os homens dedicavam parte do tempo a caça e, em comunidades com corpos d'água piscosos, também, a pesca. As mulheres também participavam de pescarias. Nessas andanças, na busca de caça e peixe, era possível colher frutos silvestres de época que, por um período, completavam o conjunto de alimentos disponíveis para a família.

Abastecer a casa de lenha era atividade de homens e mulheres. Mas a atividade de produzir carvão vegetal, pelo esforço físico despendido na feitura da caieira, era atividade de homens. A construção de uma caieira, espécie de forno de terra e madeira, construído dentro de uma vala, exigia saber e técnica que poucos dominavam. Se a estrutura ruísse a produção do carvão estava perdida.

Aos homens, por morar de favor na imensa propriedade, na condição de morador ou agregado, uma de suas obrigações era cuidar dos rebanhos do dono da terra. Vigia o gado no pasto, protegia do ataque dos predadores e tratava as doenças. Cuidava do conjunto dos animais selecionados para sustento do proprietário e moradores, diariamente faziam a ordenha. Uma quantidade do leite era para o consumo da propriedade e outra parte era comercializada.

As mulheres cuidavam dos canteiros, área de terreiro destinada ao cultivo de plantas alimentícias e medicinais. O canteiro elevado, estrado de varas sobre forquilhas, forrado de palhas para segurar o adubo, geralmente ficava no terreiro atrás da casa, diferente do canteiro de chão, geralmente, localizado no terreiro da frente.

No canteiro suspenso era cultivado o coentro e cheiro verde, protegendo do ataque das aves e animais de terreiro. No canteiro de chão, solo adubado com esterco animal, cercado de pedras ou estacas de madeira, era plantado pimentas, tomate, pimentão, mastruz, cidreira, boldo. No terreiro, as mulheres cuidavam de aves e animais de terreiro, como galinhas e porcos.

As mulheres cuidavam do interior da casa, limpando e abastecendo de água e lenha. A cozinha era uma pequena fábrica, nesse compartimento da casa, preparavam azeite, manteiga, queijo, doce, bolo, bebida e sabão. O movimento de elaboração desses produtos atualizava um conjunto de saberes elaborados por bisavós, avós, mães, tias, fundado no trabalho junto ao fogão e transmitidos de uma para outra, antes de tudo, pelo ensinar fazer.

Fora da casa, exerciam outras atividades, como lavar a roupa da família ou trabalhar na roça. Com frequência participavam das atividades de roça, auxiliando o marido e os filhos, sobretudo no período da colheita. Era comum famílias inteiras no amanho da terra.

## **A terra como expressão de poder**

*E se tem alma não lhe arde o desespero  
de ser dono de nada. Tão seco é o homem  
nestes verões. E tão curtida é a vida*

*tão revertida ao pó nessa paisagem*

H. Dobal

(Réquiem, Gleba de ausentes)

A terra, mais importante meio de produção, do qual as famílias retiravam o sustento, era fator de distinção entre os grupos sociais. Concentrada nas mãos de poucos, o acesso à terra se dava por um acordo entre o proprietário e a pessoa que solicitava permissão para se estabelecer, raramente, esse contrato se fazia em conformidade com a lei, tinha mais peso o compromisso da palavra dada, firmada no regramento costumeiro das pequenas comunidades. O princípio desse direito era a vontade do proprietário da terra, fonte de tensões.

Os grandes proprietários de terra ocupavam posição privilegiada, possuíam terras e rebanhos, bens que nem todos tinham acesso, também controlavam os cargos políticos e administrativos no âmbito do seu município, além de dominar a leitura e a escrita, atributos distintivos de sua posição social. No universo rural, torna-se visível a figura do “homem generoso”, ao permitir a fixação de famílias em suas terras; ao permitir a exploração dos recursos naturais da sua extensa propriedade.

Os lavradores constituíam grupo social numeroso e significativo, era expressiva sua contribuição social na produção de bens necessários a vida, muito embora não recebessem o merecido pelo trabalho despendido. Parcela maior de lavradores vivia como morador ou agregado nas grandes propriedades. Caio Prado Junior esboçou o perfil do agregado ou morador, no contexto da Colônia.

O agregado é um trabalhador rural a quem o proprietário cede em geral a título gratuito e em troca apenas de [...] serviços, o direito de se

estabelecer e explorar uma parte inaproveitada do domínio [...] sob o aspecto econômico, ele faz às vezes de um pequeno produtor autônomo. Embora ligado ao senhor do domínio, e seu subordinado, não se entrosa na organização normal e regular da grande lavoura (PRADO JUNIOR, 2004, p. 159)

Os traços apresentados se aplicam bem no delineamento do morador ou agregado da grande propriedade, na primeira metade do século XX. Autorizado pelo proprietário da terra, o agregado se instalava, levantava a casa, criava galinhas e porcos, sem que o dono da terra reivindicasse qualquer ônus (RÊGO, 1985, p. 18). O mesmo não acontecia com a produção das roças, das quais o proprietário recebia uma parte como forma de pagamento pelo uso da terra e das estruturas de beneficiamento de produtos agrícolas, a exemplo da casa de farinha e da moenda ou engenho de moer cana. Parcela menor de lavradores ocupava pequenos trato de terra fora do domínio das grandes propriedades. A literatura de ficção indica muito sobre essas pequenas propriedades, Alvina Gameiro em um conto, descreveu sítios, como áreas independentes da grande propriedade.

Vivia de trabalhar em sua pequena propriedade rural, um arremedo de fazenda que não possuía uma dúzia de reses, chamava-se Imbuzeiro [...] O homem plantava de tudo, não só para garantir o sustento da família como a fim de abastecer seu pequeno comércio nas feiras de sábado. Tinha ainda um engenho de madeira, donde saíam as melhores batidas e rapaduras da redondeza (GAMEIRO, 1988, p. 63)

Supomos que esse era o motivo do deputado Simplício Mendes, na década de 1920, recomendar nova demarcação e divisão de terra. Havia imensas áreas desabitadas e incultas, mas a avidez dos grandes proprietários desencorajava as tentativas de ocupação. Era indispensável nova demarcação de terra, regularizar o que já era fato, conter as ocupações.

### **Terreiros e alpendres: animais de terreiro e a criação de porcos**

O arredor da casa é um espaço múltiplo de grande importância para todos os membros das famílias de agricultoras do agreste da Paraíba. É lá que se fazem as experiências de plantio após as primeiras chuvas e onde novas tecnologias são testadas. É também o lugar dedicado ao cultivo de plantas medicinais, da horta, de frutíferas, e a criação de animais de terreiro. Nele, gera-se renda, recebem-se os vizinhos e educam-se os filhos e as filhas. É, enfim um grande laboratório da vida para a agricultura familiar (FREIRE, 2005, p. 20).

A epígrafe aponta para a dimensão social do terreiro no mundo rural, não é de hoje o uso social e econômico desse espaço. Na passagem do século XIX para o XX, na área cafeeira de São Paulo e Rio de Janeiro, é no terreiro de café, que espalham os grãos para secagem. O turismo rural e o paisagismo contemporâneo transformaram esses terreiros em jardins elegantes.

No Piauí, o terreiro é um amplo espaço localizado na frente e no fundo da casa. Na residência do grande proprietário de terra, o terreiro da frente, antecede o alpendre, é nesse compartimento

que recepcionam as visitas e realizam negócios. À noite, geralmente, os habitantes da casa e os moradores mais próximos se encontram para conversar, planejar atividades, comer e beber (SILVA F., 2007). Nos dias de festa, o alpendre da casa era reservado para as “visitas de cerimônia”, o terreiro para convidados de menor peso social, moradores da propriedade e arredores.

Na residência dos agregados, em geral, sem alpendre, o terreiro da frente é o amplo espaço que precede a entrada principal da casa. O primeiro espaço de parada para aqueles que chega à casa, tem as mesmas funções sociais do alpendre da casa do proprietário da terra.

Em espaço bem visível, erguiam o curral do gado bovino, reservados as vacas destinadas a ordenha; ao cercado, também recolhiam as crias novinhas, até que estivesse em condições de se defender dos perigos que rondavam o rebanho. Embora criados soltos, as vivendas possuíam curral, chiqueiro, aprisco, poleiro, para abrigar os animais, principalmente à noite, protegendo-os do ataque de predadores. Serviam também para prender os animais antes do abate, para um período de limpeza e engorda.

A literatura nas suas diferentes modalidades, indicam a criação de terreiro no Piauí, Simplício Mendes escreveu que no município de Miguel Alves, todo lavrador ou roceiro, possuía em pequena escala, gado caprino, lanígero e suíno (O PIAUÍ..., 1923). Cuidar de animais de terreiro era trabalho feminino, como evidenciou Freire em relação as famílias agricultoras da Paraíba, diferente do cuidado com o gado bovino, trabalho masculino, executado pelos vaqueiros.

Nos terreiros, as mulheres cuidam de galinhas, porcos, bodes e carneiros destinados ao consumo da casa. Em um trecho de “Ataliba o Vaqueiro”, romance ambientado no Piauí do século

XIX, uma personagem feminina cria no terreiro “as diversas classes da sua criação miúda”, galinhas, perus, porcos, bodes. Pela manhã reúne a criação para alimentar (CASTELO BRANCO, 2016). Presume-se que percorria as adjacências do terreiro, procurando ninhos das galinhas para recolher ovos para uso culinário e, também, para formar ninhadas.

Escrevendo sobre festanças e fartura no Piauí, Matos (2007) apresenta o terreiro como espaço de abate de galinhas e porcos. Os homens cuidavam do abate de porcos, bodes e carneiros e as mulheres das aves. O caboclo ia ao chiqueiro, separava o melhor leitão e o bode macho capado mais novo e gordo. As mulheres com o seu tititi lançavam milho ao terreiro para juntar as galinhas e, “num arrastão de mão, pegavam as melhores pelos pés ou pelo rabo”, era a carne para o banquete.

A carne da criação de terreiro era a mais frequente na mesa das famílias. O porco ou bode era consumida ao longo de vários dias, quando terminava, o cardápio era a base de arroz, feijão e farinha. Quando tinha caça ou peixe, ou fruta de época era uma festa gastronômica, estava na dependência do período do ano e da sorte do caçador ou pescador.

Igualmente a criação de gado bovino, o abate do animal de terreiro de forma desmedida não era recomendável, pois é considerado um bem que o criador dispunha para se livrar das adversidades que rondavam sua pobreza. Matos percebeu a importância dos animais de terreiro para o criador.

A leitoa e os seus bacurins sempre serviram para o piauiense mais pobre como uma “reserva de capital”; por serem rústicos, eram criados soltos e, no máximo, recebiam no chiqueiro, no final do dia, o complemento de uma

mistura de resto de tudo, o chamado ralão (torta de babaçu, milho com sabugo, farelo de arroz, batata machucada, resto de comida etc.) “Na precisão”, conforme falavam, matavam o bicho mais gordo e apuravam o dinheiro para comprar o remédio, fazer a viagem ou pagar a dívida mais velha da quitanda (MATOS, 2007, p. 54).

Presume-se que o consumo de carne de porco, bode e carneiro era igual ou superior ao de gado bovino. O porco se destaca pela relativa facilidade da criação extensiva e pelo largo uso culinário do toicinho.

Através da “Enciclopédia dos Municípios Brasileiros”, observa-se que em meados do século passado, o rebanho suíno era o segundo maior do Piauí, no quadro que segue a quantidade de porcos em cada município da época.

### Quadro 03: Municípios e quantidade de porcos

Municípios	Quantidade de porcos (mil cabeças)
Valença	90 mil
Regeneração	80 mil
Piripiri; Picos	70 mil
Altos; Campo Maior; União.	60 mil
Gilbués; Palmeirais.	50 mil
Batalha; Itainópolis; Oeiras.	40 mil
Água Branca; Buriti dos Lopes; Castelo do Piauí; Elesbão Veloso; Jaicós; Pedro II.	30 mil

Alto Longá; Barras; Canto do Buriti; Guadalupe; Inhuma; Luís Correia; Miguel Alves, São João do Piauí, São Pedro, Teresina, Uruçuí.	20 mil
Benedictinos; Bom Jesus; Fronteiras; Itauera; Jerumenha; José de Freitas; Luzilândia; Monte Alegre do Piauí; Pimenteiras; Porto; Ribeiro Gonçalves; São Felix; São Raimundo Nonato; Simões; Simplício Mendes.	10 mil
Amarante; Angical; Bertolínia; Caracol; Coacal; Conceição do Canindé; Corrente; Cristiano Castro; Curimatá; Floriano; Matias Olímpio; Nazaré do Piauí; Parnaguá; Paulista; Pio IX; Santa Filomena; São Miguel do Tapuio.	Inferior a 10 mil

Fonte: Enciclopédia dos municípios brasileiros – IBGE, 1959.

O sistema de criação era extensivo, os porcos eram criados livremente, não exigia dos criadores investimento em currais e nem em ração. O animal ficava livre para encontrar comida, e se alimentava do que encontrava ao redor das habitações, refugos agrícolas e da “lavagem” (resto da comida servida).

A prática extensiva de criação, apesar do baixo custo, colocava em risco a saúde do animal, afetava o desenvolvimento saudável do porco e contaminava a carne para consumo. Os criadores mais escrupulosos, antes do abate, encheiravam os animais, que recebiam remédios e ração controlada, é o processo de limpeza e engorda, preparando o animal para o abate.

O destino dessa criação era atender principalmente as necessidades alimentares dos criadores, todavia, abastecia o pequeno

mercado local de banha e carne. É por essa época, meados do século passado, que o óleo vegetal industrializado foi inserido no mercado e, pouco a pouco, foi ganhando a preferência dos consumidores, substituindo a banha de porco na cozinha.

A criação extensiva de porcos entrou em declínio a partir de meados do século passado, com a modernização das atividades agropecuárias. As raças naturalizadas e seus mestiços foram substituídas por raças importadas, que exigiam o confinamento dos porcos e a alimentação balanceada, visando impulsionar a produtividade, procedimentos característicos do regime de criação intensivo. A criação de terreiro estava em vias de desaparecer.

### **À guisa de conclusão**

No Piauí, na primeira metade do século XX, não há pessoas morrendo de fome pelos caminhos e estradas, esse fato é circunstancial, está relacionado as secas periódicas que, nesse meio século, causaram destruição e aflição.

Não obstante a propalada escassez de água, os verões que tudo resseca e as secas devastadoras, gerações de piauienses, retiraram a alimentação das chapadas de matas férteis, das terras de vazante e das várzeas úmidas e ensombradas. Entre as décadas de 1920 e 1950, nessas áreas agricultáveis, desenvolveram pequenos roçados, com produtos agrícolas diversos, mandioca, milho, feijão, arroz e cana de açúcar. A produção era suficiente para o consumo das famílias agricultoras e para o mercado.

Não há dúvida de que a flora e a fauna também permitiram acesso ao alimento, principalmente para os grupos sociais considerados pobres. No período chuvoso, a vegetação virente produzia

bons frutos, consumidos “in natura” ou na forma de sucos, vinhos, licores, azeites, doces.

Na impossibilidade do consumo diário de carne de gado, o peixe e a caça foram sucedâneos que agradaram o paladar de parcelas significativas dos grupos sociais. Apesar do esgotamento causada ao meio ambiente pela caça e pesca não indiscriminada. Animais de terreiro, particularmente galinhas e porcos, tiveram peso no conjunto de recursos alimentícios disponíveis para a alimentação.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano. **Capítulos de história colonial**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1976.

ALENCASTRE, José Martins Pereira de. **Memoria cronológica histórica e corográfica da província do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

ANTUNES, Tayla. “1934, um ano decisivo para a legislação florestal brasileira”. **Faces da História**. Assis/SP, v. 8, nº 1, p. 93-117, jan./jun. 2021.

BENICIO, Manoel. **O rei dos jagunços**: crônica histórica e de costumes sertanejos. Rio de Janeiro: Tip. Jornal do Comércio, 1899.

CALDEIRA, Clovis. **Mutirão**: formas de ajuda mutua no meio rural. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CAMPOS, Humberto. **Memórias e memórias inacabadas**. São Luís: GEIA, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins; COSTA, Francisco de Assis. "Agricultura camponesa". *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CARVALHO, Miguel. **Descrição do sertão do Piauí**. Teresina: Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, 1993.

CASTELO BRANCO, Francisco Gil. **Ataliba, o vaqueiro e outros escritos**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2016.

CASTELO BRANCO, Hermínio. **Lira sertaneja**. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2010.

CASTRO, Josué. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CLAVAL, Paul. **A geografia cultural**. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

COSTA, Pereira da. **Cronologia histórica do estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

CUNHA, Euclides. **Os sertões**. São Paulo: Martin Claret, 2012.

DIEGUES, Antonio Carlos. **A pesca construindo sociedades: leituras em antropologia marítima e pesqueira**, 2004.

DOBAL, H. **Gleba de ausentes**. Teresina: Halley, 2002.

DOMINGOS NETO, Manoel; BORGES, Geraldo Almeida. **Seca Seculorum**, flagelo e mito na economia rural piauiense. Teresina: Fundação CEPRO, 1987.

FERNANDES-FERREIRA, Hugo; ALVES, Rômulo Romeu da Nóbrega. “Legislação e mídia envolvendo a caça de animais silvestres no Brasil: uma perspectiva histórica e socioambiental”. **Gaia Scientia**. João Pessoa, v. 8, nº 1, p. 01-07, 2014.

FREIRE, Adriana Galvão et. al. “No arredor da casa, os animais de terreiro”. **Agriculturas**. v. 2, nº 4, p. 20-23, dez. 2005.

FREITAS, Clodoaldo. **História de Teresina**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

GAMEIRO, Alvina. **Contos dos sertões do Piauí**. Teresina: Academia Piauiense de Letras/Projeto Petronio Portela, 1988.

HOEHNE, F. C. **Botânica e agricultura do Brasil no século XVI**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.

IBGE. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

IBGE. **Manuel técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE. **Tipos e aspectos do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 1970.

LEITE, Francisco de Assis (Org.). **Almanaque do Cariri**. Edição especial dedicada ao estado do Piauí, em homenagem a sua capital, pela passagem do seu primeiro centenário, 1952.

MARTINS, Agenor de Sousa *et. al.* **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. Teresina: Fundação CEPRO, 2002.

MARTINEZ, Paulo Henrique. “O sentido da devastação: para uma história ambiental no Brasil”. **Revista Esboços**. Florianópolis, v. 12, n. 13, p. 72-83, 2005.

MATOS, Matias A. O. **Pelas quebradas, várzeas e chapadas – uma viagem gastronômica pelo Piauí**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2007.

MELO, Cláudio. **Os primórdios de nossa história**. [s.l; s.ed], 1993.

MONSENHOR CHAVES. **Obra completa**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1998.

NEVES, Delma Pessanha. “Agricultura familiar”. *In*: CALDART, Roseli Salete *et al.* (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

OLIVEIRA, Marcelo Almeida. “As roças brasileiras, do período colonial a atualidade: caracterização histórica e formal de uma categoria tipológica”. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 48, p. 755-780, jul./dez. 2012.

O PIAUÍ no centenário de sua independência: 1823-1923. v. IV, Teresina: Papelaria Piauiense, 1923.

ORMOND, José Geraldo Pacheco. **Glossário de termos usados em atividades agropecuárias, florestais e ciências ambientais**. Rio de Janeiro: BNDES, 2006.

PASTORE Jr, Floriano (Coord.). **Plantas da Amazônia para produção cosmética**: uma abordagem química - 60 espécies do extrativismo florestal não-madeireiro da Amazônia. Brasília: UnB, 2005.

PECKOLT, Theodoro. **História das plantas alimentares e de gozo do Brasil**. Rio de Janeiro: Laemmert, 1871.

PERUCCHI, Loyvana Carolina (Org.). **Cartilha do pescador artesanal**: etnoecologia, direitos e territórios na Bacia do Rio Tramadai. Maquiné: Via Sapiens, 2015.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: brasiliense, 2004.

PORTO, Carlos Eugênio. **Roteiro do Piauí**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

RÊGO, Raimundo de Moura. **As mamoranas estão florindo**. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

REIS, Nélio R. dos *et al.* **Mamíferos do Brasil**. Londrina: Nélio R. dos Reis, 2006.

QUEIROZ, Teresinha. **Economia piauiense**: da pecuária ao extrativismo. Teresina: EDUFPI, 1998.

SILVA, Fábio Cesar da; CESAR, Marco Antonio Azeredo; SILVA, Carlos Arthur Barbosa da. **Pequenas indústrias rurais de cana-de-açúcar**: melado, rapadura e açúcar mascavo. Brasília, DF: Embrapa, 2018.

SILVA F., Olavo Pereira da. **Carnaúba, pedra e barro**: na capitania do de São José do Piauí. Belo Horizonte: Rona Editora Ltd., 2007.

VIEIRA, Júlio Martins. **Canto da Terra Mártire**. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2015.

## O RESGATE DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO MODERNO EM TERESINA, ATRAVÉS DE PUBLICAÇÕES

Alcília Afonso de Albuquerque e Melo

### Introdução

A cidade de Teresina é uma cidade relativamente nova (1852), quando comparada às demais capitais brasileiras de origem colonial, e a adoção de uma arquitetura moderna só foi possível nos anos 60, pois se observa que predominava no local, o gosto pela arquitetura eclética.

Observa-se que, o patrimônio arquitetônico moderno ainda é pouco valorizado e (re)conhecido pela população e pelas instituições de preservação em nível municipal e estadual, e por isso, vem sofrendo descaracterizações ou mesmo, sendo alvo, de demolições.

Durante os anos de 2007 a 2015, coordenei o grupo de pesquisa Modernidade Arquitetônica, que desenvolveu um trabalho importante de resgate desde acervo. O grupo era cadastrado desde 2007 na UFPI/ Universidade Federal do Piauí e no CNPq/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, e contribuía no processo de investigação, resgate, e difusão do acervo arquitetônico moderno piauiense, propondo soluções para a sua conservação, e para tanto, trabalhava em parceria com demais instituições como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional), FUNDAC (Fundação de Cultura do Estado do Piauí),

DOCOMOMO (Documentação e Conservação do movimento moderno).

A metodologia da pesquisa se apoiava em Serra (2006) que trabalha a construção da história da arquitetura dialogando com o processo/objeto com o sistema/condicionantes circundantes do objeto, ou seja, a compreensão de que determinada obra, para ser compreendida e analisada, necessita ser observada em seu conjunto, vinculada ao lugar, às condições sociais, econômicas, culturais, tecnológicas.

Somente através desse olhar multidisciplinar da obra, enquanto processo, envolvida em um determinado sistema, contexto geográfico e histórico, se poderá ter uma melhor compreensão da mesma.

A pesquisa também, sempre se apoiou nas colocações do professor Katinsky (2005) que entende que a própria edificação é um documento construído, e que traz em si, ricas informações projetuais e construtivas. Por isso, entender essa função documental do edifício em si, sempre foi de fundamental importância nas pesquisas.

A base conceitual da pesquisa se apoiou em um referencial teórico trabalhado pelo programa de doutorado da Escola Técnica Superior de Arquitetura de Barcelona/ETSAB, que tem nos livros de Piñon (2008), Gaston e Rovira (2009), os princípios teóricos dos estudos e análises.

Piñon tem escrito várias obras sobre o tema de arquitetura moderna, entre elas “El sentido de la arquitectura moderna” (1997), “El proyecto como (re) construcción” (2005), “Teoria do Projeto” (2006), e “El formalismo esencial de la arquitectura Moderna” (2008) que introduziram o grupo no entendimento dos conceitos e critérios norteadores da modernidade.

As ideias de Piñon, por sua vez, estão respaldadas por autores como Rowe (1978) que através de reflexões sobre os valores e princípios da modernidade, colaboram de forma fundamental na (re) valorização da linguagem moderna arquitetônica, tratando de discutir temas como os da transparência, abstração, visualidade, universalidade e autenticidade que aparecem sempre vinculados à compreensão da mesma.

Montaner (2002, p.82) também é outro autor que dá suporte teórico às pesquisas, quando esclarece que a arquitetura racionalista, uma das vertentes da arquitetura moderna, está caracterizada por critérios projetuais, tais como: a primazia das medidas; o elementarismo e a ênfase ao detalhe técnico; a criação a partir de protótipos; o desenvolvimento do projeto baseado em uma repetição modular; a subdivisão do global em volumes eficazes; a procura em alcançar a máxima funcionalidade, ou seja, a forma buscando seguir exclusivamente as exigências da função; a abstração e o racionalismo aparecendo como critérios fundamentais desta arquitetura, que trabalham com a decomposição de um sistema em seus elementos básicos, a caracterização de unidades elementares simples e a construção da complexidade através do simples.

### **O lugar: a cidade de Teresina.**

Os estudos sobre a arquitetura moderna piauiense tiveram início na cidade de Teresina, e torna-se necessário, contextualizar geograficamente a mesma para o leitor.

A cidade de Teresina, capital do Estado do Piauí, é uma cidade planejada e relativamente nova, quando comparada às demais capitais brasileiras de origem colonial, pois data de 1852 a instalação da nova capital. Situada na Chapada do Corisco, região

de transição entre o sertão e a Mata dos Cocais, é cortada por dois rios, o Parnaíba e o Poti, possuindo seis meses de período chuvoso (dezembro a maio) e seis meses de estiagem (junho a novembro), com altas temperaturas durante todo o ano, e alta taxa de umidade.

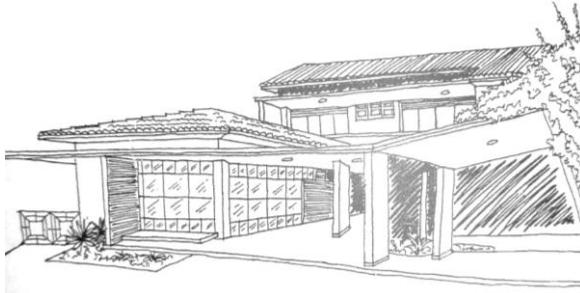
O estilo eclético predominou na cidade desde a sua fundação até a década de 50 do século XX, e a adoção de uma arquitetura moderna só foi possível nos anos 60, com a construção dos primeiros edifícios modernos institucionais, e das casas modernas projetadas pelo arquiteto piauiense Anísio Medeiros e pelo mineiro Antônio Luiz, ambos de formação acadêmica carioca, na antiga Escola Nacional de Belas Artes/ ENBA.

### **O acervo da modernidade**

Observando-se a produção arquitetônica no período das décadas de 50 a 60, época de grande desenvolvimento no setor imobiliário durante o pós-guerra em todo o mundo e no Brasil, constata-se que, Teresina, nesta época, ainda era bastante provinciana, e poucas obras públicas foram produzidas neste período.

O setor privado, contudo, produziu residências, principalmente, na artéria principal da cidade na época, antiga Avenida Getúlio Vargas, atualmente, Avenida Frei Serafim, que abrigou belos exemplares de arquitetura moderna (figura 1) em toda a sua extensão, bem como, em ruas do seu entorno.

**Figura 1: Casa na Av. Frei Serafim.**



Fonte: Esboço de Emanuel Castelo Branco.

Os primeiros projetos modernos eram realizados no Rio de Janeiro, como por exemplo, os desenvolvidos para o DER/ Departamento de Estradas e Rodagens (figura 2) e para o Teatro de Arena, adotando os princípios da escola carioca, que baseada na teoria de Lúcio Costa, buscava alternativas climáticas para a utilização da linguagem moderna.

**Figura 2: Esboço do prédio do DER.**



Fonte: Emanuel Castelo Branco.

Somente no final dos anos 60 é que chegou à cidade, o arquiteto Antônio Luiz que começou a desenvolver de uma forma mais contínua, intervenções modernas na paisagem urbana. O início da produção de Antônio Luiz, mineiro de Juiz de Fora, que estudou na ENBA/ RJ, data de meados dos anos 60, e a partir de 1968, criou o escritório “Maloca”, que iniciou uma série de trabalhos que adotaram os critérios da modernidade universal, trazendo para a cidade, a linguagem já disseminada em várias capitais brasileiras.

Antônio Luiz produziu os edifícios mais significativos da cidade, tais como a sede do Ministério da Fazenda, o Palácio do Comércio, o Instituto de Educação, a Casa do Estudante, a sede da CEPISA/Companhia energética do Piauí, e várias sucursais do BEP/Banco do estado do Piauí, entre tantos outros projetos, que sempre partiam do princípio de que “arquitetura e estrutura não deveriam jamais ser pensados por cabeças diferentes” (Afonso, 2002, p.60).

Afonso (2012) publicou um livro dedicado a dar início à difusão da obra do arquiteto mineiro em Teresina (figura 3), e essa obra possuía como objetivo, divulgar esse trabalho, e, para isso, foi dividido em duas partes: uma primeira, voltada para artigos realizados por pesquisadores teresinenses que refletiam sobre algumas dessas obras, analisando-as e apontando os aspectos que deveriam ser considerados com um olhar mais atento sobre tal produção; e uma segunda parte, voltada para catalogar obras do arquiteto, através de imagens como perspectivas e fotografias, textos analíticos e pontuais que foram recentemente objeto de uma exposição sobre Antônio Luiz, promovida pelo CAU-PI/Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Piauí.

**Figura 3: Capa do livro de Antônio Luiz: Arquiteto.**

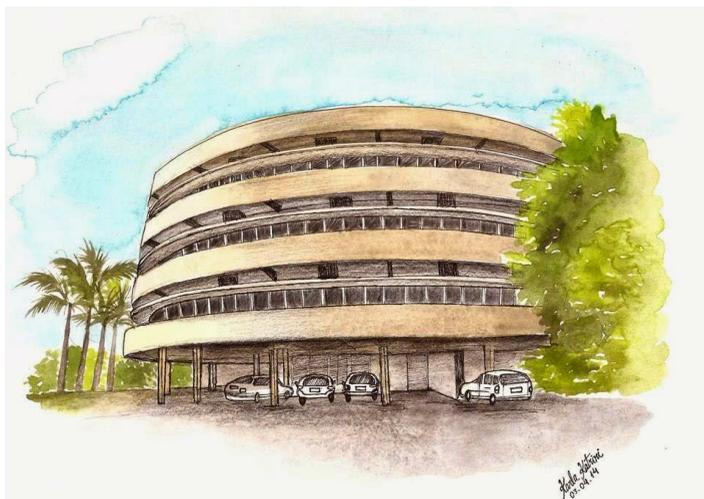


Fonte: Afonso, A. 2012.

Projetar com critérios, com valores, relacionando arquitetura e estrutura, com atenção especial ao detalhe projetual e construtivo são alguns princípios que norteiam a produção arquitetônica moderna universal. E o arquiteto Antônio Luiz é um profissional que se caracteriza pela adoção de tais pontos.

Objeto de estudo de nossas pesquisas, por meio do grupo Modernidade Arquitetônica, o profissional mineiro, radicado em Teresina, desde a segunda metade da década de 60, produziu um trabalho com uma excelente qualidade projetual, a qual o consolidou como um dos mais produtivos arquitetos dos anos 70, 80 e 90 do século XX.

**Figura 4: Antiga sede da CEPISA.**



Fonte: Desenho de Pablo Nunes e aquarela de Karla Katrini.2014.

Observou-se, nas pesquisas sobre seu trabalho, que, em suas distintas tipologias, o mesmo segue uma linha, com especial atenção à estrutura, aos revestimentos, obtendo um bom resultado, que pode ser exemplificado em edifícios como a sede da antiga CEPISA (figura 4), o Eldorado Country Clube, o Instituto Antonino Freire e diversos projetos residenciais que marcam a paisagem teresinense.

Daniel (2014) deu continuidade às pesquisas sobre Antônio Luiz e escreveu sua dissertação de mestrado sobre a arquitetura moderna institucional em Teresina: reflexos de um arquiteto migrante. A pesquisa de Daniel se aprofunda em questões importantes sobre o arquiteto, sendo mais uma fonte importante para quem deseja conhecer melhor esse profissional.

Outro importante nome da modernidade teresinense é Miguel Caddah, arquiteto piauiense que também estudou na ENBA/RJ, e retornou para Teresina no início dos anos 60, e produziu, principalmente, na área educacional, uma série de projetos para o Estado, uma vez que era funcionário público, tendo a oportunidade de desenvolver obras que traziam em seu bojo, a essência do movimento moderno, com a utilização de modulação, atenção à estrutura e aos novos materiais.

Moura (2017) desenvolveu sua dissertação de mestrado sobre a obra de Caddah na área educacional em Teresina, no recorte de 1970 a 1985, sendo uma boa referência sobre a produção do arquiteto, pois a autora analisou as mais importantes construções escolares na cidade, construídas durante o período de modernidade e que fazem parte do acervo moderno local.

### **Figura 5: Igreja da Santíssima Trindade.**



Fonte: Desenho de P. Nunes e aquarela de Karla Katrini.2014.

Uma das obras mais significativas de Caddah construídas na modernidade é a Igreja da Santíssima Trindade em Teresina

(figura 5), que data de 1968, e apresenta uma composição em triângulos, emprego de estrutura metálica, resultando em uma arrojada forma plástica que marca a paisagem até nossos dias. Em matéria publicada na Revista Revestrés em 2017, Caddah escreveu sobre a concepção dessa obra:

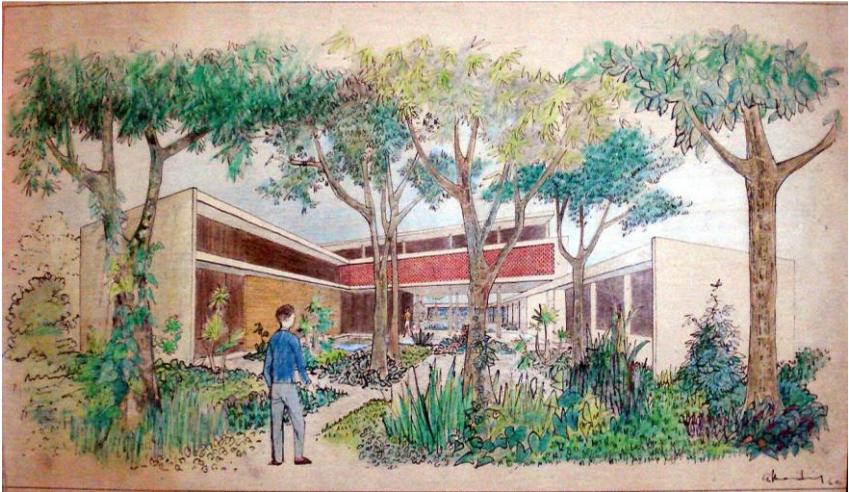
Em 1968, fui procurado pelos padres redentoristas irlandeses da Igreja São José Operário, que me solicitaram um projeto para a Igreja da nova paróquia a ser criada no bairro Primavera. Logo passei a imaginar uma composição que fugisse das formas tradicionais – naves oblongas, ábside, etc. – partindo para uma forma em planta que aproximasse mais os fiéis do altar-mor e do celebrante para melhor participação de todos nas celebrações. Tive a ideia de associar a nova concepção à representação simbólica da Santíssima Trindade, para tanto arquitetando uma forma composta basicamente de triângulos. (CADDAH,2017, s/p)

Outro importante personagem que mesmo sendo piauiense, não chegou a morar em Teresina, depois de graduado em arquitetura pela ENBA/ RJ, foi Anísio Medeiros. O arquiteto Anísio Medeiros nasceu no Piauí, mas foi desde cedo, estudar no Rio de Janeiro, onde permaneceu até sua morte.

No início de sua carreira, desenvolveu projetos em Teresina, havendo projetado também na cidade de Parnaíba, o Igara Clube. Atuava também como artista plástico, havendo criado vários painéis executados em Cataguazes e na cidade do Rio de Janeiro, sendo de sua autoria, todos os painéis existentes no Monumento

aos Pracinhos. Trabalhou, posteriormente, com cenografia de filmes, tendo recebido vários prêmios.

**Figura 6: Casa David Cortelazzi, que foi demolida, e deu lugar a um supermercado na avenida Homero Castelo Branco, zona leste de Teresina.**



Fonte: Arquivo privado da família Medeiros.

Empregou em suas obras: volumes puros, grandes panos de esquadrias, pilotis e arrojadas soluções arquitetônicas, seja no partido adotado, seja no emprego de novos materiais. Alguns exemplares de sua produção na cidade foram a casa David Cortelazzi (figura 6), demolida para dar lugar a um grande supermercado no bairro Jockey Clube; casa Zenon Rocha, e a sede do Iate Clube.

Anísio Medeiros concebeu por primeira vez na cidade de Teresina, um projeto com resolução de planta adotando critérios modernos, a casa Zenon Rocha (figura 7), que empregou soluções tais

como: a planta baixa modulada, setorizada por áreas, criando espaços de lazer cobertos no pavimento térreo através da adoção de pilotis, valorização do espaço interno devido à criação de mezanino, e acesso ao pátio interno ajardinado e composto de árvores frondosas que criam um agradável conforto térmico na casa.

**Figura 7: Casa Zenon Rocha.**



Fonte: Desenho de Pablo Nunes e aquarela de Karla Katrini.2014.

A casa foi concebida em forma de “U”, implantada em um terreno de esquina retangular, com a fachada principal direcionada para o Norte, e a secundária, para Oeste. A planta teve seu programa resolvido em dois pavimentos, estando as áreas social e de serviço no pavimento térreo, e a área social, no pavimento superior.

Desperta interesse na solução volumétrica, a adoção do teto em “asa de borboleta”, utilizado inicialmente por Le Corbusier na Casa Errazuriz no Chile (1930), e posteriormente empregado de

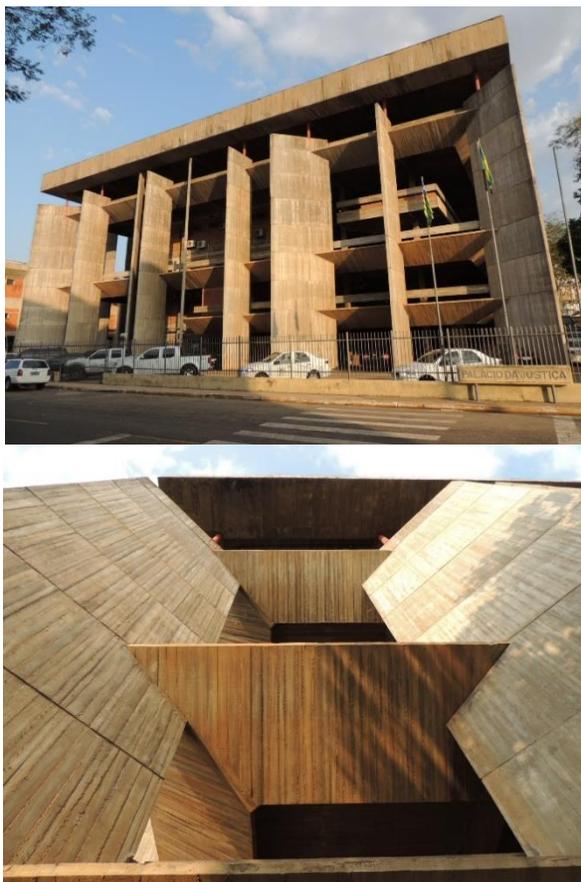
forma constante na linguagem plástica de Niemeyer em diversos projetos brasileiros (Casa M. Passos/ Rio de Janeiro, 1939; Iate Clube de Pampulha, Belo Horizonte, 1940; Casa JK, Belo Horizonte, 1943), e que se tornou uma solução bastante usual na arquitetura brasileira, por solucionar os problemas climáticos tropicais, ao substituir os tetos planos, por telhados cerâmicos inclinados, sendo encontrados em projetos modernos como os realizados por Reidy (Casa Carmem Portinho, Rio de Janeiro, 1952) e por Sérgio Bernardes (casa Jadir Souza, Rio de Janeiro, 1951).

Felizmente, a casa encontra-se tombada em nível estadual, e a família a conserva bem, podendo ser uma importante referência para aqueles que pretendem conhecer a arquitetura moderna residencial em Teresina.

Um outro importante profissional que atuou em Teresina e produziu obras significativas na cidade, foi o arquiteto e professor carioca Acácio Gil Borsoi, que vivia em Recife, e atuava como arquiteto e professor no curso de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco/ UFPE.

Com sua base familiar e profissional em Recife, a partir da década de 50, também produziu importantes obras modernas em Teresina, tais como o Tribunal de Justiça do Piauí, a sede da Assembleia Legislativa, e obras de intervenção em edifícios históricos, desenvolvidas juntamente com sua esposa e arquiteta Janete Costa: reformas na sede da Prefeitura de Teresina, no Palácio do Karnak e no Teatro 4 de Setembro. Todos estes edifícios são neoclássicos, e sofreram intervenções realizadas sem descaracterizar a volumetria dos mesmos.

**Figura 8: Tribunal de Justiça do Piauí.**



Fonte: Fotografias de Alcilia Afonso. 2012.

Uma das obras mais simbólicas de Borsoi em Teresina, sem dúvida é o edifício que sedia o Tribunal de Justiça do Piauí (figura 8): arquitetura e estrutura foram projetadas dialogando constantemente, tanto que a planta livre e modulada foi gerada partindo de

uma estrutura independente em concreto aparente, que permite uma flexibilidade no layout dos espaços internos.

A estrutura sistemática, modulada, que adotou o uso do concreto aparente em pilares e vigas é um dos traços marcantes desta edificação, que explorou o uso de materiais como o tijolo, a pedra, a madeira, em seus estados naturais, caracterizando a adoção do estilo brutalista em seu partido arquitetônico. A obra se caracteriza por uma transparência espacial, na qual os espaços externos e internos interagem entre si, através dos grandes vãos vazados, que além de permitirem a integração espacial, possibilitam a ventilação constante do ar, tornando o edifício, um exemplar de arquitetura bioclimática na cidade, que é possuidora de altas temperaturas. (AFONSO, 2020, p. 85)

Negreiros e Marques (2017), ex-alunos e pesquisadores do grupo de pesquisa Modernidade Arquitetônica/ UFPI continuaram os estudos sobre o arquiteto e produziram um livro sobre Acácio Gil Borsoi e sua produção arquitetônica moderna em Teresina.

O livro trata-se do registro, por meio da documentação textual, imagética e projetual, da obra de Borsoi e traz fragmentos da vida, da formação acadêmica e da atuação profissional deste mestre, com ênfase na sua produção arquitetônica na cidade de Teresina, onde deixou um legado de vulto inquestionável, marcado por obras arquitetônicas, intervenções patrimoniais e conjuntos urbanísticos, conforme coloca Negreiros e Marques (2017, p. 5).

Além desta produção, existem também àquelas desenvolvidas por arquitetos que estudaram em cidades como Recife, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, que na década de 70, retornaram à Teresina e aplicaram na cidade, o aprendizado adquirido em suas formações, trazendo os recursos da modernidade que foram difundidos por seus mestres.

Anos mais tarde, chegaram também à cidade, arquitetos oriundos de outras capitais, como Recife (Ricardo Roque), e Fortaleza (João Alberto), que estavam imbuídos de produzir uma arquitetura em sintonia com o lugar e os condicionantes construtivos e climáticos locais. Tais profissionais tiveram em suas formações acadêmicas, uma base teórica e prática voltada à linguagem moderna, e suas primeiras obras retratam tal afirmativa.

### **Resultados das pesquisas sobre modernidade em publicações**

Como resgatar esse acervo moderno através de um trabalho documental?

Como caminho para documentar essa produção arquitetônica e não a perder ao longo dos anos, procurou-se organizar em livros, todas as informações que produzíamos nas nossas pesquisas, e para isso, foi dado início a um trabalho contínuo de documentação e publicações, como forma de preservar essa história arquitetônica.

O trabalho desenvolvido pelo grupo de pesquisa começou a publicar livros a partir de 2002, com o meu retorno do mestrado em Recife, sendo a primeira obra, uma coletânea de artigos escritos por mim, em jornais locais sobre a arquitetura teresinense. A proposta do livro “Arquitetura em Teresina: 150 anos. Da origem a contemporaneidade” (Afonso, 2002) foi trabalhar com a

arquitetura da cidade de Teresina em seus 150 anos de existência, desde sua origem à sua contemporaneidade (figura 9).

**Figura 9: Capa do livro *Arquitetura em Teresina: 150 anos. Da origem a contemporaneidade.***



Fonte: Afonso, 2002.

A ideia era refletir sobre questões pertinentes ao estado de conservação atual do acervo arquitetônico da cidade, enfocando também o patrimônio moderno local, e apresentando os arquitetos precursores de tal modernidade Apesar de ser uma cidade

relativamente nova, estaria preservando a sua memória arquitetônica? Os aspectos históricos, geográficos, culturas estariam sendo considerados nos novos projetos de arquitetura? E como estava sendo tratado seu centro histórico? São algumas reflexões que a obra realizou.

Sem dúvida, esse livro tem um papel significativo, pois foi o primeiro de uma série que trataria sobre temas patrimoniais da arquitetura e da cidade de Teresina, sendo, portanto, uma obra precursora na área.

O segundo livro, resultado de pesquisas arquitetônicas do grupo, foi “Arquitetura piauiense”, organizado por mim e pela ex-aluna Michele Moraes (Afonso e Moraes, 2009). A proposta do livro/ caderno de desenhos foi a de resgatar a produção arquitetônica piauiense através de desenhos, esboços e croquis realizados por alunos e ex-alunos da disciplina arquitetura brasileira 2, do curso de arquitetura e urbanismo do departamento de construção civil e arquitetura do centro de tecnologia da Universidade Federal do Piauí (DCCA/ CT/ UFPI).

O trabalho foi inicialmente levantado através de registros fotográficos, selecionados e desenhados manualmente, procurando valorizar os detalhes arquitetônicos, e em seguida, analisados de forma a criar “pistas” para trabalhos futuros. Optou-se pela divisão em capítulos destinados a focar cada exemplar por suas respectivas tipologias arquitetônica (arquitetura civil, religiosa, institucional) e detalhes construtivos. E mais uma vez, a modernidade se faz presente, em obras residências e institucionais, conforme pode-se constatar na figura 10.

**Figura 10: Capa do livro *Arquitetura Piauiense* e croqui da fachada moderna da Vila Olinda.**

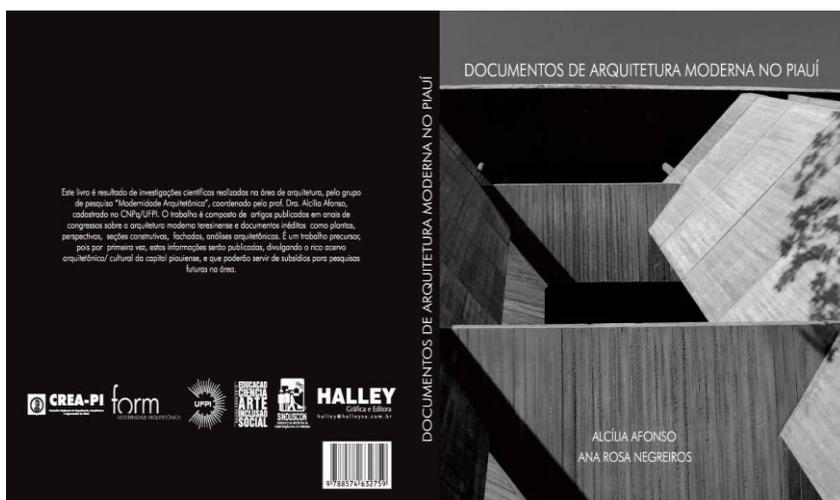


Fonte: Desenho de Laila Caddah, In Afonso e Moraes. 2009.

Em outubro de 2010, o grupo de pesquisa Modernidade Arquitetônica, apresentou mais um resultado das investigações, publicando o livro “Documentos de Arquitetura Moderna” (figura 11), formado por artigos escritos pelos membros do Grupo, em

congressos nacionais, além de um inventário analítico arquitetônico sobre as principais obras modernas, ou que utilizam na contemporaneidade, critérios projetuais da modernidade (Afonso e Negreiros, 2010).

**Figura 11: Capa do livro Documentos da arquitetura moderna no Piauí.**



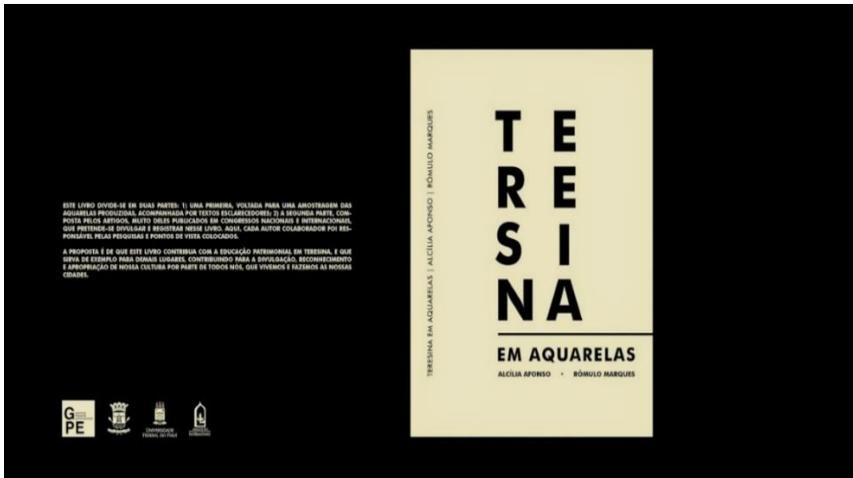
Fonte: Afonso e Negreiros. 2010.

Foi um trabalho inédito, e da maior importância para o estudo da arquitetura piauiense, pois por primeira vez, os projetos arquitetônicos foram resgatados, através de desenhos, fotografias, além, de também, estar se levantando e divulgando dados sobre os principais profissionais que implantaram a modernidade no Estado, expondo as suas biografias.

Em 2014, o grupo publicou mais um livro, *Teresina em Aquarelas* (figura 12) – que foi fruto de um trabalho desenvolvido

por uma equipe de alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro de Tecnologia da Universidade Federal do Piauí (UFPI), que fazia parte dos grupos de pesquisa Amigos do Patrimônio e Modernidade arquitetônica. A coletânea foi coordenada por mim, que selecionei algumas das obras mais simbólicas de cada período estilístico (Afonso e Marques, 2014), e tive o apoio em todo o trabalho, do pesquisador na época, Rômulo Marques.

**Figura 12: Teresina em aquarelas.**



Fonte: Afonso e Marques. 2014.

A modernidade arquitetônica e o acervo teresinense estiveram presente no livro, através de aquarelas e textos analíticos de obras dos arquitetos Antônio Luiz, Miguel Caddah, Raimundo Dias, Acacio Gil Borsoi, Ricardo Roque (Afonso, 2014, pp. 16-39).

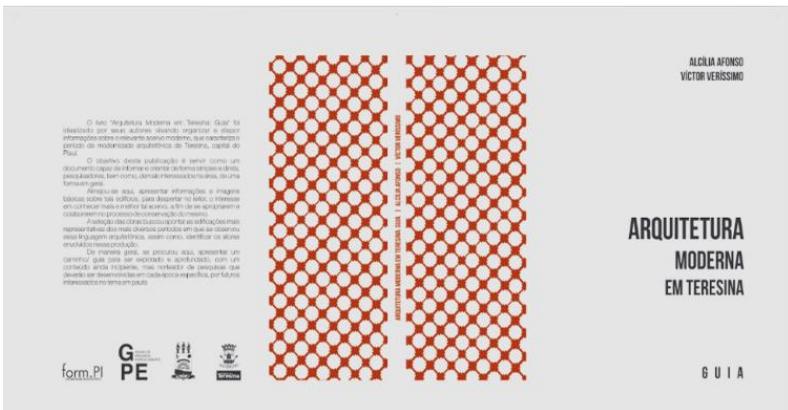
Um livro de importância fundamental nos estudos sobre a modernidade em Teresina, pois a integração arte / cidade tem sido

uma busca constante desenvolvida por arquitetos, urbanistas, artistas, intelectuais e por todos os cidadãos sensíveis e atentos a solucionar a melhoria da qualidade de vida nas nossas cidades, através da preservação dos bens culturais e a inserção de obras de arte nos espaços urbanos.

Outro importante resultado das pesquisas sobre a modernidade arquitetônica teresinense foi o livro “Arquitetura Moderna em Teresina: Guia”, organizado por mim e pelo ex-aluno Victor Verissimo (Afonso e Verissimo, 2015), que visou organizar e dispor informações sobre o relevante acervo moderno, que caracteriza o período de modernidade arquitetônica de Teresina.

O objetivo da publicação (figura 13) foi servir como um documento capaz de informar e orientar de forma simples e direta, pesquisadores, bem como, demais interessados na área, de uma forma em geral.

**Figura 13: Capa do livro Arquitetura moderna em Teresina. Guia.**



Fonte: Afonso e Verissimo. 2015.

Utilizou-se como estratégia "blocar" por rotas, os quatro períodos dessa modernidade - a proto-modernidade, a modernidade precursora, a consolidada, a tardia - que consistiu numa maneira de tentar organizar metodologicamente, os exemplares, por períodos, relacionados às etapas da história sociocultural, política e econômica nacional, que de certa forma, influenciou cada momento. Um trabalho completo e primoroso que, sem dúvida, é uma das mais importantes fontes secundárias da documentação da arquitetura moderna teresinense.

Em 2016, o Grupo de pesquisa Modernidade arquitetônica foi convidado para organizar o sexto seminário do Docomomo norte nordeste em Teresina (figura 14), levando para a capital piauiense os mais atuantes pesquisadores de modernidade brasileiros.

**Figura 14: Arte da chamada de trabalhos do sexto seminário do Docomomo norte nordeste.**



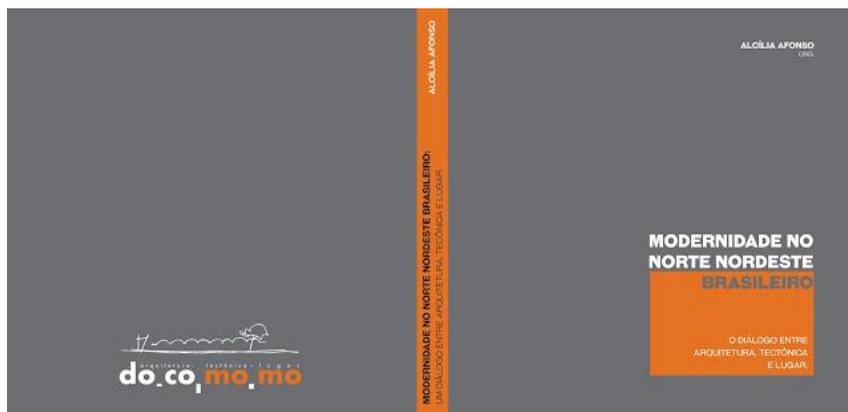
Fonte: Afonso. 2016.

O evento foi um marco na cidade, na região e no Brasil, mostrando a organização e o comprometimento com a preservação da modernidade, e conseguiu um público assistente e interessado no tema, de mais de trezentos inscritos, além de ter recebido centenas de artigos apresentados nos dias do evento.

Como resultado do seminário, além da publicação dos anais, Afonso (2017) organizou um livro intitulado “Modernidade no Norte Nordeste Brasileiro: o diálogo entre arquitetura, tectônica e lugar” (figura 15), que reuniu além dos artigos sobre a modernidade teresinense, outros textos que dialogavam com a temática do seminário ocorrido em Teresina.

O objetivo do livro foi divulgar as pesquisas que tratavam sobre a produção, a tectônica, a materialidade, as soluções projetuais, os autores conhecidos ou ainda desconhecidos dos acervos modernos da região, enfim, o rico patrimônio cultural, especificamente, artístico, arquitetônico e urbanístico de cidades como por exemplo, Manaus, Belém, São Luís, Teresina, Fortaleza, Campina Grande, Recife, Salvador.

**Figura 15: Capa do livro Modernidade no Norte Nordeste Brasileiro: o diálogo entre arquitetura, tectônica e lugar.**



Fonte: Afonso, A. 2017.

Os artigos selecionados e publicados na coletânea, procuraram traçar um panorama embasado nos eixos temáticos propostos, expondo através das pesquisas realizadas, a diversidade do acervo, bem como, material documental que contribui para a construção de uma história, de uma reflexão sobre a modernidade produzida na região do norte e nordeste brasileiro.

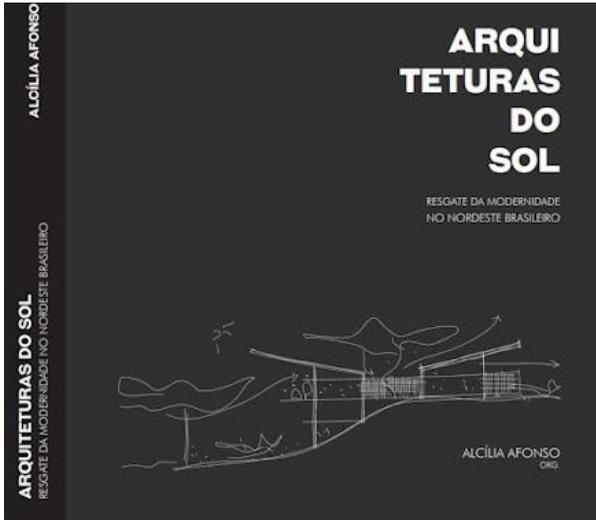
Mesmo havendo encerrado um ciclo profissional em Teresina, em abril de 2015, continuei com vínculos profissionais na cidade, ampliando, contudo, o universo de minhas pesquisas em Pernambuco e na Paraíba, e sempre reservando um lugar para a difusão da arquitetura moderna teresinense.

### **A inserção do patrimônio moderno teresinense no contexto regional e nacional**

Anos após a minha saída de Teresina, organizei mais um livro sobre a arquitetura moderna nordestina, dialogando com as produções dos estados onde eu atuei como arquiteta e pesquisadora: Pernambuco, Paraíba e Piauí.

Em 2020, publiquei o livro “Arquiteturas do sol: resgate da modernidade no nordeste brasileiro” (Afonso, 2020) que apresentava os resultados de investigações na área da arquitetura nos trópicos brasileiros, compondo um conjunto documental que poderá servir de base para novos voos acadêmicos e profissionais (figura 16).

**Figura 16: Capa do livro Arquiteturas do sol: resgate da modernidade no nordeste brasileiro.**



Fonte: Afonso, A.2020.

Os capítulos tratam sobre a documentação e a conservação da arquitetura moderna produzida nas cidades de Recife/PE, Teresina/PI e Campina Grande/PB - que foram os lugares de minhas investigações. Foi dividido em quatro eixos temáticos, a fim de condensar as discussões em cada parte, reunindo ali os artigos que trataram dos temas que em seguida serão expostos.

O primeiro eixo trata de textos voltados para as arquiteturas do sol, enfocando questões mais genéricas da produção do nordeste brasileiro. O segundo está voltado para artigos que tratam do tema da tectônica relacionada com a modernidade. O eixo temático três volta-se para um tema bastante pertinente na atualidade, que é o acervo do patrimônio industrial moderno. Foram

resgatadas discussões para a compreensão de que no Nordeste ocorreram dois momentos importantes da construção de uma modernidade industrial.

O eixo temático quatro está direcionado para discussões que tratam sobre a salvaguarda, e soluções que procuram preservar e retomar a documentação do acervo moderno, além de se preocupar também com aspectos da sua conservação.

Tais capítulos que compõem essa coletânea devem dar continuidade às pesquisas na área, servindo de subsídios para tornar mais robusto o trabalho de documentação, bem como, subsidiar projetos de intervenção para a conservação do acervo moderno nordestino.

Teresina foi contemplada neste livro com a presença de dois capítulos: o primeiro sobre a arquitetura brutalista piauiense nos anos 70, tratando das obras de Borsoi, Antônio Luiz e Raul Cirne; e o segundo capítulo, que tratou sobre a relação da arquitetura com a estrutura presentes nas obras do arquiteto mineiro que atuou em Teresina, Raul Cirne e projetou o estádio de futebol Albertão, nos anos 70.

A presença de alguns exemplares da arquitetura moderna de Teresina nesse livro, demonstra a força e potência da qualidade arquitetônica desse acervo, representando de maneira qualitativa essa produção, além de inseri-la no circuito nordestino da modernidade regional.

## **Conclusão**

Pode-se observar após esse breve relato, os avanços que os estudos sobre a modernidade arquitetônica alcançaram ao longo desses anos. Os esforços para se desenvolver as pesquisas valeram

à pena, e sementes foram plantadas no meio acadêmico da UFPI, que através de projetos de iniciação científica deram formação a novos pesquisadores.

Esses ex-alunos, atualmente, mestres e doutores, continuaram os estudos, se aprofundando na temática da modernidade, fortalecendo o ativismo patrimonial em prol da preservação na área, conforme foi visto no texto.

Atualmente, sou a coordenadora geral do Docomomo Brasil, na gestão de 2022 e 2023, e pretendo trazer cada vez mais, a produção nordestina, especificamente a piauiense, para o conhecimento do público em geral que estuda a área.

Torna-se ainda necessário, que seja realizado um trabalho constante de educação patrimonial em nível de ensino fundamental, médio e superior sobre o valor do patrimônio moderno teresinense, e de suas contribuições nos dias atuais para que possamos preservar esse momento importante de nossa história arquitetônica.

Saber ver essa arquitetura, observar suas soluções projetuais, construtivas, plásticas, funcionais é tarefa fundamental, pois, infelizmente, a maior parte desse acervo não se encontra preservado legalmente, podendo ser descaracterizado e demolido a cada dia.

Através das publicações aqui divulgadas, procurou-se documentar grande parte do acervo, como maneira de preservar essa memória, mesmo que um dia, ele não mais exista concretamente.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Alcilia. **Arquitetura em Teresina: 150 anos. Da origem a contemporaneidade.** Teresina: Edufpi, 2002.

\_\_\_\_\_. **A preservação da arquitetura moderna nas cidades do nordeste brasileiro: os casos de Recife e Teresina.** Salvador: Anais do Arquimemória 3. 2008.

AFONSO, Alcilia e MORAES, Michele. **Arquitetura Piauiense.** Teresina: Edufpi, 2009.

AFONSO, Alcilia e NEGREIROS, A. R. **Documentos da Arquitetura Moderna no Piauí.** Teresina: Edufpi, Gráfica Halley, 2010.

AFONSO, Alcilia. **Antônio Luiz: Arquiteto.** Teresina: Edufpi, Gráfica Halley .2012.

AFONSO, Alcilia e MARQUES, R. **Teresina em aquarelas.** Teresina: Edufpi. Gráfica Cidade Verde, 2014.

AFONSO, Alcilia; GUIMARAES, Victor. V. **Arquitetura Moderna em Teresina.** Guia. Teresina: Edufpi. Cidade Verde, 2015.

AFONSO, Alcilia **Modernidade no Norte Nordeste Brasileiro: o diálogo entre arquitetura, tectônica e lugar;** Teresina: Gráfica Editora Cidade Verde, 2017.

\_\_\_\_\_. **Arquiteturas do sol**: resgate da modernidade no nordeste brasileiro. Teresina: Edufpi, 2020.

\_\_\_\_\_. **Casa Zenon Rocha**. Teresina. 1952. Em rede: <http://kaki-fonso.blogspot.com/2009/06/casa-zenon-rocha-teresina-1952.html>. Acesso em: 02 mar. 2022.

\_\_\_\_\_. Arquitetura Brutalista no Piauí nos anos 70. In: **Arquiteturas do sol**: resgate da modernidade no nordeste brasileiro. Teresina: Edufpi, 2020. pp: 75- 96.

CADDAH, Miguel. **Eu que fiz**. Igreja da Santíssima Trindade. Breve histórico sobre o projeto arquitetônico Em rede: <https://revistarevestres.com.br/algomais/euquefiz/igreja-da-santissima-trindade-por-miguel-caddah/> Publicado em: 29 out. 2017. Acesso em: 4 out. 2017.

DANIEL, Leticia Soares. **Arquitetura moderna institucional em Teresina**: reflexos de um arquiteto migrante. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014.

GASTÓN, Cristina; ROVIRA, Teresa. **El proyecto Moderno**: Pautas de Investigación. Barcelona: Ediciones UPC, 2007.

KATINSKY, Julio. **Pesquisa acadêmica na Fauusp**. São Paulo: Fauusp, 2005.

MONTANER, J. **As formas do século XX**. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

MOURA, Nayane. **O moderno no urbano: reflexos de uma arquitetura escolar no patrimônio cultural de Teresina. (1970-1985).** Teresina: Dissertação de Mestrado em História, 2017.

NEGREIROS, Ana e MARQUES, Rômulo. **Acácio Gil Borsoi: produção arquitetura moderna em Teresina.** Teresina: Edufpi, 2017.

PIÑON, H. **El sentido de la arquitectura moderna.** Barcelona: Ediciones UPC, 1997.

\_\_\_\_\_. **El proyecto como (re) construcción.** Barcelona: Ediciones UPC, 2005.

\_\_\_\_\_. **Teoria do Projeto.** Porto Alegre: Livraria do Arquiteto, 2006.

\_\_\_\_\_. **El formalismo esencial de la arquitectura moderna.** Barcelona: ediciones UPC, 2008.

ROWE, C. **Manierismo y arquitectura moderna y otros ensayos.** Barcelona, Gustavo Gili, 1978.

SERRA, G. **Pesquisa em arquitetura e urbanismo.** São Paulo: Edusp, 2006.



## REFLEXÕES SOBRE A REVOLTA E A REVOLUÇÃO NAS MARCHAS DE 2013

Fernando Bagiotto Botton

Nesse breve capítulo de tonalidade ensaística buscaremos retomar significados éticos e políticos suscitados pelas marchas de 2013, que consideramos raiz das principais reverberações históricas de um Brasil contemporâneo. Para isso, tentaremos refletir acerca das dicotomias, aproximações e ambiguidades entre os conceitos de “revolução” e “revolta”, buscando exemplos em experiências e interpretações revoltosas/revolucionárias armando assim uma conceituação para lançar interpretações sobre a complexidade dos recentes acontecimentos políticos brasileiros.

### Percepções introdutórias

Os poucos centavos de aumento nas passagens do transporte público das principais capitais brasileiras que forçaram a população mais carentes a desembolsar até 40% de seu salário mínimo apenas para locomoção pessoal, mesclados ao descontentamento dos grupos menos favorecidos com a carestia geral da vida geraram um sentimento de revolta, absolutamente capitalizado e capitaneado por diversos grupos de diversos espectros políticos que puseram populações inteiras às ruas para pedir mudanças no Brasil. Não se tratava de uma especificidade brasileira, o mundo vivia sob a esteira da *Primavera Árabe*, do *Ocuppy Wall Street*, dos *Anonymous*, dos *indignados* espanhóis e da refrescante euforia com a premente possibilidade de mudar algo do mundo por meio da

reivindicação popular. Sobre isso o pensador lituano Slavoj Žižek compreende enquanto crises capitalistas que se manifestam não apenas nos infernos, mas também nos paraísos:

Seriam os problemas e protestos dos últimos anos sinais de uma crise global que está gradual e inexoravelmente se aproximando, ou seriam estes apenas pequenos obstáculos que podem ser contidos, se não resolvidos, por meio de intervenções precisas e específicas? A característica mais estranha e ameaçadora sobre eles é que não estão explodindo apenas (ou principalmente) nos pontos fracos do sistema, mas também em lugares que eram até agora tidos como histórias de sucesso. Problemas no Inferno parecem compreensíveis – sabemos por que as pessoas estão protestando na Grécia ou na Espanha, mas por que é que há problemas no Paraíso, em países prósperos ou que, ao menos, passam por um período de rápido desenvolvimento, como a Turquia, a Suécia e o Brasil? Com uma retrospectiva, podemos agora ver que o “problema no Paraíso” original foi a revolução de Khomeini, no Irã, um país considerado oficialmente próspero, na via rápida da modernização pró-ocidental, e principal aliado do Ocidente na região. Talvez exista algo de errado com a nossa percepção de Paraíso (ŽIŽEK, 2013).

Nesse desencanto paradisíaco brasileiro gerou-se uma enorme polifonia de pautas elencadas. Eram movimentos de

muitas pessoas indignadas, cansadas e revoltadas com diversas coisas: o aumento da tarifa era apenas uma parte, também havia empresários que se posicionavam contra os impostos, indignados que se levantavam contra a política tradicional, a presidenta, a copa do mundo; haviam os que se revoltavam contra os outros movimentos participantes; outros grupos repudiavam o excesso de violência policial e a insegurança pública; havia também aqueles que demonizavam a grande mídia, além daqueles que, ao não saberem exatamente o motivo de sua revolta, marchavam contra tudo que consideravam errado, sem especificar o que lhes incomodava. Com o andamento das revoltas, a falta de formação política e o oportunismo de grupos políticos de diversos espectros passaram a focar as indignações na pessoa da presidenta Dilma Rousseff, considerada raiz monárquica de todos os males da nação, junto com seu partido, associado automaticamente à corrupção enquanto maior de todos os pecados. Evidentemente aquela marcha com potencialidades revolucionárias fora eclipsada tanto por uma quantidade de pautas individualistas que tentavam se apropriar simbolicamente daquelas revoltas com o objetivo de faturar ganhos eleitorais ou midiáticos, até mesmo para promover pautas fascistas e, por mais contraditório que possa parecer: políticas *anti-políticas* (AVRITZER, 2020).

Nesse sentido podemos pensar na polêmica gerada ao redor dos *black blocs* (DUPUIS-DÉRI, 2014) que causaram alvoroços ao apedrejarem instituições, vitrines, estações de ônibus e quaisquer símbolos que aludissem ao Estado ou ao capitalismo. As discordâncias se instalavam entre os distintos grupos, de um lado aqueles que preferiam manter uma imagem cívica e familiar da marcha ao bradarem “*sem violência*”. Do outro, aqueles como eu que consideravam os apedrejamentos simbólicos, estéticos, ou até mesmo

necessários para que a revolta se fizesse incômoda, ouvida e efetiva.

Os ruídos comunicacionais se fizeram mais opressores quando a grande mídia passou a separar o joio do trigo. De um lado, qualificava o grupo dos protestantes *pacíficos* como patrióticos, ordeiros e ponderados, especialmente aqueles que bradavam pelo enforcamento da então presidenta eleita nas tripas do último esquerdista no poder. Do outro lado, enquadravam-se os vândalos, violentos e baderneiros que selvagememente depredavam os bens públicos e privados, acabando por macular a pureza da verdadeira marcha a redimir e purificar os destinos da velha política nacional.

Não tardou para que essa seleção moral adentrasse em nossos resquícios ditatoriais de suplício e punição chamados de batalhões de polícia militar (ironicamente atuando na sociedade civil). Muitos protestantes, transeuntes ou simpatizantes passaram a ser capturados, aprisionados, julgados e condenados pelo simples fato de serem enquadrados na categoria de *vândalos* ou mesmo por possuírem vinagre balsâmico, na tentativa de respirar ao insuportável ambiente tomado por spray de pimenta. Também foram presos aqueles que tentaram se esquivar das saraivadas de balas de borracha – flagrante insubmissão e desacato à autoridade – especialmente estudantes, negros e populações das periferias urbanas e sociais (DUPUIS-DÉRI, 2014). No decorrer dos dias barricadas foram levantadas, pessoas feridas, internadas, algumas até assassinadas, pela justificativa de estarem do lado *negro* da revolta. Já os alvos *cidadãos de bem*, ordeiros e pacíficos, passaram a adotar cada vez mais uma crescente tonalidade antipolítica, especialmente pela ascensão de um nacionalismo ufanista que nascia na metáfora do Brasil como um *gigante que antigamente adormecera e agora: acordou* (AVRITZER, 2020).

Dessa experiência intelectual, subjetiva, ética e política sem igual na democracia brasileira restou o desejo de realizar alguma reflexão que trouxesse alguma resposta acerca do motivo pelo qual uma pretensa revolução coletivista não ocorreu, ou o que poderia explicar aquela profusão de ideários polvilhados aos diversos espectros políticos e ideológicos. Como uma reflexão histórica consideramos necessário estudar brevemente alguns arquétipos daquilo que poderia ser considerado enquanto uma *revolução* para assim pensar em algo que poderia explicar aquele efusivo presente experienciado e, talvez, responder à pergunta do filósofo Jonnefer Barbosa: “Por que as revoltas, e não as revoluções, passaram a desempenhar protagonismo político e conceitual no século XXI?” (2018, p. 4).

### **Arquétipos da Revolução e da Revolta**

Utilizar a palavra *revolução* nas sociedades ocidentais significa referir-se à sua experiência histórica tomada como arquetípica: a Revolução Francesa (VOVELLE, 2019). Isso porque a cronologia historiográfica disciplinar e disciplinada costuma classificá-la como acontecimento fundante de uma ruptura epocal, que instituiu a fronteira de um *antigo regime* com uma moderna contemporaneidade (TOCQUEVILLE, 2017). O evento máximo de exaltação cívico-republicana de orgulho pátrio dos franceses apropria-se da narrativa de que os burgueses explorados se sublevaram e marcharam revolucionariamente ao lado da desnuda Marianne contra todas as corruptas monarquias exploratórias. É verdade que pelo o elemento extravasor dessa experiência é possível considerá-la portadora de características de levante. Porém, o arquétipo constituído por ela e também evocado pela revolução das 13 colônias

britânicas, antes de ser uma ruptura com a modernidade colonial e civilizatória moderna, demonstra certa continuidade das estruturas de poder previamente estabelecidas, como já alerta o grande crítico da Revolução Francesa François Furet: “Tocqueville perguntou-se por que a Revolução Francesa teve como principal resultado refazer a obra da monarquia absoluta, isto é, o Estado administrativo centralizado. Em outros termos: por que Bonaparte realiza um sonho de Luís XIV” (FURET, 2001, 20). Racional, objetiva e previdente a *revolução* mostra certa oposição ao caráter inusitado das revoltas, já que seu próprio nome prenuncia os claros desejos de realizar uma *re-evolução*, que não se furtaria a usar do terror para retomar planejadamente aquele processo considerado retrogrado e seguir com a curva de progresso e desenvolvimento racionais, aplacando as paixões que possam se opor à tal irresistível marcha ao futuro. Nessa crítica retomamos os argumentos do teórico italiano Furio Jesi quando distingue ambas as experiências políticas:

Usamos la palabra *revuelta* para designar un movimiento insurreccional diferente de la revolución. La diferencia entre *revuelta* y *revolución* no debe buscarse en los fines de una y otra; una y otra pueden tener el mismo objetivo: tomar el poder. Lo que mayormente distingue a la *revuelta* de la *revolución* es en cambio una diferente experiencia del tiempo. Si, de acuerdo con el significado habitual de ambas palabras, la *revuelta* es un repentino foco de insurrección que puede insertarse dentro de un diseño estratégico pero que de por sí no implica una estrategia a largo plazo, y la *revolución* por el

contrario es un complejo estratégico de movimientos insurreccionales coordinados y orientados relativamente a largo plazo hacia los objetivos finales, entonces podría decirse que la revuelta suspende el tiempo histórico e instaura de golpe un tiempo en el cual todo lo que se cumple vale por sí mismo, independientemente de sus consecuencias y de sus relaciones con el complejo de transitoriedad o de perennidad en el que consiste la historia. La revolución estaría, al contrario, entera y deliberadamente inmersa en el tiempo histórico (JESI, 2014, p. 63)<sup>1</sup>.

Se a revolução é imersa em seu tempo, então ela não institui uma novidade. Antes de ser fundadora de uma nova contemporaneidade ela apresenta-se como absolutamente moderna, iluminista, liberal, republicana, burguesa, masculina, universalista,

---

<sup>1</sup> Usamos a palavra revolta para designar um movimento insurrecional diferente da revolução. A diferença entre revolta e revolução não deve ser buscada nos fins de uma e outra; uma e outra podem ter o mesmo objetivo: tomar o poder. O que majoritariamente distingue a revolta da revolução é, pelo contrário, uma diferente experiência de tempo. Se, de acordo com o significado habitual de ambas as palavras, a revolta é um repentino foco de insurreição que pode inserir-se dentro de um projeto estratégico, mas que de por si não implica uma estratégia a longo prazo, e a revolução, pelo contrário, é um complexo estratégico de movimentos insurreccionais coordenados e orientados relativamente a longo prazo em direção aos objetivos finais, então poderia dizer-se que a revolta suspende o tempo histórico e instaura repentinamente um tempo pelo qual tudo o que se cumpre vale por si mesmo, independentemente de suas consequências e de suas relações com o complexo da transitoriedade ou de perenidade no que consiste a história. A revolução estaria, ao contrário, inteira e deliberadamente imersa no tempo histórico (Tradução do Autor).

eurocêntrica e branca. Sua busca pelo estabelecimento de um objetivo macropolítico específico, pela restituição ordenada de um poder centralizado, sua temporalidade estratégica de planejamento, metodologia, conluio e ação coordenada estabelece uma temporalidade de canalização das indignações variadas no entorno de um foco de consequências políticas previsíveis e controláveis.

Porém, é importante evitar a tentação moderna de instituir pares dicotômicos absolutos: desqualificar as revoluções modernas como oposto das revoltas é perder de vista as possibilidades de dialéticas fundadas em sínteses conectivas, em que teses e antíteses se sustentam sem superação, mantendo-se por meio da *adição* (e...e...).

Se nesse mesmo contexto revolucionário avançarmos apenas dois anos podemos encontrar outro arquétipo notavelmente insurrecional de revolução, aquela ocorrida na ilha caribenha de Santo Domingo em que os escravos afrodiáspóricos em revolta não apenas tomaram o poder político, mas assassinaram os brancos senhores coloniais e queimaram seus rentáveis canaviais, instituindo a primeira revolução e a primeira república do *novo mundo* (JAMES, 2000). A narrativa historiográfica francófona muitas vezes atribui à Revolução Francesa a casualidade inicial daqueles levantes, como se os escravos são-dominguenses esperassem pelos revoltosos iluministas para exercerem seu ato libertação. Pelo contrário, compreendemos que é possível perceber que os escravos não irromperam uma temporalidade revolucionária de um horizonte de expectativas previsível, seu levante era margeado pela imediata indignação, cansaço, fúria, vingança e desespero – elementos mais próprios à revolta que à revolução. Não havia qualquer previsibilidade além das contingencialidades de um grupo de subalternizados na busca por novas estruturas de existência. Nesse sentido

estamos longe de classificarmos as revoltas de Santo Domingo como puramente liberais e iluministas como aquela promovida por seus colonizadores. Obviamente alguns líderes como L'Ouverture se inspiravam nesses valores, mas também havia uma série de intenções díspares no interior daquela revolução (JAMES, 2000), porém seu futuro não estava definido, apenas sentia-se o desejo de cessar com o antigo sistema *necropolítico* de escravidão e racismo.

Essa foi a única revolta de escravos bem-sucedida da História, e as dificuldades que tiveram de superar colocam em evidência a magnitude dos interesses envolvidos. A transformação dos escravos, que, mesmo às centenas, tremiam diante de um único homem branco, em um povo capaz de se organizar e derrotar as mais poderosas nações europeias daqueles tempos é um dos grandes épicos da luta revolucionária e uma verdadeira façanha (JAMES, 2020, p. 15).

Perceba-se que a autora com precisão se utiliza em primeiro lugar o termo “revolta” para denotar o levante escravo de Santo Domingo. Apenas depois, para dissertar sobre o contexto geral e comparativo com as demais experiências históricas não necessariamente latino-americanas ela se utiliza do termo “revolucionária”, como um adjetivo e não como substantivo. Isso leva a conceber a dita “Revolução Haitiana” não apenas como revolução, mas mais propriamente quanto levante. Além do fato de não ser uma revolução propriamente “haitiana” uma vez que apenas no fim dos levantes, em 1804, o país conquistou sua independência e passou a ser chamado por seu nome atual. Não vem ao caso levantar uma discussão aprofundada sobre aqueles levantes, importa é

evidenciar seu caráter difuso, com participação ampla de homens e mulheres escravizados e pelo fato de ter subvertido as regras da revolução, não porque quebrou com a continuidade escravista do antigo regime, mas especialmente porque instaurou uma nova experiência temporal, aberta para devires de liberdade e, também, outras formas de servidão.

Pelo singular caráter insurrecional e anticolonial daquele *levante-revolucionário-escravo* é possível reabilitar a *simbologia da revolta* conotada pelo historiador italiano Furio Jesi (2014). Sua proposta como pesquisador da antiguidade foi realizar uma leitura conscientemente anacrônica ao interpretar a rebelião escrava do gladiador Espártaco do ano 73 a.c. como um modelo genealógico e paradigmático de revolta. Não por acaso, muitos historiadores chamam sua revolta de “guerra dos escravos” ou “terceira guerra servil”, uma vez que trata da sublevação de indivíduos de extratos sociais baixos. Nesse sentido, Jesi remete essa simbologia a representação proposital autoadscrita pela Liga Espartaquista alemã ou a *Spartakusbund*, da qual mais notória representante foi Rosa de Luxemburgo, que em meio à Primeira Guerra Mundial na Alemanha se valeu desse ideário espartaquista para reivindicar pautas socialistas, antiimperialistas e antimilitaristas:

precisamente en el mismo año de 1919, dentro del cual aparecen situadas en la novela las apolo­gías del pensamiento de Sorel, en una reunión de la intelligentsia de Múnich, precisa­mente en ese año la parte extrema de la iz­quierda alemana salía a manifestarse valién­dose de técnicas propagandísticas provenien­tes de la revalorización -o, más bien, de la reno­vada experiencia- de los mitos: mitos en los que

se confiava como em reservas eternas, latentes en el interior de los hombres, para alcanzar la autoconciencia y para potenciar la lucha contra el sistema capitalista. La propia denominación de Spartakusbund (Liga Espartaquista) es reflejo de esa confianza en el instante mismo en que recuerda el nombre y la imagen del antiguo jefe de la insurrección de los esclavos, e incluso en lo formal vincula los emblemas del espartaquismo<sup>2</sup> (JESI, 2014, p. 54-55).

Nessa leitura a *revolta* seria protagonizada por minorias subalternizadas em ebulição afetiva e política capazes de instituir uma ação política de temporalidade disruptiva.

Toda revuelta es batalla, pero una batalla en la que se elige participar deliberadamente. El instante de la revuelta determina la fulmínea autorrealización y objetivación de sí como parte de una comunidad. La batalla entre el bien y el mal, entre supervivencia y muerte, entre éxito y fracaso, en la que cada uno está a diario

---

<sup>2</sup> precisamente no mesmo ano de 1919, dentro do qual aparecem situadas no romance as apologias do pensamento de Sorel, em uma reunião da intelligentsia de Munique, precisamente nesse ano a parte extrema da esquerda alemã saía a manifestar-se valendo-se de técnicas propagandísticas provenientes da revalorização – ou melhor, da renovada experiência - dos mitos: mitos pelos quais que se confiava como em reservas eternas, latentes no interior dos homens, para alcançar a autoconsciência e para potencializar a luta contra o sistema capitalista. A própria denominação de Spartakusbund (Liga Espartaquista) é reflexo dessa confiança no instante mesmo em que relembra o nome e a imagem do antigo chefe da insurreição dos escravos, inclusive no formal, vincula os emblemas do espartaquismo. (T.do A.).

comprometido como individuo, se identifica con la batalla de toda la comunidad: todos tienen las mismas armas, todos enfrentan los mismos obstáculos y al mismo enemigo. Todos experimentan la epifanía de los mismos símbolos: el espacio individual de cada uno, dominado por los propios símbolos personales, el refugio respecto del tiempo histórico que cada quien encuentra en su propia simbología y en su propia mitología individuales, se amplían y se convierten en el espacio simbólico común a toda una comunidad, el refugio respecto del tiempo histórico donde toda una comunidad encuentra una escapatoria. Toda revuelta está circunscrita por límites precisos en el tiempo histórico y en el espacio histórico<sup>3</sup> (JESI, 2014, p. 70-71).

---

<sup>3</sup> Toda revolta é batalha, porém, uma batalha que se escolhe participar deliberadamente. O instante da revolta determina a fulminante auto-realização e objetivação de si como parte de uma comunidade. A batalha entre o bem e o mal, entre sobrevivência e morte, entre êxito e fracasso, onde cada um está diariamente comprometido como individuo, se identifica com a batalha de toda comunidade: todos possuem as mesmas armas, todos enfrentam os mesmos obstáculos e ao mesmo inimigo. Todos experimentam a epifania dos mesmos símbolos: o espaço individual de cada um, dominado pelos próprios símbolos pessoais, o refúgio a respeito do tempo histórico que cada um encontra em sua própria simbologia e em suas próprias mitologias individuais, se ampliam e se convertem no espaço simbólico comum a toda uma comunidade, o refúgio a respeito do tempo histórico onde toda uma comunidade encontra uma escapatória. Toda revolta está circunscrita por limites precisos no tempo histórico e no espaço histórico (T. do A.).

Essa mesma noção pode ser encontrada no conceito de *máquinas de guerra* de Félix Guattari e Gilles Deleuze. Nesse sentido, para (re)pensarmos uma proposta de ação tática das minorias devemos empregar o conceito de *máquina de guerra*, já que relaciona-se a tudo o que “é exterior ao aparelho de estado” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 11), é uma potência anárquica que abre condições para o estabelecimento de experiências políticas criativas e criadoras. Novamente se estabelece um movimento de deslocamento de conceitos à moda nietzscheana. Se pensamos tradicionalmente a *guerra* como um empreendimento de Estado estaremos longe do debate estabelecido, já que Deleuze e Guattari propõem a *máquina guerra* como o oposto a tal Estado, ou seja, nessa teoria o Estado não detém o poder da guerra, a única coisa que pode fazer é a institucionalização de um exército que responde por ela, mas há uma distância entre a *guerra de Estado* mediada por um exército e a *máquina de guerra*, que é, antes de tudo, potência da minoria, da mudança e da diferença. Para ilustrar didaticamente essa relação entre a *guerra de Estado* e a *máquina de guerra* Deleuze e Guattari comparam o Xadrez e o Go. O Xadrez é um jogo de Estado, as peças são sempre as mesmas e pressupõem uma identidade fixa, um cavalo será sempre um cavalo e apenas assim se movimentará. O objetivo é único: destruir o rei, centro de poder inimigo. O espaço é medido e controlado cartesianamente, todas as oposições e lógicas são bipolares e regidas pela matemática euclidiana, todas as peças são ordenadas por uma hierarquia aristotélica e cada ataque é previamente calculado pelo padrão do movimento anterior. O tempo de cada rodada é estritamente definido e respeitado cronometricamente, assim todas as variáveis de tempo, espaço e forças são controláveis e calculáveis. Isso é oposto ao Go, que mesmo tendo um tabuleiro e cores definidas, não se define por sujeitos ou

por identidades, mas antes por indefinições, por contingências. Seus movimentos são definidos por ações de situação, como *marginar*, cercar e ganhar território. Se um peão de Xadrez pode apenas dar um passo em uma direção previamente definida, uma peça de Go pode aniquilar com uma constelação de peças adversárias. Se o Xadrez é uma guerra institucionalizada, o Go é uma batalha de guerrilha, que tem por objetivo ganhar espaço num território indeterminado, diferente do Xadrez que possui um espaço institucionalizado. Dessa mesma forma podemos pensar o Estado como Xadrez e a *máquina de guerra* como o Go (DELEUZE; GUATTARI 2010c). Nessa mesma proporção podemos articular as minorias, que tal como o Go são mais efetivas e eficientes em ataques táticos: se utilizam das imprecisões, dos imprevistos, dos segredos, do tempo e da desterritorialização.

Mas a relação tal como aqui é posta pode ser considerada demasiadamente simplificada se pensarmos apenas na oposição binária entre o Estado e a *máquina de guerra*. A questão é que o pensamento de Deleuze e Guattari, assim como o próprio mundo em que pensam, não podem ser regidos por uma lógica de oposição binária entre aliados e inimigos. Desta forma, os pensadores aprofundam o debate ao afirmarem que é possível confundir as esferas opostas, já que os exércitos também se utilizam de práticas de desterritorialização, de velocidade e de segredos em suas ações. Ou seja, é muito tênue a margem que divide o mecanismo de *guerra do Estado* (o exército) e a *máquina de guerra*. A confusão ou transposição dessa linha pode levar à consequências catastróficas, tais como a ascensão de regimes populares-ditatoriais como as traumáticas experiências alemãs e soviéticas de meados do século XX, em que se configuraram contextos em que a *máquina de guerra* tomou por objeto a *guerra*. Mas tal *máquina de guerra* “pode ser revolucionária,

ou artística, muito mais que guerreira” (DELEUZE; GUATTARI, 2008, p. 47) tal asseveração é ampliada se pensarmos que ela não pode fazer parte de um Estado, e toda vez que é incorporada, perde sua característica definidora. Dessa dicotomia entre guerra de estado (Xadrez) e máquina de guerra (Go) podemos aproximar também à dicotomia revolução-revolta, que repetimos, não são totalmente contraditórias, mas que se complementam da mesma forma que se diferenciam. É nesse sentido que podemos estender não as instâncias históricas, mas as simbologias e cosmologias criadas e reapropriadas por levantes como a revolta escrava de Espártaco, a Revolução Haitiana (ou a revolta escrava de Santo Domingo) e a própria liga espartaquista alemã. É possível qualificar tais manifestações como simbologias de intensa apropriação e significação política não centralizada. Todas essas experiências históricas mas, antes de tudo, interpretativas, conseguem articular de maneira inacabada as concepções e relações entre os conceitos de revolta. Relativizando as modernas concepções de *revolução*, nascidas praticamente *pari passu* à experiência francesa de troca abrupta de regime político e decaptação do seu rei. Diferente dos levantes espartaquistas as revoluções modernas, incluindo em partes a de Santo Domingo e a espartaquista, possuem cronogramas e perspectivas de realização e de retorno a uma nova-evolução, bem como uma ruptura epocal, mudança de temporalidade, mesmo com o nome de “re-evolução”. Nesse sentido Hannah Arendt nos alerta:

As revoluções modernas pouco têm em comum com a *mutatio rerum* da história romana ou com a **oráoτç**, a guerra civil que afetava a pólis grega. [...] A Antiguidade conhecia a mudança política e a violência concomitante à mudança,

mas nenhuma das duas parecia gerar algo inteiramente novo. As mudanças não interrompiam o curso daquilo que a era moderna chamou de “história”, o qual, longe de partir de um novo início, era visto como uma recaída num outro estágio do ciclo, seguindo uma trajetória previamente determinada pela própria natureza dos assuntos humanos e, portanto, inalterável.

Existe, porém, um outro aspecto nas revoluções modernas para o qual talvez tenhamos maiores possibilidades de encontrar precedentes anteriores à era moderna. Quem há de negar o enorme papel desempenhado pela questão social em todas as revoluções, e quem há de esquecer que Aristóteles, quando começou a interpretar e explicar a **ueetaBoÀai** de Platão, já havia descoberto a importância do que hoje chamamos de motivação econômica - a derrubada do governo pelos ricos e a instauração de uma oligarquia, ou a derrubada do governo pelos pobres e a instauração de uma democracia? Igualmente conhecido pela Antiguidade era o fato de que os tiranos sobem ao poder com o apoio da plebe ou dos pobres, e que a melhor oportunidade de manter o poder consiste no desejo popular de igualdade de condições (ARENDDT, 2011, p. 47-48).

A reflexão proposta por Arendt é estabelecer a mesma divisão que fazemos entre revolta e revolução, mas concebendo ambas as esferas como contrafaces opostas dentro da própria revolução. Ou seja, o que a pensadora conceitua é que dentro da revolução há

duas perspectivas, a primeira, mais estranha com relação às revoltas da antiguidade, é o projeto de ruptura histórico-epocal, uma perspectiva de futuro muito bem definida e estrategicamente planejada, bastante típica do pensamento iluminista moderno. Mas para a filósofa há outra face da revolução (nesse texto tendemos a chamar por revolta) que assemelha com a antiguidade: seria justamente o caráter espartaquista da mesma, ou seja, o *caráter social*: os levantes em nome de igualdade de condições, geralmente protagonizados por escravizados ou camponeses descontentes com as desigualdades no interior daquelas sociedades. Nesse sentido é interessante compreendermos essa posição de Arendt para complexificarmos um pouco a questão e compreendermos a possibilidade de revoluções não apenas como substrato modernista, racional, europeu e branco, mas também, e justamente, pela escala social e política que também assume, mesmo que de maneira parcial.

Como parte desses arquétipos hora contraditórios e hora convergentes entre os conceitos de revolta e de revolução podemos compreender outras possibilidades de *revoltas-revolucionárias-escravas* no decorrer da história, especialmente aquelas que passaram a circular nas demais colônias escravagistas para além do Haiti, afetando inclusive o Brasil regencial. Destacamos a exponencial pesquisa de Sandra Regina Rodrigues dos Santos quando pesquisa a revolta da Balaiada no interior do Maranhão, em que sertanejos e escravos se revoltaram contra as elites maranhenses de forma muito característica a essa concepção revolucionária e revoltosa da qual nos referimos nos casos haitianos ou espartaquistas. Uma das constatações mais interessantes de sua pesquisa é a definição de certa “apropriação ideológica do movimento” pelas elites liberais que a seu jeito buscam adscrever-se discursivamente no movimento na busca de defender seus interesses políticos. Não

tardou para que tais liberais se sentissem contrariados frente à radicalização das pautas e abordagens do movimento, passando então a apoiar a repressão dos revoltosos (SANTOS, 2010). Essa propensão dos grupos abastados e/ou arrivistas em assumir o controle discursivo e ideológico das revoltas-revoluções nos remete enquanto recorrência às fatídicas marchas de 2013, que à sua maneira também tentaram ser – e em alguns casos foram – “cavalgadas” pelos mais diversos grupos de revoltosos, indignados ou simplesmente oportunistas que se aproveitavam do caldeirão de insatisfação popular para direcionar o ódio político a um foco específico, a figura presidencial não como um dos três poderes democráticos mas enquanto monarca despótico que deveria ser guilhotinado pelas fúrias do terror revolucionário. É por essas e outras recorrências históricas que retomamos os acontecimentos de 2013 à luz desse conjunto de interpretações e reminiscências paradigmáticas da revolta e da revolução.

### **Revolução e/ou Revolta?**

Traçado esse breve panorama histórico-genealógico de alguns eventos paradigmáticos sobre as ideias de revolta e revolução pretendemos retomar a reflexão a que nos propomos, a saber: as marchas de 2013. Para isso nos valeremos do procedimento de compreensão conceitual dos tipos ideais, tais como formulados por Max Weber:

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou de vários pontos de vista mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou

menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. É impossível encontrar empiricamente na realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia [...] é possível se fazer uso dos mais diferentes princípios de seleção para as relações suscetíveis de ser integradas no tipo ideal de determinada cultura (WEBER, 1999, p. 137-138)

A explanação weberiana nos auxilia a compreender, em primeiro lugar, que nossa tentativa de formular um conceito único ou fechado de revolução e/ou de revolta é uma tentativa puramente intelectual e utópica, pelo menos se pensada em sua pureza conceitual. Como toda categoria de abstração essa definição é aleatória, subjetiva e limitada, porém, apresenta certa utilidade analítica que constitui, para Weber e também para nós, possibilidades analíticas para interpretação de certos fenômenos. É com esse “quadro de pensamento” sobre a revolta e/ou revolução que pretendemos retomar a experiência política brasileira já com um entendimento diferente, que apresenta características comuns e elos de ligação entre nossa interpretação acerca das relações entre presente-passado. Portanto, lançamos uma leitura que por ser política já é, imediatamente, performativa. Ou seja, constrói seu objeto no exato momento que o nomeia.

A revolta nesse arquétipo ou tipo-ideal haitiano-espartaquista-balaio não significa apenas um estado psicológico de indignação e fúria contra as desigualdades sociais, mas, tal como nos informa Arendt sobre a revolução, proporciona a irrupção de

novas temporalidades, deslindamento de ações de ruptura, subversão, transgressão, afetividade, em uma palavra: é um *transbordamento* com aberturas infinitas. Diferente de uma revolução com objetivos programados, a revolução-revolta não possui necessariamente uma causa visível a ser perseguida, seu estopim pode ser acionado com 20 centavos a mais no transporte público ou pelo assassinato de João Alberto Freitas, João Pedro Mattos Pinto, Genivaldo de Jesus, João Alberto Silveira Freitas ou qualquer uma dessas vidas inaceitavelmente sacrificáveis e pouco choradas que cotidianamente lemos com amargor e torpor nas manchetes de algum jornal de segunda categoria. Portanto, suas causas são dadas pelo cansaço, indignação, ódio e sensação de injustiça, desse acúmulo de fatores represados impulsionam-se transbordamentos de multiplicidades grupais, eminentemente heterogêneas, e que marcham juntas em eminente rechaço ao racismo, machismo, à militarista brutalidade fascista estatal e paraestatal, a falta de sentido ético-político-afetivo do capitalismo neoliberal, a escravidão cotidiana, etc. exigindo a irrupção de novas temporalidades que significam justamente o solo de construção de outras experiências subjetivas e existenciais.

Compreender a revolta, tanto pelo espectro da revolução branca e liberal que tal como na balaiada buscava imprimir sua tonalidade política, quanto pelos levantes espartaquistas-haitianos nos permite reler aquelas manifestações de 2013 como efusão de múltiplos sentidos. Tais marchas não representavam um espectro político específico, não eram comandadas por uma liderança em especial e tampouco possuíam qualquer nível de previsibilidade política, ainda que irromperam novas temporalidades, por mais trágicas que possam ter sido. Nessa esteira, carregavam sentidos ambíguos, simultaneamente revoltosos, revolucionários,

reacionários e conservadores. Um coletivo de indignações tão diversas que não haveria possibilidade para uma identidade representacional única. O que não significa que possamos ocultar ou menosprezar o protagonismo das pessoas afrodescendentes, subalternizadas, *periferizadas*, portadoras do sangue das mesmas negras escravizadas nas fazendas haitianas e maranhenses que seguem até hoje em cotidiano exercício de luta pela sobrevivência frente ao degradante capitalismo-escravista colonial, pós-colonial e neocolonial contemporâneo. Em uma palavra, as marchas de 2013 carregavam simultaneamente os espectros da revolta e da revolução.

Da revolta, pelo fato de que as minorias sociais que eram autoras e demandantes das principais modificações sociais estavam prenhes de uma proposta política de país com irrupções infinitesimais, capaz de colocar em xeque tradições escravocratas, autoritárias e exploratórias presentes na história do Brasil desde os prenúncios do colonialismo. Tais demandas espartaquistas-haitianas-balaias, certa maneira, foram previamente abortadas no exato momento em que o caráter redistributivo e criativo da marcha foi substituído por um planejamento específico de tomada de poder político por meio da deposição de uma presidenta democraticamente votada. Essa demanda veio de pautas menos plurais que também marchavam em 2013: setores da classe média-alta nacional de peles brancas e serviços negras para carregar o carrinho de bebê. Sobrenomes de elite, centralidade social, urbana e econômica que também demonstravam indignação e revolta, mas incapazes de lançar novas temporalidades para além da dimensão macropolítica concretizada com o golpe de 2016 e as eleições de 2018. Para auxiliar, a grande mídia e os centros financeiros apoiaram, inflamaram, cobriram e incitaram tais movimentos sob a perspectiva

de tirar da presidência o Partido dos Trabalhadores, que já aniversariava 10 anos de reeleições em sucessivos mandatos. Naquele momento, a legalidade institucional fora trocada pelo pacto das elites nacionais em nome de um projeto de poder com finalidades incertas, mas com um objetivo político bastante claro. Os desdobramentos do impeachment de Dilma Rousseff em 2016 e a eleição de Jair Bolsonaro em 2018 são herdeiras dessa forma familiar, patriarcal, cordial e pouco institucionalizada de fazer política.

### Reflexões finais

No interior daquela marcha conviviam várias revoltas e projetos de revoluções, sendo aqueles mais bem vestidos ensejados enquanto aqueles arquetipos haitiano-espartaquenses-balaaios foram brutalmente aplacados e reprimidos no exato momento em que demonstravam sua possibilidade de radicalização ou da constituição de novas realidades. Dessa forma as revoluções não revoltosas foram ensejadas, financiadas e propagandeadas, especialmente aquelas que replicavam as indignações do *cidadão de bem*, pai de família, branco, cis, de classe média, que se prostravam contra a depredação das propriedades estatais e privadas, além de clamarem pelo caráter *divino-patriótico-familiar* da marcha. Nesse sentido se estabelece a revolução como mera re-evolução, retorno a ideais passados em busca de um futuro previsível, controlável e socialmente excludente. Não é coincidência que após a grande Revolução Francesa seguiram-se períodos ditatoriais e líderes como Napoleão Bonaparte receberam legitimidade para espalhar sanguinariamente os prenúncios de uma revolução de terror, inclusive na força de repressão das revoluções não-européias tais como aquelas debeladas pelos ex-súditos colonizados e escravizados de

Santo Domingo. De forma inspiradoramente semelhante, o Brasil seguiu com indignações cada vez mais fortes contra o politicamente correto, contra os Direitos Humanos fundamentais, contra os grupos populares e as minorias sociais. A ascensão de um fascismo nacionalista responde muito bem a um projeto de poder alimentado e gerido desde muito tempo, mas aproveitado estrategicamente com a anulação do caráter revoltoso das marchas de 2013 em nome da ascensão de uma vociferação brutalizada e belicosa que toma qualquer alteridade enquanto inimigo, digna de morte, extermínio e apagamento da memória pública. Já sabemos muito bem que em história não há relações de causa-consequência, uma vez que não se trata de um mecanismo capaz de ser compreendido em sua totalidade. Porém, é muito tentadora a hipótese de que a polarização política vivida contemporaneamente no país pode ser compreendida como herdeira desses projetos de revolução em pugna. Apesar de todos os aprisionamentos, assassinatos e repressões violentas sofridas nos dias atuais, da ascensão de uma extrema direita fascista, da desintegração dos mecanismos democráticos e republicanos por dentro da presidência nacional, das mortes por coronavírus e da Amazônia em chamas, é talvez, acalento, ou pelo menos germinal, saber que ainda convivemos com vigorosos movimentos antifascistas, sem-terra, sem-teto, indígenas, ambientalistas, de mulheres, trans, animalistas, de resistência negra e periférica que guardam as gêneses daquela revolução revoltosa e irruptiva abortada e reprimida no ano de 2013 e nos subsequentes. Se na vulgata freudiana o reprimido sempre retorna, poderíamos também afirmar que no Brasil o reprimido segue retornando e o represado segue transbordando.

## REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

AVRITZER, Leonardo **Política e antipolítica**: A crise do governo Bolsonaro. São Paulo: Todavia, 2020.

BARBOSA, Jonnefer. **Novos Espartaquismos**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

DUPUIS-DÉRI, Francis. **Black Blocs**. São Paulo: Veneta, 2014.

FURET, François. **A revolução em debate**. Bauru: EDUSC, 2001.

GUATTARI, Félix. DELEUZE, Gilles. **Mil Platôs**: Capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Editora 34, 2008. v. 5.

JAMES, Cyril Lionel Robert. **Os jacobinos negros**: Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos. São Paulo: Boitempo, 2020.

JESI, Furio. **Simbología de la revuelta**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Adriana Hidalgo editora, 2014.

SANTOS, Sandra Regina Rodrigues dos. **A Balaiada no Sertão**: a pluralidade de uma revolta. Editora UEMA, 2010.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **O Antigo Regime e a Revolução**. São Paulo: Edipro, 2017.

VOVELLE, Michel. **A Revolução Francesa 1789-1799**. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez/ Campinas: Ed. UNICAMP, 1999.

ŽIŽEK, Slavoj. **Problemas no Paraíso**. São Paulo: Boitempo, 2013.



## O BRASIL COLONIAL REVISITADO PELA LEITURA DE IMAGENS

Gabriel Alves dos Santos  
Paulo Augusto Tamanini

### Introdução

O presente capítulo tematiza acerca do ensino da História no que tange à cultura dos povos indígenas, mediado pelas imagens presentes nos livros didáticos de História. Como principal objetivo, discute o lugar da cultura visual, especificamente o da iconografia didática, no ensino de História, nas instituições escolares nacionais.

As inquietações que provocaram a escrita deste escrito se voltam sobre o alfabetismo visual e seu diálogo com a história ensinada a partir dos manuais escolares. Trata-se de um debate em desenvolvimento, cujas constatações e resultados se inserem no que Dominique Julia (2001) conceituou como a cultura escolar como objeto histórico. Algumas das possibilidades de estudos oferecidas pelo historiador francês remetem aos exercícios escolares e aos conteúdos ensinados – sobretudo pelos manuais escolares.

Uma expressiva gama de pesquisas, desde o século XIX, vêm abordando acerca dos efeitos das manifestações pictóricas na vida social. As áreas da Educação, Arte, Semiótica, História, Antropologia, Sociologia são alguns exemplos de área do conhecimento que contemplam - e que têm trazido para a academia importantes perspectivas para o debate interdisciplinar - acerca da influência das imagens para o aprendizado e compreensão do mundo.

Se por um lado, a cultura visual é marcada por ambiguidades que podem dificultar suas apreensões pelos que ainda não tem uma formação mais específica, por outro, a natureza múltipla de suas formas e conteúdos notabilizam certa primazia como elemento formador de saberes abrangentes.

Por ausência de formação, os conteúdos imagéticos são, por vezes, subestimados pelos professores em decorrência da instantaneidade e naturalidade do ato de vê-los, sem qualquer tempo para apurações, leituras ou hermenêuticas.

Essa primeira prospecção encontra terreno fértil nas assertivas do senso comum. É necessário, pois, superá-la, mesmo que ela tenha sua relevância, na medida que aposta na instintividade da visão. Urge compreender que os caminhos de esquadrinhar as manifestações pictóricas não são intransigentes, não há fórmulas mágicas. Existem maneiras para a empreitada e, aqui, será enfatizado a concepção de expressar ideias por meio do visual. As técnicas não terão tanto peso nas discussões, ainda que sejam por demais importantes, porque o interesse é pensar o conteúdo e não, necessariamente, a forma. Os níveis simbólicos e representacionais são caros às discussões erigidas.

Por conseguinte, nossas preocupações colocam o alfabetismo visual enquanto principal elemento cultural a ser explorado. Que lugar a iconografia ocupa no ensino de História? Qual a relação entre a História ensinada e a cultura visual? Como o alfabetismo visual se manifesta nos ambientes escolares? De que forma o ensino da história e cultura dos povos originários é dada a ver pelas imagens do livro didático de História? Estas são as provocações fomentadas neste trabalho.

Dessa forma, o texto é desenvolvido em três momentos: a primeira parte explana itinerários possíveis quanto à relação entre

o saber histórico escolar a partir do uso das imagens dos livros didáticos, nas aulas de História. Em seguida, explora-se alguns dados empíricos colhidos de atividade aplicada em duas turmas de sétimo ano, sobre a leitura de imagens (Santaella, 2012), explicitando a cultura e história dos povos originários do período colonial. Por fim, problematiza-se o material empírico colhido para focar a necessidade de desenvoltura contínua da alfabetização visual, habilidade basilar segundo a qual se refletem práticas e posicionamentos sociais que extravasam o âmbito escolar.

### **O saber histórico escolar a partir da iconografia do livro didático de História**

Muito se tem discutido a respeito da historiografia escolar e suas especificidades no ensino de História. O livro didático tem sido um dos principais objetos de estudo dessa dimensão, sobretudo porque a peculiaridade das ideias que o estrutura são essencialmente heterogêneas. Circe Bittencourt (2019, p. 73) salienta que o livro didático é objeto cultura complexo, possuindo “[...] vários sujeitos em seu processo de elaboração e passa pela intervenção de alunos que realizam práticas diferentes de leitura e de trabalho escolar.”

Segundo Carmen Teresa Gabriel (2009), o livro didático de História é um lugar de saberes híbridos. Saberes históricos e pedagógicos se mesclam na produção dos discursos desses materiais. Segundo a autora, o uso de documentos em exercícios nos livros didáticos de História é marcado por interesses de superação em relação ao antigo saber histórico, um saber "tradicional" pouco afeito em problematizar as discussões. Ao mesmo tempo, a historiadora também afirma que na pesquisa acadêmica a ideia de

problematizar os documentos é maneira de fazer avançar a historiografia, ao passo que o movimento no ensino está mais interessado em superar o discurso tradicionalista, buscando inovações.

Tal debate exhibe muitas vezes as contradições dos manuais escolares e isso pode ser visto principalmente no trato dos exercícios. Por exemplo, pode-se ver um interesse nos manuais de se trabalhar tanto a iconografia como fonte, quanto como ilustração. Ora, esse fenômeno indica, parcialmente, quão híbrido pode ser o saber histórico escolar, de tal modo que mescla elementos de matrizes historiográficas muitas vezes contrárias. Nesse caso, utilizando-se da imagem ora como documento, ora como mero recurso ilustrativo, duas configurações divergentes.

Desse modo, percebemos o manual didático enquanto produto historiográfico e fonte histórica. Enquanto historiografia, sua particularidade é circunscrita na literatura histórica escolar. Como fonte, evidencia particularmente conteúdos a ensinar e, por consequência, torna-se fonte fundamental para as pesquisas em ensino de História. As idiosincrasias desse objeto cultural são os documentos que ele comporta dentro de si, ao mesmo tempo ele mesmo sendo um documento de estudo para se aprimorar seus usos em sala de aula (SILVA; MAGALHÃES; PIMENTEL, 2015).

O conhecimento escolar é muito particular devido ao público a que se destina e, por conseguinte, as ferramentas didático-pedagógicas que compõem sua cultura também são peculiares. Em decorrência,

Entendo por saber escolar o saber produzido e trabalhado com vistas ao desenvolvimento cognitivo da criança e do adolescente, no processo de formação básica. Assim, ele se distingue do conhecimento acadêmico por não ser

seu objetivo produzir ciência e, sim, cognição — tendo aquele conhecimento como base. Nesse sentido, pode-se dizer que o conteúdo escolar conjuga o conhecimento acadêmico com as competências e habilidades que a criança e o adolescente devem desenvolver — cognitivas, comportamentais e morais (COELHO, 2009, p. 273).

Conforme Jörn Rusen (2011), o livro didático continua sendo uma ferramenta importante no ensino de história. Além de fazer uso do conhecimento científico produzido nas universidades, é demasiadamente influente para a cultura política, sendo uma das instâncias maiores da formação cidadã.

É sabido que as imagens também são narrativas — inscrevem-se no espaço e tempo e essa é uma das marcas de sua narratividade, mesmo que não haja sequenciação (AUMONT, 1993) — e, essencialmente por isso, elas são recurso pedagógicos altamente impactantes para a formação identitária social e particular.

Cada vez mais os dados apontam para a sensibilidade e acuidade no trato da cultura visual do produto cultural aqui discorrido. A cultura escolar não está desprovida das influências da sociedade, esta não lhes é externa. A educação recebida na escola é uma educação, fundamentalmente, para a sociedade e os desafios que ela impõe. Corpo social e escola se interpenetram de tal forma que as mudanças curriculares são um dos exemplos da dinâmica.

A implementação da Lei 11.645/2008, que tornou obrigatório nas escolas públicas e privadas brasileiras, de Educação Básica, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena, é um dos vários nítidos exemplos das relações entre tensões sociais circunscritas para o chão da escola. Os movimentos indígenas e

indigenistas<sup>1</sup> marcam as lutas pelos direitos desses povos, essa luta se traduz nos currículos e nos dispositivos curriculares escolares.

Avaliando a discussão, o livro didático é um artefato expresso do conhecimento particular à escola, sendo este conhecimento escolar “[...] um produto inovador que foi pensado, problematizado, transformado, assumindo uma forma diferente própria para ser ensinado no contexto em que é objeto de estudo.” (MONTEIRO; RAJEJO; CICARINO, 2014, p. 196).

Em conformidade com Dominique Julia (2001), a cultura escolar é um objeto de estudo pautado por tensões, ou seja, seu estudo revela contradições, especialmente no que tange à divergência das diretrizes educacionais postas pelos governos. Em decorrência, os manuais escolares reservam seu espaço de tensões e contradições e, por sua vez, ele “[...] não é nada sem o uso que dele for realmente feito, tanto pelo aluno como pelo professor.” (JULIA, 2001, p. 34). Depreende-se, então, que, como alternativa para sanar algumas carências epistemológicas do livro didático, os usos da iconografia didática pelo professor podem corroborar para atenuar o efeito ilustrativa que elas ocupam no material.

Em outras palavras, ao invés de optar pela via tradicional de ver a imagem como recurso meramente ilustrativo nos materiais escolares, cabe também a identificar e a aproveitar como recurso didático para o ensino. A ideia não é nova, significando perceber a imagem enquanto fonte visual tanto para o ensino quanto para a pesquisa.

---

<sup>1</sup> Segundo Silva e Costa (2018), os movimentos indígenas são aqueles cujos protagonistas são os próprios índios. Já os movimentos indigenistas são constituídos pelas pessoas que defendem as causas e pautas indígenas, como antropólogos, historiadores etc.

Os manuais escolares são artefatos educacionais também envolvidos na construção direta de representações coletivas e de identidades sociais. Recorrendo ao nosso tema, a história e cultura indígena é abordada de tal modo e de determinadas maneiras por tais artefatos que acabam construindo visões de mundo sobre coletividades e suas identidades culturais.

Roger Chartier (1991, p. 184) já bem insistiu no impacto da representação para o mundo social, ao dizer que “[...] a representação é o instrumento de um conhecimento mediato que faz ver um objeto ausente substituindo-lhe uma ‘imagem’ capaz de repô-lo em memória e de ‘pintá-lo’ tal como é.” Ora, nossa memória é também visual e, aquilo que vemos como reprodução, cristaliza-se em nossas lembranças. Nesse sentido, não é exagero sempre tomar cuidado com a cultura visual delimitada pelos livros didáticos.

A necessidade de aprofundar os usos que são feitas das imagens não é demanda exclusiva da escola. Diante de sociedades visuais, urge educar visualmente os indivíduos. Nesse cenário, a escola adquire autonomia para investir nas demandas sociais e, assim como é responsável pela alfabetização – verbal – também pode ser responsável, mesmo que informalmente, pela alfabetização visual.

Por alfabetização visual se entende uma competência capaz de aprofundar a nossa capacidade de ver para “[...] expandir nossa capacidade de entender uma mensagem visual [...]” (DONDIS, 1997, p. 13). Dito de forma mais adensada,

[...] significa adquirir os conhecimentos correspondentes e desenvolver a sensibilidade necessária para saber como as imagens se apresentam, como indicam o que querem indicar, qual é o seu contexto de referência, como as imagens

significam, como elas pensam, quais são seus modos específicos de representar a realidade (SANTAELLA, 2012, p. 10).

Essa conceituação evidentemente nos coloca diante da natureza das imagens, de sua definição, e, em geral, é o fator representacional e seu efeito de real, em alguns casos, que as definem. Assim, também, há no universo imagético múltiplas camadas responsáveis pelas significações e, portanto, comunicações. Essas camadas norteiam a existência de inteligibilidade nos meios visuais, fazendo com que a linguagem possa se estabelecer.

Nessa perspectiva, as camadas podem ser de natureza social, antropológica, estética, subjetiva e tecnológica (SANTAELLA, 2012) e, paralelamente, estão contidas no interior das imagens. O pressuposto é partir precisamente da existência dessas camadas para, continuamente, aprimorar nossas compreensões e, conseqüentemente, aprimorar o processo de leitura de imagens.

Posto assim, alfabetizar-se visualmente pressupõe o treino do olhar e a sua distinção do ver. O olhar é sempre uma escolha, pois indica que vemos aquilo que queremos a partir da nossa vontade e capacitação, mas ver consiste na nossa capacidade, no que podemos ver como experiência e sensibilidade (PESAVENTO, 2008, p. 20).

A História da Arte se ocupou e se ocupa por investigar, dentre outras questões, o papel da forma na iconografia. Reconhecendo as grandes contribuições importantes desse ramo, importa aqui insistir na investigação dos conteúdos visuais ou, mais pontualmente, seus significados. Sendo assim, as contribuições de Erwin Panofsky iluminam nossos esforços. Algumas de suas

produções, interessadas em analisar o significado nas artes visuais, sistematizam possibilidades analíticas de compreensão do visual.

O autor organizou a busca pelo significado nas artes visuais em três níveis: pré-iconográfico, análise iconográfica e interpretação iconológica. O grau pré-iconográfico se responsabiliza pelos dados eminentemente descritivos – identificação das formas, cores, objetos, expressões e de suas relações com as narrativas, ou seja, com o seu valor prático e fatural. A análise iconográfica é secundária e opera por meio dos temas, assuntos e conceitos compartilhados visualmente, trata-se de identificar se determinada imagem representa uma guerra, uma ceia, um casamento, um ritual, uma cena cotidiana etc. A interpretação iconológica, por outra parte, operacionaliza o simbolismo pictórico, sendo seu significado determinado pelos valores religiosos, filosóficos, sociais, culturais e políticos de um período, de uma nação, de um povo, e que são localizáveis em contextos históricos (PONOFSKY, 1991).

Como já indicado, os esforços aqui empreendidos enfocam o que pode haver de simbólico e representacional na cultura visual. Com representacional queremos nos referir ao compromisso, intenso ou não, das obras com a realidade – a capacidade de (re) produzir aquilo que pode ser perceptível à experiência básica e direta do ato de ver. Com simbolismo nos referimos ao abstrato, àquilo que prescinde do detalhe na informação visual e demarca elementos dos mais variados, como grupos, ideias, atividades comerciais, instituições, partidos políticos e que seu significado está para além do que é se mostra (PESAVENTO, 2008, p. 99). Quanto mais abstrato o simbolismo for, mais sua apreensão exige uma educação prévia do público receptor (DONDIS, 1997).

Do ponto de vista historiográfico, algo a se examinar progressivamente é a relação das manifestações pictóricas com o que

lhes é exterior – perscrutar o contexto e dialogar com outras fontes literárias demonstra ser percurso profícuo. As dificuldades de se compreender significativamente as produções visuais se tornam maiores quando estas pertencem a lugares e tempos distantes de nós. Diametralmente, é preciso encarar o passado e o historicizar também é exercício basilar.

Ao se deparar, em alguns momentos, com o livro didático de História ainda é observável a marginalidade da cultura visual no sentido reflexivo. Não se quer negar a valorização que esse fenômeno vem ganhando nos manuais, mas é inegável também as carências que ainda existem na informação visual que se coloca, nos livros escolares, como um dos, senão o principal, recurso gráfico – paradoxo visível.

Recorrer repetidamente às imagens é, de fato, tradição consolidada em tais materiais e, por mais que ilustrar seja pedagogicamente importante, epistemologicamente a prática só dificulta a alfabetização visual:

É o uso como ilustração. Certamente, de início, a ilustração agia com direção fortemente ideológica, mas não é menos considerável seu peso negativo, quando o papel que ela desempenha é o de mera confirmação muda de conhecimento produzido a partir de outras fontes ou, o que é pior, de simples indução estética em reforço ao texto, ambientando afetivamente aquilo que de fato contaria (MENESES, 2003, p. 21).

Para além das dificuldades até aqui citadas, tanto no ensino de História quanto na desenvoltura do alfabetismo visual, outra

fundamentalmente qualificável é a redução da linguagem visual à linguagem verbal. O empecilho pode também ser descrito como a aproximação exagerada, em termo didáticos, da alfabetização visual à verbal. Ambas as alfabetizações envolvem caminhos que podem mais se distanciar do que o inverso.

No entanto, nosso interesse não é particularizar a alfabetização verbal, mas categoricamente salientar a independência, não plenamente, que a leitura imagética pode ter em relação à leitura convencional na escola. Afinal de contas, não é preciso necessariamente ser letrado, no sentido da escrita, para ler imagens. Com certa força essa proposição esteve presente na experiência pedagógica obtida em sala de aula, a partir da aplicabilidade de atividade impressa. Ver-se-á que, por meio de alguns exemplos, a dificuldade na escrita dos alunos não impediu que inquirissem as representações pictóricas.

### **O alfabetismo visual e as Percepções dos alunos**

Como um dos interesses principais de nossas pesquisas são as percepções dos alunos diante da cultura visual, e como ainda são poucos os trabalhos dessa natureza, primamos pela aplicabilidade de uma atividade impressa com imagens. A aplicação foi possibilitada pelo estágio regencial, experiência importante para historiadores em formação que lidam com a licenciatura.

Sendo assim, a atividade foi aplicada em escola pública municipal da cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, contando com a participação de duas turmas de sétimo ano, totalizando 40 alunos participantes do exercício proposto. A atividade foi pensada para aprofundar, em alguma medida, os conteúdos do livro didático que pouco abordavam a relação entre o Renascimento e

as viagens marítimas, especialmente aquelas cujo destino desembocou na criação da América.

A atividade contou com 7 questões. Os dados analíticos se apoiaram eminentemente em gravuras e pinturas do século XV e XVI e, introdutoriamente, em textos de apoio que auxiliassem minimamente os educandos a elaborarem reflexões – até porque ambas as turmas se encontravam em situação delicada, era início de ano letivo e no ano de 2021 as aulas de História não ocorreram para o Ensino Fundamental, anos finais.

**Figura 1: Atividade impressa.**

<p>ESCOLA MUNICIPAL DINARTE MARIZ</p> <p>Aluno(a) _____</p> <p>Data: ____/____/____ 7º ano Turma: _____</p> <p>Disciplina: História Professor(a): Gabriel Alves</p>	
<p><b>ATIVIDADE: A INVENÇÃO DO NOVO MUNDO A PARTIR DAS IMAGENS</b></p>	
<p>1) Observe as imagens e leia os textos a seguir:</p>	
<p><b>Imagem 1:</b> Gravura do século XVI. Cena da chegada de Cristóvão Colombo à América.</p>  <p>Fonte: Livro didático <i>Histórias</i>, 7º ano, p. 87.</p>	<p><b>Imagem 2:</b> Gravura de 1592. A antropofagia tupi.</p>  <p>Fonte: Livro didático <i>Histórias</i>, 7º ano, p. 85.</p>
<p><b>Imagem 3:</b> Gravura de 1596. Contato entre europeu e indígena do Novo Mundo.</p>  <p>Fonte: Livro didático <i>Histórias</i>, 7º ano, p. 39.</p>	<p><b>Imagem 4:</b> Pintura de 1485. O nascimento de Vênus.</p>  <p>Fonte: Livro didático <i>Histórias</i>, 7º ano, p. 23.</p>
	<p><b>Imagem 5:</b> Desenho de 1490. Homem Vitruviano.</p>  <p>Fonte: Livro didático <i>Histórias</i>, 7º ano, p. 24.</p>
	<p><b>Texto 01</b></p> <p>A imagem 01 é uma gravura de autoria desconhecida, seguindo o livro didático, e representa como os europeus pensavam ser o “Novo Mundo”. Essa gravura permite compreender o imaginário dos europeus tanto em relação aos mares e oceanos, quanto em relação aos habitantes que povoaram o “Novo Mundo”. A imagem 02 e 03 também são gravuras, ambas de autoria do sugenoteo <i>Utopia</i> de Ruy. Elas retratam o contato entre os europeus e os povos indígenas do Brasil colonial, especialmente os Tupinambá. Sabe-se que Theodor de Bly não esteve presente no “Novo Mundo” e, portanto, suas gravuras foram feitas a partir de relatos escritos de viajantes que ele leu.</p>
	<p><b>Texto 02</b></p> <p>A imagem 04 é um recorte de uma pintura do artista renascentista Sandro Botticelli, natural da cidade de Florença, situada atualmente na Itália. A pintura foi feita em período marcado pela ascensão do Renascimento. A obra retrata o nascimento da deusa romana Vênus e representa como a beleza corporal era conceituada na época e, nesse caso, a beleza estava associada à beleza de dentro. A imagem 05 é um desenho de autoria de Leonardo da Vinci, nascido no que conhecemos atualmente como Itália. Seu desenho representa bem as ideias do Renascimento, nas quais os seres humanos eram o centro do universo e um dos principais protagonistas dos avanços históricos.</p>
	<p>Diante do exposto, reflita e responda aos questionamentos:</p>
	<p>a) Sobre a Imagem 01. Quem são os indivíduos presentes no mar? E por que eles foram representados dessa forma?</p>
	<p>b) O que está acontecendo na Imagem 02?</p>
	<p>c) É possível dizer que o corpo da Deusa Vênus (Imagem 04) e o corpo humano (Imagem 05) se parecem com os corpos dos Tupinambá (Imagem 02)? Por que é possível relacionar as três imagens?</p>
	<p>d) Quando as imagens 02, 04 e 05 foram produzidas? Qual a relevância dessas datas para essas obras?</p>
	<p>e) O que os povos indígenas da Imagem 03 estão entregando aos europeus?</p>
	<p>f) Por que os europeus estão ficando uma cruz na terra? Qual o significado desse ato?</p>
	<p>g) Observe e compare a Imagem 01 e Imagem 02. É possível dizer que as duas imagens são contraditórias quando comparadas? Por quê?</p>

Fonte: Os autores.

As pinturas e gravuras foram retiradas de dois livros didáticos de história das quais a escola fazia uso: a) *Historiar, 7º ano*, de autoria de Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues; b) *História. doc, 7º ano*, de autoria de Gilberto Cotrim, Jorge Ferreira, Sheila Faria e Daniela Calainho.

Sobre a disposição dos meios visuais no livro didático: a primeira delas se encontra na seção de atividades, no quinto capítulo, disposta no centro da página, em destaque. A hermenêutica da gravura foi muito pouco explorada pelos autores, abordando os elementos pictóricos como elemento secundário dos exercícios.

A segunda representação, estava posicionada no lado inferior direito da página, disposta no capítulo cinco. Na ocasião, a inserção da gravura, cuja a autoria era identificada na legenda (Theodore de Bry), servia de ilustração para o tema da antropofagia tupi. No entanto, o que chama atenção também é a confusão estabelecida, no texto verbal, entre canibalismo e antropofagia, usados como sinônimos. De outra forma, Manuela Carneiro da Cunha discerniu ambas as práticas, sendo aquela uma prática alimentar em que a carne humana se faz presente na dieta dos próprios humanos e a antropofagia uma prática simbólica e ritualística de consumo da carne humana.

De toda maneira, a terceira figura estava centralizada na página em que aparecia, no segundo capítulo, e tratava da chegada e do encontro entre povos europeus e indígenas. Mais uma vez a imagem, apesar de identificada a autoria e data na legenda e destinar um box, no manual do professor, sobre a descrição da representação, era mais utilizada como ilustração do que como fonte de discussão e provocação. Ademais, a matriz historiográfica presente no capítulo se utilizava do termo descobrimento para

caracterizar o feito dos europeus, sem alguma preocupação de questionar o vocábulo.

As demais pinturas foram retiradas da parte do material didático em que se trabalhava o Renascimento, sendo ambas duas obras canônicas do período. O capítulo se centrou em tratar do período renascentista unicamente pelo impacto que teve na Europa, não correlacionando o tema aos efeitos logrados nas Viagens Marítimas – mesmo estas sendo abordadas na ocasião.

Nesse sentido, os produtos visuais recortados aparecem estereotipados, entendendo estereótipo como redução e, portanto, produtor uma visão única de história (ADICHIE, 2019). Quer dizer,

O processo de simplificação no âmbito da difusão implica tornar definitivas, institucionalizadas e legitimadas pela sociedade determinadas visões e explicações históricas. Essas representações transmitidas simplificadaamente trazem consigo a marca da exclusão. O processo da exclusão inicia-se no social, em que “alguns atos” são escolhidos e “outros” não, de acordo com os critérios políticos. Na academia, o trabalho do historiador pode tanto excluir como recuperar ou resgatar “atos” excluídos; no livro didático o processo de exclusão de ações e sujeitos faz parte da lógica de didatização (FONSECA, 2003, p. 53).

Ao elaborar o material impresso, queria-se direcionar a experiência dos alunos para a relação entre os temas da Idade Moderna já citados. O intento era aproximar o mundo das artes das discussões históricas e a base para tal considerou as hipóteses de

Yobenj Chicangana-Bayona (2017, p. 199) ao constatar que as gravuras de Theodor de Bry recebiam influência dos cânones estéticos do Renascimento, ou seja,

A partir das imagens mitológicas clássicas, os artistas do Renascimento produziram os cânones para compor os corpos. A beleza das figuras clássicas estava relacionada com a simetria, a relação harmoniosa das partes com o todo. Poder expressivo e beleza do corpo humano foram duas ideias que os artistas do Renascimento encontraram na arte clássica.

Basta olhar para as imagens 4 e 5 com atenção aguçada e se perceberá a proximidade estética que os corpos humanos representados das outras gravuras comungam entre si. As convenções renascentistas, portanto, baseadas na cultura greco-romana, se estenderam também às obras representantes do “Novo Mundo”. Da forma como foi exposta, os conteúdos sobre os temas pouco ou de nenhuma forma interagem, majoritariamente porque os meios pictóricos, quando abordados em capítulos além do Renascimento, são utilizados para ilustrar e reforçar o que já está posto no discurso verbal.

A investidura na cultura visual delimitada ensejou o objetivo de olhar para o dito “Novo Mundo” com a perspectiva de lugar inventado e construído pelos navegadores advindos do outro lado do Atlântico. Essa abordagem desconstrói a ideia de que a chegada dos europeus na América e sua contínua exploração foi fenômeno estático e intransigente. Simplesmente a noção de que em um belo dia europeus aportaram nas terras que hoje são conhecidas como americanas merece melhor explicação e definição – e a exposição

dos conteúdos no livro didático de História utilizado pela escola oferece pouca historicização ao fenômeno, parecendo algo congelado e dado no tempo e espaço.

Nos apropriamos das hipóteses de Edmundo O’Gorman (1992), ao conceber o conceito de América e “Novo Mundo” enquanto invenções europeias. Melhor dizendo, a América foi inventada porque Cristóvão Colombo e Américo Vespúcio foram os responsáveis por conjecturar a despeito de tal território. Ora acreditavam estar diante do extremo oriente e/ou do Paraíso Terreal – caso de Colombo –, ora concebiam o território por sua existência independente dos continentes já conhecidos, significando ser um lugar diferente dos já explorados no mundo – caso de Vespúcio.

Dessa acepção, também é destacável outras contradições e tensões do olhar europeu proveniente ao assunto, a saber, a representação do “Novo Mundo” primeiro como paraíso e, posteriormente, enquanto lugar desordenado e corrompido pelos seus habitantes, enredo que atravessou todo período colonial (CARVALHO; RAMINELLI, 2009).

Corroborando Sergio Buarque de Holanda (2010, p. 305-306), referindo-se às experiências e expectativas de Colombo, dizendo:

Ganha com isso o seu significado pleno aquela expressão “Novo Mundo”, que o próprio descobridor esteve na iminência de empregar e que o humanista de Anghiera cunharia, antes mesmo de Vespúcio, para designar as terras descobertas. Novo, são só porque, ignorado, até então, das gentes da Europa e ausente da geografia de Ptolomeu, fora “novamente” encontrado, mas porque parecia o mundo renovar-se ali, e regenerar-se, vestido de verde

imutável, banhado numa perene primavera, alheio à variedade e aos rigores das estações, como se estivesse verdadeiramente restituído à glória dos dias da Criação.

Em contraste, Laura de Melo e Souza (1986, p. 140) revela o caráter não edênico e, portanto, inescrupuloso das percepções europeias acerca do “Novo Mundo”. Segundo ela,

Os jesuítas e sua concepção europeia altamente demonizada fizeram com que a idéia do mal se tornasse insuportável. Para eles, a alteridade da cultura indígena era demoníaca, conforme se mencionou no capítulo anterior, sendo a colônia a terra em que evoluíam as hostes dos servidores de Satanás. Em consequência, sempre consideraram as religiões de indígenas e africanos como “aberrações satânicas”.

No que tange à inserção dos textos verbais no exercício aplicado, serviram como objeto de apoio às respostas do alunado. Ao longo do estágio, foi possível discutir o Renascimento e a sua conexão com os acontecimentos da navegação e do olhar eurocêntrico. Logo, com o andar das aulas, percebeu-se certa resistência de ambas as turmas às atividades do livro didático que eram expressamente verbais.

Ademais, os alunos tinham certa dificuldade em se expor a textos um pouco longos e sofisticados – muitas vezes algumas questões do livro utilizavam fragmentos de obras historiográficas para servir de texto base às perguntas. Dificuldades com a leitura também eram flagrantes. Então, como já proferido, recorrer a

cultura visual como atividade interpretativa e perceptiva cativou os alunos, porquanto

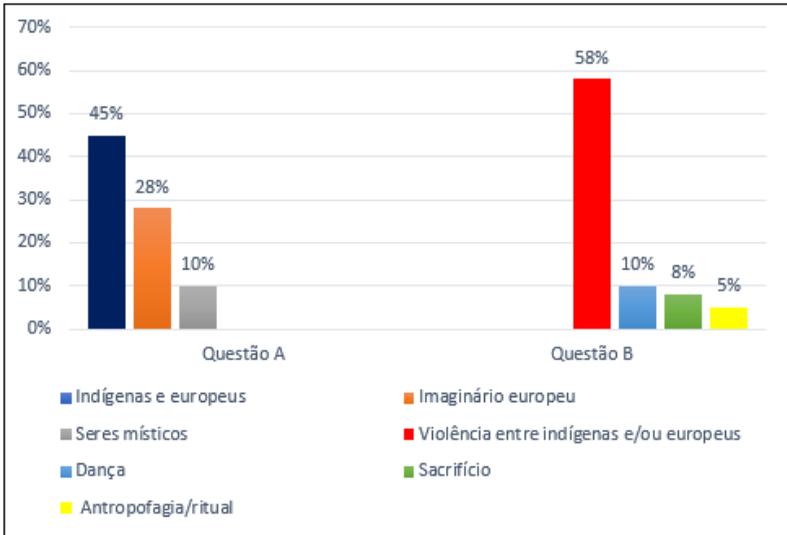
Significa que uma imagem pode evocar diferentes respostas por parte de diferentes pessoas. Levar isso em conta pressupõe valorizar não apenas a exploração das versões díspares de interpretação que se derivam de uma representação, mas também as defendidas por cada aluno e aluna, para, a seguir, situar suas diferentes visões em contextos teóricos, sociais e culturais mais amplos; desvelando-se, clareando-se as “lentes” através das quais realizam seus modos de ver. Dessa forma, poder-se-ão produzir representações alternativas a partir desses vários posicionamentos e olhares (HERNANDEZ, 2007, p. 80-81).

Após as considerações, passemos aos resultados do exercício. Os questionamentos A e B foram, de maneira ampla, a respeito da leitura das gravuras 1 e 2. Quantitativamente, a categorização das respostas levou em conta a frequência de suas repetições. Na primeira pergunta o que mais se destacou da figura foi 1 foi a leitura do contato entre povos indígenas e europeus, contabilizando 45% das análises dos alunos. Logo após, a leitura do imaginário europeu marcando presença na gravura quantifica 28% das respostas. Finalmente, 10% das turmas avalia se tratar de representação em que seres místicos tomam a cena.

A leitura da segunda gravura, questão B, se expressa com mais categorias. A primeira delas anunciou que 58% dos educandos pensavam se tratar de cena violenta entre indígenas e/ou

européus. Em seguida, 10% afirmavam ser uma dança, 8% classificaram como sacrifício e surpreendentemente, mesmo com a baixa numérica, 5% associaram à antropofagia/ritual o expresso na obra.

**Gráfico 01:** Leitura da imagem 1 e 2.



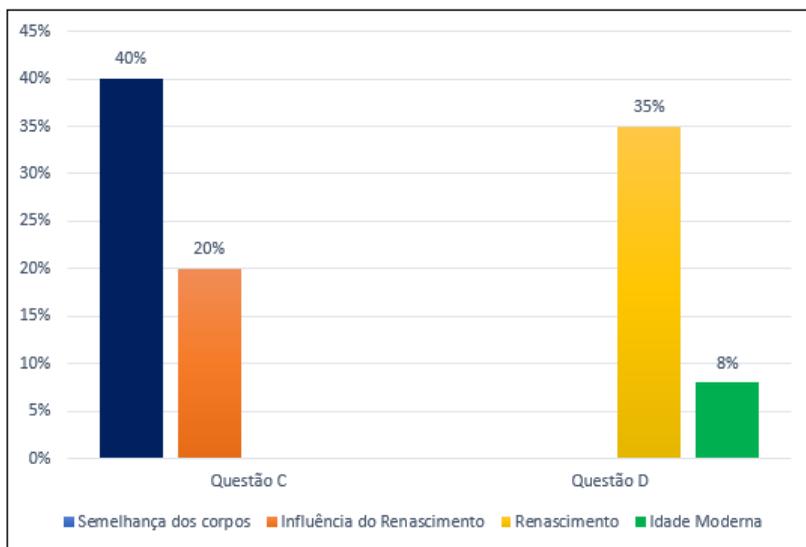
**Fonte:** Os autores.

Nas proposições C e D a categorização das respostas não variou muito, enfatizando repetitividade de duas leituras em cada item. No item C, a principal assertiva sobre a, com 40% dos dados, fora a semelhança dos corpos entre as figuras 2, 4 e 5. O segundo asserto, com 20% dos alunos, relacionaram a influência existente entre as três obras era por causa do período da renascença.

O item D, referente, especificamente ao contexto histórico de produção das três obras, revelou que 35% das turmas

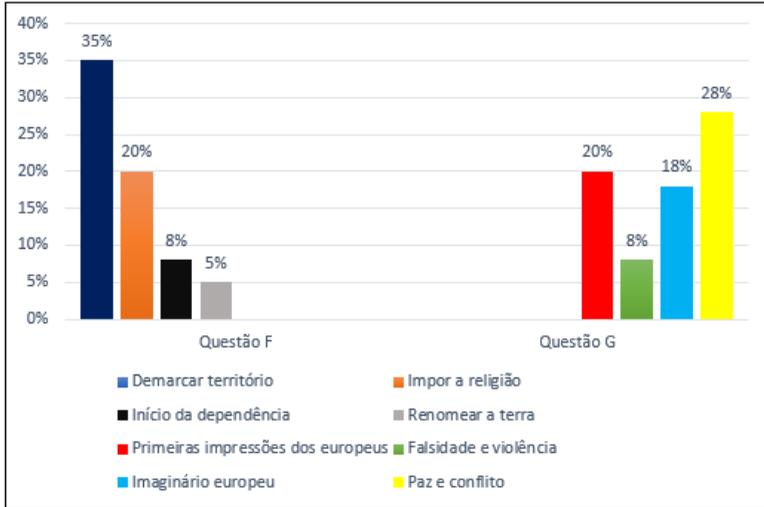
identificaram os meios visuais como inseridos dentro do Renascimento. O que, ao mesmo tempo, revela também uma contradição com os dados do item C, quando na ocasião 20% das respostas situavam o Renascimento ao contexto. O outro dado mais frequente é a associação da produção das obras ao contexto, bem mais amplo, da Idade Moderna – 8% das turmas.

**Gráfico 02:** Relação entre as imagens 2, 4 e 5 e relação contextual.



**Fonte:** Os autores.

**Gráfico 03:** Leitura da cruz na imagem 3 e percepção de contradições entre a imagem 1 e 2.



**Fonte:** Os autores.

Nas leituras do item F, pergunta interessada em inferir o que o alunado pensava simbolicamente a respeito da cruz presente na imagem 2, 35% concordaram que tal símbolo cristão aludia à demarcação do território pelos europeus. Outros 20% se posicionaram em favor da imposição religiosa feita, 8% afirmaram ser o início da dependência entre as terras do “Novo Mundo” e a Europa e 5% aduziram se tratar de interesse europeu de renomear a terra.

O item G, por seu turno, tem um equilíbrio maior entre os dados. A pergunta, focada na tensão que poderia ou não haver entre as gravuras 1 e 2, registrou, em 28% das turmas, a ideia de paz e conflito. Inferiu-se também se tratar das primeiras impressões europeias acerca das terras desconhecidas. O imaginário europeu

novamente aparece, dessa vez em 18% dos alunos e, por fim, 8% deles pensou a primeira gravura como falsa e a segunda como cena de violência.

A questão E e seus dados não foram expressos graficamente porque as respostas foram majoritariamente consensuais. A pergunta almejou identificar o que os grupos originários da gravura 3 estavam entregando aos viajantes europeus. Esmagadoramente, os dados mostraram que eles estavam entregando ouro e outros metais preciosos.

Diante dos referenciais gráficos, muitas boas leituras e diferentes visões surgiram das duas turmas de sétimo ano. As resoluções dos educandos, muitas delas, são percepções daquilo que a historiografia com seus aportes teóricos circunscreveu aos temas já expostos, significando haver diálogo considerável entre as leituras imagéticas dos alunos com o rigor teórico historiográfico.

Tomando como base a ideia de aprendizagem histórica conceituada por Jorn Rusen (2011), segundo a qual o desenvolvimento da consciência histórica é seu objetivo maior, a aplicabilidade e resultado dessa atividade esteve, em diferentes sintonias, diante do contato com as competências necessárias para aprender História – experiência ou percepção, interpretação e orientação. Em maior grau, a experiência se sobressaia na leitura dessas imagens feitas pelos estudantes da escola, mas nem por isso o contato entre as três competências deixa de existir, porque

A ocupação da consciência histórica enquanto aprendizagem histórica pode ser abordada quando traz à tona um aumento na experiência do passado humano, tanto como um aumento na competência histórica que dá significado a esta experiência, e na capacidade de aplicar

estes significados históricos aos quadros de orientação da vida prática (RUSEN, 2011, p. 84)

Não há de negar os desafios enfrentados, as adversidades do alunado foi identificada e, pensamos, mormente pelo motivo circunstancial já citado. Por envolver o mundo das artes, as possibilidades de leitura poderiam — e foram — variadas. Mas em relação à discussão histórica, as dificuldades dos educandos foram consideráveis. Vejamos, então, os principais problemas enfrentados para que, enquanto documento de estudo aqui situado, seja feito a crítica ao exercício escolar, a crítica à fonte.

### **Ensino de história e cultura dos povos indígenas mediante a iconografia didática**

Uma vez que as três gravuras presentes na tarefa representavam os povos indígenas e o choque cultural entre eles e os exploradores do outro lado do Atlântico, faz-se necessário problematizar algumas das percepções das turmas da escola, ensejando educar para as relações étnico-raciais e para um ensino-aprendizagem de maior qualidade, amparado pelas demandas da lei 11.645/2008.

Inicialmente, alguns dados do questionamento A, em teoria, pode ser associado ao que Sergio Buarque de Holanda (2010) defendeu. O historiador observou que, de fato, o imaginário europeu sobre o “Novo Mundo” marcou as primeiras experiências da navegação, especialmente a dos hispânicos. Tratava-se do mito edênico de que a América Latina seria o paraíso na terra, o lugar que, originalmente, teria sido criado por Deus para oferecer abrigo a Adão e Eva, lugar esse que se perdeu pela atemporalidade mitológica e era desconhecido pelos homens, acreditavam os hispânicos.

O próprio imaginário eurocêntrico se estendia para o mar, quando as poucas experiências marítimas naquele tempo permitiam que o medo aos mares fosse muito maior. Daí a ideia de que existiam monstros marinhos e criaturas horrendas nesses mares tão desconhecidos, ideia essa que, para o bem ou para o mal, continua a ter adeptos na contemporaneidade. Os alunos e alunas se ativeram a tais perspectivas.

No item B, uma das leituras que chamam atenção, pela sua aparição escassa e também pela “ruptura” com as demais leituras, é a interpretação da gravura 2 enquanto ritual antropofágico. Ora, a imagem se referia, fato é, a essa particularidade da cultura dos povos tupi, em especial os Tupinambá. Essa determinada leitura requeria certa habilidade interpretativa e não somente descritiva – como foi o caso de várias das respostas, valorizando a descrição.

Embora a totalidade das turmas não se reportassem a imagem como ritual, resoluções revelavam que para os alunos os povos indígenas não era necessariamente uma nomenclatura uniforme e não agregava unitariamente esses grupos, como se eles fossem genericamente iguais e harmoniosamente relacionados. Algumas respostas demarcavam o seguinte: “Os indígenas brigando entre si e fazendo um sacrifício”; “Eles estão fazendo um sacrifício”; “são os povos indígenas em uma ‘batalha’ tentando acertar um membro do seu inimigo”. Tanto Florestan Fernandes (2006) quanto Manuela Carneiro da Cunha (2009) reconheciam a guerra como um dos pilares principais de sentido e estabilidade na instabilidade dos povos indígenas, especialmente os Tupinambá e seus inimigos.

Nos pontos C e D a competência orientativa foi a mais mobilizada, pois o que se queria era que os educandos demarcassem o lugar de produção das obras de arte, reconhecendo seus devidos

contextos históricos. Pouco menos da metade das turmas conseguiram se localizar temporalmente. No entanto, como ao longo do estágio de regência nosso foco era o estudo do mundo moderno, e também estudamos o período renascentista como fruto do interim, muitos alunos conseguiram associar e lembrar disso. Em todas as figuras pictóricas era possível encontrar sua data, localizada nas legendas, demonstrando que nem todos os alunos se ativeram a isso, ponto fulcral para análise de fonte.

Por consideráveis vezes, os alunos associaram a relação estética entre as pinturas clássicas do Renascimento e algumas gravuras de fins do século XVI, reconhecendo a influência das convenções e da cultura greco-romana clássica nas representações. Diziam eles, quanto a relação das figuras: “sim, pelo jeito de se vestir e os corpos são iguais”; se parecem pois os tamanhos de pernas e braços são os mesmos”; “Sim os corpos das três imagens se parece muito os músculos”.

No item F, quase 70% das turmas se posicionaram de molde bem satisfatório. Os dados gráficos, cada uma das quatro categorias, realmente condizem com os interesses dos europeus ao atravessarem o Atlântico. Todavia, interessante fora a categoria a respeito da renomeação da terra. Ora, por si só tal leitura parte do princípio sob o qual as terras do outro lado do Atlântico já tinham nome, podendo ser ou não de variados tipos, pois muitos povos diferentes nela habitavam. O ato de renomeação da terra pelos europeus de fato ocorrera e o termo “América” provém do navegador e mercador florentino Américo Vespúcio.

Por outro lado, no último ponto, as duas turmas conseguiram identificar as tensões entre as gravuras 1e 2. Novamente, existem aquelas resoluções que capturam nossa concentração. Ou seja, a categoria “Falsidade e violência” traduzia a ideia mediante a

qual a gravura 1 era falsa e a gravura 2 uma manifestação de violência. Por que falsa? Ao que nos parece, o fato de que a gravura 1 – esse argumento foi articulado pelo alunado – representava muito mais as primeiras impressões, mais imaginativas e especulativas, dos europeus sobre o “Novo Mundo”, fazia dela uma alegoria falsa.

Algumas das respostas foram: “Não, porque na 2 estão se batendo e a 1 é fake”; “sim, a imagem 1 era o primeiro dia dos europeus e a 2 foi feita depois de mais tempo”; “Sim. Pois os europeus pensavam que o ‘Novo Mundo’ era habitado por seres místicos quando na verdade era habitado por indígenas que eram seres humanos”; “Sim, porque é como se eles chegassem lá sem conhecer achando bom, e quando foi embora eles tinham visto como realmente era e não gostou”; “sim, a primeira imagem é o que os europeus imaginaram dos indígenas e a segunda o que eles realmente encontraram lá”.

Nesse cenário, leituras feitas pelos estudantes demonstram que o livro didático depende dos usos que são feitos dele, tanto por professores quanto por alunos. Em distintas pesquisas se percebe, em geral, a condição passiva e estereotipada atribuída às populações originárias do sentido oeste ocidental. Aqui não foi diferente, pelo menos não em relação a como tais grupos são dados a ver na Idade Moderna e, principalmente, no período colonial. Com essa postura,

Constatamos que nos livros didáticos analisados algumas leituras permanecem, como já constatou a historiografia, segundo a qual “[...] as populações indígenas são representadas conforme aquela cultura histórica que as via como ingênuas, vítimas dos colonizadores,

cujo traço cultural fundamental era, fora a preguiça, a relação com a natureza” (COELHO, 2009, p. 274).

Partimos do pressuposto também de que “[...]quanto mais perto do tempo presente, mais a participação dos povos indígenas vai sendo apagada.” (MONTEIRO; RAJEJO; CICARINO, 2014, p. 196). Isso se caracteriza pelo que Pedro Funari e Ana Piñón (2020) expressaram como a invisibilidade dos índios na história do Brasil, sobretudo suas ausências na República, corroborando com o raciocínio de que os indígenas estão muito mais habituados ao espaço da floresta do que com a sociedade nacional brasileira.

Em contrapartida, as alternativas para o problema são os usos e apropriações (CHARTIER, 1991) da cultura visual dos manuais escolares. Essas ferramentas didáticas não se esgotam nelas mesmas, abrem-se para a ação e agência de múltiplos sujeitos consciente em refletir sobre as representações – particulares e coletivas – e que, por conta disso, reflete em suas decisões.

### **Considerações finais**

Repensar os usos e lugares da cultura visual na sala de aula e, em especial, nas aulas de História, se mostra como empreitada imprescindível. Inesgotáveis exemplos dos meios visuais atingem a vida contemporânea, modificam as relações sociais e moldam comportamentos coletivos. A exposição ao mundo visual é repleta de diferentes visualidades, modos de ver e perceber o mundo. A reprodução de práticas de visualidade dotadas de inércia, como muitas vezes a exposição ao espaço cibernético pode oferecer, merece ser melhor revista.

Os comportamentos em sociedade são reproduzidos na escola, pois esta não é um local desmembrado do corpo social. Mas tal espaço educacional tem como marca de sua prática desconstruir aquilo que interdita a emancipação e impede a interpretação do mundo para nele agir. Assim, o ensino de História é terreno coletivo e, necessariamente, as atribuições do seu fazer perpassam pela transformação dos indivíduos a ele ligado. A consciência histórica, na sutileza dos detalhes, pode em muito ser afetada – desde a rápida olhada desatenta a uma imagem, até um comportamento de entretenimento ante o visual.

Por conseguinte, as apropriações feitas dos produtos pictóricos aqui reforçaram os seus valores tanto sociais quanto educacionais. Quando eles se tornam fontes de pesquisa e ensino a capacidade de os inquirir é inesgotável ou, melhor, imprevisíveis. Desde leituras mais conservadoras – entenda-se preocupadas em descrever – até análise mais aguçadas, orientadas por interpretações intertextuais e operações interdisciplinares, as imagens são capazes de provocar. As proposituras de nosso trabalho em sala de aula não foi tornar os estudantes especialistas nesse tipo de leitura, mas propositadamente incentivá-los a ver nas manifestações visuais possibilidades de aprendizagem histórica.

Se a iconografia é capaz de construir memórias e solidificar identidades, também é capaz de gerar ensino-aprendizagem de múltiplos jeitos e com diferentes objetivos. Ela pode despertar a criatividade, a imaginação e a *experenciación* das pessoas, pode provocá-las, comunicá-las; mas também pode despertar dúvidas, confusões, enganações e até mesmo preconceitos dos mais diversos. Por certo, os maus usos da visualidade podem ser demasiadamente prejudiciais à educação, influenciando a perpetuação e estereótipos no tempo e espaço. A narratividade visual pode tanto

ser usado em favor de objetivos educacionais emancipadores quanto seu contrário – a ignorância.

A atividade didática mostrou apropriações da cultura visual para além da mera ilustração. A inteligibilidade de seus saberes foi possível graças ao procedimento metodológico que levou a iconografia a se tornar documento gerador de histórias, ideias, tensões, narrativas e visões de mundo que orientaram comportamentos de uma época e que chegam ao tempo presente para por ele ser historicizado e compreendido. Portanto, o raciocínio vigente atesta sua evidência histórica e seu poder de testemunhar o passado (BURKE, 2017).

Exercitar a leitura de imagens contribuiu para dar continuidade ao alfabetismo visual das turmas de sétimo ano. Já foi afirmado que não existe fórmula mágica ou receitas prontas para tal tipo de alfabetização, pelo fato de ser uma competência diretamente, e literalmente, ligada à visão humana. Esta, por sua vez, pode tanto ser um impeditivo que dificulta a alfabetização visual – pois a naturaliza e a define como operação inata – ou pode ser um impulsionador para sua prática continuada e aprimoramento paulatino. Ver e enxergar são dois atos completamente distintos. Ver algo está condicionado a nossa visão que, no geral, nos é inata. Mas, enxergar é condicionar o que vemos, lapidamento da visão e aguçamento desse sentido orgânico.

Do ponto de vista pedagógico, os povos indígenas adquiriram no exercício proposto outros significados para além daquele proposto pelos livros didáticos. Esses grupos foram diversificados pelos leitores e leituras, oportunizando, em alguma medida, quebras de estereótipos e preconceitos ou de verdades condicionadas por uma história única. É exatamente por conta dessa história única que, amiúde, incompreensões e distorções dificultam

progressivamente a compreensão da história e cultura dos povos aborígenes. Desmistificar o passado colonial é vital para desconstruir certas percepções.

Memória e identidade, dois conceitos manifestos na iconografia. Lembrar e esquecer dos povos indígenas, bem como conhecer suas culturas são questões dadas a ver pela relativização do verismo iconográfico. Destarte, duvidar, desconfiar e historicizar qualificaram nosso saber-fazer.

## REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. Trad. Julia romeu. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AUMONT, Jacques. **A imagem**. Trad. Estelas dos Santos Abreu; Cláudio C. Santoro. Campinas, São Paulo: Papirus, 1993.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. In. \_\_\_\_\_ (Org.). **O Saber Histórico na Sala de Aula**. 12<sup>a</sup>. ed. São Paul: Contexto, 2013.

BRASIL. **Lei 11.645, de 10 de março de 2008**. Brasília: Casa Civil, 2008. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm). Acesso em: 10 abr. 2021.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: o uso da imagem como evidência histórica**. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, 11(5), p. 173-191. 1991. Acesso em: 26/12/2021. Disponível em://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601.

CHICANGANA-BAYONA, Yobenj Aucardo. **Imagens de canibais e selvagens do Novo Mundo**: do maravilhoso medieval ao exótico colonial (séculos XV-XVII). Trad. Marcia Aguiar Coelho. São Paulo: Editora da Unicamp, 2017.

COELHO, Mauro Cesar. A história, o índio e o livro didático: apontamentos para uma reflexão sobre o saber histórico escolar. In.: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNÍK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **A história na escola**: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

COTRIM, Gilberto; COSTA, Jaime. **Historiar, 7º ano**: ensino fundamental, anos finais. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

DONDIS, Donis A. **Sintaxe da linguagem visual**. 2 ed. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

FERNANDES, Eunícia Barros Barcelos. Imagens de índios e livros didáticos: uma reflexão sobre representações, sujeitos e cidadania. In.: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; REZNÍK, Luís; MAGALHÃES, Marcelo de Souza (Orgs.). **A história na escola**: autores, livros e leituras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

FERNANDES, Florestan. **A função social da guerra na sociedade tupinambá**. 3 ed. São Paulo: Globo, 2006.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e prática de ensino de história: experiências, reflexões e aprendizados**. São Paulo: Papyrus, 2003.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho; RAMINELLI, Ronald. **Andanças pelo Brasil Colonial: catálogo comentado (1503-1808)**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; PIÑÓN, Ana. **A temática indígena na escola: subsídios para os professores**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2020.

GABRIEL, Carmen. "Exercício com Documentos" nos livros didáticos de História. In.: ROCHA, REZNIK, MAGALHÃES (Orgs.). **A História na Escola: autores, livros e leituras**. 12<sup>a</sup> ed. São Paulo: Contexto, 2019.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Catadores da Cultura Visual: uma proposta para uma nova narrativa educacional**. Trad. de Ana Duarte. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como Objeto Histórico. In.: **Revista Brasileira de História da Educação**. n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, p. 11-36, 2003.

MONTEIRO, Ana Maria; RALEJO, Adriana Soares; CICARINO, Vicente. Brasil: uma história dinâmica: desafios didáticos no ensino de História. In.: Ana Maria Monteiro (Org.). **Pesquisa em ensino de história: entre desafios epistemológicos e apostas políticas**. 1 ed. Rio de Janeiro: Faperj, 2014.

O'GORMAN, Edmundo. **A invenção da América: reflexão a respeito da estrutura histórica do Novo Mundo e do sentido do seu devir**. Trad. Ana Maria Martinez Corrêa, Manoel Lelo Bellotto. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

PANOFSKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. Trad. Maria Clara F. Kneese; I. Guinsburg. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Imagem, memória, sensibilidades: territórios do historiador. In.: RAMOS, Alcides Freire; PATRIOTA, Rosângela; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). **Imagens na História**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2008.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo das imagens: território da história cultural. In.: PESAVENTO, Sandra Jatahy; SANTOS, Nádia Marin Weber; ROSSINI, Miriam de Souza. **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

RUSEN, Jörn. Experiência, interpretação, orientação: as três dimensões da aprendizagem histórica. In.: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). **Jörn Rusen e o ensino de história**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

RUSEN, Jörn. O livro didático ideal. In.: SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Orgs.). **Jörn Rusen e o ensino de história**. Curitiba: Editora UFPR, 2011.

SANTAELLA, Lucia. **Leitura de imagens**. 1 ed. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2012.

SILVA, Giovani José da; COSTA, Anna Maria Ribeiro da. **Histórias e culturas indígenas na Educação Básica**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

SILVA, Isaíde Bandeira da; MAGALHÃES DO Ó, Glauceane; PIMENTEL, Luciana Maria Fernandes. História e livro didático. In.: JUNIOR, Antonio Germano Magalhães; ARAÚJO, Fátima Maria Leitão (Orgs.). **Ensino & linguagens da história**. Fortaleza: EdUECE, 2015.

SOUZA, Laura de Mello e. Religiosidade Popular na Colônia. In: \_\_\_\_\_. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

VAINFAS, Ronaldo; FERREIRA, Jorge; FARIA, Sheila de Castro; CALAINHO, Daniela Buono. **História.doc. 7º ano: ensino fundamental, anos finais**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

## A DITADURA MILITAR E OS ESCOMBROS DA MEMÓRIA NA PRODUÇÃO LITERÁRIA DE MILTON HATOUM

Marylu Alves de Oliveira

Nos primeiros anos da minha infância, eu escutava os mais velhos conversarem em árabe, a ponto de pensar que esta língua era falada pelos adultos e o português pelas crianças.

Milton Hatoum<sup>1</sup>

Textos ficcionais de caráter político sempre foram uma forma de apresentar, contestar e rememorar um contexto, um espaço, um lugar em que a existência humana foi levada ao seu limite. As análises sobre as obras literárias apontam para uma outra possibilidade de produção do conhecimento no campo da História, uma vez que a literatura, para além de ser uma fonte que ajuda a refletir sobre as representações construídas em um determinado momento, alicerça a produção de contextos a partir do próprio texto, vislumbra modos de operacionalizar conceitos existentes e conduz para fabricação de novas noções que permitem compreender, através da sensibilidade artística, as possibilidades do real. A análise de obras literárias para a compreensão e construção de representações sobre contextos ditatoriais e autoritários não se

---

<sup>1</sup> Entrevista de Milton Hatoum concedida à Aida Ramezá Hanania, em 5/11/93, transcrita e editada por ARH. Disponível em: <http://www.hottopos.com/col-lat6/milton1.html> Acesso em: 26 out. 2020.

apresenta como novidade na produção acadêmica<sup>2</sup>. Isso porque, no Brasil, os estudos sobre as produções literárias que abordam a ditadura militar vêm crescendo constantemente e demonstram como essa forma de condensar uma sensibilidade e conhecimento sobre o mundo é um suporte importante para a apreensão das realidades ditatoriais e autoritárias<sup>3</sup>.

A problemática que suscita a construção deste artigo nasceu de duas preocupações. Para a primeira, que está relacionada ao significado que o romance assume para os historiadores que investigam os processos históricos, tem-se a seguinte questão: Como os historiadores utilizam as obras literárias para indagar os acontecimentos históricos? E para a segunda inquietação, que pode ser considerada algo bem mais específico, tem-se: Como os regimes que promoveram eventos traumáticos, como a ditadura militar no Brasil, por exemplo, são representados nas obras literárias nacionais? A Europa, em grande medida, tem uma vasta literatura que aborda os traumas deixados pela segunda guerra. Desde *A peste* (2017 [1947]), de Albert Camus<sup>4</sup>, metáfora para a invasão da França pelos nazistas, até a recente obra de Valter Hugo Mãe, *A máquina*

---

<sup>2</sup> Cito dois trabalhos que podem ser considerados importantes marcos na utilização da literatura e de memórias ficcionais para análises históricas, filosóficas e sociológicas, quais sejam: (TODOROV, Tzevan. **Diante do extremo**. São Paulo: editora Unesp, 2017) e (AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz: o arquivo e o testemunho** (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, 175 p.).

<sup>3</sup> PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 30, no 62, p. 721-740, setembro-dezembro 2017.

<sup>4</sup> CAMUS, Albert. **A Peste**. 22 ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

*de fabricar espanhóis*<sup>5</sup> (2013 [2011]), que aborda o fascismo dos homens bons, em clara alusão à noção de “banalidade do mal”, de Hannah Arendt<sup>6</sup>, há uma ideia constante de se revistar esses episódios traumáticos na literatura, como uma forma de ajudar a compor uma representação ampla e compreender a natureza de estados totalitários/autoritários e a relação com os sujeitos que os vivenciaram. No Brasil, por sua vez, desde antes do findar do período militar, há uma vasta produção literária, que, de forma central ou periférica, aborda aquele regime<sup>7</sup>. Partindo dessas preliminares e considerando o caráter novidadeiro dos escritos de Milton Hatoum no campo historiográfico, propomos essa emersão na obra desse literato, percorrendo os caminhos da tríade literatura, história e política.

A obra de Milton Hatoum vem sendo alvo de estudos das disciplinas sociológicas e literárias, entretanto, ainda é pouco investigada por historiadores, mesmo que ela traga, em seu bojo, contextos históricos recentes, como a ditadura militar (1964-1984)<sup>8</sup>.

---

<sup>5</sup> MÃE, Valter Hugo. **A máquina de fazer espanhóis**. São Paulo: Cosac Naify, 2013. 265 p.

<sup>6</sup> ARENT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1999.

<sup>7</sup> Fernando Perlatto elabora uma pesquisa importante na qual mapeia as publicações literárias nacionais que abordam a ditadura militar. Para mais informações, ver: PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 30, no 62, p. 721-740, setembro-dezembro 2017.

<sup>8</sup> SANTOS, Alexandre da Silva; LEAL, Davi Avelino. Literatura e história: produção de saberes na ficção de Milton Hatoum. **SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos – UFAM**. Ano 20, n. 1, jan./jun. 2020 p.50-64. CECCARELLO, Vera Helena Picolo. Aspectos da ditadura militar presentes nos romances *Dois Irmãos e Cinzas do Norte* de Milton Hatoum. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo** – Dossiê, maio 2012 – ISSN 1679-849X. Disponível em:

Nessas vias, o que chama a atenção nas últimas publicações de Hatoum é o fato de que, além de serem ambientadas no último regime ditatorial brasileiro do século XX, apresentam fortes traços de caráter autobiográfico, uma vez que a trajetória de Martim, personagem central dos romances *A noite da espera* e *Pontos de fuga*, em vários momentos, se assemelha à trajetória de vida do próprio literato. Mas, antes da análise histórica dos romances, é preciso apresentar o romancista.

O literato Milton Hatoum, descendente de libaneses, nasceu em 1952, em Manaus, e passou a infância e a juventude na região amazônica, mudando-se para Brasília em 1967. Estudou no Colégio de Aplicação da UNB e, nos anos de 1970, chegou em São Paulo, onde formou-se em Arquitetura e Urbanismo pela USP. Sua trajetória profissional é profícua, já que atuou como professor no Brasil e em várias universidades no exterior, além de ter trabalhado como tradutor de obras importantes para o português, tais como: *Representações do Intelectual*, de Edward Said, e *Um coração simples*, de Gustave Flaubert<sup>9</sup>. A produção literária de Milton Hatoum é relativamente pequena, contabilizando seis romances, um livro de contos e um livro de crônicas, todos publicados no Brasil em outros países<sup>10</sup>. A sua primeira obra, *Relato de um certo oriente*

---

[http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie07/RevLitAut\\_art08.pdf](http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie07/RevLitAut_art08.pdf)

<sup>9</sup> SILVA, Joana da. Panorama da produção literária de Milton Hatoum e de sua recepção, em homenagem aos vinte anos de *Relato de um certo Oriente*. **Somanlu**. ano 10, n. 1, jan./jun. 2010. p.109.

<sup>10</sup> HATOUM, Milton. **Relato de um certo Oriente**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. HATOUM, Milton. **Dois Irmãos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. HATOUM, Milton. **Cinzas do Norte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. HATOUM, Milton. **Órfãos do Eldorado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. HATOUM, Milton. **Cidade Ilhada**. São Paulo: Companhia das

(1989), foi recebida positivamente pela crítica, conquistando o prêmio Jabuti de melhor romance, em 1990, sendo reeditada em 2008, de modo a surpreender o autor, que não imaginava que, passados quase 20 anos da primeira edição, a obra ainda suscitaria grande interesse do público leitor. Para além das edições nacionais, a obra que inaugurou o autor na literatura foi publicada ainda em Portugal e traduzida para diversos países, dentre os quais: Estados Unidos, Itália, Inglaterra, Espanha, Alemanha, Holanda, Líbano e Grécia, fato que o alçou imediatamente à condição de importante literato da Língua Portuguesa.<sup>11</sup>

Profundamente analisados na disciplina literária, alguns aspectos caracterizadores da obra de Hatoum podem estar relacionados também à prática histórica e se revelam persistentes nas suas narrativas, como o caráter memorialístico oferecido como uma forma de resgate das constituições específicas de sua trajetória familiar. Associados a esse aspecto memorialístico, são ressaltados o tema da imigração e a ênfase na diversidade linguística que se estabelece entre o estrangeiro e o nativo; portanto, nas singularidades que se firmam entre núcleos de existência que tem suas origens em espaços diversos. A memória na obra *hatouniana* se apresenta não só como uma forma de compreensão da ancestralidade estrangeira do autor, mas também de apreensões de memórias infantis, com o intuito de lançar luz à percepção de uma

---

Letras, 2009. HATOUM, Milton. Um solitário à espreita. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. HATOUM, Milton. **A Noite da Espera**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 240p. vol. 01 da trilogia *O lugar mais sombrio*. Milton Hatoum. **Pontos de fuga**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 312 p. v. 2 da trilogia *O lugar mais sombrio*.

<sup>11</sup> SILVA, Joana da. *op. cit.* p.109.

identidade que se constituiu entre o universo libanês e o Brasil amazônico<sup>12</sup>.

Apesar dos estudos acadêmicos apontarem a força mnemônica da obra de Hatoum, o próprio autor ressalta que não necessariamente a interlocução entre memória, linguagem e conflitos familiares podem ser compreendidas em seus escritos como parte unicamente de suas experiências existenciais:

No *Relato [de um certo oriente]* há um tom de confissão, é um texto de memória sem ser memorialístico, sem ser autobiográfico; há, como é natural, elementos de minha vida e da vida familiar. Porque minha intenção, do ponto de vista da escritura, é ligar a história pessoal à história familiar: este é o meu projeto. Num certo momento de nossa vida, nossa história é também a história de nossa família e a de nosso país (com todas as limitações e delimitações que essa história suscite). Memória? Com relação ao *Relato*, percebi que causou, talvez, para alguns leitores, uma certa estranheza, a estrutura de encaixes em que está vazado: vozes narrativas que se alternam... Mas, se a própria memória também é desse mesmo modo... O tempo narrativo, no livro, é um tempo fragmentário, que reproduz, de certa forma, a estrutura de funcionamento da memória: essa espécie de vertiginoso vaivém no tempo e no espaço. É precisamente essa correspondência que eu

---

<sup>12</sup> Entrevista de Milton Hatoum concedida à Aida Ramezá Hanania em 5-11-93. Transcrita e editada por ARH <http://www.hottopos.com/collat6/milton1.html> Acesso em: 26 out. 2020.

procurei imprimir à narrativa. Uma autobiografia nunca é verossímil, nunca é verdadeira... ela não é uma confissão de verdade. Todo relato autobiográfico *entre aspas*, que se pretende autobiográfico, tem uma dose de mentira, tem seu lado ficcional. É como se a linguagem friccionasse essa suposta verdade e daí surgisse a ficção, essa mentira que é a ficção... Tanto é assim que, para minha família, para pessoas próximas à família, o *Relato* é um texto de ficção: eles não se reconhecem; reconhecem-se em partes, sempre falta algo: o fio que conduz à verdade. Há, pois, essa fluidez, essa vontade de mentir: é o *menti vrai* de que fala Vargas Llosa em seus ensaios.<sup>13</sup>

Mesmo que Milton Hatoum direcione a sua produção literária para esse *menti vrai*, ou seja, para uma construção fabulosa, imaginativa, existe um elemento importante nesses escritos, apontado pelo próprio autor, que sugere um certo tom confessional em suas obras, pois, em sua acepção, a memória é uma certa “musa tutelar”<sup>14</sup> da literatura. Isso indica que o arcabouço para a escrita *hatouniana* não deixa de ter base na existência e na experiência do literato. A sua vida está escrita na obra, mesmo que seja uma vida “inventada” e costurada com as experiências que assistiu. Entretanto, não é apenas a vida do autor, inventada e assistida, que se encontra em seus textos, mas tudo aquilo que o cerca enquanto

---

<sup>13</sup> *Idem*.

<sup>14</sup> Entrevista de Milton Hatoum concedida à Aida Ramezá Hanania, em 5/11/93, transcrita e editada por ARH. Disponível em: <http://www.hottopos.com/col-lat6/milton1.html> Acesso em: 26 out. 2020.

sujeito social e político surge de forma substancial, a exemplo do que ocorre com o insistente pano de fundo da ditadura militar em alguns dos seus escritos e que retoma, de forma muito mais densa, em *A noite da espera* e em *Pontos de fugas*.

Para apontar que o tema da ditadura é um elemento significante nos escritos *hatounianos*, podemos citar dois livros do autor nos quais o contexto ditatorial emerge: *Dois irmãos* (2000) e *Cinzas do norte* (2005). Segundo Vera Ceccarello, “a referência à ditadura é central ou domina o espectro de discussões e acontecimentos internos”<sup>15</sup> nos dois textos. Ainda com a autora:

A presença do regime militar nos romances pode ser percebida de duas formas: primeiramente, como pano de fundo ou contextual. O caso de *Cinzas do norte* é ainda mais evidente, pois praticamente toda a ação da trama se desenrola durante os 20 anos do regime. Em *Dois irmãos* a referência se restringe a um episódio específico dentro do romance. Esse ponto de vista visa estabelecer uma relação paralelística das obras com o contexto histórico, ou seja, identifica-se nos romances elementos da sociedade e da cultura vigente no período.<sup>16</sup>

---

<sup>15</sup> CECCARELLO, Vera Helena Picolo. Aspectos da ditadura militar presentes nos romances *Dois Irmãos* e *Cinzas do Norte* de Milton Hatoum. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo** – Dossiê, maio 2012 – ISSN 1679-849X. Disponível em: [http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie07/RevLitAut\\_art08.pdf](http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie07/RevLitAut_art08.pdf)

<sup>16</sup> *Idem.*

O estado ditatorial que se instalou no Brasil tem uma força fulgural, pois evidencia uma relação da estética da vida com a violência, com a adesão, com a contestação, com a subserviência e com os privilégios que o regime passou a oferecer a diferentes personagens, em *Dois irmãos* e *Cinzas do Norte*. Em *Dois irmãos*, por exemplo, a prisão e o assassinato de um professor, considerado subversivo pelo regime, faz uma inversão na posição do narrador sobre a forma como percebia cada um dos irmãos gêmeos, os quais dão origem ao título do livro. Cada um deles, Yaqub e Omar, tomam partido e se colocam de forma diferente ao episódio, o que se torna um momento decisivo para que o narrador da história, Nael, tome uma guinada de percepção oposta ao que sentia, dedicando mais simpatia pelo irmão considerado irresponsável, Omar, e constituindo uma forma de resistência ao irmão ordeiro e bem-sucedido, Yaqub. O ponto que marca essa transgressão na narrativa é exatamente um episódio ligado ao estado ditatorial, e isso é importante para compreender como Hatoum lança o contexto histórico como um elemento balizador das formas de existência, ou seja, que o caráter do sujeito/personagem é aquilo que serve de reflexo/contraponto para a compreensão da sociedade descrita na obra.

A narrativa fragmentada, traçada a partir de memórias costuradas pelo narrador Nael, entrelaça os dramas familiares, de forma especial, da vida de Zana, Halim, Domingas, Rânia e dos gêmeos, recompondo um quadro complexo das ações humanas em um contexto conturbado no cenário político brasileiro. Nael se apresenta paulatinamente na trama como filho de Domingas, índia-órfã e serviçal da família de Halim e Zana, pais dos gêmeos e de Rânia. O seu lugar é o da subalternidade, que também é uma condição política. No entanto, há um perceptível entrelaçamento

dessa política das relações cotidianas com a política oficial e os seus desdobramentos no cotidiano dos sujeitos, apresentando-se como um emaranhado de imagens potentes para Nael. Essa busca pelo entendimento sobre as suas origens, revela ao narrador que as experiências políticas também contribuíram para a constituição da sua subjetividade, isto é, a relação entre família e organização social-política.

É importante destacar que muitos trechos e obras *hatounianas* são ancoradas em aspectos da política nacional. Encontramos vários exemplos de como a política se torna um traço, inclusive da condição de existência dos personagens. Em *Dois irmãos*, o crescimento físico e existencial dos gêmeos ia se adequando às questões políticas nacionais. Encontramos vários trechos que remontam essa questão: “Naquela época, Yaqub e o Brasil inteiro pareciam ter um futuro promissor”<sup>17</sup>; ou de forma mais significativa no trecho:

Noites de blecaute no Norte, enquanto a nova capital do país estava inaugurada. A euforia, que vinha de um Brasil tão distante, chegava a Manaus como um sopro amornado. E o futuro, ou a ideia de um futuro promissor, dissolvia-se no mormaço amazônico. Estávamos longe da Era industrial e mais longe ainda do nosso passado grandioso. Zana, que na juventude aproveitara os resquícios desse passado, agora se irritava com a geladeira a querosene, com o fogareiro, com o jipe mais velho de Manaus, que circulava aos sacolejos e fumegava.<sup>18</sup>

---

<sup>17</sup> HATOUM, Milton. **Dois Irmãos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 33.

<sup>18</sup> *Idem*, p. 96.

Também em *Dois irmãos*, a representação da ditadura militar emerge, como já explicitando antes, a partir da figura do professor e poeta Atenor Laval, que se torna amigo de Omar, o filho caçula, boêmio, desregrado e predileto de Zana. É a partir dessa relação dos dois que a trama apresenta seu aspecto mais marcante, no que se refere ao regime militar. O primeiro ponto a ser destacado é a solidariedade de Omar em ajudar financeiramente Laval às vésperas do golpe; no entanto, como a quantia solicitada era volumosa, Rânia, irmã de Omar e administradora do orçamento da família, não cede ao pedido do irmão. Laval desaparece das aulas e só retorna em março, com sinais de angústia, dedos e paletó manchados, dentes amarelados de tanto fumar. A situação física de Laval se entranha à situação crítica que o Brasil vivia às vésperas do golpe de 1964. Laval, como um sujeito que compreende antecipadamente o futuro do país, demonstra no corpo a inquietude dos acontecimentos políticos e os aguarda. Ao adentrar em sala, depois de um longo período de ausência, dirige-se aos alunos: “Desculpe-me, estou muito indisposto”; e acrescenta: “aliás, muita gente está indisposta”. Com a mão trêmula, Laval escreve um trecho do poema *Os cegos*, de Baudelaire. Sobre isso, Milena Magri assevera:

O romance de Milton Hatoum recupera a imagem dos cegos do poeta francês por meio de Laval, justamente em um momento crítico, de grande agitação e incerteza política, como os dias que antecedem o golpe militar. De certo modo, podemos ler nessa citação uma forma crítica cifrada do professor de francês, que acompanha os rumos das decisões políticas e se abala com isso. A imagem dos cegos – condenados à sua escuridão eterna e à súplica – pode

ser lida como uma avaliação negativa feita por Laval da população que ignorava as graves consequências de apoiar uma intervenção militar, bem como a deposição de um governo democraticamente eleito, e, ainda uma espécie de antecipação dos prejuízos a que estariam submetidos todos a partir daquele momento<sup>19</sup>.

Poucos dias depois, Laval é assassinado pelos militares. Sua prisão e agressão fatal são testemunhadas por seus alunos e por Nael. As marcas dessa agressão e o assassinato são elementos fortes na narrativa. Os lampejos dessa morte vão circundar o campo da memória e as alucinações do narrador-testemunha da história. A descrição da cena é aguda e remete, mesmo que simbolicamente, ao massacre promovido pelos militares aos ideais progressistas da esquerda naquele momento:

Foi humilhado no centro da praça das Acácias, esbofeteado como se fosse um cão vadio à mercê da sanha da gangue feroz. Seu paletó branco explodiu de vermelho e ele rodopiou no centro do coreto, as mãos cegas procurando um apoio, o rosto inchado voltado para o sol, o corpo girando sem rumo, cambaleando, tropeçando nos degraus da escada até trombar na beira do lado da praça. Os pássaros, os jaburus e a seriemas fugiram. A vaia e os protestos dos estudantes e professores do liceu não intimidaram os policiais. Laval foi arrastado para um

---

<sup>19</sup> MAGRI, Milena Mulatti. **A ficção no pós-ditadura**: Caio Fernando Abreu, Bernardo Carvalho e Milton Hatoum. São Paulo: editora Unifesp, 2019. p. 104.

veículo do Exército, e logo depois as portas do Café Mocambo foram fechadas. Muitas portas foram fechadas quando dois dias depois subemos que Antenor Laval estava morto. Tudo isso em abril, nos primeiros dias.<sup>20</sup>

É importante reforçar a percepção que se imprime na narrativa de que a ditadura, diferente do que parte da historiografia defendeu durante muito tempo, fez-se profundamente violenta e repressiva desde os seus primeiros dias<sup>21</sup>. Essa representação é bastante inquietante porque persistiu, na produção histórica, a ideia de que a tortura ou os assassinatos faziam parte da representação de uma escalada exponencial de violência no regime, que teve um início brando, um ápice violento nos anos de Chumbo e sua derrocada enfraquecida. Autores como Carlos Fico criticaram tal percepção, uma vez que esta caricatura esquemática, início-ápice-derrocada, emudece os que desde o primeiro dia do regime foram perseguidos, presos e assassinados. Portanto, em *Dois irmãos*, desde a primeira hora do golpe, a ditadura mostrou a que veio. Nesse sentido, Hatoum retrata essa violência de forma clara e direta: uma prisão violenta em praça pública, seguida de assassinato, reforçando a agressividade da condição que se instalara rapidamente no Brasil, a partir do seguinte trecho: “Tudo isso em abril, nos primeiros dias”.

O quadro que se segue demonstra um ensaio simbólico de resistência dos alunos, com um dos gêmeos, Omar, recitando um

---

<sup>20</sup> HATOUM, Milton. *Dois Irmãos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 142

<sup>21</sup> FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História [online]*. v. 24, n. 47, pp. 29-60, 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>. Acesso em: 8 jun. 2022.

poema de Laval e reescrevendo com tinta vermelha, assim como as manchas de sangue do professor que ainda estavam no chão, trechos dos escritos do poeta, no coreto da praça pública. Para Nael, o memorialista que tece e costura as memórias desse episódio, há uma síntese sobre o que significava aquele abril para ele e para muitos outros sujeitos: “tempo de medo”<sup>22</sup>, tempo esse que se estende para após o episódio do assassinato. Nael, ao tratar sobre a cidade, aponta o ambiente de temor que resvalava e que o impossibilitava de se mover pela *urbe* manauara: “eu não queria sair de casa, não entendia as razões da quartelada, mas sabia que havia tramas, movimento de tropas, protesto por toda parte. Violência. Tudo me fez medo”<sup>23</sup>. O trecho é um significativo entorno do clima de medo que se abateu sobre as diversas cidades do país, além de apontar para os atos de resistência e de protesto, elementos de tal forma significativos, por exemplo, uma “missa proibida” em homenagem à memória de Laval<sup>24</sup>.

A cidade, então, se ressignifica e deixa de ser o espaço de lazer, do prazer e do trabalho. Manaus, na representação de *Dois irmãos*, ganha ares de um espaço sitiado. Nesse sentido, a percepção sobre a cidade se expressa da seguinte maneira.

Ele sabia que Manaus se tornara uma cidade ocupada. As escolas e os cinemas tinham sido fechados, lanchas da Marinha patrulhavam a baía do Negro, e as estações de rádio transmitiam comunicados do Comando Militar da Amazônia. Rânia teve que fechar a loja porque

---

<sup>22</sup> HATOUM, Milton. **Dois Irmãos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p.143

<sup>23</sup> *Idem*, p. 149.

<sup>24</sup> *Idem*, p. 149.

a greve dos portuários terminara num confronto com a polícia do Exército. Halim me aconselhou a não mencionar Laval fora de casa. Outros nomes foram emudecidos. A tarja preta que cobria uma parte da fachada do liceu fora arrancada e as portas do prédio permaneceram trancadas por várias semanas.<sup>25</sup>

A cidade, tanto quanto as pessoas, sentiu a força do golpe. Manaus se decompusera, fechara-se. As pessoas se transformaram, emudeceram sobre determinados nomes e determinados temas. O silêncio se tornou um elemento essencial para a condução de uma vida sem problemas com o regime que acabara de se instalar. As palavras poderiam até ser ditas, contudo, o *locus* para a sua publicação era restrito a determinados espaços. Qualquer tom áspero contra a ordem recém-instalada não deveria sair de dentro das casas, haja vista que as ditaduras são gestoras de silêncios coletivos. Omar, após a morte de seu antigo mestre, lança um “Manifesto contra os golpistas”, lendo-o em voz alta, porém, recluso em seu quarto, tendo como único ouvinte Nael, que achou o documento corajoso, mas lamentou o fato de estar sendo desperdiçado numa sala quase vazia<sup>26</sup>.

Para Nael, o silêncio acaba se tornando um elemento que impulsionou uma dor física, quase incompreensível para o personagem. O calar forçado, gestado por um evento traumático, faz com que o corpo do narrador expresse toda a sua insatisfação com a movimentação e ações dos militares em Manaus. Nael adoece e tem alucinações com a figura do professor Laval:

---

<sup>25</sup> *Idem*, p. 149.

<sup>26</sup> *Idem*, p. 150.

Acompanhei com o rabo de olho a trepidação daquele monstro verde na rua de pedras, senti um mal-estar, uma pontada na cabeça e logo uma ânsia de vômito ao perceber a fila de veículos verdes que parecia não ter fim. O chão trepidava cada vez mais, agora eram sirenes e urros que zuniam na minha cabeça, e baionetas que apontavam para a porta da igreja, onde os meus colegas do liceu erguiam os braços, se atiravam no chão ou caíam, e depois apontavam para Laval, que se contorcia no aviário cheio de pássaros mortos, a mão direita segurando a sua pasta surrada, a esquerda tentando agarrar as folhas de papel que queimavam no ar. Eu quis entrar no aviário, mas estava trancado, e ainda pude ver Laval bem perto de mim, o rosto rasgado de dor, o colarinho cheio de sangue, o olhar triste e a boca aberta, incapaz de falar. Ele desapareceu na noite súbita e eu comecei a gritar para Yaqub, gritei como um louco, e vi minha mãe diante de mim, as mãos no meu rosto quente, os olhos dela arregalados, acesos e tensos. [...] Eu tremia de febre, suava, estava ensoado [...].<sup>27</sup>

Esse trecho é bastante alegórico do que estava por vir, no que se refere aos próximos vinte e um anos que seguiram o golpe. Nesse momento, a memória traumática, em Milton Hatoum, lança na narração de Nael uma previsão daquilo que o literato já sabia, já tinha vivido e experimentado enquanto sujeito que presenciou a

---

<sup>27</sup> *Idem*, p. 150.

chegada da ditadura militar no Brasil. Tal qual a expressão benjaminiana, Hatoum transforma Nael em seu “anjo da história”, olha para o futuro com a percepção de *dèjà vu*. Nael antecipa a experiência de muitos jovens que, após o golpe, não conseguirão enxergar o findar das ações do exército. Ao retratar a profundidade da morte de Laval, em sua existência e na de Omar, o narrador diz que os dois foram golpeados. Omar passa a ser a representação de um país que adentrava em uma zona obscura e nefasta. A reclusão, adoecimento e tristeza fazem com que Nael o veja com olhos de pesadelo, perdido na mais escura das noites<sup>28</sup>.

Ainda na obra *Dois irmãos*, Hatoum, através do narrador, passa a descrever o rápido processo de modernização da cidade de Manaus e a destruição da cidade antiga, após a instalação da ditadura. Uma modernização autoritária, como ocorreu em boa parte das capitais do país durante o regime militar<sup>29</sup>. O mais interessante é que esse processo ocorre no livro em paralelo com a decomposição da família. A ditadura sempre é um ponto importante para a compreensão do universo pessoal daqueles sujeitos. Um dos episódios mais importantes da trama coincide com um dos anos mais emblemáticos do século XX, o ano de 1968. A morte de Halim, patriarca da família, ocorre no Natal daquele ano, no mesmo mês em que o Brasil acabava com o que restava de garantias legais aos sujeitos com o AI-5. Foi exatamente depois da morte de Halim que a casa começou a desmoronar de uma vez.

Tal como em *Dois irmãos* e *Cinzas do Norte*, a ditadura se entrelaça na narrativa das últimas obras publicadas pelo autor, quais sejam: *A noite da espera* e *Pontos de fugas*. Após nove anos do

---

<sup>28</sup> *Idem.* p.153

<sup>29</sup> NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: EDUFPI, 2015. 358 p.

lançamento de seu último romance, *Órfãos do Eldorado* (2008), Milton Hatoum apresentou ao público leitor o livro *A noite da espera* (2017), primeira obra de uma trilogia que tem como título *O lugar mais sombrio*. Por esse título, avaliamos que a perspectiva que estrutura essa trilogia é caracterizada por algo obscuro, nebuloso, não agradável à existência ou à experiência humana. A narrativa de *A noite da espera* é protagonizada por Martim, que, através de cartas e de diários, relembra momentos cruciais de sua vida quando estava exilado em Paris, nos anos de 1980. É uma narrativa fragmentada, assim como *Dois irmãos*, tendo como diferença o fato de que os suportes de memória agora são outros.

No enredo de *A noite da espera*, Hatoum apresenta a sequência dos acontecimentos através da leitura de um diário e de cartas. Esses suportes de memória apresentam aos leitores o jovem Martim, de 16 anos, e a sua misteriosa mãe, Lina. Também nos deparamos com a relação conflituosa e beligerante do jovem com o seu pai, em meio a um processo de separação familiar. Enquanto a mãe se enamora por um jovem artista e deixa a guarda do filho com o pai, este, ressentido e amargurado pela suposta traição afetiva, muda-se para Brasília, levando consigo o filho. Ao se deparar com o novo espaço, Martim também se descobre em um mundo polifônico de sujeitos: filhos de diplomatas, colegas vindos das cidades satélites, militantes, políticos profissionais, entre outros sujeitos que o cercam ao adentrar em uma outra esfera da existência, a vida adulta. Ao mesmo tempo que Martim é levado a encarar as dificuldades do amadurecimento e o sumiço de sua mãe, o país também se transforma em um lugar mais sombrio e amargo para as existências múltiplas que o permeiam. A ditadura militar se insere na obra como uma personagem estruturante que organiza e desorganiza a vida dos sujeitos em sua volta. Os acontecimentos ao seu

redor são relatados da mesma forma que as imagens que se formam nos lampejos de uma memória-guardiã, como sugere o trecho:

Numa quinta-feira de agosto, quando o campus da UnB foi invadido e ocupado, professores, alunos e deputados da oposição foram espancados e presos, os laboratórios dos cursos de medicina e biologia, destruídos, os animais na mesa de cirurgia agonizaram até a morte, um estudante de engenharia foi baleado na testa... As incursões da polícia ao campus continuaram até o fim do semestre. Nos dias de fechamento da escola, enquanto lia os livros de poesia e teatro emprestados por Jorge Alegre, uma sombra passava pela sala, perscrutava meu quarto e sumia no corredor. Só no dia 14 entendi o motivo do júbilo paterno: o Ato Institucional número 5. Nesta última semana de dezembro, Rodolfo empilhou revistas e jornais na mesa da sala e recortou fotografias do rosto de buldogue pelancudo do marechal Costa e Silva; coleciona rostos militares e civis (o ministro da Justiça que redigiu o AI-5, magistrados e políticos bajuladores) e rasga com raiva as fotos de políticos cassados. A mesa da sala ficou coberta de imagens de heróis do meu pai, e o chão repleto de rostos de papel, cortados em tiras finas, como serpentina de uma festa macabra. Tive uma vaga consciência de que Rodolfo estava enlouquecendo, percebia sintomas de

loucura nos gestos e atitudes dele, e me perguntava quem, ou o quê, ele odiava.<sup>30</sup>

É necessário destacar que as memórias de Martim se (re)compõem sobre dois traumas: a separação dos pais e as ações da ditadura militar brasileira. Dessa forma, Márcio Seligman-Silva chama a atenção para um aspecto importante sobre a condição do narrador, já que podemos associar o próprio Hatoum ao narrador/personagem do livro, Martim. Tanto o literato quanto a personagem são, ao mesmo tempo, narradores e testemunhas. Para Seligman-Silva, o sobrevivente de um evento traumático, no caso a ditadura militar, enfrenta a dificuldade de narrar a sua experiência; e os elementos que compõem essa dificuldade estão presentes e se mostram visíveis em sua narrativa. Hatoum e Martim foram presos durante o regime militar brasileiro, apesar de serem diferentes as razões para a prisão de cada um<sup>31</sup>.

Observamos, desse modo, a maneira fragmentada, efetivamente ligada ao campo da memória individual, que Milton Hatoum escolheu para trazer à tona os acontecimentos, como os lampejos, os recortados, os picotados pelos retalhos de diários, as cartas, os bilhetes, lidos pelo autor no exílio em Paris. Seria muito difícil para a personagem central contar uma história linear, organizada, uma vez que o trauma é a própria expressão da ruptura existencial do narrador-testemunha<sup>32</sup>. Milena Magri também aponta

---

<sup>30</sup> HATOUM, Milton. **A Noite da Espera**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 240 p. v. 01 da trilogia *O lugar mais sombrio*, p.55-56.

<sup>31</sup> Entrevista de Milton Hatoum à Folha. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1928748-escritor-amazonense-lanca-obra-cujo-pano-de-fundo-e-a-repressao-militar.shtml> Acesso em: jun. 2022.

<sup>32</sup> SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). **História, memória e literatura**. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: editora da Unicamp, 2003.

para as dificuldades de recordação de um evento traumático. Para esta pesquisadora, o narrador-testemunha, ao tornar pública a experiência do trauma, fragmenta-o, como uma parte imperiosa para a matéria fluída do recontar memorialístico<sup>33</sup>. Nesse sentido, observa-se a astúcia de Milton Hatoum ao compor essa narrativa de formação, haja vista que, ao voltar-se para a construção do eu de Martim no tempo ditatorial, a narrativa fragmentada se torna condzente com o campo da memória traumática. Neste pleito, a ficção ajuda a desenhar um panorama histórico, com ares realistas, nar-rando com a estética que a memória traumática se apresenta aos seres humanos.

Em 2019, foi lançado o romance *Pontos de Fuga*, o segundo volume da trilogia *O lugar mais sombrio*. Nesse livro, há um importante deslocamento espacial, pois Martim sai de Brasília, onde muitos dos seus amigos foram presos, e parte rumo à São Paulo para cursar arquitetura na Universidade de São Paulo – USP. Assim como no primeiro volume, a narrativa se dá através de cartas e do diário de Martim, que ainda se encontra em Paris na década de 1980. Ao lembrar dos tempos de formação acadêmica, Martim rememora o encontro emocional, afetivo e social com um grupo de jovens com os quais conviveu em uma república. Nesse espaço, novamente o leitor é apresentado à complexa ordem de convivência entre sujeitos diferentes, de origem e de formação, mas que têm em comum a reflexão de sua existência e a tentativa de manter uma nova conduta, tanto em relação à experiência familiar, quanto à esfera política. O novo quadro apresentado mostra um Martim imerso em uma melancólica vida adulta, lidando ainda com o

---

<sup>33</sup> MAGRI, Milena Mulatti. **A ficção no pós-ditadura**: Caio Fernando Abreu, Bernardo Carvalho e Milton Hatoum. São Paulo: editora Unifesp, 2019.

vazio do desaparecimento de sua mãe. Paralelo a isso, a ditadura militar revela o seu lado mais sombrio e repressivo aos jovens dos anos de 1970.

O escopo dos escritos de Milton Hatoum permite observar uma encruzilhada de vários temas, entre os quais podemos ressaltar: a memória, as relações familiares, a ancestralidade e os dilemas históricos e políticos do Brasil. Em grande medida, as obras de Hatoum são permeadas por uma esfera mnemônica, coadunando a memória individual com as narrativas memorialísticas das personagens. O próprio autor trata sobre isso quando diz que a *memória é o chão de sua literatura*.

Não há literatura sem memória. A pátria de todo escritor é a infância. Acho que o momento da infância e da juventude é privilegiado para quem quer escrever. É onde a memória sedimenta coisas importantes: as grandes felicidades, os traumas, as alegrias e também as decepções. Certamente não estou falando da lembrança pontual e nítida. O que interessa é a memória desfalcada, a memória não lembrada. Isso é bom para a literatura porque aí é que se instala o espaço da invenção<sup>34</sup>.

Por mais que as questões políticas tenham visibilidade em suas obras, foi precisamente nos seus últimos escritos, de 2017 e

---

<sup>34</sup> GURGEL, Luiz Henrique. “Não há literatura sem memória”. Revista Na ponta do Lápis. Ano IV, Nº. 8. AGWM Editora e Produções editoriais, junho/2008, p. 2-4. *apud* SILVA, Joana da. Panorama da produção literária de Milton Hatoum e de sua recepção, em homenagem aos vinte anos de Relato de um certo Oriente. **Somanlu**, ano 10, n. 1, jan./jun. 2010.

2019, que essa junção entre memória e história política nacional ganhou uma maior notoriedade. Nessa perspectiva, a construção de representações sobre o Brasil ditatorial e a junção da imagem e do tempo da experiência vivida por Milton Hatoum se coadunam para a construção de uma produção de caráter político, possibilitando, ainda, uma invenção analítica da ficção, como um modelo de percepção original sobre o período. Em *A noite da espera* e *Pontos de fugas*, as narrativas nos ajudam a problematizar a condição da existência de um indivíduo que mergulha em um mundo caótico, em que a vida não é apenas a separação entre o que é público e o que é privado, na verdade, a vida mescla entre o público e o privado, no sentido em que o vazio que recobre a falta de perspectiva com o país se mistura ao vazio existencial da personagem central. Dessarte, Milton Hatoum nos ajuda a pensar que os conflitos políticos nacionais também foram/são embates existenciais, e que esses desentendimentos operam nas várias esferas da vida dos sujeitos, não havendo opção de fuga possível sobre as circunstâncias políticas e pessoais. É uma forma holística de observar o sujeito e sua relação com estados ditatoriais.

Nesse sentido, este artigo objetivou analisar esses escombros de memória construídas sobre a ditadura militar nas referidas obras de Milton Hatoum, com o intuito de observar as particularidades do olhar sensível da literatura sobre a forma como operam os regimes autoritários, e como a arte ficcional ajuda a estabelecer noções que podem subsidiar a compreensão da relação entre o sujeito e as ditaduras.

## REFERÊNCIAS

### Bibliografia

AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**: o arquivo e o testemunho (Homo Sacer III). São Paulo: Boitempo Editorial, 2008, 175 p.

ARENT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém**: um relato sobre a banalidade do mal. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1999.

CAMUS, Albert. **A Peste**. 22 ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

CECCARELLO, Vera Helena Picolo. Aspectos da ditadura militar presentes nos romances *Dois Irmãos* e *Cinzas do Norte* de Milton Hatoum. **Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo** – Dossiê, maio de 2012 – ISSN 1679-849X. Acessado em: [http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie07/RevLitAut\\_art08.pdf](http://w3.ufsm.br/literaturaeautoritarismo/revista/dossie07/RevLitAut_art08.pdf)

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História [online]**. 2004, v. 24, n. 47, pp. 29-60. Epub 29 set. 2004. ISSN 1806-9347. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-01882004000100003>>. Acesso em: 8 jun. 2022.

GURGEL, Luiz Henrique. “Não há literatura sem memória”. Revista Na ponta do Lápis. Ano IV, Nº. 8. AGWM Editora e Produções editoriais, junho/2008, p. 2-4. APUD: SILVA, Joana da. Panorama da produção literária de Milton Hatoum e de sua recepção,

em homenagem aos vinte anos de Relato de um certo Oriente. **Somanlu**, ano 10, n. 1, jan./jun. 2010.

MÃE, Valter Hugo. **A máquina de fazer espanhóis**. São Paulo: Cosac Naify, 2013. 265 p.

MAGRI, Milena Mulatti. **A ficção no pós-ditadura**: Caio Fernando Abreu, Bernardo Carvalho e Milton Hatoum. São Paulo: editora Unifesp, 2019.p. 104.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945). Teresina: EDUFPI, 2015. 358 p.

PERLATTO, Fernando. História, literatura e a ditadura brasileira: historiografia e ficções no contexto do cinquentenário do golpe de 1964. **Revista de Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 30, no 62, p. 721-740, setembro-dezembro 2017.

SANTOS, Alexandre da Silva e LEAL, Davi Avelino. Literatura e História: produção de saberes na ficção de Milton Hatoum. **SOMANLU: Revista de Estudos Amazônicos – UFAM**. Ano 20, n. 1, p.50-64, jan./jun. 2020.

SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). **História, memória e literatura**. O testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

SILVA, Joana da. Panorama da produção literária de Milton Hatoum e de sua recepção, em homenagem aos vinte anos de *Relato de um certo Oriente*. **Somanlu**, ano 10, n. 1, jan./jun. 2010. p.109.

TODOROV, Tzevan. **Diante do extremo**. São Paulo: editora Unesp, 2017.

## Fontes

Entrevista de Milton Hatoum à folha. Disponível em: <https://m.folha.uol.com.br/ilustrada/2017/10/1928748-escriptor-amazonense-lanca-obra-cujo-pano-de-fundo-e-a-repressao-militar.shtml>  
Acesso em: jun. de 2022.

Entrevista de Milton Hatoum ao Jornal Nexo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=RpRrVL9MreA> Acesso em: 28 out. 2020.

Entrevista de Milton Hatoum concedida à Aida Ramezá Hanania em 5-11-93. Transcrita e editada por **ARH**. Disponível em: <http://www.hottopos.com/collat6/milton1.html> Acesso em: 26 out. 2020.

HATOUM, Milton. **A Noite da Espera**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 240 p. v. 1 da trilogia *O lugar mais sombrio*.

HATOUM, Milton. **Cidade Ilhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

HATOUM, Milton. **Cinzas do Norte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

HATOUM, Milton. **Dois Irmãos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HATOUM, Milton. **Órfãos do Eldorado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HATOUM, Milton. **Pontos de fuga**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 312 p. v. 2 da trilogia *O lugar mais sombrio*.

HATOUM, Milton. **Relato de um certo Oriente**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HATOUM, Milton. **Um solitário à espreita**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.



## MULHERES POTIGUARES NO ENSINO DA HISTÓRIA LOCAL: UM PROTAGONISMO A SER ENSINADO

Paulo Augusto Tamanini  
Vanusa Maria Gomes Noronha Medeiros

### Introdução

Neste estudo, buscamos apresentar a relevância do ensino de História e da História Local, refletindo sobre a figura feminina no contexto da cidade de Mossoró- RN. A partir do entendimento do local, o ensino de História ganha uma compreensão baseada em pressupostos teóricos e legitimidade didática quando tratam de personagens mais conhecidos de um determinado ponto geográfico. Isto porque são nos locais em que a História manifesta suas tramas, são neles também que a História ensinada recorre quando busca referência de um acontecido, situando o aluno nos contextos em que ele vive.

A ideia de espaço local chama a atenção para a conveniência de quem a delimita e de quem nela se enquadra. Alunos, por sua vez, longe de somente estudar o passado para além dos *locais dos outros*, podem também se sentir fazendo parte deles. Isto torna o ensino de História Local articulado com espaços conhecidos e próximos dos alunos, algo que desperte interesse e entusiasmo por saber de onde são, e de onde se estuda (DANTAS; SOUZA, 2018).

Segundo a historiadora Circe Bittencourt (2009, p. 121), o ensino de História visa contribuir para a formação de um “cidadão crítico”, para que o aluno adquira uma postura crítica em relação à sociedade em que vive, abordando temáticas relevantes. Dentre

tantas temáticas possíveis de serem abordadas, destacamos a importância da figura feminina no decurso da História Local. Como referência de uma localidade, escolhemos a cidade de Mossoró-RN, onde vivemos. Dentre tantas personagens de destaque da cidade, trazemos para este estudo a professora Celina Guimarães Viana, nascida em 1890 na cidade de Natal, mas que residiu em Mossoró desde 1913, e que se tornou a primeira mulher a votar, em 5 de abril de 1928. Contudo, o senado por não aceitar o voto feminino acabara por invalidar o seu voto naquela eleição. Outras personagens foram destaques nos movimentos reivindicatórios por equiparação de direitos, dentre elas citamos Nísia Floresta.

Assim, pretendemos abordar neste escrito **se** e **como** a História Local aborda a vida dessas duas mulheres professoras e atuantes políticas. Tendo como partida a vida dessas duas mulheres, analisaremos como os livros didáticos tratam da temática e em que perspectiva é trazida para a sala de aula. Desta forma, procuramos estabelecer um significado acerca da História Local, inserindo no campo das discussões o entendimento dos conceitos de localidade, frente às correntes teóricas macro, pautados na construção dos saberes históricos de um ponto geográfico micro. Para tanto, nosso interesse é contribuir com a ampliação do conhecimento, tornando professores e alunos aptos a uma consciência mais crítica e conhecedora do reduto em que vivem, para posteriormente serem protagonista do mundo que o cerca.

Diante do exposto, o objetivo deste escrito é analisar como as mulheres protagonistas da cidade de Mossoró-RN são abordadas no ensino de História Local, verificando seus estereótipos, permanências ou mudanças, a partir dos conteúdos imagéticos veiculados nos livros didáticos de História.

Metodologicamente, esta pesquisa é de cunho bibliográfico e fará uso de dados coletados a partir dos livros didáticos de História. Para realização deste trabalho foi utilizado o método qualitativo. Sendo assim, observaremos através da análise de dados coletados como a História Local pode contribuir para aproximar os estudantes dos assuntos mais próximos de sua realidade local quando tratados nos livros. Percebemos que os conteúdos locais, quando abordados em sala de aula, repercutem de modo produtivo na aprendizagem da História Geral, **desde que** e **quando** integrados e compartilhados.

A análise dos dados coletados terá como recorte as personagens femininas de destaque no campo da política nacional, da cidade de Mossoró-RN. As coleções: Teláris História, da editora Ática; História, Escola e Democracia, da editora Moderna; e História. doc. da Editora Saraiva, do 9º ano do Ensino Fundamental II (2019/2020) aprovadas pelo PNLD, 2018, instituem-se como fonte documental para verificar “se” e “como” são retratadas as figuras locais (Celina Guimarães Viana e Nísia Floresta) nos livros.

Nosso escrito está estruturado em quatro subitens que costuram uma resposta acerca da temática em estudo. No primeiro subitem, apresentamos a “História Local” a partir de conceitos builados por professores-pesquisadores da área de História; no segundo subitem, refletiremos sobre a temática das Mulheres, no campo da Historiografia, ao mesmo em que apresentaremos as personagens: professoras Nísia Floresta e Celina Guimarães Viana. No terceiro subitem, analisaremos os dados coletados, com uso de gráficos, para em seguida tecer nossas Considerações Finais.

## **História Local: conceitos que se burilam**

Neste subitem, buscamos apresentar algumas concepções teóricas sobre a temática da “História Local” no contexto da didática, por entender que é necessário situar o aluno na amplitude do espaço geográfico da escola, de sua casa, de seu bairro etc.

A História Local oportuniza ao aluno uma percepção do lugar no qual ele vive, se socializa e constrói sua percepção de mundo. Mundo este que não está deslocado do passado, tão pouco das especificidades de um determinado espaço que, sobre ele reverbera o que no global se decide, acontece ou se discute (TAMANINI, 2018). Atenta a isso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) principia que o currículo escolar deve contemplar conhecimentos comuns no campo nacional bem como os de características regionais e locais.

Assim, o ensino formal está responsável por lidar não só com os saberes gerais ou de cunho nacional, mas também com aqueles mais específicos que remetem à uma determinada região ou lugar. Professores de História percebem que o ensino de História Local também auxilia na compreensão das identidades de seus alunos (ainda que estas sejam complexas, múltiplas, variáveis); que o ensino de História Local contribui para entender os acontecimentos fundantes de suas cidades ou bairros, ajuda na percepção de que os espaços das vivências e sociabilidades dos alunos têm um rastro, uma importância historiográfica (TAMANINI, 2018).

Portanto, temáticas locais, longe de serem abstratas, devem se tornar palpáveis, instigantes e integrantes do cotidiano dos alunos (SCHMIDT; CAINELLI, 2009). Desta maneira, a História Local mostra-se, então, como um objeto de estudo interligado à realidade do aluno em seu espaço de convivência, valorizada por lastro de

interesse socio-local e que reverbera no próprio espaço formativo das escolas e das famílias.

O ensino da História Local não ensina sobre o passado sozinho (SCHMIDT, 2007). A ele se unem saberes interdisciplinares, uma vez que ainda não é possível desprender-se de contextos ora, políticos, ora, religiosos, por vezes culturais do cotidiano e que se prestam para juntos tecer uma História que pode ser vista e lida sob múltiplas perspectivas. Isto porque a História, como área de conhecimento e de Ensino jamais pode ser compreendida enquanto promotora de uma só visão do passado. Portanto, os acontecimentos locais devem ser ensinados de forma aberta e receptiva, possibilitando que os alunos auxiliem no construto de um conhecimento em que ele próprio é partícipe (BAUER, 2012). Portanto, trabalhar a História Local de forma interdisciplinar e inclusiva é conduzir o ensino para os múltiplos olhares da formação humana em sua inteireza, é respeitar o outro em seu exercício de cidadania participativa.

O reconhecimento da História Local como componente curricular é recente, sendo registrado a partir da segunda metade dos anos 1980, quando se percebia que também a disciplina de História não só formava os alunos dentro de um processo de aprendizagem acerca dos acontecimentos macro, como também poderia favorecer a divulgação e a historicidade de pessoas comuns, situadas em espaços micro. (GONÇALVES, 2007).

A partir daí, ao destacar os fatos, personagens e lugares pertencentes ao convívio do estudante (BOURDIN, 1991), o professor promovia a proximidade com a disciplina e

proporcionava ao aluno uma relação dialética entre passado e presente, entre os lugares afastados psica e geograficamente afastados e aqueles mais próximos. Essa nova perspectiva oferece ao professor elementos que ajudam no entendimento da engrenagem da própria História que se presentifica em cada cenário da vida, que se espetaculariza nos diversificados palcos de atuação do cotidiano. Portanto, o modo de abordagem da História Local é diferente da tradicional, pois esta, sem os elementos de aproximação, pode tornar o aluno um ser passivo perante o saber e distante do processo histórico.

Com base na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96 - no seu artigo 26, onde afirma que a parte diversificada dos currículos do Ensino Fundamental e Médio deve examinar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, percebemos a promissora construção de uma proposta de ensino de História mais localizada, facilmente encontrada, voltada para a divulgação do acervo cultural dos lugares, locais, espaços conhecidos.

Esse enquadramento é necessário para garantir o resgate histórico de culturas, que não utilizam a escrita, como por exemplo, parte das populações indígenas, as quais apresentam culturas peculiares transmitidas somente pelo oral/local. Se espera, a partir dessa perspectiva da História a ressignificação do olhar do aluno, por meio de problematizações que o façam notar o que está historicamente em seu entorno e o faça sentir-se um agente histórico, participante da construção histórica.

A História Local demarca que não apenas os grandes centros de concentração cultural, política e econômica estão envolvidos na história da civilização e dos grandes acontecimentos, mas, todos estão integrados e fazem parte da tessitura da História. Contudo, ainda assim, não devemos entender a História tecida nos outros lugares com preconceitos, ou fazendo distinções separatistas e discriminatórias. O Local é parte da História percebida como integrante de um corpo que se compõe graças ao ajuntamento e comunhão de cada acontecer, ligados por uma simbiose e compromisso lógicos. A História não se faz isolada; existe uma relação de comprometimento pela compreensão do conjunto dos acontecimentos. A História Local facilita que cada ponto geográfico seja enaltecido, seja posto à luz, tenha visibilidade (VIANNA, 2016).

Também Bittencourt (2009) pontua que a História Local destaca o passado tecido nos espaços onde os alunos costumam estar, seja uma casa, a escola, a praça, ou até mesmo uma rua, e os personagens históricos que estão envolvidos nesses espaços.

Ainda dentro do cenário da prática do ensino de História Local, percebemos que, faz-se necessário que o docente não se deixe limitar apenas pelo estudo dos grandes personagens locais da política, das famílias abastadas locais, dos intelectuais locais ou dos religiosos de grandes graus hierárquicos, mas também que dê espaço para os desconhecidos, os marginalizados, as personagens facilmente catalogadas como “de menor importância”. Isto porque, por vezes são estas personagens negligenciadas que contam, recontam, narram e tecem a história de um determinado lugar. Suas falas, suas vozes recriam vínculos de memória, presentificam o passado e acostam os espaços.

É necessário ter cuidado! Colocar em foco os acontecimentos apenas dos conhecidos e reconhecidos social e culturalmente de

um lugar, é dar oportunidade para uma armadilha para o ensino de História. O que criticamos quando do ensino de História Geral, pode se repetir se não houver tais cuidados. Se a História Local valoriza os acontecimentos dados nos micros espaços, a historicidade macro corporifica a História e amalgama os vínculos entre uma e outra, dando ao conjunto coerência e logicidade.

Ainda que todo e qualquer local tenha seus registros de historicidade e cultura, para o aluno o que chama mais atenção é aquele que o identifica ou que corresponda à sua realidade vivida. Desta forma, o aparente e irrelevante personagem pode despertar nos alunos percepções de afinidade, proximidade, contiguidade dada à carga de representação trazida pela identificação do lugar (BURKE, 2011).

### **Marcas da História sobre a temática “Mulher”**

Neste tópico, abordamos a “Mulher” como temática de pesquisa na área de História, para em seguida apresentar duas personagens de destaque na história da cidade de Mossoró-RN: Celina Guimarães Viana e Nísia Floresta.

Nossa sociedade possui características de um regime patriarcal, na qual as mulheres historicamente, muitas vezes, tiveram os seus direitos negados, foram vítimas de opressão, preconceitos e silenciamentos. O papel social da mulher se limitava ao núcleo familiar, ao casamento, aos cuidados com a casa e com os filhos. A sua participação no espaço público era restrita e o acesso ao trabalho fora do lar, à educação escolar e aos direitos políticos foram durante muito tempo proibidos (BUTLER, 2010; BEAUVOIR, 1991; PEDRO, 2003; PERROT, 2015, SCOTT, 1995).

Segundo PERROT (2015), em seu livro *Minha história das mulheres*, o surgimento de uma História das Mulheres só ocorreu na década de 1960, nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, quando novas pesquisas enxergavam as mulheres para além dos papéis socio e culturalmente lhe atribuídos.

Também no Brasil, a temática da Mulher ganhou espaços quando pesquisadores e pesquisadoras buscaram remontar a temática, reconduzindo as mulheres da esfera doméstica para o campo e cenário de trabalho público, da política e da formação escolar. Estudos como o de DEL PRIORE (1997), com a obra “A História das Mulheres no Brasil” são referência e fonte de pesquisa acerca da mulher brasileira e que incentivaram a produção de novas investigações, outras abordagens. Uma das abordagens de destaque é o papel das Mulheres no campo da formação intelectual.

Desse modo, como a mulher começou a adentrar os espaços de ensino, a docência passou a ser enxergada como um trabalho que exigia a sua presença como profissional mais adequado. Percebemos nisso um oportuno paradoxo: ainda que por motivos marcadamente culturais, foi na formação e nos espaços das universidades que a mulher aproveitou o momento para conquistar seus espaços institucionais, fazer-se ouvida, valorizada, respeitada e robustecer o Movimento Feminista, fundamentando suas vozes reivindicativas com o lustre do conhecimento.

Como já ventilado, inferimos que as mulheres iniciaram uma batalha acerca do direito de participar da vida pública, no trabalho, na educação e na política, a partir do movimento feminista, que teve início no século XIX, no ano 1975, com o Centro da Mulher Brasileira (CMB). Criado no Rio de Janeiro, foi a primeira organização do novo feminismo com o intuito de combater a violência contra a mulher. Uma importante conquista do movimento

feminista ocorreu em 2006, com a criação da Lei Maria da Penha, que estabeleceu medidas de assistência e proteção às vítimas de agressões domésticas.

Nas décadas de 1960 e 1970, as historiadoras feministas impulsionaram a luta nas universidades, abordando o discurso da igualdade das diferenças tendo em vista o sexo como condição natural, ou seja, a primeira onda do feminismo pensava o sexo como um discurso biológico, tendo em seu discurso a igualdade na universalidade. Dentre os cursos de Graduação e Pós-Graduação, os das Ciências Humanas e Sociais – e dentre esses, o de História, o de Sociologia, o de Antropologia o de Filosofia – assumiram protagonismos de inserir a temática da Mulher nos componentes curriculares, abrindo campos e laboratórios de Pesquisas que se viam cada vez mais lotados.

Nos campos de Pesquisa e laboratórios, a temática ‘Mulheres’ era abordada para além dos silenciamentos, colocando-as no cerne das preocupações e perspectivas de investigação o protagonismo de suas atuações e de sua visibilidade política, cidadã, social, cultural etc.

A invisibilidade atribuída à mulher, para além de incomodar, propunha mudanças no escrito da História como disciplina e área de conhecimento, chamando a atenção para a atuação delas nas esferas públicas e privadas, defendendo novas visões do feminino, contemplando a desconstrução de conceitos arraigados pautados na dominação de um só gênero.

A linha do tempo da história se encarrega de desenhar caminhos que para muitos seriam inviáveis, enquanto para outros é apenas um motivo vencer os desafios. Assim cresceram os grandes ícones femininos em todo o Brasil. Também o interior nordestino se via como espaço privilegiado das personagens femininas que

ganharam destaque nacional: no campo da política, religioso, universitário, científico etc. Dentre muitas, destacamos neste estudo as professoras Nísia Floresta e Celina Guimarães Viana, mulheres que viveram para além do seu tempo e que deixaram sua marca de presença e atuação.

**Nísia Floresta**, registrada como Dionísia Gonçalves Pinto, nasceu no dia 12 de outubro de 1810, em uma fazenda no município de Papari, no Rio Grande do Norte. O grande pedaço de terra da família tinha nome de *Floresta* e estima-se que ocupava o que hoje são duas cidades. Filha do português Dionísio Gonçalves Pinto, que veio de Portugal para o Brasil no começo do século XIX, trabalhava como advogado; e da brasileira Antônia Clara Freire, herdeira de uma das principais famílias da região. Dionísia tinha três irmãos: Clara, Joaquim e uma terceira irmã do casamento anterior de sua mãe viúva. Durante a infância e adolescência, passou por períodos de acentuada convulsão social, que contribuiu para sua formação.

Ao longo de sua vida, Nísia Floresta fugiu dos lugares comuns destinados às mulheres no século XIX, contrariando com suas ideias e pensamentos a sociedade vigente. Buscava a igualdade, tão propalada nos liberais europeus e que ela simpatizava e queria que os mesmos ares se espalhassem pelo Brasil. Para tanto, usou a palavra escrita em suas obras para divulgar seus pensamentos e ideias, os quais procurava, assim, posicionar a mulher dentro da sociedade dominada pelos homens. Nísia foi a precursora nos estudos de gêneros no Brasil, sendo a primeira autora a escrever sobre essa temática.

Nísia Floresta expressava seus conceitos e julgamentos, abrangendo os mais diversos assuntos e temas. Não é à toa que Nísia, até hoje, é a única mulher a integrar a Galeria de Honra da

Fundação Joaquim Nabuco. Nísia Floresta entendia as mulheres como importantes figuras sociais, dotadas de uma identidade fundamental para o crescimento das sociedades. Assim ela conquistava seu espaço abrindo um leque de oportunidades para tantas outras mulheres que viviam oprimidas sem direitos garantidos, como: o direito ao voto, a trabalhar mesmo sem autorização do marido, que só seriam conseguidos cem anos depois. Quando tinham a oportunidade de ir à escola e aprender, só lhes eram ensinadas a costurar, os cuidados com o lar, as boas maneiras e as virtudes morais de uma boa mãe e esposa.

No decorrer dos anos, até seu falecimento em 1885, escreveria outras 14 obras, hoje prestigiadas mundialmente, defendendo os direitos das mulheres, dos índios e dos escravos. Nísia também participou ativamente das campanhas abolicionista e republicana (DUARTE, 1995; 2010; 2021).

Ao longo dos anos foram realizadas diversas homenagens à escritora, como denominação de uma escola primária em Nísia Floresta e de algumas ruas do país em seu nome. Nísia é patrona em algumas academias literárias, tais como: Academia Literária Feminina do Rio Grande do Sul, cadeira nº 17; Ala Feminina da “Casa de Juvenal Galeno”, Fortaleza, cadeira nº 6; Academia Norte-rio-grandense de Letras, Natal, cadeira nº 2; Academia Nacional de Letras e Arte, Rio de Janeiro. No ano de 2012, ocorreu a inauguração do Museu Nisia Floresta, instalado no município homônimo no Rio Grande do Norte, local de nascimento da educadora. Com o intuito de conservar e disseminar a documentação, pertences e pesquisas relacionados à memória histórica de Nísia Floresta, a instituição realiza ações permanentes estímulo a arte, cultura, educação e desenvolvimento do turismo.

**Celina Guimarães Viana**, era filha de José Eustáquio de Amorim Guimarães e Eliza de Amorim Guimarães. Frequentou a Escola Normal de Natal onde fez o curso de formação de professores. Nessa mesma instituição ela conheceu Elyseu de Oliveira Viana, jovem estudante vindo do interior da Paraíba. O casamento aconteceu em dezembro de 1911. Em 13 de janeiro de 1914, transferiu-se para Mossoró, onde assumiu um cargo na cadeira infantil do Grupo Escolar 30 de Setembro. A professora Celina Guimarães Viana se manteve em destaque na atuação na sala de aula com métodos inovadores aplicando uma didática de ensino relevante que envolvia peças de teatro, declamação de poesias e contos.

Nos relatos de seu pioneirismo didático, consta também da sua ousadia como arbitra de futebol, quando esse esporte ainda pouco conhecido chegava à cidade de Mossoró-RN. De posse do manual de regras, ela traduziu do inglês para o português e apitava as partidas de bairro, ensinando o esporte para os jovens da época. Com o advento da Lei nº 660, de 25 de outubro de 1927, o Rio Grande do Norte foi o primeiro Estado que, ao regular o "Serviço Eleitoral no Estado", estabeleceu que não haveria mais "distinção de sexo" para o exercício do voto. A natalense e também professora Júlia Alves Barbosa, alistou-se no mesmo dia, sendo o pedido da professora Celina deferido por primeiro, o que a tornou a primeira mulher a votar, no dia 25 de outubro de 1928. Por não haver jurisprudência a respeito do direito do voto para as mulheres, o senado acabara por invalidar a eleição. Somente em 1965 o direito fora reestabelecido. O despacho original do juiz Israel Ferreira Nunes, contendo o nome de Celina escrito com bico de pena sobre papel almaço, encontra-se no acervo do Museu Histórico Lauro da Escócia, em avançado estado de desgaste. Esse é o

documento que comprova o pioneirismo de Mossoró em relação ao voto das mulheres no Brasil.

Celina Viana não foi apenas a primeira brasileira, mas também a primeira entre as mulheres da América do Sul a exercer o direito do voto que julgara ter. O nome da educadora foi inscrito na relação dos eleitores do Rio Grande do Norte, em 25 de novembro, baseado no texto da Lei 660, de 27 de outubro de 1927. Foi o juiz interino da Comarca de Mossoró, Israel Ferreira Nunes, quem comprovou ao analisar documentos apresentados pela pioneira, o direito ao qual fazia jus aquela jovem senhora de 29 anos à época.

Celina e seu marido, Eliseu Viana, diretor da Escola Normal de Mossoró, foram noticiados com um telegrama do governador do Estado, José Augusto de Medeiros, onde felicitava a eleitora número 1 do país. Daí em diante diversos telegramas de felicitações de nomes importantes foram enviados a Celina, para firmar o gesto eternizado pela professora. Para obter o direito de ser eleitora, Celina apresentou à Justiça comprovante de residência, prova de que era professora da Escola Normal de Mossoró e o contracheque anual. O comprovante de endereço era chamado de “Atestado de Residência” e o demonstrativo de renda, de certidão de vencimentos.

## **A História Local e a temática das “Mulheres” nos livros didáticos**

Tomando como ponto de partida o livro didático de História, no ensino brasileiro, este tópico analisará como as representações imagéticas das mulheres, nos livros didáticos de história do ensino fundamental, contemplados pelo PNLD 2018, contribuem na composição da representação feminina que alimenta determinadas visões de mundo, estimuladas pelos interesses de grupos culturais,

socioeconômicos e políticos. Assim, destacaremos o papel fundamental a respeito do olhar que foi dirigido à mulher e o seu lugar no mundo das pesquisas.

Nesta análise, nos deteremos às professoras Nísia Floresta e Celina Guimarães, para então compreender a presença ou ausência destas como conteúdo de ensino na disciplina de História Local.

Podemos dizer que entre os artefatos mais utilizado e acessível, na escola pública, dentro da sala de aula, ainda é o livro didático. Os estudantes da escola pública recebem seus primeiros livros didáticos de História no segundo ano do ensino fundamental. O livro é um importante instrumento pedagógico que carrega valores morais, ideológicos e culturais revelando seu aspecto complexo nas relações culturais estabelecidas nos espaços educativos.

O uso do livro didático de História em sala de aula contribui com o aprendizado histórico, despertando o exercício de criticidade. O estudo busca, a partir da abordagem analítica, perceber indícios nos livros didáticos sobre a influência das mulheres protagonistas Celina Guimarães e Nísia Floresta sobre a vida cultural, acadêmica e literária atualmente denominada a elas. E, dessa forma, tentar compreender a relação existente entre as lutas travadas e o desejo de fazer a mudança acontecer no mundo feminino, procurando sempre a sua representação e identidade nessas obras didáticas.

O livro didático, compõe parte do material pedagógico disponibilizado pelo Estado brasileiro às escolas públicas para uso docente e discente. Logo, apoiados no entendimento conceitual do livro didático buscamos entender como se integrou historicamente nas escolas brasileiras, ao se mostrar produto de atenção do Estado por meio de políticas públicas para a produção, avaliação e

distribuição destes (FREITAG, 1997). Em suma, retratamos a junção do currículo com sua aplicabilidade no livro didático de História, em um contexto posterior a aprovação da Base Nacional Comum Curricular em 2017.

Compreendemos que os livros didáticos atuam como “mediadores do processo de aquisição do conhecimento, bem como facilitadores da apreensão de conceitos, do domínio de informações e de uma linguagem específica da área de cada disciplina” (BITTENCOURT, 2009, p. 296). Assim sendo, os livros didáticos se mostram como suporte instrutivo elaborado com o propósito transmitir informações importantes à construção do conhecimento. Por sua vez, Stray (1993, p. 77-78), compreende que o livro didático é definido, como um produto cultural composto, híbrido, que se encontra no “cruzamento da cultura, da pedagogia, da produção editorial e da sociedade”.

É consensual que o livro ainda ocupe um lugar importante no processo de ensino e aprendizagem, mas ele não é o único meio. A pesquisa, o contato e criação de novos saberes com outras fontes desenvolvem também as competências para que o aluno se torne um sujeito relacional, aberto a novos olhares e percepções, crítico dos saberes e ações do tempo presente.

Por se tratar de um estudo que prioriza o ensino de História Local, buscamos analisar como duas mulheres protagonistas da cidade de Mossoró-RN são abordadas no ensino de História, por entendermos a importância das figuras femininas no contexto da História de uma determinada cidade.

Optamos por três obras referentes ao 9º ano do Ensino Fundamental II, **Teláris História** editora Ática, História, **Escola e Democracia**, editora Moderna, **História.doc**, editora Saraiva, todos de acordo com as normas da BNCC. Os capítulos de análise foram

delimitados com base nos conteúdos referentes à temática das Mulheres e à História Local.

### **Quadro 1: Síntese da análise das categorias (Teláris – 2018)**

Capítulo	Categoria 1: Ensino de História Local	Categoria 2: Temáticas Femininas	Categoria 3: Presença ou ausência das personagens
1	Não contemplada	Contemplada	Ausência
13	Não contemplada	Contemplada	Ausência

Fonte: Os autores (2022)

### **Quadro 2: Síntese da análise das categorias (História.doc – 2018)**

Capítulo	Categoria 1: Ensino de História Local	Categoria 2: Temáticas Femininas	Categoria 3: Presença ou ausência das personagens
3	Não contemplada	Não contemplada	Ausência
15	Não contemplada	Contemplada parcialmente	Ausência

Fonte: Os autores (2022)

Finalizando a análise dos livros didáticos, passamos agora a descrever o exemplar da coleção ‘História- Educação e Democracia’ da Editora Moderna, quando sugere a atividade de identificar um ou mais acontecimentos históricos que tenham ocorrido na sua cidade e que tenham relação com o período delimitado; também incentiva a que os alunos produzam textos, vídeos, desenhos

contando a História da sua cidade. Além de contemplar a categoria referente a temática feminina, as orientações ao professor trazem um boxe reforçando a importância do estudo feito sobre as pioneiras do voto feminino, incentivando o professor a retomar o estudo feito no capítulo 3, contemplando assim nossa terceira categoria: presença das personagens Nísia Floresta e Celina Guimarães.

**Quadro 3: Síntese da análise das categorias  
(História -Escola e Democracia – 2018)**

Capítulo	Categoria 1: Ensino de História Local	Categoria 2: Temáticas Femininas	Categoria 3: Presença ou ausência das personagens
3	Contemplada	Contemplada	Presença
5	Contemplada	Contemplada	Presença

Fonte: Os autores (2022)

Percebemos que a Temática Feminina foi contemplada na coleção 'Telaris História' e na coleção 'História- Escola e Democracia', trazendo uma discussão importante sobre a inclusão da mulher no espaço político e também sua luta por igualdade de direitos. Contudo, a 'Telaris História' não aborda as personagens Nísia Floresta e Celina Guimarães Vianna, nem o ensino de História Local. A coleção 'História -Escola e Democracia' para além de contemplar a temática feminina traz um importante trecho em que as personagens são mencionadas e incentiva os alunos a perceberem a historicidade de seus locais de vivência. A coleção 'História.Doc' foi a que a ausência desses recortes foi mais evidente.

## Considerações finais

A partir desse estudo, percebemos que os livros didáticos ainda não dão às mulheres o mesmo destaque que é dado aos homens, nos despertando o desejo de aprofundar em pesquisas futuras as consequências sociais dessa desigualdade dentro do ensino de história. No decorrer do estudo, ficou evidente ainda a supremacia de figuras masculinas em comparação às femininas nos livros e que as poucas representações dessas são pouco exploradas em seus significados e desmerecendo o papel das mulheres como importante sujeito histórico.

Muitas imagens de mulheres apresentadas pela atual historiografia, dentro desta lógica, ainda que não desejem, continuam a alimentar um sistema sociocultural com fortes tons patriarcais. Os elementos visuais presentes nos Livros didáticos são imprescindíveis na formação escolar do aluno. Por isso a ausência das temáticas femininas nos livros pode perpetuar uma falsa ideia de que os homens são mais importantes e superiores.

Portanto, diferentes formas imagéticas de como homens e mulheres são representados, espelham o que determinada sociedade compreende acerca do papel social e a contribuição que a mulher deu no percurso da História. Tal assertiva também se aplica às muitas e variedades culturas, às diferentes etnias, aos diversos modos de externar e celebrar as religiosidades etc. que o imenso país em que habitamos acolhe. Os preconceitos derivados da não aceitação da diferença não deve ser aceitos passivamente pelos alunos e professores, quando tematizados em sala de aula. Porque os professores não se restringem a serem apenas replicadores do conhecimento, têm responsabilidade social de instruir e exercitar

os alunos para uma visão de mundo mais aberto, menos preconceituoso e, portanto, mais respeitoso.

Fáveri (2003, p. 415) discute acerca do entrelaçamento entre violência e exclusão nas relações entre homens e mulheres, partindo da ideia de que a violência está na ordem da intolerância. Pedro (2003) aponta a participação nas lutas acadêmicas e na militância feminista como alternativa para diminuição das desigualdades setoriais e das possibilidades dos estudos da História das Mulheres e do Gênero.

Ressaltamos ainda a importância latente de se resgatar as figuras locais femininas de Mossoró, aqui em destaque as professoras Nísia Floresta e Celina Guimarães, no âmbito da história da cidade e do estado do Rio Grande do Norte. Inferimos que são personagens que muitos historiadores não contemplam como temática a ser estudada. De todo modo, acreditamos que sempre é possível tematizar personagens locais quando se aborda um tema geral. Pensamos que o exercício do compartilhamento dos saberes locais influencia diretamente no interesse dos alunos quando o professor apresenta temáticas universais, uma vez que a historicidade do seu lugar de experiência é retratado, valorizado, explorado.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEAUVOIR, S. de. **O Segundo sexo**. Tradução de Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BOURDIN, Alain. **A questão do local**. Trad. Orlando dos Santos Reis. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

DANTAS, A. R. P.; SOUZA, F. C. S. **História local e formação da consciência histórica na educação básica**. In: Ensino na educação básica. Natal: IFRN, 2018.

DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. Coordenação de textos de Carla Bassanesi. São Paulo: Contexto, 1997.

DUARTE, C. L. **Nísia Floresta: vida e obra**. 1ª ed. Natal: UFRN, 1995.

DUARTE, C. L. **Nísia Floresta: uma mulher à frente de seu tempo: fotobiografia**. 21. ed. Brasília: Mercado Cultural, 2006. 120 p. Disponível em: <<http://www.projetomemoria.art.br/NisiaFloresta/pro.livro/foto.html>>. Acesso em: 3 set. 2021.

DUARTE, C. L. **Nísia Floresta**. Coleção Educadores MEC. Fundação Joaquim Nabuco, 2010.

FÁVERI, Marlene de. Exclusão, cultura e violências em curso. **Contrapontos** Itajaí, v. 3, n. 3, p. 415-424, set./dez. 2003.

FREITAG, Bárbara et al. **O livro didático em questão**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GONÇALVES, Márcia de A. História local: o reconhecimento da identidade pelo caminho da insignificância. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Org.) **Ensino de história**: sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

PEDRO, M. J. Um diálogo sobre mulheres e história. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 11(2): 360, p. 509-512, jul./dez. 2003.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2015.

SILVA, E. D. R.; TAMANINI, P. A.; MARIANO, T. de S. Da representação aos estereótipos: o Nordeste e os negros escravizados nos livros de história. In: TAMANINI, P. A. (Org.). **O ensino em perspectivas**: múltiplas abordagens, outros enfoques e a interdisciplinaridade no ofício docente. Curitiba: CRV, 2018.

SCHMIDT, M. A.; CAINELLI, M. **Ensinar história**. 1.ed. São Paulo: Scipione, 2009.

SCHMIDT, M. A. O ensino de história local e os desafios da formação da consciência histórica. In: MONTEIRO, Ana Maria; GASPARELLO, Arlette M.; MAGALHÃES, Marcelo de S. (Org.). **Ensino**

**de história:** sujeitos, saberes e práticas. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

SCOTT, J. Gênero uma categoria útil de análise história. **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71 – 99, jul./dez. 1995.

STRAY, Chris. Quia Nominor Leo: Vers une sociologie historique du manuel. In: CHOPPIN, Alain (Org.). **Histoire de l'éducation**. n° 58 (numéro spécial). Manuels scolaires, États et sociétés. XIXe-XXe siècles, Ed. INRP, 1993.

TAMANINI, P. A. (Org.). **O ensino em perspectivas:** múltiplas abordagens, outros enfoques e a interdisciplinaridade no ofício docente. Curitiba: CRV, 2018.

VIANNA, C. P. A feminização do magistério na educação básica e os desafios para a prática e a identidade coletiva docente. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (Org.). **Trabalhadoras:** análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília, DF: Abaré, 2013. p. 159-180.





**PARTE II**  
**PROCESSOS HISTÓRICOS E**  
**NARRATIVAS MUDIÁTICAS**



## O QUADRINHO DE ARNALDO ALBUQUERQUE COMO HISTÓRIA DE SEU TEMPO

Cícero de Brito Nogueira  
Núbia de Andrade Viana

Se cada época se distingue por uma particularidade especial, a nossa certamente terá nos quadrinhos uma de suas caracterizações mais próprias. Instrumento de comunicação modernamente supervalorizado e que cada vez mais se impõe como dos meios mais poderosos, os quadrinhos vêm impondo sua permanência no universo comunicativo.

O pensamento de Lévi-Strauss veio nos mostrar que “toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos no primeiro nível dos quais se coloca a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência e a religião” (1974, p. 9). Com efeito, o homem se define pela função simbólica, é *homo symbolicus*, na expressão de Cassirer, sendo suas relações com a natureza sempre indiretas, mediadas pelo universo de símbolos que constitui a cultura.

A narrativa trabalha com três níveis de estruturação, que são o real, o simbólico e o imaginário. O primeiro e o último representam dois planos relativamente autônomos, enquanto formação específica de linguagem e narração, e o símbolo um nível de intenção entre estes dois planos, tendo por isto uma função específica.

Desta forma, esta pesquisa visa compreender como essa estruturação se apresenta a partir das histórias em quadrinhos, mais especificamente, discutir os quadrinhos de Arnaldo Albuquerque como história do seu tempo.

## As marcas históricas como cenário

A década de 1970 iniciou-se em 1968 (o ano que não acabou), um ano vertiginoso em muitos sentidos, um marco no contexto histórico internacional, tanto do ponto de vista político quanto cultural. Vivia-se a Guerra Fria, a Guerra do Vietnã, o Macartismo, os golpes militares na América Latina; atos de terrorismo internacional; a decepção com os rumos do socialismo soviético-stalinista, com a atuação submissa dos partidos comunistas europeus e com as notícias de repressão às artes em Cuba, após o fim da guerrilha boliviana e a morte de Che Guevara em 1967. Vivia-se também certa euforia com a Revolução Cultural Chinesa e, paralelamente, com a proposta de um novo modelo comportamental e político dos movimentos pacifistas, estudantis e contraculturais. Embora estes começassem a fornecer naquele fim/início de década, haviam disseminado entre os jovens de quase todo o mundo, um senso crítico quanto aos valores da cultura ocidental, naquele momento identificados com o racionalismo cientificista, o capitalismo e a institucionalidade liberal; um senso de liberdade contra qualquer forma de autoritarismo e disciplina; um desejo de obter, no presente imediato, uma forma de vida diferente dos seus pais e avós, livre das amarras da cultura preestabelecida e defendida pelos “quadrados” e “caretas”, fora daquilo que então se chamava “o sistema” e “o establishment”.

Desde os anos 1950, mas, sobretudo, ao longo dos 1960, o rock havia-se afirmado, mais do que como gênero musical, como um ritual que oferecia às novas gerações uma sensibilidade e outra postura diante do mundo; os escritores *beatniks* e os *hippies* haviam semeado uma “cultura psicodélica” que, misturando o uso de drogas para “ampliação da consciência”, estética pop,

misticismo oriental, amor livre, produção e consumo comunitários, acabou por disseminar um certo estilo político, o “flower power”, “gay power”, “black power”, “women’s lib<sup>2</sup>”, aos quais veio se somar uma Nova Esquerda que se formava, especialmente a partir do movimento estudantil, buscando, como se dizia à época, mais envolvimento pessoal do que “ideias abstratas”, de acordo com o clima anti-institucional e antiacadêmico da época. Fornidas de uma utopia revolucionária, em nome da liberdade e do prazer, questionando os benefícios da sociedade industrial, a corrida armamentista, as lutas raciais, a guerra do Vietnã, realizavam-se ondas de protesto, passeatas, marchas pacifistas, manifestações em que se sentava na rua (*sit-in*) e se ocupavam órgãos públicos europeus e americanos. Entre todos, destacaram-se os movimentos estudantis e operários de maio de 1968, na França, na Itália, em Praga, na Cidade do México, nas universidades alemãs e norteamericanas, cujos desdobramentos se fizeram sentir em toda parte. Um manifesto, afixado na entrada principal da Universidade Sorbonne, em Paris, apontava a amplitude das intenções:

A revolução que está começando questionará não só a sociedade capitalista como também a sociedade industrial. A sociedade de consumo tem que morrer de morte violenta. A sociedade da alienação tem que desaparecer da história. Estamos inventando um mundo novo e original. A imaginação está tomando o poder. (Citado por MESSEDER PEREIRA. *idem*, p. 92)

A estruturação política e econômica tanto do mundo capitalista quanto do socialista demandava revisão, bem como o campo epistemológico, o ensino universitário, o comportamento pessoal,

as repressões psíquicas e corporais, a consciência de si e do mundo, a forma de apreender o outro, a realidade, a arte... Transformar o mundo, naquele contexto e prisma, significava transformar o indivíduo e a cultura, além de (e por vezes em detrimento de) relações sócio-econômicas estruturais. A proposta de ampliação do significado da revolução havia marcado os movimentos de 1968, vistos pelo ângulo da contracultura como uma germinação revolucionária “comme il faut”. Nas palavras de Marcuse, cujos escritos críticos sobre a natureza da sociedade ocidental eram vistos como fundamento da rebelião estudantil, tratava-se potencialmente de um protesto total [...] uma recusa a continuar aceitando e a se conformar com a cultura da sociedade estabelecida, não só com as condições econômicas, não só com as instituições políticas, mas com todo o sistema de valores que eles sentem estar apodrecido no âmago. Penso que a esse respeito pode-se de fato falar também de uma revolução cultural<sup>1</sup>.

O período logo após o AI-5<sup>2</sup> foi caracterizado à época como um momento de “vazio cultural” e “falta de ar”. A consideração

---

<sup>1</sup> MARCUSE, H. Herbert Marcuse fala aos estudantes. In: LOUREIRO, I. (org). A grande recusa hoje. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 64. Entrevista. Trata-se de um relato que Marcuse, tendo testemunhado as primeiras barricadas estudantis em Paris, fizera a estudantes nos EUA, em 23 de maio de 1968.

<sup>2</sup> O Ato Institucional nº 5 ou AI-5 foi o quinto de uma série de decretos emitidos pela ditadura militar brasileira nos anos seguintes ao Golpe Militar de 1964 no Brasil. O AI-5 sobrepondo-se à Constituição de 24 de janeiro de 1967, bem como às constituições estaduais, dava poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendia várias garantias constitucionais. Redigido pelo ministro da justiça Luís Antônio da Gama e Silva em 13 de dezembro de 1968, o ato veio em represália à decisão da Câmara dos Deputados, que se negara a conceder licença para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado por um discurso no qual questionava até quando o Exército abrigaria torturadores e pedindo ao povo brasileiro que boicotasse as festividades do dia 7 de setembro. Mas o

que a crise da cultura não advinha apenas da censura política, mas também das próprias contradições, acima expostas, de uma cultura híbrida e em transição, para as quais os artistas não encontravam saídas e respostas definidas. Transferir a responsabilidade daquela cultura, somente para a censura estatal denunciava certa infantilização e arrefecimento crítico da inteligência nacional, que encobria seu entrelaçar qualitativo e descenso estético, derivados de sua perplexidade e, quem sabe, de seu próprio movimento repressivo e autocensura.

Sofria-se a desfiguração das utopias, realizada pelo contra-ataque ideológico da ditadura militar, que recorria tanto à espionagem, à polícia política e à censura como à propaganda estatal, utilizando os meios de comunicação de massa para veicular mensagens “saneadoras” anticomunistas ou “pedagógicas”, visando “educar a população” moralmente dentro do universo de concepções que a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP, instalada em 1969) considerava civilizatório (FICO, 2003, p.193-205.). Mas, para tal desfiguração utópica contribuía também o refluxo da ação política contestatória em todo o mundo após 1968, acompanhado de revisões no pensamento crítico, sobretudo no que concerne às leituras de mundo marxistas, e suas derivações no campo intelectual.

As transformações tiveram importância no Piauí a partir do ano de 1972, um momento histórico das grandes mudanças, dos grandes heróis, das paixões e de muitas e intensas lutas. Nesse

---

decreto também vinha na esteira de ações e declarações pelas quais a classe política fortaleceu a chamada linha dura da ditadura militar. O Ato Institucional Número Cinco, ou AI-5, foi o instrumento que deu ao regime poderes absolutos e cuja primeira consequência foi o fechamento do Congresso Nacional por quase um ano.

período as notícias demoravam significativamente a chegar às bancas de Teresina, uma mudança que só seria possível no Piauí a partir do final da década de sessenta, quando os jornais nacionais começaram a circular no Estado com alguma periodicidade. O grupo mais politizado, contrário ao governo, fechava-se dentro de casa esperando com mais cautela por um futuro pronunciamento deste favorável a uma anistia. O que só foi acontecer no final da década. Aproveitando a grande “onda moralizadora” do governo, famílias conservadoras denunciavam a presença dos hippies na cidade e se pronunciavam contrárias às mudanças comportamentais de uma parcela significativa da juventude teresinense.

Em contrapartida, a presente atuação arbitrária do Estado e das famílias tradicionais, na Praça da Liberdade, centro da cidade de Teresina, nesse mesmo momento, sentados na grama leem as notícias do jornal *O Pasquim*, Arnaldo Albuquerque e seus amigos procuram um nome para o novo jornal. Esse se chamaria *Gamma*, lançado entre o início de 1971 e o final de 1972, uma publicação de caráter alternativo, com um discurso incisivo e intransitivo, questionando vários aspectos políticos e culturais do país, tentando contornar a censura. Um jornal de formato A4 mimeografado, o primeiro jornal alternativo do Piauí (possivelmente o primeiro jornal mimeografado eletrônico do Brasil, como teria dito Heloísa Buarque, segundo o próprio Arnaldo). *O Pasquim* passava a ser a primeira e grande referência de leitura alternativa por parte dessa juventude. Arnaldo teve trabalhos publicados no tablóide carioca, em 1971 no número 118 de 5 de outubro, esses mesmos trabalhos foram sublimados das coletâneas organizadas por Jaguar e Sérgio Augusto entre 2006 e 2008 em seus 3 volumes.

*O Pasquim* representava uma importante referência para os jovens ligados ao movimento contracultural no Estado, ao mesmo

tempo em que vários outros jornais de circulação nacional começavam a trazer as informações relativas à política, economia e cultura, tornando uma parcela da juventude teresinense consciente das mudanças que ocorriam no período no Brasil e no Ocidente. Utilizando sua formação marxista, existencialista e contracultural, o jornal mantinha uma espécie de tribuna em sua página do *Pasquim*, e passava a cumprir um papel de divulgador e líder geracional. À preocupação com o “aqui e agora”, com a “revolução” do corpo e do comportamento, e o decorrente deboche contra os “caretas”, somavam-se agora as drogas, a psicanálise, o rock, gerando um sentimento de forte recusa dos projetos políticos anteriores, tanto populistas quanto de esquerda, e um progressivo desinteresse pela política, ou um interesse bastante enviesado, configurando um dos veios daquela forma de viver que pejorativamente se apelidou então de “desbunde”; a opinião juvenil consistia em estar engajados naquela movimentação, tratava-se de uma crise típica da modernidade, que o Tropicalismo já expressara e os pós-tropicalistas aprofundaram.

O contato da juventude piauiense com a contracultura como qualquer outro campo, o campo artístico ou, mais genericamente, “campo da produção cultural” (BOURDIEU, 2007) fizeram germinar, no seio de uma sociedade ainda muito arraigada em valores tradicionais, a contracultura em Teresina. Foi justamente no cerne da discussão sobre a contracultura que a juventude colocou em prática as teorias rebeldes dos adultos e uma rede de determinações objetivas que pesam sobre todos os que agem no seu interior.

O campo artístico é também um campo de batalha: um terreno de luta em que os participantes procuram preservar ou ultrapassar critérios de avaliação ou, para usar o idioma conceptual de Bourdieu, alterar o peso relativo dos diferentes tipos de “capital

artístico”. Os que ocupam as posições dominantes na distribuição existente de capital artístico estarão inclinados para estratégias de conservação (ortodoxia), enquanto que os que ocupam posições dominadas e marginais tenderão a seguir estratégias de subversão (heterodoxia ou mesmo heresia). Esses conflitos são o motor da história específica do campo: a luta é o “princípio generativo e unificador” através do qual “este se temporaliza” e se abstrai, em certa medida, de determinações envolventes (BOURDIEU, 2007, p. 199).

Quando levantamos o clima em Teresina em plena construção subversiva da década de 1970, temos em vista as usurpações de identidade e de mentiras deslavadas para outros tipos de representação falsa, a distinção feita pelo bom-senso entre impressões verdadeiras e falsas torna-se menos sustentável. As atividades desempenhadas pelos jovens da época eram consideradas legítimas pelos seus grupos, mas julgadas fraudulentas pelas autoridades ditas legitimadoras da ordem. O mais importante nesse quadro é verificar que dificilmente haverá um relacionamento cotidiano legítimo cujos atores não se entreguem a práticas secretas incompatíveis com as impressões criadas. Embora determinadas representações, e mesmo certas partes ou práticas delas, possam colocar o ator na posição de não ter o que esconder, em alguma parte do curso inteiro de suas atividades haverá algo que ele é incapaz de tratar abertamente. Quanto maior a quantidade de assuntos e de partes ativas que caem no domínio do papel ou do relacionamento, maior será a probabilidade, parece, de existirem pontos de segredo.

Assim, a falsa impressão mantida pela juventude em suas práticas pode ser uma ameaça ao relacionamento ou papel inteiro do qual a prática é apenas uma parte, pois uma revelação desonrosa em uma área da atividade de um indivíduo lançará dúvida

sobre as múltiplas outras, nas quais não tenha o que ocultar. Nesse foco, vamos levar à crítica social a necessidade de definir o real, onde o real só existe para o homem enquanto simbolizado, ou seja, na medida em que é abarcado por uma linguagem. Dessa forma, a cultura dos jovens teresinenses, não apenas estipularia normas de conduta social, como igualmente nos forneceria um conjunto pensável de ideias, por assim dizer, justamente aquelas que houver sido simbolizadas culturalmente. Isso significa concordar com Luiz Costa Lima, quando ele coloca que “fora da cultura, isto é, do conjunto de suas linguagens, o real é o impossível” (LIMA, 1975, p. 15).

### **Os quadrinhos no Brasil *versus* os quadrinhos de Arnaldo**

No Brasil, *underground* foi traduzido como “marginal”. O movimento marginal brasileiro cresceu, principalmente, a partir de 1964, quando a censura se tornou muito rígida. Embora nossos artistas marginais recebam forte influência de seus correspondentes norte-americanos, aqui as manifestações de protesto caracterizam-se mais pelo enfoque político-social.

O movimento ganhou corpo a partir dos anos 1970, sobretudo, com o lançamento da revista *O Balão*, editada por alunos da Universidade de São Paulo. Mas, como todas as publicações do gênero, teve vida curta, chegando apenas a dez números.

A produção quadrinizada nacional nesses anos aumentou consideravelmente, em quantidade e qualidade. Por outro lado, Ziraldo, Maurício de Sousa e o próprio Henfil nesses anos já são considerados como autores históricos. Ziraldo desenvolveu sua atividade de cartunista com bastante sucesso. Maurício de Sousa foi analisado nesse mesmo período reticente em suas últimas

investidas estéticas (apesar da boa criação que representa o cão Bugu, criado pelo irmão Márcio de Sousa), Henfil lança também o Zeferino, que logo foi considerado o melhor quadrinho brasileiro do momento, tanto pelo sentido narrativo como pela carga semântica (política).

*O Pasquim*, uma das revistas mais importantes na história dos quadrinhos nacionais e, principalmente, para a década de 1970, quando foi uma representante da resistência à ditadura militar, influenciou os quadrinistas que se destacariam mais tarde, principalmente por abordar, predominantemente, temas relacionados à política partidária.

Até os anos 1970, os quadrinhos brasileiros eram pouco conhecidos, porque antes desse período no mercado brasileiro havia uma miscelânea de quadrinhos importados, principalmente super heróis e aventuras de “cowboys” Americanos. Nos anos 1960, a área de quadrinhos para adultos contava com quadrinhos eróticos produzidos e distribuídos independentemente. O quadrinho mais famoso dessa época foi *Os Catecismos de Carlos Zéfiro*, sua venda não era permitida em bancas de revistas e sua distribuição ficou restrita a São Paulo e Rio de Janeiro.

O quadrinho *O Balão* foi o mais importante da década de 1970 e serviu como uma espécie de escola para autores como Luís Gê e Laerte. *O Balão* representava a expressão individual de seus autores e esse tipo de quadrinho foi chamado “udigrudi” em referência à palavra americana “underground”.

Com a chegada de aparelhos de modernização de Teresina na década de 1960-70, há uma absorção cada vez maior de valores “novos” sobre os tradicionais, principalmente sobre a população que chega aos centros urbanos, notadamente, o jovem da classe média urbana, pela esfera do consumo. Tudo agora passa a ser

vendido: comportamentos, gostos, ideologias, sonhos etc. A penetração cada vez maior do Brasil no circuito cultural mundial vai fortalecer a ideia de que o país estava vivendo uma repressão e deve se libertar para poder participar do pensamento das grandes metrópoles desenvolvidas do mundo capitalista. Nesse sentido, as pessoas estariam vivendo na “pós-modernidade” dos países capitalistas centrais, sem mesmo se saber ou viver o que poderia ser chamado modernidade.

Ao transpassar o cotidiano no trabalho, tem-se nessas histórias em quadrinhos uma ideologia como centro. Que centro é este? É difícil dizê-lo. Ele tem modalidades distintas, que os teóricos costumam chamar de ideológicas, estéticas, históricas, semiológicas, psíquicas e outras tantas. Ele atrai e determina a argumentação, quer a favor, quer contra as leituras neutras das histórias de Arnaldo, tal como são percebidas ou construídas. Por exemplo, mais imediatamente de uma perspectiva pedagógica colocam-se duas correntes principais de ideias numa discussão a respeito de uma possível eficácia. Uma acha que os conteúdos de suas histórias em quadrinho não servem, pois lidam com o lúdico mais desregrado, bem como afirma que sua forma acostuma-se à preguiça racional. Outra diz que a forma é boa, produtora de informações novas, mas que os conteúdos deveriam dizer mais a respeito dos problemas sociais morais do homem, etc. É claro que esta divisão aqui apresentada não é exata, mas se os “conteúdos” discursivos pudessem ser evitados, se poderiam propor relações mais exatas para a compreensão de certa discussão sobre seu trabalho como um todo.

O desenvolvimento das histórias em quadrinhos de Arnaldo faz um conjunto combativo politicamente. Ele pensa em uma luta desenvolvida nas vertentes mais radicais, onde se insere no interior da luta dos trabalhadores da cidade e do campo por uma

perspectiva socialista para o destino da sociedade. Enquanto prática consequente, o quadrinho é uma arte de resistência mais combativa, em que se pode supor uma luta ideológica.

A crítica vai se alargando até o universo dos super-heróis, onde os representa com afiadas pontilhadas, para mostrá-los diante de situações que a tipificação não elabora, valendo-se de uma contra-linguagem. Partindo de uma perspectiva humorística gozadora, a contra-linguagem pode fazer uma variação, supondo uma situação insólita (por exemplo, na história “Carcará pega, mata e come”, a águia América é derrubada por uma baladeira de um faminto da fome nordestina). A contra-linguagem elaborada por Arnaldo caracteriza-se por reconhecer uma essência que determinaria o acontecimento ou o herói. A partir desse centro de propriedade e características, seus perfis variam, ou exagerando-se uma de suas características, ou trazendo para o cotidiano a sua eterna mediocridade.

O que se apresenta como novidade é movimentar o esquema temporal ou iniciar um gesto tido como estático e inexistente. Mas a contra-linguagem encontrada nas histórias de Arnaldo Albuquerque aceita o campo dos personagens como dado e acabado. Assim, nessa “crítica social” jamais se constrói um personagem novo. Ao criticar-se o Capitão América, Arnaldo usa um símbolo da cultura de massa para atacá-la, colocando em dilema sua própria origem, agindo como ideologia, para poder trazer dentro de si uma assimilação dos problemas sociais.

Nos quadrinhos de Arnaldo Albuquerque o cotidiano não tem um centro articulatório, que defina os personagens tipicamente, nem uma mensagem que possa ser classificada como física ou metafísica ou saber similar. O cotidiano passa de forma crua sem se fixar no público ou privado das vidas de suas personagens.

Por intermédio de um texto livre e desordenado, situa os personagens fora do espaço tecnológico ou do anti-militantismo hippie, através de um desenho despojado e de uma sequência inconsequente. Seus personagens falam a voz do desejo, sem a educação pedagógica dos Peanuts, e não sabem exatamente o que querem ou deixam de querer.

O marginal se instala porque é o que se quer marginalizar em cada um de nós, aquele que se repete no vai-e-vem contínuo, que come, bebe, defeca, se penteia, se masturba, troca de roupa. Aparece a fraqueza, e esta representa o espaço do que se está sendo, uma não-essência, a aceitação da divisão. Seus heróis recebem dinheiro (melhor dito, exigem), rebentam a essência de uma unidade ideológica qualquer desde que se colocam em seu interior. Os outros, super, não comem, não bebem, não defecam, não copulam, não ganham dinheiro. Por isso, a essência se avacalha com Arnaldo Albuquerque. Ele retoma, quadrinizando, a questão que Platão se colocava: se há ideias de Belo, de Bom, de Justiça e Virtude, por que não há as da Cinza, do Cabelo, da Sujeira? Inserindo o cotidiano numa identidade superficial, como a que todos temos, Arnaldo fala das façanhas dos heróis contemporâneos. A metalinguagem a *la* Arnaldo não se constitui em perigo para o sistema, já que este coloca Arnaldo como o herói mítico, aquele que cria os quadrinhos. O centro não permanece silencioso, e a ameaça cessa.

Existe uma ideologia (ou qualquer nome que se lhe dê) que se coloca acima de qualquer produção científica e que lhe é indissociável. A prática social do intelectual, que se acredita subtraída do objeto que pesquisa, serve de condutora das tensões dentro da cultura. A própria linguagem teórica está preparada para rechaçar tais ideias. Ninguém jamais verá um epistemólogo criar a partilha

entre ciência e ideologia e se dizer produtor ideológico, como jamais se lerá uma análise existencial que não se situe no lugar ordinário da Verdade ontológica, do mesmo modo que se desconhece qualquer psicanalista ou psicólogo que tivesse falado da agressividade de sua teoria. Todos falam que a teoria é inseparável da teoria da produção. Pois a produção de saber não se orienta apenas para o saber produzido, ela impõe uma potência em sua atividade, e esta pode ser determinada. Assim, um escrito coerente deveria impor o autor-ator do quadrinho.

O processo de formação cultural de Arnaldo Albuquerque se faz tanto com informações da cultura popular, experimentadas na sua infância no Piauí, como as impressões dos artistas plásticos e cineastas de vanguarda, no Rio de Janeiro, no final da década de 1960 e começo da de 1970 (PULSAR, 1998, p. 37).

Com esse aprendizado, ele adquiriu a capacidade de aperfeiçoar sua leitura do mundo e a consciência de nele intervir, transformando-o em um arauto. Como criador de imagens, ele registra sua personalíssima leitura corrosiva, criando histórias em quadrinhos de teor instigante. Utilizando-se da estratégia de apropriar-se da estética do colonizador, numa atitude de antropofagia e contemporaneidade, desenvolveu a proposta de desqualificar e descredibilizar os heróis das histórias em quadrinhos, criadas pela indústria cultural como produto de massa dirigindo a juventude. Seu desenho tem grande ligação e, segundo o próprio Arnaldo

Albuquerque, uma influência de Robert Crumb<sup>3</sup> e Gilbert Shelton<sup>4</sup>, criadores da lendária revista contracultural norte-americana *Zap Comix*.<sup>5</sup>

### ***Humor Sangrento entre o marginal e o subversivo***

A confluência estética origina novas tendências, estilos e linguagens, não é uma novidade dos nossos tempos nem de um determinado veículo. As manifestações culturais se influenciam sempre que possível, resultando em novas culturas híbridas. O fenômeno cultural é essencialmente híbrido. É algo que se fortalece e prolifera graças à interferência de povos diferentes, de linguagens que propiciam o surgimento de novas visões, não necessariamente mais “rica”, mas diferentes daquelas que possibilitaram sua

---

<sup>3</sup> É protagonista de muitas polêmicas e vários escândalos ao longo de sua carreira como um dos mais importantes quadrinistas independentes dos EUA. Tudo graças às suas histórias que atacam com força total o “american way of life” e a hipocrisia norte-americana. Essa trilha fez com que Crumb lançasse trabalhos clássicos do quadrinho *underground*, entre eles Fritz – The Cat, Mr. Natural e Keep On Truckin’.

<sup>4</sup> Um dos heróis da contracultura marcou seu nome na história com os Fabulous Furry Freak Brothers – algo como os Fabulosos Peludos Irmãos Doidões – personagens símbolos de uma época, ou como diz um membro do grupo inglês Monty Phyton – marco do humor moderno – são os quadrinhos que inventaram os anos 1960.

<sup>5</sup> Uma revista artesanal que revolucionou os já agitados anos 60 tornou-se lenda. Como prova da importância da *Zap*, nos últimos trinta anos surgiram milhões de artistas, revistas e fanzines inspirados no exemplo daqueles alucinados que um dia resolveram fazer uma revista sem pedir permissão a grandes editores e outras autoridades, e saíram eles mesmos vendendo a *Zap* pelas ruas de San Francisco. Os efeitos da revista se fazem notar não só nos quadrinhos, mas transbordam para a literatura, a música pop, a publicidade e o cinema.

origem. É assim com as Histórias em Quadrinhos ou qualquer outra expressão de arte. Com a proliferação dos meios tecnológicos, novas possibilidades midiáticas surgiram e o processo de hibridação de linguagens se tornou mais evidente.

Neste processo constante em que as tendências se amalgamam, surgem experiências estéticas que, pela ousadia de quebrar certos paradigmas, tornam-se referência para que novos movimentos se iniciem, ou então permaneçam únicos, tornando-se casos isolados ou raros dentro de uma determinada estética. Representam a ruptura com o passado clássico e um avanço rumo a novas perspectivas de arte. Estas obras que, vez ou outra, avançam de forma menos tímida na miscigenação de linguagens enriquecem o universo da representação cultural trazendo possibilidades, até então, inexploradas, ou raramente vistas.

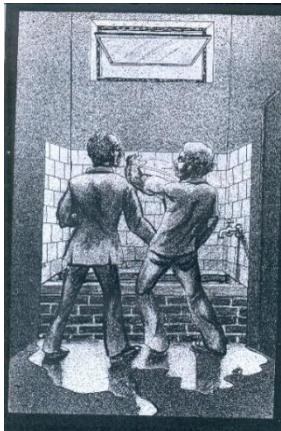
As obras escolhidas estão dispostas nas coletâneas *Humor Sangrento* de Arnaldo Albuquerque – 1975 e 2002, e contidas nos Cadernos de Teresina entre 1989 a 1995, apresentam características que as diferenciam das histórias em quadrinhos tradicionais. É uma produção de histórias em quadrinhos ousada, lançada e criada em tempo e lugar, onde o contestar deveria fazer-se, estabelecendo uma forma e um conteúdo harmonioso entre manifestações distintas.

As produções contidas nas páginas de *Humor Sangrento* estão entre o que há de mais experimental nos Quadrinhos brasileiros. Arnaldo Albuquerque (desenhista e escritor) levou para o universo dos Quadrinhos nacionais um estilo visceral de ilustração. As páginas constituem verdadeiras confluências de dores e desejos, explorando as possibilidades de ângulos e da textura das imagens. Um artista capaz de dar às suas Histórias os contornos necessários para que os elementos gráficos e textuais funcionassem

tão bem em conjunto. A revista *Humor Sangrento* talvez seja o melhor exemplo do que Eisner (2001) chamou de “uma hibridação bem sucedida entre imagem e prosa”.

A produção de Arnaldo Albuquerque é produto direto de um momento extremamente criativo dos Quadrinhos, mas marcada pela exploração de temas sombrios. Em uma afronta direta à fase “infantil”, decorrente da imposição das normas do *Comics code*, sua opção e por trabalhar com um conteúdo, cujos enredos vão desde o impacto político, a presença do aparato dominado por um sistema militarizado até a crítica às autoridades políticas de Teresina na década de 1970. Arnaldo Albuquerque expõe em seus trabalhos, de forma nítida, suas opiniões e ideias sobre a sociedade a qual pertence e explora toda a ambiguidade do comportamento humano. Embora nas abordagens das histórias a tendência ao maniqueísmo ainda se mantenha, bem como há um espaço livre expresso em ideias que nos permite vislumbrar um trabalho digno de nota.

**Figura 1: lustração de Arnaldo Albuquerque de 1971, que traz apelo sexual.**



*Humor Sangrento* trata de temas “pouco apropriados” ao universo dos Quadrinhos, antes do que podemos chamar de “adulto”. Ele aborda a fragilidade da mente humana, política, sexualidade e religiosidade, caracterizando-se como uma coletânea de terror e loucura, que explora estéticas visuais incomuns no contexto das Histórias em Quadrinhos. O homem ordinário é abordado em seu cotidiano em personagens centrais nas histórias, fragmentado e por vezes oprimido pelos seus iguais ou pelo “sistema”, fisicamente ou em sua ideologia. Os personagens estão presos em um verdadeiro labirinto social, tanto no aspecto físico quanto no psicológico. Nas tramas são exploradas, ainda, novas facetas reprimidas da sociedade teresinense como a homossexualidade, o que representa outra quebra de paradigmas em relação ao lugar de “exaltação das virtudes” relegado aos quadrinhos pelo Comics Code Authority, já que, segundo Wertham, autor de “The Seduction of The Innocent”, a exploração de tais temas constituiria contribuição “perniciosa” por parte dos quadrinhos.

Outra particularidade em relação à abordagem moderna dos “vilões” é a explicação de suas motivações. Adaptando seus deméritos à vida urbana, contemporânea, “uma nova e brilhante modificação da percepção humana, mais adequada à vida urbana do século XX”. A princípio, os personagens são descritos como seres bem mais adaptados ao caos urbano do que a maioria das pessoas. Em um universo de loucura assim, seja o único para se assumir como tal. Nesse quadro, o autor talvez seja o mais preparado para lidar com a realidade.

O traço de Arnaldo acompanha sua narrativa, levando-nos a um universo onde as imagens parecem assumir a direção da história. Os desenhos não são feitos somente para descrever a realidade tal qual ela se apresenta para nós, mas para retratar o espírito dos

personagens. O leitor é levado a exercitar outros aspectos da leitura que não estão ligados à alfabetização, entre eles a sua capacidade de percepção, descodificação e interpretação das imagens. O próprio Will Eisner define os quadrinhos como “uma forma artística e literária que lida com a disposição de figuras ou imagens e palavras para narrar uma história ou dramatizar uma ideia” (EISNER, 2005). Neste contexto em que as imagens têm função de mensagens, a maneira como os personagens são ilustrados é muito importante para descrever suas personalidades e o próprio cotidiano.

Suas representações alocam sua cidade com uma silhueta negra, e seus personagens tem à tona a alma sombria. A atmosfera de Teresina nos remete ao extremo, trazendo em muitos momentos a expressão da subjetividade, dando a ela maior importância que os aspectos racionais e lógicos. Retratando situações irreais com personagens insanos. *Humor Sangrento* traz uma atmosfera de terror psicológico, sensação de desconforto provocada pelas imagens, disposição dos quadros em ângulos vertiginosos e uma subjetividade expressa pelo traço forte e contrastes aliada à visualidade mórbida e dramática.

Os aspectos visuais são bem explorados, resultando em um trabalho tão complexo quanto a própria história. Arnaldo Albuquerque utiliza estes recursos de tal forma, que as figuras em sua arte se expressam sem a necessidade de palavras. Em várias histórias o clímax é atingido através da sequência de imagens. As legendas e diálogos tornam-se dispensáveis e em alguns casos podem até limitar o exercício de interpretação das imagens realizado pelo leitor. As sequências quadro a quadro têm efeito cinematográfico, mantendo a sensação de suspense até o último momento. É o tipo de resultado que não se obtém com uma obra escrita, os efeitos sobre a percepção do leitor são totalmente diversos.

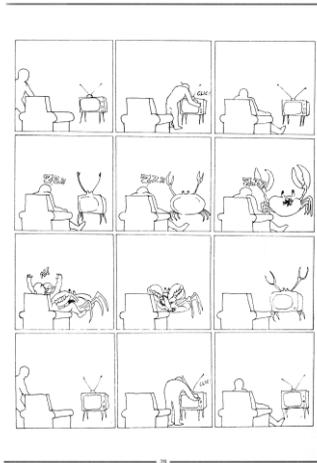
Arnaldo Albuquerque traz para seu trabalho, ainda, aspectos do universo *Noir*, nomenclatura utilizada como referência aos filmes de *gangsters* dos anos 1930, com enredos em que o “mocinho” demonstra claramente suas falhas e fraquezas de caráter. O cinema *Noir* é marcado entre outras coisas, pela ausência do conceito de “bem” e “mal” existente no duelo entre o “herói” e seu antagonista. Abandona-se completamente a noção tradicional dos heróis “bondosos”, moral e fisicamente perfeitos. O gênero leva o espectador para o universo mental dos protagonistas através das narrações em *off* feitas muitas vezes pelos personagens centrais. As narrações têm ainda a função de trazer fatos em *flashback*, situações do passado que complementem a trama presente, permeando todo o enredo. Assim como outras referências, o cinema *Noir* utiliza-se, em larga escala, dos cenários sombrios e de forte contraste luz e sombra. A exploração do submundo urbano é muito importante para caracterizar este gênero. Arnaldo Albuquerque nos traz personagens fragilizados pela incerteza e humanizados, como poucas vezes pôde ser visto antes. A onipotência cede lugar às regras do cinema clássico também na conclusão das histórias. Não há aquele desfecho em que o embate entre “bem e mal” termina com a derrota do último, justamente porque o cinema *Noir* não estabelece uma divisão clara entre estes dois conceitos. Há um pouco dos dois tanto nos heróis quanto nos vilões. A ambiguidade dos personagens torna a definição impossível. Os finais não são caracterizados por resoluções fáceis e felizes das situações. Arnaldo mostra finais muitas vezes abertos, nos quais as questões não se resolvem.

No humorismo, a subjetividade dos quadrinhos de Arnaldo Albuquerque toma uma escala, que se torna uma marca do cotidiano que deseja representar. O humor dispõe de mais liberdade crítica acerca dos costumes e da moral de seu tempo do que as outras

formas de imprensa. Tratava-se de forma de expressão inesperada, demarcando suas características “quentes”, na cara do público maciço, fazendo crônicas do cotidiano e fazendo relações a seu ambiente doméstico. O canal humorístico desenvolve uma comunicação com o público, que se nutre tremendamente da liberdade, enquanto o narrador responde aos estranhamentos que correspondem à procura do conhecimento acerca do que é diferente ou pelo menos não rotineiro.

Outro aspecto do trabalho de Arnaldo, é a existência de personagens de Histórias em Quadrinho que, no próprio contexto temático das histórias, são astros ou estrelas de TV (caso do herói brasileiro Capitão Cipó, criação de Daniel Azulay, que na vida civil é locutor de um programa de televisão). E numa história satírica de Arnaldo Albuquerque, o aparelho receptor de televisão se personifica em um enorme caranguejo, enquanto o telespectador dorme em uma cadeira à frente dele. Nessa metamorfose o aparelho o ataca, logo após retorna à sua camuflagem de eletrodoméstico para esperar a próxima vítima, uma típica cena de predação na qual fica claro o movimento da TV ao consumir o seu público, uma crítica que lança o fato que, para o espectador, a televisão representa uma possibilidade de consumo que pode consumi-lo em tempos de forte repressão como o vivido na década de 1970, momento de criação da História. A programação exibida no dia a dia é encontrar uma vida diferente, envolvida em mistérios, suspense, amor e paixão, onde tudo termina bem, pois na vida real nem sempre os maus são punidos. Então, o cidadão comum procura na TV encontrar esse mundo imaginário. E essa mesma perspectiva romanesca é atacada como uma imagem de alerta ao se deixar relaxar à frente de um aparelho tão ardiloso.

**Figura 2: História “TV” publicada nas páginas de “Humor Sangrento” de 1977.**



### **Considerações finais**

Como Lévi-Strauss nos mostra que “toda cultura pode ser considerada como um conjunto de sistemas simbólicos no primeiro nível dos quais se coloca a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência e a religião” (GABORIAU, 1975, p. 64). O homem se define pela função simbólica, sendo suas relações com a natureza sempre indiretas, mediadas pelo universo de símbolos que constitui a cultura. Se a cultura media as relações com o real, será fácil aceitar que a cultura, enquanto conjunto de sistemas simbólicos, é uma forma de leitura do real. Efetivamente, cada cultura recorta de determinada maneira a realidade, estando a própria ideia de real condicionada por este recorte.

Dessa forma, Arnaldo Albuquerque se mantém em uma intertextualidade, que, segundo Julia Kristeva, em seu livro *Introdução à semi-análise*, “todo texto se constrói como mosaico de citações, todo texto é absorção e transformação de um outro texto”. Situando-se no simbólico, como ser cultural, trabalha sobre este com o imaginário, apropriando-se destes textos, transformando-os pela intervenção da inventividade e do imaginário. O resultado é que a obra cria um novo real, textual, feito de signos, que suspende a realidade, para depois a ela volver, já que o real do texto reenvia ao real de fora dele. É o paradoxo da obra de arte “ela é irreduzível a uma realidade que, entretanto traduz” (KRISTEVA, 1974, p. 64). A ordem do imaginário se destaca da ordem simbólica, se sobrepõe a ela, negando-a por instantes, mas não apenas remete como está prevista por esta mesma ordem simbólica. A crítica ao ler o simbólico questiona os valores culturais. Em última análise, portanto, todas as atividades que implicam numa leitura do simbólico é com o objetivo de saber qual é o seu lugar.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE. Arnaldo. **Humor Sangrento**. Publicações suicidas. Teresina: Corisco: 1977.

\_\_\_\_\_ et al. Tradição e ruptura. **Pulsar**: uma revista de cultura. Teresina, ano I, n. 2, p. 36-44, jul./dez. 1998.

BOURDIEU. Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

EISNER, Will. **Narrativas gráficas**. São Paulo: Devir Livraria, 2005.

\_\_\_\_\_. **Quadrinho e arte sequencial**. Tradução: Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FICO, Carlos. Espionagem, polícia, política, censura e propaganda: os pilares básicos da repressão. In: FERREIRA, J. e DELGADO, L. (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (O Brasil Republicano, v. 4), p. 193-205.

LIMA, Luiz Costa. *O labirinto e a esfinge*. **Introdução à teoria da literatura em suas fontes**. (Org.). Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975. p. 15.

KRISTEVA, Julia. **Introdução à semântica**. São Paulo: Perspectiva, 1974. p. 64.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988**. São Paulo: Boitempo, 2004. p. 23, 118.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A obra de Marcel Mauss. In: MAUSS Marcel. **Sociologia e antropologia**. São Paulo, EPU/EDUSP, 1974.

\_\_\_\_\_. cit. por Marc Gaboriau, “Antropologia estrutural e história”. In: LIMA, Luiz Costa (org.). **O estruturalismo de Lévi-Strauss**. Petrópolis: Vozes, 1970. p. 64.

MESSEDER PEREIRA, Carlos Alberto. **O que é contracultura**. São Paulo: Brasiliense. 1983.

## UNIVERSO DE DADOS E JORNALISMO DIGITAL: O DESAFIO AOS JORNALISTAS EM MEIO À PANDEMIA DE COVID-19 NO BRASIL

Elaine Cristine Souza Silva  
Cristiane Portela de Carvalho

### Introdução

A inserção cada vez mais frequente de tecnologias, deve modificar o cotidiano das empresas de comunicação e facilitar a execução de atividades consideradas complexas, além de fomentar o desenvolvimento de soluções criativas. A adoção de tecnologias proporciona também a integração entre as organizações, o que permite uma atuação colaborativa em rede, diferencial para melhorar processos e competitividade.

Toda organização precisa atuar com inteligência de negócios e isso implica em conhecer os dados que permeiam o próprio negócio, o modo como eles são trabalhados e gerenciados e a maneira com que são apresentados. Inteligência de dados faz parte do futuro da humanidade. Afinal, os dados já estão por toda parte, não só no contexto organizacional, mas na vida das pessoas. No dia a dia, desde uma ida à farmácia até a escolha de um filme no aplicativo de *streaming*, ou de uma roupa no site da loja favorita, ou nas compras no supermercado, as inúmeras decisões de um indivíduo são transformadas em números por meio de sistemas de computador, algoritmos e inteligência artificial, para municiar o mercado de informações relevantes.

Os dados também estão presentes na construção da notícia. Em muitos casos, eles são a principal fundamentação de uma reportagem. Jornalistas recorrem aos números apurados em fontes consideradas oficiais para legitimar seu texto, dar mais peso e veracidade, ilustrar ou transmitir uma noção da realidade. Foi assim durante a pandemia de Covid-19, onde o acompanhamento dos dados sobre a evolução da doença teve papel essencial para estabelecer o processo comunicacional e a tomada de decisões de interesse público.

No momento em que as pessoas, cidadãos comuns, civis, mais necessitaram de informações precisas e atualizadas em tempo real, as fontes oficiais brasileiras omitiram os dados e sonegaram informações, inclusive retirando do ar o *site* Painel Coronavírus, do Ministério da Saúde, que fornecia diariamente a situação do país com relação à doença, e, posteriormente, alterando as regras sobre a divulgação de informações acerca da pandemia de Covid-19. Nesse momento, houve uma quebra do processo comunicacional e exigiu-se mais agilidade e assertividade dos jornalistas para obter informações legítimas e confiáveis e, com isso, manter sua função social ativa.

O jornalismo como um todo vivenciou, então, um grande desafio. Talvez o maior de sua história recente. Não somente os leitores ficaram numa situação desfavorável, no meio de um embate político, de uma crise econômica e de saúde sem precedentes. Mas também os jornalistas se viram obrigados a providenciar uma alternativa urgente e não mais esperar para receber os boletins contendo dados oficiais nas coletivas de imprensa, como de costume.

Sousa (1999, p. 17) defende a importância da função social do jornalista diante dos fatos, acontecimentos e poderes:

Em termos de acção social, é preciso fazer notar, por exemplo, que as organizações burocratizadas em que os *news media* se tornaram têm uma grande dependência dos canais de rotina (conferências de imprensa, tribunais, agências noticiosas, pressreleases — algumas organizações têm mesmo agentes especializados em tornar as mensagens suficientemente atractivas para passarem todos os gates —, acontecimentos mediáticos, photo opportunities, etc.). Essa dependência é, provavelmente, mais elevada do que a dependência das actividades empreendedoras dos jornalistas e dos canais informais (troca de informação em background, etc.).

Frente ao exposto, surgem os questionamentos: - como os jornalistas brasileiros ultrapassaram o momento crítico para a profissão, instaurado durante a pandemia de Covid-19? Como mantiveram sua função social ativa? A união de seis veículos de imprensa, compondo um consórcio, foi uma das saídas encontradas. Mas, junto com essa solução veio um pacote de dados para serem processados e transformados em informações úteis. Ou seja, um universo de dados surge como desafio a ser superado pelos jornalistas.

E todas as empresas jornalísticas do país, inclusive em âmbito local, acabaram sendo abastecidas pelas informações apuradas pelo consórcio de veículos de imprensa, que será a memória do período da pandemia no Brasil, sempre confrontando os dados apurados com a versão oficial da História, fornecida pelos órgãos de comando do governo brasileiro.

O consórcio de veículos de imprensa surgiu para sanar um problema pontual (ausência de informações oficiais) e parece ter se tornado uma alternativa viável, confiável e resistente. É uma iniciativa que confronta dados oficiais e luta para manter a função social do jornalismo no Brasil em meio à maior crise sanitária, econômica e política do mundo, que é a pandemia de Covid-19. Mas, não deve ter sido tarefa fácil para aqueles jornalistas que tiveram que atuar diretamente na apuração de dados e produção de notícias sobre o novo coronavírus, sob essas circunstâncias.

O avanço rápido do vírus, a falta de conhecimento sobre a doença, a falta de preparo dos órgãos de proteção à saúde, somaram-se às dificuldades com o acesso à internet nos municípios, o atraso no lançamento de dados, a ingerência dos governos e mais os desafios diários de uma redação jornalística e fizeram desse, o momento mais desafiador da História recente do jornalismo no Brasil. Por essa razão, este artigo objetiva identificar e descrever de que maneira o webjornalismo brasileiro, enfrentou, e ainda enfrenta, um momento crítico para a profissão, a pandemia de Covid-19, e como manteve sua função social ativa.

Para alcançar esse objetivo, surge a necessidade de abordar o jornalismo de dados produzido para o meio digital, uma vez que, durante esse período crítico da pandemia de Covid-19, a principal matéria-prima para a construção das notícias, eram dados: números de óbitos, de pessoas contaminadas, de leitos de UTIs ocupados, de quantidade de vacinas aplicadas etc.

Nesse sentido, desenvolve-se uma revisão teórico-conceitual sobre jornalismo de dados, por se apresentar como uma alternativa estratégica capaz de manusear grandes quantidades de dados em menos tempo e gerar renovação das pautas, mais agilidade no

processo de construção das notícias e mais competitividade para as empresas jornalísticas.

Trata-se de um artigo teórico conceitual, com a finalidade de estabelecer o estado da arte, ou seja, de realizar um levantamento do que se conhece sobre o assunto em questão, uma vez que este estudo é parte inicial de uma dissertação de Mestrado, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí, e contemplará uma análise mais aprofundada sobre o consórcio de veículos de imprensa no Brasil.

### **Jornalismo de dados no contexto digital**

As definições sobre jornalismo costumam tentar explicar a relação existente entre pessoas, acontecimentos e meios de comunicação. O que representa o elo entre essas três esferas é a figura do comunicador ou do jornalista, que, geralmente, tem outras missões além de narrar fatos. Muitas vezes, recai sobre essa figura também uma responsabilidade um tanto comercial, de tornar sua narrativa atraente de forma a cativar o público para o veículo no qual trabalha. De acordo com Traquina (2005, p. 20), o jornalismo é “um conjunto de estórias, estórias da vida, estórias das estrelas, estórias de triunfo e de tragédia”. Para ele, jornalismo é a realidade contada por um profissional que firmou um contrato tácito com leitores, ouvintes e telespectadores, de contar notícias, ou seja, acontecimentos e personagens que fazem parte de uma realidade e não de ficção. De forma simples, o autor define que o jornalismo pode ser explicado pela frase que responde à pergunta que muita gente se faz todos os dias: o que é que aconteceu ou está acontecendo, seja no bairro, no país ou no mundo?

Rossi (2000) afirma que o jornalismo, independentemente de qualquer definição acadêmica, é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes. Para o autor, o jornalismo é uma batalha geralmente sutil e que usa uma arma de aparência extremamente inofensiva: a palavra, acrescida de recursos visuais, de áudio ou interativos. Definição que se fortalece ainda mais no contexto tecnológico do webjornalismo e diante da vasta disponibilidade de dados e informações na internet.

O uso de computadores nas redações jornalísticas, o surgimento da internet e a massificação de seu uso impulsionaram o desenvolvimento do campo do Jornalismo e abriram espaço para o jornalismo de dados acontecer.

A equação que resulta no jornalismo de dados é bem mais complexa e envolve a massificação do uso da internet, a migração de dados físicos para o mundo virtual, a formação de imensas bases de dados, o fortalecimento da cultura da transparência e a oferta de uma gama muito grande de informações públicas, bem como aprovações, em diversos países, de dispositivos legais que concedem aos cidadãos o direito de acesso a informações governamentais. (RIBEIRO *et al.*, 2018, p. 16).

Nesse contexto, Bertocchi (2016, p. 127) apresenta um conceito simples para jornalismo de dados: “diz respeito ao processo jornalístico que vai da captura de dados e sua curadoria até a visualização em um formato a ser acessado pelos usuários finais nas interfaces digitais”. Essa definição mostra que jornalismo e

jornalismo de dados não são distintos um do outro, o jornalismo de dados busca alcançar e viabilizar o próprio jornalismo.

Ribeiro *et al* (2018, p. 30), inclusive, reforçam essa ideia ao dizer que o jornalismo atua como norteador para os profissionais da área de jornalismo de dados e que ocorre uma integração com as características estruturantes do jornalismo, onde ambos “ao final, compartilham o mesmo *habitus*, ou seja, o mesmo *modus operandi*”.

Quando se fala em dados nas redações jornalísticas, o mais comum é encontrar um tema que esteja em voga no momento, por meio dos métodos tradicionais de varredura às fontes, e construir uma pauta em cima desse tema. Somente depois, ocorre a busca por dados que possam embasar o que será dito pelo jornalista, com o sentido de conferir credibilidade à notícia. Porém, no jornalismo de dados essa ordem se altera: a primeira ação ocorre na mineração de dados, vasculhando, com a ajuda de sistemas, em grandes bancos de dados, números, associações, comportamentos que possam significar tendências importantes, sejam na área social, cultural, política, esportiva ou em qualquer outro segmento. É o resultado dessa análise que vai indicar que assunto deve ser abordado pelo jornalista e a pauta será construída de forma a ilustrar isso. Os dados saem do papel de meros justificadores de um fato, para serem protagonistas na geração de notícias, o que foi bastante evidenciado durante a cobertura jornalística da pandemia de Covid-19, onde a própria análise de dados ganhou espaço de destaque nas *homepages*, nas capas, nos horários nobres da TV.

O processo jornalístico muda no contexto da informação digital. A velocidade imposta pela tecnologia e a rede mundial de computadores determina também o grau de relevância da notícia e a sua rotatividade, ou seja, por quanto tempo a notícia será

relevante, aumentando a percibibilidade do fazer jornalístico no meio. Fato que pesa ainda mais para o webjornalista, por requerer mais criatividade e versatilidade para manter a atualização constante do veículo e a atratividade em alta na velocidade do mundo digital. E na busca por mais notícias e temas mais atrativos, as redações precisam fugir da rotina tradicional e das ferramentas tradicionais.

É nesse contexto que o jornalismo de dados se apresenta como uma alternativa para descobrir novos temas, novas abordagens e perspectivas inusitadas. A partir da extração de informações das bases de dados analisadas, pode-se construir uma pauta jornalística mais sustentável, forte, robusta e atraente, com uma abordagem consistente e o aprofundamento que o leitor deseja.

### **Universo de dados e sua importância para o jornalismo**

É o trabalho conjunto entre computadores, programas e pessoas que dá forma ao jornalismo de dados. Esses três elementos juntos significam a possibilidade de realizar reportagens utilizando programas de computador capazes de fazer a prospecção e a seleção de dados coletados na web.

Segundo Ribeiro *et al* (2018, p. 19), o jornalismo passa por um processo de “transição de uma prática de produção com os pés nas ruas e os ouvidos nas histórias, assentado em algumas declarações de especialistas, para uma ação imersa na tecnologia e na exploração de bases de dados”.

Nesse contexto, o jornalismo de dados seria uma nova técnica de produção de notícias desenvolvida a partir da grande quantidade de informação presente nas redes de computadores, principalmente na internet (GRAY *et al*, 2012). São informações de

toda ordem, além de nomes e números provenientes de órgãos governamentais, que constam na internet e podem ser de utilidade pública, representando grande importância para o fazer jornalístico.

Contudo, diante da vasta disponibilização de dados e informações na internet, o jornalismo de dados aparenta ter surgido de um conjunto de mudanças na sociedade, especialmente àquelas voltadas para as formas de comunicação atuais, como afirma Bertocchi (2016, p. 15):

Temos claro que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como um todo e seus desdobramentos específicos – sistemas publicadores, aplicativos, softwares de mensuração, mineração, de big data, publicação em plataformas de terceiros, uso de plataformas sociais, entre outros – são hoje componentes essenciais para o jornalismo da mesma forma que o são os pilares da profissão bastante dissecados por Bill Kovach e Tom Rosenstiel – ética, precisão, veracidade, independência, relevância e legitimidade.

O jornalismo associado aos dispositivos tecnológicos e às novas tecnologias digitais de informação e comunicação vem transformando a vivência e o modo de se comunicar na conjuntura social e, com isso, o jornalista muda a sua forma de trabalhar (MOSCHETTA; RASERA, 2011).

Isto pode ser explicado pela chamada Quarta Revolução Industrial ou Revolução Digital (BALDESSAR; ZANDOMÊNICO, 2022), período em que inteligências artificiais redigem notícias em

redações, em parte automatizadas, sob a justificativa de que a velocidade na qual os algoritmos analisam e sintetizam dados para transformá-los em texto é infinitamente maior do que são capazes os jornalistas humanos. E o fator tempo é sabidamente crucial para o jornalismo porque está diretamente ligado à veiculação da notícia em tempo real e em fluxo contínuo, características básicas do jornalismo na web.

É indiscutível que a web proporciona múltiplas funcionalidades. A inserção da tecnologia no jornalismo produziu marcos históricos e transformações no modo de operar, desde a prensa móvel de Gutenberg. A digitalização permitiu, além da descentralização da produção, o armazenamento de grandes quantidades de informação (MACHADO, 2018). E a mobilidade promoveu uma verdadeira reconfiguração do jornalismo. O consumo dos produtos jornalísticos passa a ocorrer na palma da mão e a internet, cada vez mais veloz, torna possível empacotar e distribuir produtos de qualquer lugar, não só da redação. E mais programas de computador passam a auxiliar o jornalista nas suas tarefas rotineiras, reduzindo o tempo gasto nas atividades e a margem de erro. A automação começa a fazer parte de todas as etapas do processo comunicacional.

Ribeiro *et al* (2018, p. 15) exemplificam:

Atualmente, programas de planilhas possibilitam facilmente o cruzamento de uma infinidade de dados e informações. A memória do jornal, antigamente armazenada em prateleiras e salas para arquivos de papéis, pode ser significativamente ampliada, sem qualquer impedimento de dimensões físicas, e o acesso a esse repertório e às pesquisas realizadas com ele são

mais rápidos. Além disso, o ritmo da redação acelerou-se, bem como a perspectiva da construção narrativa.

Muito embora, o uso de dados no jornalismo não seja algo novo. De acordo com Barbosa (2007), base de dados é um termo cunhado na década de 1960 por norte-americanos que buscavam soluções para resolver problemas de quantidade de arquivos e, com o tempo, essas soluções se transformaram em sistemas que ganharam escala à medida em que computadores passaram a utilizá-los para armazenar informações, o que se aplica no cotidiano das redações há muito tempo.

Cabe aqui diferenciar dado, informação e conhecimento. Dados são representações de símbolos, fatos distintos e objetivos, relativos a eventos, não dotados de propósito e relevância e são matéria-prima bruta para a tomada de decisões (PROBST, 2002). A informação, por sua vez, é mensagem, subjetiva, se difere dos dados na medida em que fornece significado e sentido para o observador, tendo, portanto, relevância e propósito. No entanto, em comparação com o conhecimento, as informações são quase sempre fragmentadas e, portanto, diferem de conhecimento. O conhecimento é mais profundo, reside dentro das pessoas, diferentemente do dado e da informação (BUKOWITZ; WILLIAMS, 2002). Pode-se dizer, então, que o conhecimento é o que a informação passa a ser depois de interpretada.

Dessa forma, dado não seria apenas número, mas tudo que possa ser representado em linguagem numérica no mundo digital, como uma fotografia, um vídeo, um áudio ou um gráfico. E o grande diferencial do fazer jornalístico embasado em dados “talvez sejam as novas possibilidades que se abrem quando se

combina o tradicional 'faro jornalístico' e a habilidade de contar uma história envolvente com a escala e o alcance absolutos da informação digital agora disponível" (GRAY *et al*, 2012, p. 8)

Complementando esse raciocínio, Moschetta e Rasera (2011) citam que a compreensão de dados particulares exige a ativação da inteligência geral e a mobilização dos conhecimentos de conjunto, onde as questões de comunicação tornam-se relevantes e com sentido a partir do momento em que se faz conexão com outros fenômenos, pois o conhecimento é o resultado da organização da informação. O que o jornalismo de dados se propõe a fazer é exatamente essa conexão entre os dados e o leitor, organizando as informações da melhor maneira para facilitar o acesso e o processo de compreensão dos dados que sejam realmente relevantes à sociedade.

A prática com dados hoje aplicada ao processo jornalístico vai muito além da incorporação de dados numéricos em matérias jornalísticas com a finalidade de legitimar um texto. Os dados se mostram imprescindíveis para o trabalho de um jornalista, não apenas como justificadores de um fato, mas como fontes geradoras de novas notícias, de onde emergem temas latentes. Barbosa (2018) analisa os bancos de dados como agentes com capacidade para gerar um jornalismo digital diferenciado e inteligente. A autora cita a classificação de Echeverría (1999), onde essa abordagem de bancos de dados é localizada no terceiro entorno social ou na terceira geração do webjornalismo, momento que corresponde ao ambiente informatizado no qual tecnologias proporcionam a estruturação de um novo ambiente, ou seja, "onde o jornalismo em sua modalidade presente nas redes digitais também passa por transformações, tanto com relação às práticas profissionais quanto em relação às funções e convenções estabelecidas historicamente"

(BARBOSA, 2018). Fazendo um adendo, Mielniczuk (2003) apresenta esse período do webjornalismo como a terceira geração ou fase da metáfora, que “caracteriza-se pela produção de conteúdos noticiosos originais desenvolvidos especificamente para a web, bem como o reconhecimento desta como um novo meio de comunicação” (p. 39), com a possibilidade de narrativas imersivas que permitem ao leitor navegar através da informação em multimídia.

Atualmente, a coleta de dados acontece por meio da pesquisa digital, a apuração é feita por meio do computador e dos *softwares*, a produção do formato em que a notícia será apresentada também ocorre por meio do computador e dos *softwares*, acrescidos de outros recursos tecnológicos ligados às artes e ao *design*, a notícia em si é apontada por analistas de dados e profissionais de várias áreas constroem juntos o viés a ser abordado, garantindo ao conteúdo a ser publicado um formato único para cada texto, proporcionando uma identificação personalizada para cada perfil de leitor.

Contudo, a primeira tarefa do jornalista seria encontrar os dados, o que poderia ser feito por meio de sistemas de gerenciamento de dados ou por linguagens de programação. A segunda tarefa seria compreender os dados e para isso o jornalista precisaria de habilidades de leitura de estatísticas. Na terceira tarefa o jornalista deveria identificar as maneiras adequadas de mostrar esses dados aos leitores e, por fim, desenvolver um método de compreensão dos dados, que poderia ser uma legenda autoexplicativa, por exemplo. Em resumo, o trabalho do jornalista de dados é coletar dados na web, selecioná-los, criar formatos de visualização adequados para eles e disponibilizá-los da maneira mais adequada de acordo com o público consumidor daquela notícia. Segundo Bertocchi (2016, p. 12):

cada formato que vemos substancializados na tela carrega camadas computacionais que interagem e se reorganizam continuamente – ora respondendo às possibilidades e às limitações de dispositivos (tamanho de telas, por exemplo), ora obedecendo as preferências do usuário (configurações pessoais, por exemplo), ora reagindo às interferências de outros sistemas (redes sociais, por exemplo), ora adaptando-se à própria instabilidade, leveza e liquidez do ambiente digital.

No entanto, as notícias fluem ao passo em que acontecem e são divulgadas a partir de múltiplas fontes que nem sempre são credenciadas para noticiar. São blogs, redes sociais particulares, comentários, vídeos compartilhados em mensagens instantâneas, enfim, uma infinidade de conteúdos diários que na maioria das vezes não deixa contribuições consistentes ao leitor. O jornalismo de dados demonstra, de forma sólida, como os dados podem ser usados para criar uma percepção mais profunda sobre o que está acontecendo ao redor do leitor e como isso pode afetá-lo. E o coloca diante dos dados para que ele próprio possa analisá-los, caso queira, pois a transparência é regra básica no trabalho com dados.

A transparência é, na verdade, um dos principais pilares de qualquer trabalho com dados. É preciso revelar o caminho percorrido e disponibilizar o conjunto de dados analisado, para que o leitor possa acessá-los e confirmar por seus próprios meios aquilo que foi dito pelo webjornalista, o que contribui significativamente para elevar a credibilidade do trabalho jornalístico.

Arrematando esse pensamento, Curado (2002, p. 16) defende que “a informação deve colaborar para produzir em nós um

sentimento de inclusão social ou política, aumentando a nossa consciência acerca do que se passa nas nossas cercanias”. E a mediação feita pelo jornalista entre a comunidade e a fonte de informação, se torna, além de muito importante, extremamente indispensável.

### **Relação de dependência da redação com as fontes oficiais e pandemia de Covid-19**

Dentro de sua rotina produtiva, os jornalistas são um dos grupos que mais se apropriam de dados abertos (disponíveis na internet), porque tem necessidade de compor seus textos e porque têm progressivamente adquirido habilidades técnicas para extrair valor desses conjuntos de informações (SAFAROV *et al.*, 2017). Muitas vezes, os dados abertos são a fundamentação principal da reportagem. Mas, nem sempre o caminho até eles é simples.

Em tempos de crise mundial na área da saúde, como a pandemia de Covid-19, os veículos de imprensa ficam dependentes dos órgãos oficiais do governo para obter dados compilados diariamente sobre a situação do país e para poder informar à sociedade. Tarefa que, em contexto normal, já exige uma dedicação investigativa por parte dos jornalistas, dentro de um universo de dados oficiais, para checar, apurar e entregar produtos jornalísticos atualizados e confiáveis. Mas, e quando os dados oficiais somem? O que fazer quando não se tem mais a compilação proporcionada pelo Ministério da Saúde?

Foi o que aconteceu no ano de 2020. Durante a pandemia de Covid-19, todos os olhares estavam voltados para o número crescente de casos da doença e de mortes provocadas pelo novo coronavírus. O país inteiro esperava os boletins diários liberados pelo

Ministério da Saúde e a população aprendeu a acompanhar a evolução dos números nos gráficos, tamanha foi a cobertura dedicada, em espaço de todas as mídias, a esse fato. E a imprensa se tornou ainda mais dependente do que sempre foi, de receber e ser alimentada por esses boletins oficiais. Uma página intitulada Painel Coronavírus foi criada pelo Ministério da Saúde, em parceria com o DataSUS (Departamento de informática do Sistema Único de Saúde) e a SVS (Secretaria de Vigilância em Saúde), para concentrar os dados dos mais de 5500 municípios brasileiros. Portanto, quando se desejava obter alguma informação, bastava acessar essa página que tinha atualização programada com horário certo todos os dias. Mas, um episódio de origem política<sup>1</sup>, que pode ser considerado uma falha grave do governo federal brasileiro atual, fez a página Painel Coronavírus ocultar o total de mortes e casos, indicando apenas o número de óbitos e diagnósticos confirmados nas últimas 24 horas. Antes disso, a página chegou a ficar fora do ar, levando incerteza aos jornalistas sobre se ainda teriam acesso aos dados ou não, e levando insegurança a milhares de brasileiros que não entendiam ao certo o que estava acontecendo.

Foi nesse momento que surgiu a iniciativa de seis veículos de imprensa (G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL) formarem um consórcio, produzindo um balanço alternativo aos dados oficiais e trabalhando em paralelo ao governo federal brasileiro, cessando a dependência anterior.

Sítios eletrônicos, como o Painel Coronavírus, aparecem como possíveis aliados das redações de veículos diferentes, na

---

<sup>1</sup> Presidente da República do Brasil se manifesta. São Paulo, 5 de junho de 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/reuters/2020/06/05/aca-bou-materia-do-jornal-nacional-diz-bolsonaro-sobre-atraso-em-divulgacao-de-casos-de-covid-19.htm>>. Acesso em: 29 de out. de 2020.

medida em que funcionam como fornecedores de conteúdo de dados, uma rica fonte a ser analisada e de onde se pode extrair informação privilegiada, ainda não abordada pela concorrência. O que demonstra, inclusive, a capacidade que o jornalismo de dados tem de colocar a empresa jornalística em posição de vantagem competitiva diante das demais empresas concorrentes do setor.

Em virtude disso, o jornalismo de dados parece surgir como uma boa alternativa de combate para empresas jornalísticas no meio digital. Ainda mais quando as fontes oficiais, responsáveis por alimentar as redações diariamente com informações de extremo valor social, decidem se fechar, filtrar ou sonegar dados essenciais.

### **Consórcio de veículos de imprensa no Brasil**

O consórcio de veículos de imprensa surgiu em 8 de junho de 2020<sup>2</sup>, composto pelos seguintes veículos: G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL. Inicialmente, coletava e tratava dados três vezes ao dia e fornecia informações aos veículos integrantes do consórcio a cada turno. Mantendo assim a continuidade da informação a respeito do número de infectados e de mortos por Covid-19, montando uma base de dados própria, por ocasião da falha no repasse de informações oficiais.

O consórcio continua em funcionamento, abastecendo os veículos, mesmo após a restauração dos serviços oficiais de

---

<sup>2</sup> Veículos de comunicação formam parceria para dar transparência a dados de Covid-19. São Paulo, 8 de junho de 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para-dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml>>. Acesso em: 29 out. 2020.

fornecimento de informações. E até ampliou sua atuação, ao acrescentar no balanço diário dados sobre pessoas vacinadas e quantidade de vacinas disponíveis no país. O que rendeu a campanha intitulada “Vacina Sim”<sup>3</sup>, que passou a ser divulgada por jornalistas e artistas em todo o país. Fato que torna esse processo investigativo ainda mais fidedigno e relevante do ponto de vista histórico para o jornalismo, uma vez que o estudo se desenvolve enquanto a própria História é escrita.

Iniciativas semelhantes já ocorreram no Brasil e no mundo. Em 2016, o Consórcio Internacional de Jornalismo Investigativo (ICIJ) reuniu 109 veículos de comunicação de 76 países, incluindo o Brasil, numa investigação sigilosa que provou a ocultação de patrimônio e a movimentação secreta de milhões de dólares comandadas por políticos, empresários e celebridades e que resultou na série de reportagens *Panama Papers* (MASTRELLA, 2019). No Brasil, o Projeto Credibilidade<sup>4</sup> criou um consórcio de 17 empresas de mídia que se comprometem a seguir um manual contendo oito indicadores para ampliar o nível de transparência dos conteúdos noticiosos, o que ajuda as pessoas a avaliar a qualidade e a credibilidade do jornalismo praticado. Em maio de 2021, o Projeto Credibilidade passou a integrar o *Trust Project*, um complexo consórcio internacional que envolve hoje 120 organizações produtoras de

---

<sup>3</sup> Campanha de vacinação contra a Covid-19 elaborada e divulgada pelo consórcio de veículos de imprensa. São Paulo, 14 de fev. de 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/02/14/campanha-vacina-sim-ganha-reforco-de-atores-jornalistas-colunistas-e-apresentadores.ghtml>>. Acesso em: 20 de fev. de 2021.

<sup>4</sup> Informações sobre o projeto, que continua ativo, disponíveis em: <https://www.credibilidade.org/>.

notícias que trabalham por uma maior transparência e responsabilidade na indústria global de notícias.

As semelhanças se restringem à ação conjunta entre empresas concorrentes e ao trabalho investigativo em cima de dados, mas o contexto que originou a iniciativa 100% brasileira e o formato que ela assumiu, não foi encontrado em registros literários até o momento.

### **Desafio aos jornalistas**

A mediação entre pessoas, acontecimentos e meios de comunicação fica a cargo do comunicador, responsável por tornar conhecidos os fatos sobre determinado assunto. Kunczik (2002, p. 15) define os comunicadores como “pessoas que produzem o conteúdo dos meios de comunicação dentro de uma organização e que podem influenciar esse conteúdo”. Por vezes esse comunicador será um jornalista. Em geral, o jornalismo tem uma definição mais estreita do que a de comunicador, ainda que na literatura existam grandes divergências. Por essa razão, Kunczik (2002, p. 16) complementa dizendo que o jornalismo é considerado “a profissão principal ou suplementar das pessoas que reúnem, detectam, avaliam e difundem as notícias; ou que comentam os fatos do momento”. Para Donsbach, referenciado por Kunczik (2002, p. 16), “o jornalista é quem está envolvido na formulação do conteúdo do produto da comunicação de massa, seja na reunião, na avaliação, na apuração, no processamento ou na divulgação de notícias, nos comentários ou no entretenimento”.

Mas, como diz Canavilhas (2014), o desenvolvimento da internet transformou para sempre o jornalismo. O webjornalismo trouxe características peculiares que distinguem o jornalismo que

se faz na internet daquele que se faz em outros meios. Ainda mais em tempos de convergência midiática, a produção integrada de meios distintos com a web, torna-se primordial aos modelos de negócios que desejam sobreviver no contexto atual. Nesse sentido, o jornalista tem que dar conta também da multimídia, da hipertextualidade, da interatividade, da instantaneidade, da personalização, da ubiquidade e da memória, características particulares priorizadas pelos consumidores da era digital e que promovem uma transformação profissional disruptiva no jornalista da nova era.

A necessidade de produzir para um público específico segmentado, que possui ferramentas de interatividade e faz questão de usá-las, que segue seu próprio percurso de cliques e leitura, que exige velocidade máxima nas publicações e atualizações, que pode ele mesmo produzir, publicar, comentar, julgar e compartilhar, tudo isso faz com que as competências essenciais ao jornalista sejam reconfiguradas e ampliadas. Ainda mais no contexto do jornalismo de dados, onde novos termos e instrumentos de trabalho passam a fazer parte do cotidiano do jornalista.

A possibilidade de realizar reportagens utilizando programas que realizam prospecção e seleção de dados junto com ferramentas que promovem a integração entre dispositivos móveis e fixos, como aplicativos, configura uma nova técnica de produção de notícias a partir da grande quantidade de informação disponível na rede mundial de computadores. Afinal, os dados contidos numa base de dados podem se referir às características de pessoas, coisas ou eventos, podendo ser muito simples ou muito complexos, como explica Barbosa (2018, p. 211):

as BD complexas envolvem muitos tipos diferentes de dados interdependentes e inter-relacionados como no caso da gestão de um produto jornalístico digital. Até recentemente, as bases de dados costumavam armazenar dados unicamente alfanuméricos (cadeias de caracteres e valores numéricos). Atualmente, elas armazenam imagens, gráficos e objetos multimídia (som e vídeo), o que, segundo especialistas da área, aumenta as necessidades de armazenamento e a complexidade de recuperação e processamento dos dados.

Para tanto, os jornalistas necessitam de conhecimento especializado para lidar com informática, gerenciamento de banco de dados, linguagem de programação, estatísticas, interpretação de gráficos e mapas dinâmicos e algumas outras funções de programadores e designers, além de ética e transparência no tratamento de dados abertos. Fato justificado quando Barbosa (2018) afirma que a incorporação de ferramentas de banco de dados pode assegurar ambientes inteligentes ou redações inteligentes para a gestão de produtos jornalísticos digitais. A autora complementa:

os profissionais necessitarão de novas habilidades cognitivas para operar com sistemas também mais inteligentes para a criação de conteúdos mais criativos e originais, nos quais as narrativas jornalísticas se apresentem menos lineares e descoladas dos padrões até então empregados em conformidade com a metáfora do impresso. (BARBOSA, 2018, p. 214).

Normalmente, entende-se por competência a mobilização de conhecimentos e aprendizados para solucionar um problema, sendo composta por habilidades profissionais e habilidades pessoais. Nesse sentido, compreende-se a habilidade como o grau de competência de um indivíduo para que ele possa dispor do seu conhecimento e torná-lo uma ação favorável capaz de atender a uma demanda. Sendo assim, o profissional jornalista precisaria combinar seus conhecimentos clássicos, sua habilidade de contar histórias importantes com as predições, padrões de comportamento e tendências extraídos dos dados, articulando tudo isso da melhor maneira para explorar o potencial máximo das bases de dados.

### **Uma apreciação crítica sobre o consórcio**

O cenário instaurado pela pandemia de Covid-19 fez a imprensa, de um modo geral, focar nas notícias acerca da evolução da doença no Brasil e no mundo, e dessa atenção especial surgiram produtos segmentados, principalmente nas páginas dos veículos na internet. Tanto dos veículos integrantes do consórcio, como de veículos que não fazem parte da iniciativa. Além do conteúdo destacado na *homepage* diariamente, foram criadas sessões ou guias exclusivas intituladas “Coronavírus”, para entregar ao leitor um conteúdo específico e mais aprofundado. Emissoras de televisão também aderiram à ampliação do espaço para as notícias sobre o novo vírus que abalou as estruturas mundiais e criaram quadros dentro dos telejornais, para ampliar a cobertura, além das reportagens factuais.

Esses produtos segmentados, ou subprodutos (KELLNER, 2004), poderíamos chamar assim, foram (e ainda são) alimentados

pelos dados apurados pelo consórcio de veículos de imprensa. E a ele, ao consórcio, deu-se o devido crédito em todas as publicações e aparições na mídia. A fonte sempre estava lá, grifada para o leitor enxergar, geralmente com os dizeres: “Fonte: Consórcio de veículos de imprensa a partir de dados das secretarias estaduais de Saúde”. Frase alocada no final dos textos, nas legendas ou até mesmo na manchete, que ressaltava: “segundo balanço do consórcio de veículos de imprensa com informações das secretarias de Saúde”. Afirmção pronunciada com ênfase e por vezes até repetitiva. Mas não por acaso. Talvez houvesse mesmo a necessidade de esclarecer à sociedade de onde estavam saindo as informações repassadas, conferindo transparência ao processo como argumento de confiabilidade e também para enaltecer a iniciativa dos grupos empresariais diante do contexto.

Em seus estudos, Moraes (2001. p. 7) conclui que “torna-se crucial conceber alianças e coalizões de forças de todos os quadrantes, como meio de tentar frear, em um duradouro e persistente processo de lutas, a neurose do lucro a qualquer preço”. Pode-se inferir a partir dessa afirmação, que, em determinadas situações, o contexto político e social exige posturas que tiram do primeiro plano a questão econômica empresarial, especialmente quando o preço é a própria sobrevivência ao meio.

Além disso, os grandes grupos empresariais de mídia parecem dispor de mais recursos para otimizar as cadeias produtivas a fim de lucrar em todas as pontas. Kellner (2004) faz uma análise da disseminação da cultura do espetáculo, através dos principais domínios da economia, da política, da sociedade, da cultura, da vida cotidiana e, acerca do contexto da web, o autor ressalta:

A economia baseada na internet permite que o espetáculo seja um meio de divulgação, reprodução, circulação e venda de mercadorias. A cultura da mídia promove espetáculos tecnologicamente ainda mais sofisticados para atender às expectativas do público e aumentar seu poder e lucro. (KELLNER, 2004, p. 5).

A propósito, as empresas que se uniram na composição do consórcio são os principais grupos de comunicação do país. G1, O Globo e Extra pertencem à mesma corporação, o Grupo Globo, que é considerado o maior conglomerado de mídia e comunicação do Brasil, um dos maiores da América Latina. UOL também é parte de um grupo de empresas, foi o primeiro portal de notícias e é considerado o maior portal do Brasil, ficando à frente, inclusive, do G1, do Grupo Globo. O site de notícias Folha é originário do jornal impresso Folha de São Paulo, um jornal tradicional brasileiro, editado na cidade de São Paulo, mas que tem distribuição e repercussão nacional. O Grupo Folha também congrega outras empresas da indústria da comunicação e possui participação minoritária em ações no UOL. Estadão é a versão online do jornal impresso O Estado de São Paulo e está no ar desde 1995. Faz parte do rol de jornais de referência no Brasil. Ou seja, as maiores corporações de mídia do país somaram seu potencial produtivo, seu *know-how*, sua infraestrutura e sua capacidade de articulação para superar os desafios do momento.

As corporações de mídia vivem numa constante busca por estratégias que possam garantir a sustentabilidade do negócio, bem como a hegemonia do poder da comunicação e a sobrevivência no meio social no qual estão inseridas. Esquecer a competição pura por um instante e suscitar alianças estratégicas entre si, pode

ser um grande trunfo provedor de sustentabilidade para o ramo, alavancando o mercado como um todo e repercutindo em fortalecimento das marcas individuais como consequência.

E ao se deparar com a ausência de dados produzidos pelas instituições públicas sobre um assunto de extremo interesse público, os veículos de mídia se deparam na verdade com um problema comunicacional de fato, pois o que aconteceu representou a quebra na etapa da circulação da notícia e a interrupção do processo comunicacional. De acordo com Machado e Palacios (2018), o jornalismo pode ser entendido como um processo que se constitui em quatro etapas: apuração, produção, circulação e consumo. Segundo os autores, as quatro etapas ocorrem de forma sequencial e simultânea.

Desse modo, o consórcio de veículos de imprensa tenta restituir o processo comunicacional e dar visibilidade às informações. Quando decidiram se unir em uma aliança estratégica empresarial, os seis veículos de imprensa não só garantiram a matéria-prima para suas redações, mas também multiplicaram as forças e desenvolveram uma espécie de escudo protetor contra a falta de transparência de um governo que aparenta ter a intenção de fragilizar grandes conglomerados de mídia. O consórcio de veículos de imprensa, então, se tornou uma fonte alternativa, paralela às fontes oficiais, e se posicionou confrontando os dados locais, denunciando discrepâncias, omissões e distorções. Com isso, acabou se tornando referência em nível nacional, regional e local para veículos de todos os meios, não somente os da web.

Além disso, Ribeiro *et al* (2018, p. 29) enfatizam:

Se a programação é necessária e importante para a apresentação dos conteúdos; se o design

é fundamental para dar unidade aos dados e principalmente traduzi-los esteticamente; se a sociologia se faz presente na interpretação das informações e nas metodologias empregadas para lidar com uma série de números e documentos; se a estatística ocupa um espaço de destaque no trato numérico, nos cálculos de produções das médias e das medianas e de outras funções, enfim, todos esses aspectos fazem parte do jornalismo e aparecem como ferramentas para a produção jornalística.

E, com isso, confirma a ideia de que o jornalismo de dados busca alcançar o próprio jornalismo como no exemplo prático da atividade do consórcio de veículos de imprensa brasileiro, cuja metodologia adotada (de apuração e análise de dados) objetiva construir uma narrativa jornalística integrada ao *modus operandi* da profissão.

### **Jornalismo de dados pós-consórcio de imprensa: algumas considerações**

Diante do exposto, constata-se que o jornalismo de dados surge para complementar a narrativa clássica com mais precisão, acurácia e exatidão, e também para contribuir com melhorias na construção de produtos noticiosos. Complementa essa ideia, o pensamento de Fidalgo, citado por Barbosa (2018, p. 216), quando diz que “a união entre bancos de dados e jornalismo é a transformação mais relevante proporcionada pela internet”.

Machado (2018, p. 235), fundamentado em GOMIS (1991, p. 32), afirma que:

o futuro das organizações jornalísticas nas redes, permanece condicionado a capacidade que teremos de traduzir as habilidades potencializadas pelos Bancos de Dados para automaticamente armazenar, classificar, indexar, conectar, buscar e recuperar vastas quantidades de dados em tipos criativos de narrar o passado imediato como se fosse um presente projetado em direção ao futuro.

Dentro dessa perspectiva, acredita-se que a experiência vivenciada pelo consórcio de veículos de imprensa no Brasil constitui uma fonte de aprendizados que vai promover mais transformações na relação entre jornalismo e dados, e vai acelerar processos que levariam bem mais tempo para modificar o fazer jornalístico na web caso a pandemia não tivesse ocorrido.

A partir da apreciação crítica apresentada nesse estudo, o consórcio tem demonstrado contornar os desafios impostos pela pandemia de Covid-19, porque concebeu uma aliança estratégica entre as seis empresas participantes (G1, O Globo, Extra, Estadão, Folha e UOL) que fortaleceu a produção noticiosa e reestabeleceu a continuidade do processo comunicacional. Em termos comunicacionais, demonstra que conseguiu manter o fluxo das informações ativo e repassá-las à sociedade de maneira efetiva.

O consórcio mostrou que, em situações de crise, uma ação colaborativa, orquestrada, funciona e produz resultados positivos para ambos os participantes, uma vez que deixou a competição em segundo plano, prevalecendo o interesse público e o exercício da função social do jornalismo. Considerando o contexto histórico, observa-se que há uma tendência crescente de parcerias entre meios convencionais e atores não propriamente jornalísticos,

auxiliando na descoberta de informações de interesse público, o que pode ser uma tendência de disseminação do espírito colaborativo.

Diante dos desafios operacionais dessa iniciativa, é provável que seu fim aconteça junto ao término da pandemia, mas ficarão lições como: a necessidade da criação de editorias e núcleos específicos para análise de dados nas redações, a difusão e o desenvolvimento de habilidades e conhecimentos em ciências de dados, e a possibilidade de formar arranjos com profissionais de áreas complementares para lidar com bancos de dados tão grandiosos e complexos.

Outras possibilidades podem se desenvolver como desdobramento dessa pesquisa, por exemplo: conhecer os detalhes dessa experiência, mapeando o modo de tratamento de dados e de operação do consórcio para a construção da notícia durante o período da pandemia de Covid-19. Tudo isto pode representar a construção de um marco na história do jornalismo de dados no Brasil, com consequências, inclusive, para provocar reflexões sobre a constituição de novos currículos que possam incluir o jornalismo de dados e disciplinas afins para os cursos de comunicação no país.

A pergunta que fica é: o que será que vai mudar após esse episódio? Muito embora não seja pretensão dessa pesquisa responder isso, os resultados apresentados nesse estudo poderão sinalizar os rumos que apontam para o futuro do campo.

De acordo com a empresa de consultoria IDC<sup>5</sup>, as projeções para os próximos 15 anos são de que toda organização se torne

---

<sup>5</sup> IDC (<https://www.idc.com/>) é uma empresa especializada em pesquisa, análise e consultoria no setor de TIC, a principal da América Latina e uma das maiores do mundo, que costuma divulgar anualmente estatísticas referentes ao uso de tecnologia da informação e o avanço da internet e operações ligadas às

uma empresa de *software*, uma vez que as soluções computacionais inteligentes permearão todos os níveis de um negócio. A consultoria mostrou ainda que, durante a pandemia, aquelas empresas que já estavam adiantadas no caminho para tornar seus negócios digitais, estão sobrevivendo muito melhor. Principalmente quando há a criação de uma rede colaborativa de parceiros. E, nesse cenário, haverá pressões para a formação de pessoal qualificado em recursos computacionais e ciência de dados para a criação e manutenção dos conteúdos desenvolvidos nas plataformas digitais.

## REFERÊNCIAS

BALDESSAR, Maria José; ZANDOMÊNICO, Regina. **Os desafios da qualificação profissional do jornalista diante da inteligência artificial nas redações.** Brazilian Journal of Development, Curitiba, v. 8, n. 3, p. 17959-17964, mar., 2022.

BARBERO, Jesús Martín. Diversidade em convergência. **Matrizes**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 15-33, 2014.

BARBOSA, Suzana. Bancos de dados: agentes para um webjornalismo inteligente? In: BARBOSA, Suzana; MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos. (Orgs.). **GJOL: 20 anos de percurso - textos fundadores e metodológicos.** Salvador: EDUFBA, 2018. p. 207-223.

---

tecnologias, como a inteligência artificial. Além disso, divulga também as previsões (ou previsões) para os próximos anos no setor.

BARBOSA, Suzana. **Jornalismo digital em base de dados (JDBD): um paradigma para produtos jornalísticos digitais dinâmicos**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia, 2007.

BERTOCCHI, Daniela. **Dos dados aos formatos: a construção de narrativas no jornalismo digital**. 1 ed. Curitiba: Appris, 2016.

BUKOWITZ, Wendi R.; WILLIAMS, Ruth L. **Manual de gestão do conhecimento: ferramentas e técnicas que criam valor para a empresa**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

CANAVILHAS, João. **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã: Labcom, 2014.

CURADO, Olga. **A notícia na TV: o dia a dia de quem faz telejornalismo**. São Paulo: Alegro, 2002.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2005.

GRAY, Jonathan *et al.* **Manual de jornalismo de dados: como os jornalistas podem usar dados para melhorar suas reportagens**. Março, 2012. Disponível em: [https://issuu.com/andersonraimello/docs/manual\\_de\\_jornalismo\\_de\\_dados\\_-\\_lic](https://issuu.com/andersonraimello/docs/manual_de_jornalismo_de_dados_-_lic). Acesso em: 08 de nov. 2019.

G1. **Veículos de comunicação formam parceria para dar transparência a dados de Covid-19**. G1, São Paulo, 8 jun. 2020. Política. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/06/08/veiculos-de-comunicacao-formam-parceria-para->

dar-transparencia-a-dados-de-covid-19.ghtml. Acesso em: 29 out. 2020.

KELLNER, Douglas. A cultura da mídia e o triunfo do espetáculo. **Revista Líbero**, v. 6, n. 11, p. 4-15, 2004.

KUNCZIC, Michael. **Conceitos de jornalismo: norte e sul**. São Paulo: Edusp, 2002.

MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. **Os novos conceitos de edição no jornalismo digital**. In: BARBOSA, Suzana; MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos. (Orgs.). *GJOL: 20 anos de percurso - textos fundadores e metodológicos*. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 75-93.

MACHADO, Elias; PALACIOS, Marcos. **Um modelo híbrido de pesquisa: a metodologia aplicada pelo GJOL**. In: BARBOSA, Suzana; MACHADO, Elias; PALÁCIOS, Marcos. (Orgs.). *GJOL: 20 anos de percurso - textos fundadores e metodológicos*. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 341-363.

MASTRELLA, Bruna. **Os discursos de legitimação do Jornalismo Guiado por Dados**. Dissertação. Brasília: UNB, 2019.

MIELNICZUK, Luciana. Sistematizando alguns conhecimentos sobre jornalismo na web. **XII Compós**. Recife, 2003. Disponível em: [http://www.compos.org.br/data/biblioteca\\_1000.PDF](http://www.compos.org.br/data/biblioteca_1000.PDF). Acesso em: 27 nov. 2020.

MORAES, Dênis de. O capital da mídia na lógica da globalização. **Ciber Legenda**, ano VI, v. 6, n. 11, 2001.

MOSCHETTA, Andressa; RASERA, Marcella. Jornalismo na implosão da convergência midiática. In: QUADROS, Claudia; CAETANO, Kati; LARANJEIRA, Álvaro (Orgs.). **Jornalismo e convergência: ensino e prática profissionais**. Covilhã: LabCom, 2011. p. 173-193.

PROBST, Gilbert; RAUB, Steffen; ROMHARADT, Kai. **Gestão do conhecimento: os elementos construtivos do sucesso**. Porto Alegre: Bookman, 2002.

RIBEIRO, Aleksandro *et al.* **Jornalismo de dados: conceitos, rotas e estrutura produtiva**. Curitiba: InterSaberes, 2018.

ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

SAFAROV, Igal; MEIJER, Albert; GRIMMELIKHUIJSEN, Stephan. Utilization of open government data: a systematic literature review of types, conditions, effects and users. In: **Information Polity**, 22 (1), p. 1-24, 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. **As notícias e os seus efeitos: as “teorias” do jornalismo e dos efeitos sociais dos media jornalísticos**. Coimbra: Minerva/Coimbra, 2000.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo: porque as notícias são como são**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.



## RETÓRICA DO OUTRO: AS REPRESENTAÇÕES DO SERTÃO E DO SERTANEJO NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Lêda Rodrigues Vieira

O Brasil é representado como um país múltiplo em culturas, costumes, tradições e, ao mesmo tempo de forma diversa e desigual em escritos produzidos por representantes do próprio país quanto por estrangeiros. A História nos ajuda a encontrar respostas a questões que buscam nos identificar/situar enquanto nação e povo: O que nos faz diferentes? O que somos? O que pensamos que somos? As respostas a esses questionamentos podem vir inicialmente das representações em relatos de viajantes franceses, espanhóis, holandeses e portugueses que no empreendimento de “descobertas e conquistas” de novos territórios além-mar entre os séculos XV e XVI, se deparavam com terras e povos diferentes da Europa, sendo representados de um lado como um paraíso edênico, habitável e agradável e, do outro, como o inferno na terra. Além disso, há produções literárias, historiográficas e sociológicas que procuraram construir versões sobre a identidade nacional, trazendo diferentes representações do litoral, do sertão, do “civilizado” urbano, do sertanejo, do outro.

A intelectualidade brasileira formaliza em suas produções discursivas a ideia de identidade nacional pautada na diferença com o outro – podendo ser estrangeiro (países americano e europeu) ou não (entre as regiões do país), (EUGÊNIO, 2011) sendo as dualidades sertão/litoral, civilizado/bárbaro, letrado/analfabeto, moderno/atrasado imagens predominantes no pensamento social

brasileiro. Com isso, para tratar dessas diferentes imagens construídas acerca do sertão e do sertanejo buscarei analisar as obras de intelectuais como Euclides da Cunha, com *Os Sertões*, Capistrano de Abreu, com *Capítulos de História Colonial*, Paulo Prado, com *Paulística* e Sérgio Buarque de Holanda, com *Monções* e *Caminhos e fronteiras*.

Os sertões foram representados pela literatura romântica e realista brasileira como em oposição ao litoral. Na perspectiva romântica, o sertanejo é retratado como símbolo da nação e, na realista como problema a ser resolvido com a aproximação da modernidade urbana. Assim, a perspectiva realista tem sido comumente retratada, tendo Euclides da Cunha com sua obra *Os Sertões* o maior expoente e “uma das matrizes do olhar sobre os sertões”, caracterizando o sertanejo como retrógrado e, defende a ideia de que o atraso social do sertão com relação ao litoral “poderia ser conciliada pela ação governamental, encarregada de trazer os espaços atrasados e incultos para a civilidade”. (OLIVEIRA, 1998, p. 6)

Com isso, Euclides da Cunha foi um dos intelectuais que solidificou a dualidade sertão/litoral com *Os Sertões*, obra publicada em 1902 e que se tornou clássico da literatura brasileira por apresentar a invenção do Brasil pautada na imagem de uma parte do país considerada desconhecida e atrasada (sertão) diferente do mundo moderno e civilizado (litoral). No entanto, numa perspectiva positivista expõe que o sertão pode se transformar por meio de medidas civilizadoras provenientes da vontade dos governos.

Já Capistrano de Abreu, pertencente a mesma geração de intelectuais de Euclides da Cunha, influenciado pelo darwinismo social e pelo cientificismo se esforçaria em reinterpretar a história do Brasil ao privilegiar não mais o Estado Imperial, mas o povo e sua

formação étnica. Em sua obra *Capítulos de História Colonial*, publicado em 1907, Capistrano adentra o sertão brasileiro e percebe o colonizador isolado, distante do litoral e, convivendo com os indígenas e a natureza. Assim, surge um novo personagem – o “novo povo brasileiro”, tendo o índio papel importante na formação brasileira.<sup>1</sup>

Na perspectiva de seu mestre Capistrano de Abreu, Paulo Paulo constrói seus juízos sobre a formação do povo brasileiro através de duas obras: *Paulística: história de São Paulo* (1925) e *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira* (1928). Outras produções da historiografia brasileira, principalmente a partir dos anos 1920 e 1930, preocuparam-se com a formação da nacionalidade voltando-se os olhos atrelada ao processo de modernização. Nessa linha discursiva podemos mencionar autores como Sergio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre e Oliveira Viana. Dentre esses autores, Sérgio Buarque de Holanda apresenta em suas obras o anônimo do sertão. Em *Monções*, obra publicada em 1945, Holanda valoriza o negro, o índio, o mameluco e apresenta o cotidiano das expedições fluviais que partiam de São Paulo rumo a Cuiabá com o objetivo de colonizar o interior da América Portuguesa. Já em *Caminhos e fronteiras*, obra publicada em 1957, retoma e sintetiza estudos publicados anteriormente, apresentando a história paulista no período colonial, principalmente a vida cotidiana e material.

---

<sup>1</sup> Acerca da trajetória biográfica e a produção historiográfica de Capistrano de Abreu, ver: REIS, José Carlos. Capistrano de Abreu (1907): o surgimento um povo novo: o povo brasileiro. **Revista de História**, n. 138, p. 63-82, 1998.

## Os “sertões” em Euclides da Cunha: oposição entre interior e litoral

Euclides da Cunha nasceu em 1866 no município de Cantagalo da Província do Rio de Janeiro, onde ingressou em 1886 no curso de engenharia da Escola Militar da Praia Vermelha. Em seguida, fez o curso da Escola Superior de Guerra, sendo, em 1892, promovido a 1.º Tenente da arma de Infantaria. Por ato de insubordinação, foi desligado da Escola Militar, em 1888 e, posteriormente, ingressou na Politécnica. Então, passou a escrever artigos nos jornais *Gazeta de Notícias* e na *Província de São Paulo*, este último jornal fundado em 1875 e apresentava uma política independente e de cautela quando se tratava de debater aspectos políticos e sociais, mesmo a maioria de seus fundadores apoiando as causas do Partido Republicano.

Com a Proclamação da República, Euclides reintegrou-se no Exército, concluiu o curso de Artilharia, completando os estudos na Escola de Guerra, saindo 1.º Tenente. Em 1893, dirigiu as obras de fortificação da Saúde contra os revoltosos de Canudos e três anos depois, deixou o Exército. No campo do jornalismo, Euclides publicou artigos no jornal *O Estado de São Paulo* intitulados *A nossa vendéia*, que revelavam a dimensão alcançada do movimento de Canudos, região da Bahia que por conta da força de arregimentação popular de Antonio Conselheiro provocou preocupações de setores econômicos, religiosos e políticos, acusando-o de monarquista. Além disso, Euclides com conhecimentos militares e de engenharia apresentava os diversos fracassos das estratégias e táticas das expedições do exército como, por exemplo, a falta de observação do espaço geográfico do ambiente sertanejo e, portanto, apontava que “somente de posse dessa observação seria possível

estabelecer o procedimento correto para vencer os sertanejos”. (ABREU, 1998, p. 118)

Ao ser enviado para os sertões baianos com o objetivo de informar os acontecimentos do movimento social de Canudos, Euclides reportou ao *Estado de São Paulo* os aspectos de uma terra/paisagem inóspita e desconhecida, além de expor um certo estranhamento com aquilo que acabava de conhecer. O que mais lhe causou espanto foi com a diferença preponderante entre o ambiente e a sociedade que conhecia e aquele meio com que se deparava. É a partir desse contato com um outro Brasil, diferente de tudo que conhecia, que passou a questionar a existência de uma unidade nacional e, ao mesmo tempo, duvidar da possibilidade da construção de uma nação que convive com diferenças marcantes entre suas regiões. (VIDAL E SOUZA, 2015, p. 95)

Em “*Os Sertões*” (1905), obra consagrada pela literatura e pelo pensamento social brasileiro, Euclides expõe o seu desconforto com a distância no espaço e no tempo que separa os dois Brasis – o “litoral” (conhecido) e o “sertão” (desconhecido e distante). Diante dessa oposição, Euclides sentia-se estrangeiro em seu próprio país – principalmente quando entra em contato com um ambiente desconhecido, ignoto, inóspito e, ao conhecer o homem rústico do interior. Diante dessas visões de sertão, Euclides mostra-se crítico de um Brasil que copiava traços culturais, políticos e sociais de outras civilizações e, que deixa a revelar um outro Brasil considerado pela sua autenticidade o cerne da nacionalidade brasileira.

Em *Os Sertões*, Euclides aproxima de uma retórica da diferença ao apresentar uma dicotomia de oposição entre sertão/litoral, barbárie/civilização e, também entre uma civilização supostamente artificial (de empréstimo) e outra autêntica. Essas oposições podem ser percebidas ao longo de sua narrativa, quando aponta

as diferenciações do meio mesológico sertanejo em contraposição com o litoral na primeira parte da obra. O sertão é considerado desconhecido, apresentando características específicas quanto ao tipo de solo – seco, sem umidade, estéril, queimado pelas secas e apresenta em boa parte do ano um clima hostil e instável. Contudo, acontecem transformações no ambiente do sertão, como em um paraíso ressurgido depois da tormenta a flora, o verde, as flores, a fauna.

O sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono. Depois tudo isto se acaba. Voltam os dias torturantes; a atmosfera asfixiadora; o empedramento do solo; a nudez da flora; e nas ocasiões em que os estios se ligam sem a intermitência das chuvas – o espasmo assombrador da seca. A natureza compraz-se em um jogo de antíteses. (CUNHA, 1905, p. 51)

É nesse ambiente cíclico, que se caracteriza em boa parte do tempo como hostil, de clima abrasador, marcado pela provação e pelo desafio que determina a formação de uma raça forte – o homem sertanejo. Assim, o homem sertanejo é caracterizado na obra *Os Sertões* como uma raça diferenciada por se fazer forte mesmo convivendo com uma paisagem difícil, hostil, diferente dos “mesquinhos neurastênicos do litoral”. Aqui, percebe-se uma oposição entre as raças – o homem do sertão e o homem do litoral, sendo aquele considerado o “cerne vigoroso da nossa nacionalidade” por se encontrar distante e esquecido pela civilização de empréstimo do litoral e, por ter conservado a “pureza cosmogônica” e a autenticidade nacional. Com isso, “o sertão é assim o lugar do

esquecimento, onde a brasilidade forjou-se protegida da degradação e estrangeirismo do litoral”. (OLIVEIRA, 2000, p. 49)

Ao invés da inversão extravagante que se observa nas cidades do litoral, onde funções altamente complexas se impõe a órgãos mal constituídos, comprimindo-os e atrofiando-os antes do pleno desenvolvimento – nos sertões a integridade orgânica do mestiço desponta inteiraça e robusta, imune de estranhas mesclas, capaz de evolver, diferenciando-se, acomodando-se a novos e mais altos destinos porque é a sólida base física do desenvolvimento moral ulterior. (CUNHA, 1905, p. 112)

Para João Kennedy Eugênio (2011), existe duas tradições referentes ao pensamento sobre a diferença nacional: o iberismo e o americanismo, os primeiros enaltecem as diferenças do país e constataam a singularidade brasileira, que podem ser divididos em reformadores (que criticam as soluções políticas liberais clássicas, são adeptos as ideias de Estado não-liberal e afeitos a programas que revelam um construtivismo político) e idealistas (que valorizam a formação ibérica da nação, não apresentam qualquer proposta de reforma na sociedade e na política, criticam a república, valorizam os traços culturais da sociedade etc.). Já os americanistas deploram o legado ibérico da sociedade brasileira, enfatizam a política parlamentar e são defensores de uma modernização política, social e cultural. Os americanistas são divididos entre dois tipos conceituais: os reformadores que criticam a herança ibérica, são adeptos à modernização, à industrialização e à educação, além de

defenderem a reforma agrária e, os conservadores que não se entusiasмам com qualquer reforma profunda da sociedade.

Nestes tipos tradicionais do pensamento intelectual brasileiro sobre a retórica da diferença, Euclides se aproxima em certos momentos com os iberistas idealistas quando constrói uma ideia de raça histórica sendo formada através de um futuro remoto, “se o permitir dilatado tempo de vida nacional autônoma”. Contudo, aconteceu o contrário, pois ocorreu uma “inversão da ordem natural dos fatos” por estarmos “condenados à civilização”.

Esse aspecto determinista de condenar o sertão à civilização, traduz a preocupação do intelectual em buscar uma alternativa para a nacionalidade por meio da unificação dos ritmos civilizatórios entre sertão e litoral. Para esse fim, defendia a necessidade de uma ação enérgica por parte do mundo civilizado em reduzir as diferenças entre esses dois brasis e, o movimento de Canudos traduz essa necessidade de civilizar rapidamente aquele espaço esquecido do país. Assim, o sertão considerado “retrógrado” e “bárbaro” precisava ser extinto, através da força, da luta sem trégua, para permitir a entrada do mundo civilizado – com sua política irreal, dita republicana e de direito.

### **Os sertões em Capistrano de Abreu: conquista do território e formação social do sertanejo**

A historiografia brasileira é marcada por grandes intelectuais que retrataram a história do Brasil sob o olhar direcionado ao sertão. Um desses intelectuais que terá uma formação autodidata foi Capistrano de Abreu, que nasceu em Maranguape, Ceará, em 1853 numa casa modesta situada em um sítio que seu pai herdou de seu avô. Nesse sítio, Capistrano vivia “uma vida isolada, rotineira,

silenciosa, ritmada pela natureza, pelo trabalho e pelas rezas” (CAMARA, 1969 apud REIS, 1998, p. 64), sendo alfabetizado e, posteriormente foi a Fortaleza onde estudou no Colégio “Ateneu Cearense”, e no Seminário. No Rio de Janeiro, Capistrano irá trabalhar na Livraria Garnier, no Colégio Aquino, escreveu artigos em jornais e passou em um concurso da Biblioteca Nacional, onde obterá estabilidade.

Em sua obra *Capítulos de história colonial*, publicada em 1907, Capistrano de Abreu reservou um capítulo intitulado “O sertão” no qual procurou analisar e fazer um esboço de história econômico-social-geográfica-cultural da conquista do Brasil, do seu interior, pelos brasileiros. O autor reconhece o processo de povoamento do interior no período colonial brasileiro como marco fundante de projeção sobre o lugar conhecido como não litoral considerado desconhecido, ignoto e selvagem. Esse processo tem início com o estabelecimento de São Vicente, ocorrida com a vitória sem combate com o nativo. Desse avanço inicial ocorre o desenvolvimento de São Paulo e, o aparecimento de uma nova gente – os paulistas, que implementaram e investiram na conquista dos nativos rumo aos sertões.

Com a primeira iniciativa dos aventureiros paulistas rumo ao interior do Brasil, passavam a percorrer os longos caminhos, sempre enfrentando dificuldades da natureza, “domando as asperezas da serra, rompendo as massas de vegetação, arrastando hostilidades dos habitantes, pediria esforços quase sobrehumanos” (ABREU, 1998, p. 108). Os sertões apresentava uma natureza hostil, mesmo com as asperezas da natureza, o meio mostrou-se o agente “evaporador” das bandeiras paulistas – “homens empregados em prender e escravizar o gentio indígena”, que souberam aperfeiçoar a conquista através da habilidade de conhecer os

hábitos e costumes do nativo, de construir canoas para enfrentar os rios e facilitar o transporte de mantimentos e escravos nos longos caminhos, caçavam e pescavam de acordo com as necessidades de sobrevivência nos sertões.

Os bandeirantes paulistas buscavam com a investida ao interior à caça do nativo para escravizá-lo. Para tanto, Capistrano afirma que os bandeirantes tiveram que realizar guerras entre tribos inimigas para escravizar os vencidos e, sobretudo implementaram “salteios” nas reduções jesuíticas que mantinham sob suas guardas uma grande quantidade de nativo para a catequese. Os índios quando capturados eram empregados para transportar mantimentos nas costas como carne de vaca, porco e sal, além de serem enviados para trabalharem nas fazendas dos administradores. Diz Capistrano de Abreu (1998, p. 112) que “esses índios, devidamente amestrados, serviam também para as conquistas de outros; eram o grosso das forças dos bandeirantes, cujo papel se limitava ao de oficiais”.

Os caminhos percorridos pelos bandeirantes podiam ser por água ou por terra, em canoas improvisadas nos grandiosos cursos dos rios ou a pé nos caminhos construídos pelos nativos. Dessas entradas, muitos bandeirantes resolveram estabelecer fazenda, passando “de bandeirantes, isto é, despovoadores, passaram a conquistadores, formando estabelecimentos fixos”. (ABREU, 1998, p. 114) Muitos deles objetivaram a mineração, a procura incessante de riquezas nas matas, principalmente a prata e o ouro.

Capistrano afirma que nos primeiros momentos do período colonial a economia era naturalista baseada nas fazendas de cana-de-açúcar, nas roças de fumo, sendo essa agricultura realizada próximo às regiões litorâneas, devido a isso muitos cronistas queixavam-se de “andarem os contemporâneos arranhando a areia das

costas como caranguejos, em vez de atirarem-se ao interior”. (ABREU, 1998, p. 132) Para Capistrano, aos paulistas seria mais fácil adentrar pelo interior devido a atração que tinham pela caça humana – do nativo e, na Amazônia pela facilidade de transporte pelos grandes cursos dos rios.

Já com relação as zonas interioranas a solução econômica encontrada foi a criação do gado vacum, atividade essencial e propícia a um solo ingrato ao cultivo de cana-de-açúcar, pela pouca mão-de-obra empregada e, principalmente pelo pequeno capital investido. Esses fatores aliados a uma gente forte facilitaram o avanço da criação pastoril em diversas regiões, principalmente nos sertões da Bahia e Pernambuco, próximo às margens do rio São Francisco. É nesse avanço do gado que “novas passagens e novos caminhos iam sendo trilhados” pelos sertanejos paulistas. (ABREU, 1998, p. 134)

A vida dos primeiros ocupadores do sertão era baseada exclusivamente do uso econômico da criação do gado, muitos dos sertanejos no período de conquista de novas terras “passaram vida bem apertada”, sendo o único meio alimentar de sobrevivência a abundância de “carne e leite”, além de farinha, milho e frutas silvestres. Nessa época, da criação bovina se aproveitavam tudo no cotidiano dos sertanejos, pois

De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforje para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material

de aterro era levado em couros puxados por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para nariz. (ABREU, 1998, p. 135)

Ao retratar a importância da criação do gado, Capistrano relata como se dava a organização das fazendas de gado e a atividade do vaqueiro. Ao vaqueiro era entregue a atividade diária de cuidar do gado, sua tarefa era de:

[...] amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros. (ABREU, 1998, p. 135)

O título de vaqueiro era considerado honorífico entre os sertanejos e, ao mesmo tempo, representaria uma alternativa de ascensão social. Para Capistrano, depois das dificuldades iniciais da conquista do território – mata selvagem, falta de alimentação, escassez de água, dificuldade de transporte nos sertões, alguns sertanejos resolvem se fixar na terra, estabelecendo fazendas de gado com o apoio da família e, conseqüentemente ocasionou a melhora na qualidade de vida.

As regiões de Pernambuco e Bahia ficaram conhecidas, respectivamente de sertões de fora e sertões de dentro. Nessas regiões ocorreu o avanço da criação de gado e, também foram onde por “muito tempo viveu esta gente entregue a si mesma, sem figura de ordem nem de organização”. (ABREU, 1998, p. 138) Com a criação das freguesias no sertão, estabelecem a Igreja Católica e, ao

sertanejo passa a ser cobrado o dízimo da fé. Outras instituições são implantadas, principalmente as judiciárias cujo objetivo era organizar a vida social ao promover a manutenção do controle legal e policial nas paragens sertanejas.

A vida sertaneja era marcada por regulamentos de conduta social expressos em valores locais, o que reinava entre eles era o

Respeito natural pela propriedade; ladrão era e ainda é hoje o mais afrontoso dos epítetos, a vida humana não inspirava o mesmo acatamento. Questões de terra, melindres de família, uma descortesia mesmo involuntária, coisas às vezes de insignificância inapreciável desfechavam em sangue. (ABREU, 1998, p. 139)

O sertão, portanto, é caracterizado em Capistrano de Abreu como uma conquista que ocorreu desde os primeiros momentos de colonização do território, quando os bandeirantes paulistas por iniciativa particular se embrenharam pelo interior a procura de caça humana (aborígene) e de metais preciosos (ouro e prata). Desse primeiro avanço, um novo tipo de raça se forma – o sertanejo, que da pecuária, atividade econômica principal, vai tirar o sustento diário e os diversos utensílios usados no cotidiano (roupas, couro que reveste a cama, alimento etc.) o vaqueiro torna-se título honorífico e de ascensão social e, além disso, o sertanejo começa a se fixar nas fazendas de gado quando ocorre uma melhoria nas condições de vida.

## **Paulo Prado, o surgimento de uma raça: os paulistas**

No início da colonização brasileira, a Coroa portuguesa preocupou-se em conquistar o novo território por meio do povoamento. Para isso, enviou Martin Afonso com o objetivo de expulsar os franceses, fortificar os portos e explorar a terra desde São Vicente até rio da Prata. Nessa empreitada, o acompanhavam quatrocentos homens preocupados em penetrar o interior com o espírito ambicioso e exaltado da procura de riquezas – o ouro e a prata.

Paulo Prado aponta que nessa época os caminhos mais trilhados foram os caminhos indígenas, perigosos devido a ameaça do índio selvagem. O Caminho do Mar foi outro muito utilizado e os colonos sofriam muitas dificuldades nesses caminhos rumo aos sertões – serras altas, rios caudalosos, matas fechadas, etc. Essas dificuldades naturais provocaram durante séculos o isolamento da capitania da estreita faixa litorânea, ou seja, “do contato pela navegação com o mundo civilizado”. (PRADO, 2004, p. 71)

Esse isolamento, para Prado foi fundamental para a formação do caráter e tipo específico do paulista, pois se conservaram afastados da influência do litoral que vivia em contato com a metrópole e, essa influência aumentava com a introdução dos representantes do governo metropolitano – desembargadores, ouvidores-gerais, provedores-mores, familiares de Santo Ofício, frades Capuchos, Carmelitas e Beneditinos.

O Caminho do Mar foi importante para a construção individualista de São Paulo – seu caráter isolador aperfeiçoou o tipo específico do paulista. Os primeiros indivíduos que colonizaram essa região foram constituídos pelos portugueses caracterizados como “fragreiro, abastêmio, de imaginação ardente”, “têmpera era rija, o coração duro”, dependia de “força individual”, caráter

perverso, muitos deles eram degredados – criminosos, perturbadores, etc. Do cruzamento dessa gente com o índio de sentido apurado e capacidade de observar a natureza, eram indolentes, capazes de grandes esforços, taciturnos e, ao mesmo tempo viviam perambulando como nômades em “longas viagens, ignorando o prazo de ausência e até de onde ira”, diz Paulo Prado surgiu uma gente nova o mameluco.

Para isso, o meio áspero e desconhecido, uma natureza hostil e diversificada, de clima oscilante, mostrou-se propício para o surgimento dessa raça nova e forte – os paulistas, devido a esse isolamento natural da influência metropolitana que essa raça específica permaneceu pura, autônoma e independente. (PRADO, 2004, p. 78)

Para Prado, a região de São Paulo diferente das dependências do norte e da Bahia que viviam como fazenda de Portugal na América, se constituiu um agrupamento isolado e longínquo e, ao mesmo tempo mantendo-se distante das ordens da Metrópole:

[...] os paulistas viviam a sua própria vida em que a iniciativa particular desprezava as ordens e instruções de além-mar para só atender aos seus interesses imediatos e à ânsia de liberdade e ambição de riquezas que as atraíam para os desertos sem leis e sem peias. (PRADO, 2004, p. 87)

Os paulistas, como raça específica tornou-se essencial para a expansão geográfica do território brasileiro, pois “caçador de índios, despovoador ou povoador de sertões, pioneiro de ouro e pedras preciosas, soldado pacificador de gentio inimigo – a Natureza

e o acordo da sua formação racial o criaram admiravelmente para as suas sucessivas transformações”. (PRADO, 2004, p. 88)

As bandeiras foram implementadas com objetivo de fornecer mão-de-obra para as fazendas de cana-de-açúcar e, ao mesmo tempo proteção, defesa e sustento do colono. A ideia era a caça ao índio para escravizá-lo e, para isso inúmeras expedições de resgate rumaram aos sertões ignotos tornando-se, segundo Paulo Prado, talvez “a página negra da história das bandeiras”, pois esses bandeirantes atacavam os índios “munidos de armas de fogo, protegidos pelas célebres couraças de couro”, enquanto o selvagem “se defendia com arco e flecha”, assim foi uma luta desigual entre uma “raça forte e conquistadora, exterminando e escravizando o gentio imbele e mal armado”. (PRADO, 2004, p. 140)

Segundo Paulo Prado, existiam dois tipos de bandeiras: as bandeiras de caça ao índio e a de conquista de novas terras para a coroa portuguesa. Essas bandeiras percorriam os sertões ignotos e longínquos por diversos caminhos – marítimos e terrestres. Muitas vezes os bandeirantes improvisavam canoas para enfrentarem os rios, caminhavam a pé pelas matas fechadas sofrendo inúmeras privações e dificuldades, desde a fome, a sede, as asperezas das serras, matas, o clima hostil, o índio rebelde. Contudo, mesmo o sertão mostrando-se hostil, perigoso, com obstáculos a cada caminhar pela “terra inóspita e grande” aos bandeirantes, esses traços revelam a “verdadeira grandeza do bandeirante, fosse ele caçador de índios, guerrilheiro do gentio revoltado, ou buscador de ouro”, pois isso aperfeiçoou o surgimento de uma raça heroica – o bandeirante de São Paulo.

Para Prado, não foi só da caça ao nativo que os bandeirantes enfrentavam as asperezas do meio, dos sertões longínquo e grande, uma ambição os moviam para mais longe – a preocupação

era “viver livre” e dominar, alcançar o maravilhoso Dourado, as pedras preciosas (ouro e prata). O imaginário das grandes riquezas minerais a realidade dura que se mostrava aos bandeirantes no início da colonização, pois a terra mostrava-se áspera, sem organização e auxílio e, ocupada por franceses. As preocupações iniciais dos primeiros conquistadores eram a luta inútil contra os invasores estrangeiros. A luta era inútil porque era necessário implementar o povoamento da colônia para assegurar o domínio e a conquista do território.

Aos primeiros colonos designados para a empresa colonizadora tiveram que enfrentar uma “dura realidade” de uma natureza hostil “abafado pela mata virgem, picado por insetos, envenenado por ofídios, exposto às feras, ameaçado pelos índios, indefeso contra os piratas”. O bandeirante paulista enfrentava os sertões atrás da prata e do ouro que por longos anos significaram apenas ilusão e, também pela caça humana – o aborígene. Contudo, para implementar a conquista do ouro tão almejado era “necessário viver e trabalhar a terra para o sustento diário”, através da “caça, pesca e frutas, que eram a base da sua alimentação”. (PRADO, 1997, p. 101)

Nesse período a economia, segundo Prado era naturalista baseado na agricultura de gêneros como açúcar, fumo e, a movimentação dos produtos se fazia lentamente por meio do pagamento pelo sal, ferramentas e fazendas. A cultura da cana-de-açúcar cresceu rapidamente primeiro em São Vicente e Pernambuco depois na Bahia. Contudo, a pecuária foi a economia que mais influência teve para os sertanejos, pois facilitou a conquista e o povoamento do território e, ao mesmo tempo com o seu desenvolvimento acabou fornecendo as condições propícias para que os paulistas implementassem a procura das minas.

Com isso, as expedições bandeirantes levando o gado sertão adentro implantaram currais e, na penetração enfrentaram inúmeras dificuldades, “desde a seca e o índio inimigo até a falta de alimentos, como a farinha e o milho”, era a época conhecida por Capistrano de “época do couro”. Nos sertões do Norte, a missão dos paulistas era ligada a indústria pastoril, pois muitos foram contratados pelos governadores para guerrear contra o gentil rebelde e ameaçador e, desse avanço rumo aos sertões longínquos muitos resolveram fixar fazendas de gado.

Mesmo com as plantações de cana-de-açúcar e o pastoril, o Brasil buscou mesmo as promessas de um país de grandes riquezas minerais – o ouro e a prata tornam-se elementos almejados pelos homens dessa época e, os sertões o caminho a ser percorrido e lugar onde esconde essas riquezas, a esperança de enriquecimento rápido e a concretude de uma ambição – ouro, ouro, ouro. Assim, o sertão torna-se o lugar do desconhecido, onde “ainda vive hoje, inexplorado, guardando em seu arcano, para o escoteiro, a esperança de todas as possibilidades”. O sertão, para Prado, “será a história dos catadores, faiscadores e lavageiros do ouro, da prata e das pedrarias. Atrás dessa ambição correm as bandeiras por toda a vastidão da terra desconhecida”. (PRADO, 1997, p. 106)

O sertão, portanto, é lugar onde as esperanças de enriquecimento rápido se encontram, mesmo com as adversidades da natureza. É, também o lugar do nativo e das invasões de outros povos, principalmente franceses e holandeses. Lugar de uma “ambição diabólica”, dinamizado por uma raça, “um novo tipo étnico” com a ideia fixa de riqueza, do ouro.

Paulo Prado revela que o tipo específico do bandeirante paulista representa uma entidade histórica que forneceu a história do

Brasil uma feição específica devido alguns fatores que os constituem:

[...] Ânsia de independência levada até o motim e a revolta, excessos e bruteza de homens de engenho rude, escrúpulos exíguos, fortaleza física apurada pela endogamia e seleção num meio propício, ambição do mando que o isolamento da montanha desenvolvia, ganância de riqueza rápida a que não era estranha a influência semítica dos cristãos-novos de São Vicente e Piratininga, ausência de elementos alienígenas, conseqüente predominância dos fatores indígenas na cruza e no pessoal das expedições do sertão. (PRADO, 1997, p. 108)

O bandeirante paulista devido seu individualismo e iniciativa particular foram decisivos no processo de integração do território nacional, pois se diferenciava das expedições oficiais por não terem apoio da Coroa Portuguesa para se embrenharem pelos sertões, cenário “hostil e isondável”, sendo uma de suas façanhas “a luta contra a natureza de que fazia parte o índio indefeso mas fugidio, invisível e envolvente” e, ao mesmo tempo a capacidade desses homens enfrentarem as adversidades do meio, das matas, caçando, pescando e seguindo caminhos em canoas nos grandes cursos dos rios ou a pé nas veredas indígenas.

A bandeira representava uma empresa concebida e organizada para a exploração de negócio – a escravização do nativo e/ou a mineração apontada em seu início como uma ilusão que ficou no imaginário da busca de riquezas (ouro e prata), que se defendia através dos obstáculos da natureza – as matas fechadas, o índio

rebelde, o clima hostil, resistência natural que não esmoreceram a paixão e ambição dos primeiros aventureiros pela mina, pois “ao bandeirante em geral bastavam a sua resistência física e a teimosia insistente e impulsiva que o empurrava sempre para longe”.

### **Os sertões em Sérgio Buarque de Holanda: *Monções e Caminhos de Fronteiras***

A trajetória intelectual de Sergio Buarque de Holanda foi de jornalista e crítico literário e, depois se dedicou a pesquisa e docência em História. Nasceu em São Paulo, em 1902. Em 1925, formou-se em Ciências jurídicas e sociais pela Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com o apoio incondicional da esposa, Maria Amélia, Sérgio Buarque de Holanda pode se dedicar integralmente as pesquisas, as leituras e a produção intelectual, surgindo no cenário intelectual modernista, atuando como crítico literário e produtor de ensaios. (SALLUM JR. In MOTA, 1999)

Ao apresentar uma posição crítica ao modelo literário mimético da intelectualidade brasileira, Sergio Buarque de Holanda acabou por abandonar o grupo modernista e passou a atuar como correspondente de jornal na Alemanha, onde se envolveu com a vida boemia e intelectual. Nessa passagem pela Europa manteve contato com a sociologia de Max Weber e a filosofia de Nietzsche, influenciando significativamente sua produção de interpretação do Brasil. Como historiador foi considerado um intelectual renomado, onde lecionou a cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo (USP) e publicou diversas obras de interpretação do Brasil consagradas pela historiografia como

*Raízes do Brasil* (1936), *Monções* (1945), *Caminhos e Fronteiras* (1956), *Visão do paraíso* (1959) etc.

A produção interpretativa do Brasil de Sergio Buarque de Holanda é marcada pelo reconhecimento do ensaio *Raízes do Brasil* (1936) e, por sua obra preferida, *Visão do Paraíso* (1959). No entanto, duas obras merecem maior atenção por parte dos pesquisadores, *Monções* (1945) e *Caminhos e Fronteiras* (1956), por representarem a efetivação da prática do historiador envolvido com a pesquisa sistemática em fontes primárias e a interdisciplinaridade ao dialogar com a Antropologia, sobretudo acerca da análise cultural. Para a historiadora Laura de Mello e Souza (1995),

No plano o mais genérico possível, o objeto de *Monções* e *Caminhos e Fronteiras* é a história dos paulistas antigos: populações mamelucas que viviam a cavaleiro de duas culturas, equilibrando-se na tensão entre mobilidade - o caminho, a penetração fluvial (monção) - e sedentarização - a fronteira, onde tradições de natureza diversa se combinavam, produzindo técnicas, costumes, atitudes, artefatos. Do ponto de vista metodológico, o autor busca compreender, em toda a sua complexidade, o mecanismo das trocas, sínteses e soluções culturais. Não se trata de constatar difusão de traços, mas de perceber que a forma assumida por tais traços foi definida pela situação histórica: esta é, afinal, a prova dos nove de todo o processo. Por fim, no plano mais circunscrito, a análise incide sobre a vida material - viés de que parte a compreensão mais funda, restabelecendo-se, assim, o percurso de volta do particular ao geral.

Em *Monções*, Sergio Buarque de Holanda concentrou bastante atenção, realizou viagens, visitou arquivos e acumulou documentos sobre o tema da expansão paulista ocorrida principalmente no século XVIII através de expedições fluviais e tem como protagonista o anônimo do sertão, valorizando o negro, o índio e o mameluco. No entanto, descreve um sertão com paragens instáveis, inóspitos e ignorados, onde os colonos portugueses buscavam o braço indígena e, para isso, se adaptaram “a condição específica do ambiente americano”, “com a consistência do couro, não a do ferro ou do bronze, dobrando-se, ajustando-se, amoldando-se a todas as asperezas do meio” e, tendo como guia o próprio índio.

Os colonos portugueses abandonaram as comodidades do mundo civilizado e adentraram pelo sertão por caminhos estreitos e rudimentares abertos pelos índios, resistindo a fome, a sede e ao cansaço. Nesse sentido, Sergio Buarque de Holanda destacará nessa obra o percurso dos colonos por caminhos fluviais, a simplicidade e a rusticidade, a nova dieta alimentar a base de milho e toucinho, o primeiro pelo fácil transporte de suas sementes e o segundo pela boa conservação.

Ao ser tributário da obra anterior, “*Caminhos e Fronteiras*”, editado em 1956, Sérgio Buarque de Holanda (1994) passeia por diversas fontes documentais e registros de viajantes na perspectiva de contar em três capítulos subdivididos em pequenos outros capítulos a história das entradas e bandeiras dos séculos XVI e XVII, principalmente acerca da cultura material dos primeiros colonos portugueses que se instalaram no planalto Piratininga aprenderam e aperfeiçoaram a conquista do interior brasileiro, absorvendo os modos e padrões de vida dos indígenas que se encontravam nessa região.

Diante disso, Sergio Buarque revela que foi a partir desse contato com a cultura, costumes e modos de vida dos nativos que se originou uma cultura tipicamente paulista, uma nova civilização construída pelo abandono da forma de vida e pensar da Europa, incorporando os modos de ser daqueles considerados subalternos e inferiores aos olhos dos europeus – o indígena. Para isso, o livro divide-se em três grandes capítulos, o primeiro “Índios e mamelucos”, nos remete a influência e a miscigenação e, suas subdivisões tratam da forma como se deu a integração dessa população com o sertão e como essa só foi possível a partir das técnicas de sobrevivência e locomoção aprendidas com os índios.

Neste capítulo, Sergio Buarque aponta os traços e culturas típicas das populações indígenas que o colono precisou conhecer e aperfeiçoar para manter sua sobrevivência no interior como, por exemplo, os utensílios de caça e pesca, as maneiras de marcação dos caminhos com corte nas árvores, o uso dos arcos e flechas substituindo as armas de fogo, o uso dos caminhos já existentes dos indígenas, principalmente percorridos a pé. Além disso, Holanda retrata em subtítulos a forma como os índios obtinham o mel, alimento de primordial importância para a sobrevivência do colono, os tipos de remédio extraídos da natureza, os alimentos “exóticos” dos índios que o colono soube cultivar no seu cotidiano, a relação com o “negro da terra”, o índio, fator de sobrevivência que marcou o processo de ocidentalização do território colonial que se deu a partir de São Paulo.

Holanda analisa também o impacto das descobertas do ouro para os bandeirantes, que passam a deslocar uma grande quantidade de homens ávidos pelo enriquecimento rápido, trazendo consigo suas mulheres e filhos, ocasionando um grande impacto na cultura local e, principalmente na formação de uma outra

mentalidade, capitalista e comercial, transformando o paulista individualista, aventureiro, autônomo e independente por um homem preocupado com o comércio e a obtenção de lucros.

Na segunda parte, “Técnicas Rurais”, Holanda traça as características técnicas da agricultura, ao tipo de aproveitamento dado aos alimentos na região de São Paulo e como essas técnicas foram absorvidas e transformadas pela cultura local. O milho, alimento preferido pela culinária paulista, os fornos (Catalão), o tipo de pilão (serve para socar o milho), a pouca utilização do arado, dentre outras observações.

Na terceira e última parte do livro, “O Fio e a Teia”, Holanda discute a introdução do plantio e manufatura do algodão na região paulista no período colonial. As origens e técnicas trazidas de Portugal, a introdução destas pelos jesuítas nas missões. Como estas foram adaptadas a realidade colonial e como se tornou, nos primeiros anos, um trabalho feito essencialmente por índios catequizados. A relação dos nativos com o trabalho, seu desinteresse e o desinteresse da própria população que herdara da Metrópole a representação invergonhante do trabalho manual. Os tipos de fiação, a evolução do descaroçador de algodão e, como isso propiciou um aumento na produção de tecido. A tecelagem como uma forma tipicamente caseira. A produção de redes e a importância que, pela sua praticidade, esta teve para uma população que estava permanentemente em movimento. Como essa foi absorvido pelos colonos e converteu-se em utensílio padrão dentro do cotidiano da população do Planalto.

Diante disso, em *Caminhos e Fronteiras*, Sergio Buarque de Holanda trás o sertão como um solo evaporador dos bandeirantes paulista, que souberam sobreviver as diversas adversidades do meio natural através do conhecimento das técnicas indígenas, que

aperfeiçoaram os modos e costumes da cultura nativa como os típicos armamentos – arco e flecha, os alimentos (mel, frutas, etc.), as canoas e, sobretudo os caminhos construídos pelos índios nas matas selvagens. O sertão, transforma-se em um lugar propício para a conquista do paulista, quando este descobre as formas de se adaptar e conviver com as adversidades da natureza e as formas de viver dos nativos.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Capistrano. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998.

ABREU, Regina. **O enigma de Os Sertões**. Rio de Janeiro: Fuenarte/Rocco, 1998.

CUNHA, Euclides da. **Canudos e outros temas**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 2003.

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões**. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1905.

EUGÊNIO, João Kennedy. A Retórica da Diferença: as formas do discurso de interpretação do Brasil. **Revista Desenredos**, ano 2, n. 11, Teresina, out./ nov./ dez. 2011.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Caminhos e Fronteiras**. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Monções e Capítulos de expansão paulista**. São Paulo: Editora Schwarcz S.A, 2014.

OLIVEIRA, Ricardo. Ficção, ciência, história e a invenção da Brasi-  
lidade Sertaneja. **Ipotesi**, *Revista de estudos literários*. Juiz de Fora,  
v. 4, n.1, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A conquista do espaço: sertão e fronteira  
no pensamento brasileiro. *Hist. cienc. Saúde-Manguinhos* [on-  
line]. 1998, v. 5, supl., p.195-215. Disponível em: [http://biblioteca-  
digital.fgv.br/dspace/handle/10438/6648](http://biblioteca-<br/>digital.fgv.br/dspace/handle/10438/6648)

PRADO, Paulo. **Paulística**. São Paulo: Companhia das Letras,  
2004.

PRADO, Paulo. **Retrato do Brasil**: ensaio sobre a tristeza brasileira.  
São Paulo: Companhia das Letras. 1997.

REIS, José Carlos. Capistrano de Abreu (1907): o surgimento de um  
povo novo: o povo brasileiro. **Revista de História**, n. 138, p. 63-82,  
1998.

SOUZA, Laura de Mello e. Sérgio Buarque de Holanda entre a his-  
tória e a sociologia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 abr. 1995.

SALLUM Jr., Brasília. Sérgio Buarque de Holanda. In: MOTA,  
Lourenço Dantas (Org.). **Um Banquete no Trópico**. São Paulo: Edi-  
tora SENAC, 1999, p. 235-256.

VIDAL E SOUZA, Candice. **A pátria geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. 2 ed. Goiânia: Editora UFG, 2015.



## MODERNIDADE, MODERNIZAÇÃO E TRADIÇÃO NO CONTEXTO SOCIAL-MIDIÁTICO DE UMA COMUNIDADE RURAL DO SERTÃO DO PIAUÍ

Lívia Moreira Barroso

### Introdução

Este artigo é resultado de diversas inquietações a respeito das transformações que o mundo rural vem passando nos últimos anos, sobretudo, nos contextos do social e do midiático. O interesse em escrever o presente texto parte da observação das diversas rupturas e transformações que a comunidade rural de Pau d'Arco<sup>1</sup>, localizada no sertão do Piauí, está submetida ao longo da última década, mas também das permanências que o tempo não deu conta de transformar. Falar do rural, e porque não, dos rurais dados a ver na comunidade, é observar que não existe uma conceituação que dê conta de enquadrar as experiências vividas e

---

<sup>1</sup> A comunidade rural de Pau d'Arco faz parte da zona rural do município piauiense de Wall Ferraz, que está localizado a uma distância de 327 km da capital Teresina, a 90 km da cidade de Picos e aproximadamente 70 km de Oeiras. A cidade se encontra na região centro-sul do Estado e todo o município tem uma área de aproximadamente 280 quilômetros quadrados. Faz fronteira com os municípios de Santa Cruz do Piauí, Oeiras e Santo Inácio do Piauí, sendo ligada a estes pela PI 242, que também dá acesso à BR 230 em direção à capital do estado. A sua população é de 4.280 habitantes, sendo que 3.114 (73%) moram na área rural do município, de acordo com dados do último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) realizado no ano de 2010. A população de Pau d'Arco (informação colhida em janeiro de 2022) é de 89 habitantes que vivem em 23 residências.

externadas em Pau d'Arco. Seria Pau d'Arco uma comunidade rural "tradicional", ou "quase moderna", "em vias de desenvolvimento"? Não se sabe se é possível responder, pois, ela escapa das conceituações muito definidas.

Sendo assim, percebemos que as comunidades rurais do nordeste brasileiro foram durante toda a sua história - e têm sido até os dias atuais - localizadas, em sua grande maioria, em lugares remotos, de difícil acesso, seja no sentido da locomoção (transportes) ou do acesso às tecnologias. Em Pau d'Arco não é diferente. Mas, o que vem ocorrendo na comunidade nos últimos dez anos, recorte desta pesquisa, pode ser entendido como o início de um processo de modernização, sobretudo, a partir da chegada de alguns elementos tidos como modernos: a eletricidade, a mecanização da mão de obra de algumas atividades, os meios de comunicação eletrônicos e entre outros.

Nesse sentido, o artigo tem por objetivo principal discutir o processo de modernização Pau d'Arco com uma discussão teórica que passa pelos estudos latino-americanos, ou seja, nossa discussão aqui é centrada em um espaço territorial definido. A pesquisa se desenvolve através do estudo bibliográfico para a compreensão conceitual de modernidade e modernização, e é complementada pela observação participante da comunidade e de levantamentos socioeconômicos e midiáticos realizados em 2018 e atualizados em janeiro de 2022.

## **Modernidade e modernização na América Latina e em Pau d'Arco**

Pensar a modernidade na América Latina é compreender que os acontecimentos ocorridos no continente não condizem

necessariamente com os vividos em outros lugares, como a Europa, por exemplo, tanto no sentido temporal quanto no que diz respeito à própria noção dos ideais do que foi o período moderno no velho mundo. Para Canclini (2001, p. 67), a modernidade experienciada pela América Latina é resumida pela ideia de que aqui se teve um “modernismo exuberante”, enquanto que o processo de modernização em si foi deficiente.

A primeira questão determinante em nosso contexto histórico se refere à própria colonização; tivemos um processo de dominação territorial e cultural por nações que, no cenário europeu, já não acompanhavam o processo modernizador do continente em sua completude. Portugal e Espanha eram tidas como nações atrasadas quando comparadas a França e Inglaterra, por exemplo, que viviam movimentos antimodernos (como a Contra Reforma), e foi apenas nos anos pós independência (séc. XIX) que o Brasil vai viver as “ondas de modernização”.

Os primeiros sinais de um modernismo latino-americano tiveram início no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX. Os intelectuais formados na Europa, as ideias progressistas no campo da política, alguns investimentos na educação com o intuito de diminuir o número de iletrados são os indícios da tentativa de modernização nos países da América Latina. Posteriormente, já nas primeiras décadas do século XX até os anos de 1940, as tais “ondas de modernização” foram evidenciadas através da expansão do capitalismo, da imprensa, da instalação de emissoras de rádio e o aumento do número de centros urbano.

Para Canclini, todos esses movimentos de modernização da América Latina não foram suficientes para “cumprir as operações da modernidade europeia”. Não existiu um desenvolvimento suficiente para haver uma democratização cultural, pois o elevado

número de iletrados continuou sem acesso à produção de bens culturais. É nesse contexto que autor (2001, p. 68), aponta a necessidade de comparações entre os índices europeus e latino-americanos.

[...] Na França, o índice de alfabetização, que era de 30% no Antigo Regime, sobe para 90% em 1890. Os 500 jornais publicados em Paris em 1860 se convertem em 2000 em 1890. A Inglaterra, no início do século XX, tinha 97% de alfabetizados; o *Daily Telegraph* duplicou seus exemplares entre 1860 e 1890, chegando a 300 000; *Alice no País das Maravilhas* vendeu 150 000 cópias entre 1865 e 1898. Cria-se, deste modo, um duplo espaço cultural. De um lado, o de circulação restrita, com ocasionais vendas numerosas, como a do romance de Lewis Carrol, espaço em que se desenvolvem a literatura e as artes; de outro, o circuito de ampla difusão, protagonizado nas primeiras décadas do século XX pelos jornais, que iniciam a formação de públicos maciços para consumo de textos.

Observando os dados dos países europeus, é possível concluir que um dos indicadores de acesso aos bens culturais produzidos no período moderno era o letramento, havendo, nesses países, uma distinção clara entre a cultura artística (de valorização do profissional e de sua obra) e o mercado massivo. Esse letramento, no entanto, e o maior acesso à literatura e/ou aos jornais não implicava necessariamente a existência de uma sociedade mais racional ou sensível, pois, como aponta Simmel (2004), a modernidade

também se caracterizava pela irracionalidade e pela a supremacia do dinheiro sobre a cultura.

No contexto latino-americano, o número de iletrados sempre foi significativo, havendo uma melhoria no decorrer do século XX, porém permanecendo como um problema que persiste até os dias atuais. Quando observamos comunidades rurais como a de Pau d'Arco<sup>2</sup>, onde o número de pessoas iletradas ainda é grande, percebemos que esta é uma questão que ainda afeta a realidade de muitos lugares e, conseqüentemente, interfere no acesso e consumo da produção escrita, seja literária, jornalística ou mesmo de informações simples relacionadas à vida cotidiana. Então, tentar impor, através dos movimentos de modernização, uma cultura escrita em um continente de cultura essencialmente oral não foi uma estratégia que deu certo. A consequência foi que a modernidade atingiu apenas uma minoria, reduzindo ao termo “moderno” apenas os letrados que, segundo Canclini (2001), não chegava a ser a metade da população do continente na década de 1920.

Neste sentido, o processo de modernização atuou na preservação hegemônica das classes dominantes, que apresentavam uma clara superioridade escolar em comparação com as classes populares, sendo as únicas a consumirem também os bens produzidos pela cultura escrita (livros, jornais e revistas).

O autor (2001, p. 69) identifica também na cultura visual um lugar de dominação, através de três elementos: o primeiro, a distinção entre a arte e o artesanato – havendo uma valorização da primeira; segundo, a concentração dos bens simbólicos em lugares

---

<sup>2</sup> Em pesquisa sociodemográfica realizada por esta pesquisadora em 2018 na comunidade de Pau d'Arco, 19% dos habitantes não tinham nenhum letramento e 55% não possuía o ensino fundamental completo.

de acesso limitado – galerias, museus, palácios; e por último, uma hierarquização da recepção destes bens.

Angel Rama (1984) afirma que a “*ciudad letrada*” é o que caracteriza o projeto europeu da modernidade, no qual o sujeito letrado sempre teve um lugar privilegiado e o letramento era utilizado para alcançar posições. “La letra apareció como la palanca del ascenso social, de la respetabilidad pública y de la incorporación a los centros de poder” (p. 75). Esse projeto configura o plano intelectual que tentou estabelecer uma cultura moderna própria dentro na América Latina, e do qual estavam excluídos os grupos sociais afastados da elite intelectual – a grande maioria desses grupos estava ligada ao mundo rural de cultura oral.

De acordo com José Brunner (1994, p. 62), o projeto da modernidade proposto pela elite intelectual letrada na América Latina aponta para uma cultura baseada em máscaras e falseamentos, através de um intenso processo de comunicação com o exterior – num primeiro momento com o pensamento europeu e, logo em seguida, com o norte-americano. Sendo assim, a essência da nossa modernidade está no que o autor chama de uma desterritorialização da cultura latino-americana, que quebra o vínculo com a tradição oral e se aproxima de valores sociais e culturais diferentes por meio de redes comunicativas.

No Brasil, os primeiros movimentos em direção à modernidade vieram por meio do modernismo da década de 1920 e, assim como nos demais países da América Latina, também se apresentou através de intelectuais oriundos das classes dominantes que viviam no centro-sul do país e, majoritariamente, com formação em universidades europeias. Mesmo na literatura e nas artes plásticas (a exemplo da Semana de Arte Moderna de 1922), a modernidade descrita pelos poetas e artistas não condizia com a realidade vivida

pela grande maioria da população brasileira. As referências modernas que eram descritas constituíam uma constante procura por elementos de introduzissem o Brasil na modernidade – “[...] a asa do avião, os bondes elétricos, o cinema, o *jazz-band*, a indústria [...]” (ORTIZ, 1994, p. 185). Então, a principal ideia do modernismo era o rompimento com o passado e com às tradições, visando uma sociedade revolucionária, tendo na atualização da literatura e das artes, bem como na industrialização os principais motes para a modernização da sociedade.

Mesmo em um contexto em que elementos “modernizadores” estavam adentrando o território brasileiro, é relevante mencionar que na década de 1920, 75% da população era iletrada e mais da metade vivia em áreas rurais (ORTIZ, 1988). Então, o mercado literário e de artes, como afirma Canclini fazendo referência aos demais países latino-americanos, era consumido apenas pela elite intelectual dos grandes centros urbanos, e a classe artística tinha dificuldade com sua produção, tendo em muitos casos que desenvolver outras atividades profissionais – professores, jornalistas e funcionários públicos. Nesse contexto social, a “modernidade cultural” brasileira, em seus primeiros anos, era segregada e excluía as classes populares e grupos marginalizados.

No que diz respeito ao processo de modernização da economia e do trabalho na América Latina, Domingues (2009) afirma tratar-se de uma utopia. As investidas do projeto modernizador constituíam uma tentativa de homogeneização das condições sociais dentro dos países, ou seja, uma economia baseada no controle do Estado, em que o mercado era comandado por instituições que coordenavam o social. Os direitos dos trabalhadores se resumiam na “venda da força de trabalho”, com uma “liberdade” limitada à de

vender e comprar, objetivando a afirmação de um projeto de nação forte e moderna.

No entanto, os impulsos modernos no território latino-americano tiveram seus momentos de desenvolvimento, em um processo longo e parcial que pode ser visto até os dias atuais. Como efeitos da modernização econômica, as empresas de capital estrangeiro começaram, nas primeiras décadas do século passado, a fincar suas multinacionais em solo latino-americano, impulsionadas pela abertura econômica dos países, e sobretudo, pelas “ofensivas modernizadoras”. Segundo Domingues (2009, p. 80), é a partir desse momento que as formas de dominação do trabalho começaram a ser superadas (escravidão, peonagem etc.), e abriram-se as portas para o surgimento do trabalho assalariado, das primeiras leis trabalhistas, mas ainda assim numa economia direcionada à acumulação de capital e regida pelas classes dominantes.

Mesmo com toda a investida na modernização do continente, o processo de industrialização e regulamentação do trabalho assalariado e legal no início do séc. XX foi lento e parcial. Tanto assim que a “Revolução de 1930”, no Brasil, dirigida por Getúlio Vargas, veio com o discurso de rompimento com o tradicional e sobretudo com o passado agrário, buscando implantar, a partir daquele momento, o modelo de uma nação industrial, com mão de obra assalariada.

Portanto, a liberação do trabalho foi ocorrendo aos poucos, e é nesse contexto que a economia progrediu com bases num capitalismo liberal e de intensa valorização dos lucros, com um crescimento significativos dos centros urbanos (no caso brasileiro, mais especificamente da cidade de São Paulo). As relações com as grandes potências do mercado global foram sendo estreitadas, dando a ver o aparecimento de uma economia interna que começava a dar

seus primeiros passos. “De todo modo, a América Latina permaneceu como posse dos latifúndios e ‘hacendados’, cuja riqueza e poder era garantida pela exportação de produtos primários para países centrais do sistema capitalista [...]” (DOMINGUES, 2009, p. 81). Ou seja, nesse momento da história do continente, por mais que os países estivessem fazendo investidas para uma economia industrializada/moderna, continuaram sendo nações agrárias, com produção primária e com indústrias manufatureiras.

Assim, nesse contexto em que o capitalismo se implantava, marcado pela supremacia do dinheiro e a busca do enriquecimento, todo sucesso ou insucesso do homem “moderno” do início do século XX era atribuído a ele próprio, fosse oriundo da elite ou das classes populares; o discurso disseminado pelo capitalismo centrava no esforço individual a possibilidade de enriquecer. Em países em que a industrialização ganhou força na década de 1940, como a Argentina e o Brasil, o trabalhador assalariado era tido como livre e com “condições” de manutenção da sua vida em sociedade. Porém, o que não era mencionado pelos discursos modernos era que a grande massa assalariada, produtora dos bens industrializados, não era consumidora dos mesmos, configurando a existência de um “um tímido mercado de consumo”.

No tocante ao modernismo cultural, ao contrário do que se imaginava, de que poderia nutrir ideias contra o nacionalismo, foi-se criando e firmando elementos simbólicos para a formação de uma identidade nacional (CANCLINI, 2001, p. 81). Os movimentos de vanguarda iniciados nos anos de 1920 continuaram se fortalecendo, e as ondas de defesa de uma “brasileiridade” vieram sedimentando ideias de construção de uma nação oposta às oligarquias agrárias fincadas no conservadorismo, com a tentativa de

valorização da cultura e de movimentos artísticos nacionais, e a expulsão dos “dominadores externos”.

Esse movimento da construção de uma identidade nacional com elementos caracterizadores da cultura dos países latino-americanos também se apresentou em outros lugares que não somente no Brasil; no México, os painéis de Diego Rivera se inspiraram nas civilizações pré-colombianas e na arte popular. Assim o modernismo no nosso continente, como afirma Canclini (2001, p. 83), interferiu em alguns setores na tentativa de uma modernidade nos moldes europeus, mas marcado por suas peculiaridades:

[...] em nenhuma dessas sociedades o modernismo foi a adoção mimética de modelos importados, nem a busca de soluções meramente formais. Até os nomes dos movimentos, [...] mostram que as vanguardas tiveram um enraizamento social: enquanto na Europa os renovadores escolhiam denominações que indicavam sua ruptura com a história da arte – impressionismo, simbolismo, cubismo –, na América Latina preferem ser chamados por palavras que sugerem respostas a fatores externos à arte: modernismo, novomundismo, indigenismo. [...] diferentemente das leituras obcecadas em tomar partido da cultura tradicional ou das vanguardas, seria preciso entender a sinuosa modernidade latino-americana repensando os modernismos como tentativas de interferir no cruzamento de uma ordem dominante semi-oligárquica, uma economia capitalista semi-industrializada e movimentos sociais semitransformadores.

Tanto para Canclini quanto para Ortiz, perceber os “semis” do processo modernizador da América Latina não significa que tenha havido uma má adoção do modelo de modernização europeu – mas antes a existência de uma construção distinta daquela que lhe deu origem (ou serviu de inspiração). Reduzir todos os acontecimentos ocorrido no continente no final do século XIX e nas primeiras décadas do XX a um constate dualismo entre tradicional e moderno, dependência externa e nacionalismo, urbano e rural é simplificar o período histórico, sendo que essas primeiras décadas foram apenas o início do que seria mais intenso na segunda “onda de modernização” vivida a partir dos anos de 1950.

No contexto geral da América Latina, Canclini (2001, p. 85) aponta que entre os anos de 1950 a 1970 são verificados “sinais de firme modernização socioeconômica” no continente. A solidez do desenvolvimento econômico acentuado pelo crescimento industrial através do acompanhamento das novas tecnologias do mercado, o aumento considerável das importações e o número de empregados assalariados, caracterizaram a modernização econômica pondo o continente no circuito da economia mundial. Outro fator importante foi o grande crescimento dos centros urbanos, aumentando significativamente os índices populacionais e emergindo as grandes metrópoles latino-americanas, como por exemplo, São Paulo, Lima e a Cidade do México.

Deve-se também evidenciar, nesse período, o significativo aumento na produção de bens culturais que, segundo o autor, se deveu em parte às grandes concentrações urbanas, mas principalmente, ao aumento das taxas de escolaridade (com uma redução no número de iletrados e o crescimento da população universitária) e, sobretudo, à popularização de novas tecnologias de comunicação, principalmente da televisão, “que contribuíram para a

massificação e internacionalização das relações culturais e apoiam a vertiginosa venda dos produtos ‘modernos’, agora fabricados na América Latina: carros, aparelhos eletrodomésticos etc.” (CANCLINI, 2001, p. 85).

Os países latino-americanos, principalmente o Brasil, viveram, a partir da década de 1960, a chamada “segunda revolução industrial”, onde houve uma inserção significativa no mercado do capital internacional. Para Ortiz, é neste contexto da nova fase de modernização que a cultura também passou por mudanças significativas com o surgimento de um mercado de bens culturais. “Os índices de crescimento das indústrias televisiva, publicitária, fonográfica, editorial, mostram não somente o fortalecimento desses setores, mas também a reorganização da própria vida cultural brasileira” (ORTIZ, 1994, p. 187).

O fortalecimento econômico através da industrialização, o aumento da produção de bens culturais e mudanças até nas formas de sociabilidades não fizeram do Brasil um “núcleo central do sistema mundial” - mas o país saiu um pouco da posição periférica que ocupava para ter um lugar no contexto mundial – “[...] o Brasil é a oitava economia do mundo, o sexto em mercado de publicidade e o sétimo de televisão” (ORTIZ, 1994, p. 189). Estes dados mostram que o país vivia um momento em que as características da modernidade eram visíveis, principalmente uma modernidade tecnicista-industrial, em que novas máquinas eram apresentadas para a população a cada dia – computadores, aparelhos de televisão, videocassete etc. Entretanto, como destaca Ortiz (1994), não podemos esquecer que essa tal modernidade vivida no período não atingia nem metade da população, as disparidades sociais eram evidentes e continuavam como característica de “zonas de subdesenvolvimento”, ou seja, o país adentrava a modernidade

industrial e grande parte da sociedade continuava no atraso, com baixo de nível de letrados, pobreza extrema e grande desigualdade regional. Enquanto parte do centro-sul do país vivia os movimentos da modernidade brasileira, as regiões periféricas como o Norte e o Nordeste estavam imensas em um atraso tanto na parte industrial/técnica, mas principalmente no social.

Ainda no Brasil, os pensamentos ideológicos dos anos iniciais da década de 1960 traziam como discurso principal o desafio da “modernização da periferia capitalista”. As constantes migrações da população jovem de diversas regiões do país para as grandes capitais – São Paulo, Rio de Janeiro e a recém construída Brasília – levou os governos desenvolvimentistas (Juscelino Kubitschek e João Goulart) a terem um “compromisso social” com a classe operária-assalariada, com a finalidade de aproximação de “toda a população” do modelo moderno de sociedade, através de reformas sociais que pretendiam eliminar a distância histórico-cultural entre as sociedades desenvolvidas, de capitalismo avançado, das nossas latino-americanas periféricas, investida que foi drasticamente rompida com o golpe militar de 1964 (BRAGA, 2012).

Como pudemos perceber, a modernidade na América Latina veio através de um projeto modernizador que teve, durante um século, ondas modernizadoras com momentos de maior visibilidade e outros nem tanto, vindo mesmo a se firmar principalmente na décadas de 1980 e 90, em que se tinha como base um modelo europeu universalizado, sem levar em consideração as incontáveis diferenças culturais existentes dentro do território, o que fez de imediato um “projeto incompleto/inacabado da modernidade”, mas próprio.

O crescimento descontrolado das cidades nestas décadas e a quebra “definitiva” com o nacionalismo como uma consequência

de um cenário de globalização, em que a noção de pertencimento a algum lugar é colocada em questão - já que agora os cidadãos são do “mundo” - trouxeram uma nova modernidade para a América Latina, um novo cenário principalmente no campo das “novas tecnologias” da comunicação. A transição da Revolução Industrial para a Revolução Eletrônica fez emergir novas questões no continente. A possibilidade de uma democratização da cultura através das indústrias culturais, por meio principalmente de empresas privadas e sem interferência do Estado, estimulou a necessidade de consumo de bens tecnológicos de comunicação (computadores, televisores modernos, videogames) e, como desdobramento, gerou mais uma forma de exclusão social dos que não podem ter acesso a estes bens (MARTIN-BARBERO, 2003; CANCLINI, 2003).

Então, os estudos mais recentes começaram a perceber o movimento da modernidade na América Latina como algo diferenciado por meio de uma noção mais aberta intitulada de “Modernidade periférica”, que possibilitou estudos dos fenômenos sociais do nosso continente através do que Canclini (2001) intitulou de “*ciencias nómades*”, fazendo referência às possibilidades de observação e análise da modernidade por meio de estudos da sociologia da cultura, da comunicação, da antropologia e da literatura.

Neste sentido, observar a modernidade na América Latina não pode partir do princípio totalizador em que se entenderia o continente como uma unidade social, econômica e política, excluindo a noção de diferença e heterogeneidade. Para Herlinghaus e Walter (1994, p. 18), o conceito de modernidade vai além da ruptura com as tradições. Este vem através de “codificações duplas” - podendo ser elitista e popular, linear e cíclico, tradicional e moderno ao mesmo tempo. Trata-se de perceber que vivemos presentemente em uma sociedade que está num tempo de diversas

mudanças, imersa na racionalidade e no tecnicismo, mas que também bebe das tradições, do popular. Ou seja, as mudanças ocorridas nas décadas de 1970 e 1980 contribuíram para a discussão de uma não homogeneidade e universalidade do que se entende por modernidade na América Latina.

O desenvolvimento da discussão em torno do conceito de Modernidade periférica não partilha do modelo fixado em dicotomias<sup>3</sup> para interpretar o contexto latino-americano. Afirmar dualidades dentro da nossa realidade seria enfatizar a supremacia de uma cultura letrada em detrimento de sociedades que têm uma base histórica enraizada na oralidade. Um exemplo simples para a compreensão da afirmação de uma cultura do letramento está no movimento literário/pedagógico modernista que, através de “projetos de escrituras” para a tradução de obras da modernidade europeia, deixaram em segundo plano as culturas locais, populares, afastadas dos grandes centros urbanos.

Brunner (1994) aponta que a identificação com a modernidade vem através de marcos temporais de compreensão da nossa própria cultura, sendo inicialmente por meio dos relatos da literatura latino-americana<sup>4</sup> que podemos estreitar as relações com nossa identidade. Acreditar no significado da aclamação dos relatos literários pela crítica estrangeira para marcar a importância da

---

<sup>3</sup> Diversas discussões acerca da modernidade tratam o conceito com ideias dicotômicas, tais como: civilização x barbárie, modernidade x tradição, por exemplo.

<sup>4</sup> Brunner (1994, p. 63) traz uma metáfora com a obra do escritor colombiano Gabriel García Márquez, *Cem anos de solidão*, utilizando o símbolo do Macondo – aldeia em que o romance é ambientado. O “macondismo” proposto por Brunner tem como finalidade interpretar a América Latina através da literatura, identificando as peculiaridades do continente.

cultura latino-americana, ou seja, a necessidade de uma afirmação da identidade pelo olhar do outro, não é uma postura a ser tomada.

Para o autor, um momento representativo é a existência de um predomínio da natureza sobre as transformações da cultura, através de signos e “presságios” – um mistério que envolve um imaginário da América Latina como sendo uma terra de sonhos e utopias, que traz uma “racionalidade alternativa” para a modernidade. Ou seja, a presença de elementos não europeus na América Latina – indígenas das mais variadas etnias e negros, por exemplo – faz do nosso território um território de variadas culturas, desconstituindo a noção de modernidade homogênea. Isto, para Brunner (1994, p. 66/73), nos faz ter um “desencontro com a modernidade”, devido às nossas diferenças específicas. Para o autor, a cultura profunda da América Latina fez com que nós tivéssemos nossa própria modernidade, uma modernidade periférica, totalmente diferente da que ocorreu nas sociedades que precederam a nossa. Ou seja, *“somos um produto de la transformación social, económica y técnica do campo cultural”*, através de novas formas de *“producir, transmitir y consumir la cultura”*.

[...] la cultura latinoamericana está em pleno proceso de incorporarse a la modernidad, desde el momento precisamente que ha dejado atrás los rasgos exclusivos y excluyentes de la “ciudad de los letrados” para transformarse em el vehículo multiforme de una creciente integración de masas.

No debe enterderse esa “integración” como la incorporación a um núcleo cultural dado, o a um sólo circuito, o a uma modalidade específica y única de consumo simbólico. La

integración que resulta de la modernidad es la incorporación a una experiencia compartida de las diferencias, pero dentro de una matriz común proporcionada por la escolarización, la comunicación televisiva, el consumo continuo de información y la necesidad de vivir conectado comunicativamente em la “ciudad de los signos” (BRUNNER, 1994, p. 77)

Assim como Brunner, Martín-Barbero (1994) concorda que a modernidade no território latino-americano passa pela compreensão dos meios de comunicação, através da comunicação massiva presente no povo. Para o autor, a comunicação desempenha um papel significativo na unificação da ideia de nação; num primeiro momento da história do continente ela foi marcada pela presença massiva do rádio e posteriormente do cinema e da televisão. Esses meios permitiram, assim, um primeiro contato cotidiano com o sentimento de nacionalidade proporcionado pelos produtos culturais midiáticos – radio e telenovelas, programas jornalísticos e musicais, transmissões de partidas de futebol são alguns exemplos da presença dos meios na vida do povo latino-americano que afirma uma identidade nacional.

El cine en algunos países y la radio en casi todos proporcionaron a las gentes de las diferentes regiones y provincias una primera vivencia cotidiana de la nación, transmutaron la idea política em vivencia, esto es em *sentimiento nacional*. La radio facilitando la comunicación de las culturas rurales – que eran las de las mayorías – com la nueva cultura urbana, posibilitando su tránsito a la modernidad sin perderse del todo,

sin abandonar ciertos rasgos de identidad – narrativos, musicales –, dando persistencia e introduciendo elementos de una matriz cultural expresivo-simbólica em una cultura urbana que empieza a organizarse sobre la racionalidad informativo-instrumental. Por su parte el cine hará nación teatralizándola: dándole rostros, gestos, voces, imágenes. Al verse em las imágenes del cine, los modos de moverse o de hablar, los colores y los gestos populares fueron siendo legitimados como conformadores de la cultura nacional (MARTÍN-BARBERO, 1994, p. 88).

Nesse sentido, Martín-Barbero afirma que os meios de comunicação têm a função primordial de transformar as “massas em povo e o povo em nação”, já que na América Latina a noção de identidade cultural vem necessariamente associada aos espaços das culturas populares, com uma dinâmica cultural plural e heterogênea. Para o autor, uma questão fundamental na compreensão das identidades das culturas populares no contexto latino-americano se traduz na própria necessidade de conceituar cultura popular.

Numa concepção predominante nas instituições acadêmicas, a cultura popular é tomada como uma noção homogênea, afastada da cultura de elite, vindo a ser um subproduto desta – ou a sua incorporação precária, quando não a sua falta. De forma mais radical, em algumas vertentes o popular representa a ignorância, o atraso, que necessita ser superado com a finalidade de se tornar moderno. Em sentido contrário, uma versão positiva é a que romantiza e associa o popular ao autêntico, ao que é puro, que deve

ser conservado sem nenhuma modificação e interferência, algo que deve permanecer estático ao longo do tempo. Porém, Martín-Barbero defende que, na América Latina, o popular é o espaço de inter-relações densas e complexas, de trocas e reapropriações não somente de elementos culturais, mas também de inter-relações sociais, econômicas e simbólicas.

A afirmação do popular pode ser identificada na América Latina através de relações estabelecidas em diversos espaços sociais que retomam elementos do popular como estratégia de constituir modos de afirmação da cultura nacional e popular. Para Martín-Barbero, a linguagem oral utilizada no rádio e na televisão, por exemplo, são formas de afirmação da cultura popular oral que não se perdeu ao longo do processo histórico. A linguagem coloquial usada pelos locutores, as canções de artistas nacionais dão espaço a um cotidiano de identificação que evoca uma memória enraizada no popular que sobrevive e é partilhado pelas camadas pobres da população que vivem nas periferias da cidade moderna.

Sendo assim, associar o popular ao espaço urbano faz com que caia por terra a noção de que o popular era algo exclusivo do campo, do rural. De acordo com Martín-Barbero (1994, p. 96), a ligação do popular com o urbano nos leva a pensar a relação de ambiguidade existente entre o popular e o massivo. A formação das massas urbanas é, de certa forma, a junção das classes populares formadas nas periferias das grandes cidades em que emerge um lugar propício para uma “hibridização” cultural – “la aparición de un nuevo modo de existencia de lo popular [...]”.

Este “nuevo modo de existencia de lo popular” proposto por Martín-Barbero, indica um enfrentamento do modo de produção capitalista, e traz para a sociedade de massa a inserção das classes populares. Ou seja, há nesse momento uma massificação que vai

além dos meios de comunicação, que abrange várias esferas da sociedade. Para o autor, pensar as relações do popular com o massivo é perceber as novas condições de existência para um o entendimento de uma nova hegemonia que, no caso da América Latina, não é algo unificado que vem como consequência das demandas simbólicas da cultura dominante, mas está numa cultura massiva e popular com práticas e produtos heterogêneos.

Um exemplo citado por Martín-Barbero (1994, p. 98) para a compreensão do entrelaçamento entre a cultura popular e a modernização da vida social é a telenovela. O discurso do melodrama televisivo promove uma interlocução entre o texto do autor transmitido na televisão, a atuação dos atores, os cenários imagéticos e sonoros, bem como o diálogo de tudo isso com a vida do espectador. Sendo assim, para o autor, a telenovela na América Latina é a recuperação da memória popular através do imaginário posto pela televisão e, ao mesmo tempo, é o reconhecimento das pessoas por meio da narrativa da telenovela.

Pensar a modernidade no nosso continente é entender que esta não é única e homogênea. Manter a tradição e o moderno em campos separados é um grande erro, uma vez que, em uma sociedade de base oral, impor uma supremacia de uma “*ciudad letrada*” é sobrepor realidades culturais que devem caminhar lado a lado com o massivo e o popular. A heterogeneidade da nossa diversidade cultural é o que nos torna mais fortes enquanto povo. “Vivimos incorporados a uma modernidad ‘cuyo corazón está lejos de nuestra cultura’ [...]” (MARTIN-BARBERO, 1994, p. 107). Sendo assim, a modernidade, na América Latina, está na heterogeneidade de um popular marcado tanto pelo resgate das formas tradicionais como pelo “massivo” construído pelos/através dos meios de comunicação. Sendo assim, compreender a modernidade na

América Latina a partir dos autores aqui estudados, é perceber que o nosso continente viveu um processo próprio, em que o movimento histórico aqui experienciado (desde a colonização até os dias atuais) foi determinante na construção dessa modernidade.

### **Pau d'Arco: uma modernidade própria e peculiar entrelaçada com a tradição**

No contexto da comunidade de Pau d'Arco, a chegada da eletricidade é um passo importante, um novo impulso em direção a uma modernidade própria, peculiar. A inserção de novos meios massivos, como é o caso da televisão, está permitindo uma midiática de cunho tecnológico que vem afetando as vivências cotidianas. A chegada da televisão possibilitou a aproximação da comunidade do popular massivo através dos produtos midiáticos. Por exemplo, a ampla preferência por ver telenovelas<sup>5</sup> na comunidade é um indicativo do início da transição de uma cultura oral para uma cultura massiva, pois, existe uma permanência na oralidade (tradição), mas agora entrelaçada pelo midiático (moderno). Como pontua Martín-Barbeiro (1994) a telenovela nos países da América Latina, como é o Brasil, está como resultado da mistura do mundo simbólico do rural, das tradições e ao mesmo tempo da aproximação da racionalidade técnico-instrumental do urbano.

Em se tratando de meios de comunicação, as pessoas que residiram e residem nesses ambientes têm/tinham o rádio como o principal e muitas vezes único veículo midiático. Mas, em 2012, com a chegada da eletricidade na comunidade e, ao mesmo tempo,

---

<sup>5</sup> Em 96% das residências de Pau d'Arco têm aparelhos de televisão (23 residências), sendo as telenovelas preferência de 52% dos moradores.

da televisão (abrindo caminho para novas mídias em um futuro próximo), o rádio perde seu protagonismo (embora não tenha perdido sua importância) e passa a dividir espaço nos lares e nas vidas das pessoas com a TV. Este novo meio (já tão antigo no contexto nacional), e sua influência na vida da comunidade, é a problemática que guia este texto.

Inserida nesta referência espacial e cultural, durante o período estudado em que realizamos visitas, o cenário rural de Pau d'Arco não teve grandes alterações, a não ser o fluxo das pessoas, de umas que se vão - tanto os mais velhos como os jovens que migraram para as cidades vizinhas para dar continuidade aos estudos - e outras que chegam, sejam crianças que nascem ou pessoas que moram fora e voltam para reencontrar os seus. Ou seja, por mais que, o processo de modernização da comunidade seja visível, a manutenção da tradição, sobretudo da cultura oral, é algo perceptível.

A não ser estas mudanças de cunho temporal e migratório, os espaços físicos sempre foram os mesmos: as casas simples com calçadas largas, o campinho de futebol, a capela para as reuniões e novenas de domingo, o prédio antigo do "grupo" escolar, as roças em frente às casas com os jumentos sempre a postos para buscar água no olho d'água<sup>6</sup> e, às vezes, vaqueiros levando e trazendo boiadas. Quanto aos espaços das casas, era comum as cadeiras nas calçadas, a sela pendurada na parede, a banca de potes<sup>7</sup> e um elemento fundamental, o velho radinho a pilhas, que alegrava e informava dos acontecimentos, contexto que vem mudando desde a chegada da energia elétrica, e junto com ela, a inserção da

---

<sup>6</sup> Nascente de água que brota do solo.

<sup>7</sup> Móvel de madeira para colocar os potes de barro para reservar a água.

televisão. Hoje, as cadeiras e as pessoas são cada vez menos presentes nas calçadas e o rádio, que era a pilha e agora está ligado a uma tomada de eletricidade, tem uma nova configuração enquanto meio de comunicação para a comunidade.

Os cenários mencionados acima fizeram parte e alguns permanecem inseridos nas vidas reais de pessoas que habitam o campo em comunidades como a de Pau d'Arco. Em locais como esses, até dez anos atrás não existia sequer energia elétrica nas residências; a iluminação era por meio de lamparinas movidas a que-rosene; a água para o consumo diário era carregada no lombo de animais ou em latas pelos próprios moradores; a comunicação se limitava às relações presenciais ou aos avisos e recados via rádio.

No que diz respeito à transmissão de informações, esta sofria inúmeros empecilhos. Quando algo tinha que ser comunicado para os moradores de Pau d'Arco por pessoas que não residiam na comunidade, as opções eram sempre as mesmas e um tanto difíceis. Quem residia em comunidades próximas tinha que se deslocar até Pau d'Arco para falar pessoalmente ou deixar recado para o destinatário da mensagem, e quem morava distante (nas cidades vizinhas ou em comunidades rurais mais afastadas) tinha que pagar pela locução de avisos nas emissoras de rádio que eram ouvidas em Pau d'Arco ou enviar recados por moradores que iam às cidades para as feiras, pois, pela falta de eletricidade e sinal de telefonia, as residências não possuíam telefones e também a comunidade não era (e continua não sendo) atendida pelo serviço de correios.

Em meados do ano de 2012, a promessa da instalação da eletricidade por meio do programa do Governo Federal, o *Luz para*

*Todos*<sup>8</sup>, trouxe possibilidades até então desconhecidas para os moradores da comunidade que, em conversas informais na época, disseram acreditar ser apenas uma estratégia para conseguir votos, já que se tratava de um ano eleitoral. Lembro de conversas que tínhamos em nossa casa em que sempre falávamos que quando o preço para a instalação de placas de energia solar fosse acessível, nós iríamos tentar colocar energia solar em casa, já que nunca a eletricidade distribuída pelas concessionárias chegaria à nossa comunidade.

Então, mesmo parecendo algo distante para a realidade da população da comunidade, a eletricidade foi instalada em 14 de novembro de 2012, levando para as residências, além de diversos fios e duas lâmpadas<sup>9</sup>, uma realidade nova e cheia de possibilidades - sem a certeza de que estas eram boas ou não.

---

<sup>8</sup> O programa Luz para Todos foi lançado pelo governo federal em novembro de 2003 com o objetivo de universalizar a eletricidade a comunidades rurais desabastecidas em todo território nacional. O objetivo inicial do programa era instalar a eletricidade em 2 milhões de residências para 10 milhões de pessoas até o ano de 2008, meta alcançada em meados de 2009. Até janeiro de 2013, o Luz para Todos chegou a 3,04 milhões de famílias, o que equivale a cerca de 14,83 milhões de pessoas residentes na área rural em todo o país, sendo que, desse percentual, 1,3 milhões de famílias atendidas ficam na região Nordeste, um total de 6,7 milhões de habitantes. No caso específico do estado do Piauí, o programa já atendeu a mais de 150 mil famílias, o que equivale a cerca de 700 mil pessoas, sendo que o grande atendimento do Luz para Todos no Piauí ocorreu a partir do ano de 2008, já na segunda fase do programa.

<sup>9</sup> Quando os técnicos da empresa responsável pela instalação chegavam às casas, o permitido e pago pelo programa era a colocação da fiação e de duas lâmpadas em dois cômodos escolhidos pelos donos do imóvel. Caso a casa tivesse mais que dois cômodos, ficava como responsabilidade do proprietário a instalação nos demais ambientes.

Com a instalação da energia elétrica em Pau d'Arco aos poucos coisas novas foram acontecendo, e uma delas ganhou grande significado para a população, que foi a perfuração de um poço artesiano e, conseqüentemente, a encanação de água nas casas dos moradores. Isto foi possível graças à eletricidade, que permitiu a colocação de uma bomba para levar água a cada morador, constituindo assim uma inovação que veio aposentar com sua chegada os animais e as ânforas que auxiliavam no transporte da água.

Além da questão do encanamento da água até o espaço interno dos lares, que de certa forma foi uma conquista da comunidade, diversos aparelhos elétricos iam e continuam chegando até hoje, como a geladeira, o ferro de passar, o ventilador. Mas, acima de todos e ganhando um espaço significativo no ambiente, a televisão.

A televisão tem uma importância tão significativa para estes lares que até sua localização é estratégica. Ela fica na sala de estar, num móvel alto e de destaque, normalmente rodeada por elementos simbólicos para a família: porta-retratos, a bíblia, imagens de santos e sempre coberta (quando não está ligada) com um pano bem decorado para evitar que seja atingida pela poeira<sup>10</sup>.

Então, a partir do momento do acender das luzes, Pau d'Arco passa por uma série de reconfigurações no seu espaço físico, mas também por transformações na vida em comunidade, nas interações e formas de sociabilidade.

Assim, a chegada da energia elétrica no meio rural possibilitou o contato com uma nova mídia que anteriormente não fazia parte do panorama comunicacional dessa população. A partir de

---

<sup>10</sup> Constatação a partir da observação e vivência cotidiana na comunidade por esta pesquisadora.

sua chegada acreditamos que o viver cotidiano dessas pessoas foi modificado, não somente pela instalação da eletricidade, mas, acima de tudo, pela inserção de uma nova mídia que entra em suas casas e, conseqüentemente, em suas vidas, possibilitando novas formas de interações dos moradores da comunidade.

Perceber a chegada de novas mídias na zona rural, principalmente a televisão, é inquietar-se com as possíveis mudanças que estes meios de comunicação vêm provocando na realidade social e local dessas comunidades. Supomos que estas mídias têm ampliado a comunicação no meio rural, reconfigurando a rotina dos seus moradores, criando o que Martín-Barbero denomina de “ritualidade”, ou seja, uma outra rotina imposta pelas mídias, sendo elas também responsáveis por apresentar um “mundo” até então desconhecido para quem mora no rural. Neste contexto, o campo hoje pode ser também entendido como um ambiente moderno e globalizado, que acessa os acontecimentos do planeta através dos meios de comunicação que estão cada vez mais adentrando nas casas dos moradores desse espaço.

### **Considerações finais**

Com toda esta trajetória da mídia na comunidade, não nos parece adequado dizer que Pau D’arco é um lugar “atrasado” em relação aos centros urbanos, a outras comunidades; antes, é importante perceber que é um lugar que vive uma realidade própria. Assim como em outros lugares, a mídia tem sido uma presença influente na construção social, nas relações e interações pessoais de seus moradores. Porém essa presença se dá em articulação com as práticas, as tradições, as possibilidades vividas e produzidas por esta comunidade específica.

Sendo assim, a discussão a partir dos conceitos de modernidade e modernização a luz de autores latino-americanos nos ajuda a compreendermos os processos vividos em Pau d'Arco. A modernização ou a maneira como o moderno se introduz e se mescla com os hábitos tradicionais na comunidade se apresentam entrelaçados no cotidiano atual de Pau d'Arco.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista.** São Paulo: Editorial Bomtempo, 2012.

BRUNNER, José Joaquín. Tradicionalismo y modernidade em la cultura latino-americana. In: HERLINGHAUS, Hermann; WALTER, Monica. **Posmodernidad em la periferia: Enfoques latino-americanos de la nueva teoria cultural.** Berlin: Langer, 1994. p. 48-82.

CANCLINI, Néstor García. **Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidade.** Buenos Aires: Paidós, 2001.

DOMINGUES, José Maurício. **A América Latina e a modernidade contemporânea: uma interpretação sociológica.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

HERLINGHAUS, Hermann; WALTER, Monica. “¿Modernidad periférica?” versus “proyecto de la modernidade”? Experiencias epistemológicas para una reformulación de lo ‘pos’ moderno

desde América Latina. In: HERLINGHAUS, Hermann; WALTER, Monica. **Posmodernidad em la periferia: Enfoques latino-americanos de la nueva teoria cultural.** Berlin: Langer, 1994. p. 11-47.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. Identidad, comunicación y modernidad em América Latina. In: HERLINGHAUS, Hermann; WALTER, Monica. **Posmodernidad em la periferia: enfoques latino-americanos de la nueva teoria cultural.** Berlin: Langer, 1994. P.83-110.

ORTIZ, Renato. Advento da modernidade? In: HERLINGHAUS, Hermann; WALTER, Monica. **Posmodernidad em la periferia: Enfoques latino-americanos de la nueva teoria cultural.** Berlin: Langer, 1994. p. 185 – 196.

\_\_\_\_\_. **A moderna tradição brasileira.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

RAMA, Angel. **La ciudad letrada.** Hanover: Ediciones del Norte, 1984.

SIMMEL, Georg. **Philosophie de la modernité.** Paris: Payot, 2004.

# ***SALUS POPULI SUPREMA LEX EST: CORONEL JOAQUIM DAS CHAGAS LEITÃO E A DISPUTA PELO PODER ATRAVÉS DO JORNAL O AVISO NA PRIMEIRA REPÚBLICA***

Raniel das Flôres Canuto  
Nilsângela Cardoso Lima

## **Introdução**

O final do século XIX é marcado pela mudança de regime político no Brasil, dando início ao período conhecido como Primeira República, que corresponde aos anos de 1889 a 1930. República Velha ou República das Oligarquias são outras denominações também empregadas para caracterizar o primeiro momento da República brasileira, que iniciava com contradições e promessas de desenvolvimento econômico, político, social e cultural para o país.

Os primeiros anos da República no Brasil não foram fáceis. Logo, as desavenças ideológicas entre monarquistas e republicanos existentes desde o final do Império, ao invés de diminuírem, foram acentuadas. De um lado, estavam os republicanos ressaltando que a República era uma aspiração nacional e uma necessidade para o progresso do país frente às arbitrariedades de D. Pedro e a permanência da monarquia, entendida como uma anomalia na América. Do outro lado, estavam os monarquistas sustentando que a República não passava de um levante militar que contava com o apoio de alguns proprietários de terras descontentes com a abolição da escravatura.

De acordo com Costa (1999), a contenda entre monarquistas

e republicanos não se fazia apenas na tribuna, mas ecoava na imprensa brasileira. Cada grupo imprimia uma versão sobre o novo regime revelando seu contentamento/descontentamento, suas frustrações e aspirações. Os republicanos afirmavam que a República havia sido proclamada em conjunto com os interesses do povo, enquanto “[...] os monarquistas diziam que as classes militares, impregnadas de orgulho vão e minadas pela indisciplina, haviam sido instrumentos de grupos civis desejosos do poder, desenganados da Monarquia ou ressentidos” (COSTA, 1999, p. 395).

A disputa entre monarquistas e republicanos pela imprensa não começou com a proclamação da República. Desde o Império, monarquistas, republicanos e abolicionistas criavam jornais e faziam circular suas ideias. Na segunda metade do século XIX, a campanha republicana e abolicionista ganhou força nos periódicos e, na mesma proporção, recebia os ataques da imprensa propagandista do monarca. Monarquistas e republicanos “debatiam” os novos rumos políticos e econômicos do Brasil através da imprensa partidária. A imprensa republicana movia a sociedade pelos caminhos da salvação nacional, com auxílio dos discursos da ordem e do progresso. Segundo Capelato (1988, p. 45), na transição dos regimes – Império para República – a imprensa republicana utilizou o discurso de um país adoecido, que precisava de uma intervenção para se recuperar. Os jornais republicanos enfatizavam o novo ao insistir na natureza pacífica dos brasileiros e na presença da “ordem” e do “progresso” simbolizados pelas metáforas de “luz e trevas”.

No Piauí, a primeira tentativa de jornal republicano talvez

tenha sido através da iniciativa de Deolindo Couto<sup>1</sup>, que em 25 de junho de 1865 fundou o órgão *A Imprensa*. Segundo Pinheiro Filho (1997, p. 54), o veículo permaneceu em circulação até o fim do Império. Embora não tivesse aderido publicamente à ideologia republicana, o jornal simpatizava com o abolicionismo, por isso, chamou a atenção dos que pensavam o contrário. Conseqüentemente, os monarquistas piauienses da época tentaram censurar o impresso de Deolindo Couto. Além de tudo, após a exposição das suas concepções, Deolindo Couto foi atacado e acusado de ter cometido violações enquanto estava no posto de Inspetor da Administração da Fazenda Provincial, completa Pinheiro Filho (1997, p. 60).

A primeira tentativa de imprensa abertamente republicana no Piauí, segundo Pinheiro Filho (1997, p. 72), foi por intermédio de David Caldas<sup>2</sup>. O jornal *Amigo do Povo*, de sua propriedade, foi criado em 1868 para divulgação das ideias republicanas no Piauí, assumindo uma postura antimonarquista, antiescravista e crítica frente ao governo e os desmandos políticos no interior da

---

<sup>1</sup> Neurologista e membro da Academia Brasileira e Piauiense de Letras (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 54).

<sup>2</sup> “Nasceu em Barras do Marataoan-PI (22-05-1836) e faleceu em Teresina-PI (03-01-1879). Jornalista, professor, político e escritor. Iniciou a sua vida na imprensa no jornal *O Arrebol*, por ele fundado em 1859. Em 1862, aparece como redator de *Liga e Progresso*, semanário político. Participou da redação da *Imprensa*, semanário de cunho político (1865-1868). Em 1868, funda o seu próprio jornal, *O Amigo do Povo*. Em 1873, David Caldas muda o nome do jornal para *Oitenta e Nove*, que circulou em 31 edições (o nome do jornal faz alusão ao último número do seu periódico anterior). Na edição do seu primeiro número, o notável jornalista publicou o artigo "Oitenta e Nove", um manifesto contra as instituições imperiais e uma conclamação à Proclamação da República. De 1867 a 1868, exerce o mandato de Deputado Provincial, sendo o candidato mais votado” (GONÇALVES, 2003, p. 91-92).

Província. A partir de 1870, o jornal passa a ter o subtítulo de “Órgão Republicano da Província do Piauí” e “[...] como todos os jornais da época limitava-se mais a criticar os atos governamentais, e refletir pequenas lutas políticas do interior da Província”, afirma Pinheiro Filho (2017, p. 72). Em 1873, Davi Caldas altera o nome do jornal *Amigo do Povo* para *Oitenta e Nove*, ação que ficou patenteada por um grupo de escritores piauienses como uma premonição, visto que a República foi proclamada no ano de 1889.

Segundo Pinheiro Filho (2017), com a morte de Davi Caldas, em 1879, as ideias republicanas pela imprensa local diminuíram. Afinal, Davi Caldas era “o único republicano declarado existente em terras piauienses ao tempo do Império” (PINHEIRO FILHO, 2017, p. 95). Na década de 1880 registra-se a existência dos periódicos *O Telephone* e *A Reforma*, ambos produzidos por bacharéis em Direito que defendiam a abolição, a república, o federalismo e a democracia como nova forma de governo para o Brasil. Após a proclamação da República, o primeiro jornal publicado na defesa dos princípios republicanos no Piauí foi *Oitenta e Nove*, que volta a circular em 23 de novembro de 1889, agora sob orientação Focion Caldas, filho de Davi Caldas. Nesta segunda versão, o jornal teve duração efêmera e com pouca influência na opinião pública.

Além do jornal *Oitenta e Nove*, na República Velha, alguns jornais fundiram-se e outros surgiram no Piauí vinculados aos novos partidos políticos monarquista ou republicano tanto na capital como no interior. Logo, a elite política piauiense, em 1890, reorganizou-se formando dois novos partidos: Partido Republicano Federal (PRF) e o Partido Democrata (PD). De acordo com Nunes (2001, p. 220), “[...] as lideranças políticas do Piauí agruparam-se identificadas por interesses pessoais, uma vez que, em ambos os partidos, Republicano Federal e Democrata, constatava-se a

presença de monarquistas e de republicanos” e tais ideias repercutiram na imprensa local. Na capital, por exemplo, *Fiat-Luz* e *Atualidade* fundiram-se para formar o jornal *A Democracia* com o objetivo de defender o primeiro governador republicano, Marechal Gregório Thaumaturgo de Azevedo. No interior do Estado, em novembro de 1910, surgiu o jornal *O Aviso*, na cidade de Picos, sendo de propriedade do coronel Joaquim das Chagas Leitão.

*O Aviso* caracterizava-se como jornal partidário, uma vez que esteve ligado aos partidos durante toda a sua existência. Quando foi criado, em 1910, estava coligado ao Partido Republicano Conservador (PRC); a partir de 1917 aparece alinhado ao Partido Republicano Autonomista (PRA); e, em 1930 se juntou à Aliança Liberal. O jornal *O Aviso* foi mantido durante vinte anos pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Nesse período, pode-se observar que *O Aviso* foi utilizado como ferramenta política, beneficiando o Coronel Joaquim das Chagas Leitão e combatendo os Coronéis piccoenses Antônio Rodrigues da Silva, Francisco Santos e Josino Ferreira, criando fatos políticos sobre eles.

Dada a importância do jornal *O Aviso* no jogo político partidário do Piauí na Primeira República, analisa-se a trajetória política Coronel Joaquim das Chagas Leitão e a utilização do jornal para a construção do capital político na disputa pelo poder no período de 1910 a 1930. Para tanto, o referencial teórico que norteia a pesquisa tem como base os conceitos campo político/capital político de Bourdieu (1989) e cultura política de Berstein (1998); e a metodologia é a pesquisa histórica.

## Joaquim das Chagas Leitão: o “Coronel” da imprensa picoense

Joaquim das Chagas Leitão nasceu em 20 de maio de 1866, na cidade de Príncipe Imperial (atual cidade de Crateús, Ceará), sendo filho do casal Antônio das Chagas Leitão e Maria Ursulina Cavalcanti de Albuquerque. Ainda moço e dotado de inteligência rara, foi morar e estudar em Teresina na casa de Manoel Cavalcanti, tio materno.

Em 1º de setembro de 1885, sentou praça o jovem Joaquim das Chagas Leitão, com 19 anos e solteiro (ALBANO; SILVA, 2011). Ainda no ano de 1885 foi promovido ao posto de Sargento Secretário Ajudante e bem elogiado pela dedicação e comprometimento com a função.

Em 1886, chegou em Picos com sua jovem esposa Ana Clara de Castro Leitão, primeira professora diplomada que a vila de Picos teve. Nesse ano, foi designado pelo presidente da província para comandar o destacamento militar de Picos. Segundo Fonseca (2004), desse primeiro casamento nasceram as filhas: Lucila, Antonieta, Helena, Arabela e Albertina. Leitão casou-se uma segunda vez, com Anísia Pereira Nunes, com quem teve os seguintes filhos: Brocardo, Hélio, Ofélio, Petrônio e Getúlio, este último, avô da jornalista e economista da TV Globo, Míriam Leitão.

Em 1887, recolheu-se ao quartel em Teresina e requereu baixa de serviço, que lhe foi concedida no ano seguinte. Em 1890, Joaquim das Chagas Leitão retorna a Picos, fixando residência, uma vez que fora nomeado pelo Governador do Estado, para o exercício vitalício do ofício de 1º Tabelião de Notas e Escrivão do Crime e Órgãos do termo de Picos.

Em 1896, foi Deputado Estadual e era conhecido como “Coronel Leitão”. Foi Deputado Estadual até 1911, quando saiu do

PRC e não participou de novas disputas até que, em 1928, volta à cadeira da Assembleia Legislativa<sup>3</sup> do Piauí, onde permaneceu até o fim da Primeira República (1930). Foi Prefeito (Intendente) de Picos entre 1900 e 1902.

Foi proprietário e redator do primeiro jornal em Picos, de nome *O Aviso*, que começou a circular em 15 de novembro de 1910. De circulação quinzenal, *O Aviso* do, coronel Leitão, “orientou, instruiu, educou e avisou” a população dos sertões da região de Picos, segundo Albano e Silva (2011).

Na vida pública, foi Deputado Estadual em vários mandatos, entre 1890 e 1930, e tabelião durante quase 51 anos, quando se aposentou em 1938. Faleceu em Teresina, a 20 de abril de 1939, aos 73 anos de idade. Conforme Albano e Silva (2011), com o golpe de 1930, o coronel Joaquim das Chagas Leitão, que apoiou a Aliança Liberal e a candidatura de Getúlio Vargas, reassumiu as posições políticas locais junto com Joaquim Pereira Nunes.

Joaquim das Chagas Leitão, coronel de patente, foi um entusiasta das questões políticas (através do PRF) e econômicas na cidade de Picos entre o final do século XIX e o início do século XX. Era um personagem envolvido na vida social, política, econômica e uma figura representativa da elite picoense. Também teve presença forte na esfera política estadual, uma vez que representou o Piauí na cadeira de Deputado Estadual nas primeiras décadas do século XX, durante 28 anos, segundo o jornal *O Macambira* de 31 de agosto de 1982. Era constantemente mencionado em notícias da imprensa piauiense, mesmo antes de lançar o primeiro jornal de Picos, *O Aviso*. À medida que adentrava no campo jornalístico, mais combativo se tornava politicamente.

---

<sup>3</sup> Infere-se que ele tenha se candidatado pelo PRA.

Apesar de não ser latifundiário, o coronel Joaquim das Chagas Leitão apresentava características coronelistas. Primeiro, pela sua posição de poder como chefe do Destacamento Policial de Picos em 1866 e Escrivão do Crime, ofertados pelo Governador do estado em 1890, e segundo por atuar fortemente no agronegócio local e no escoamento da produção do município. Além disso, o coronel detinha uma quantidade considerável de votos, provindos dos eleitores da família Sousa Martins ou de um sistema de filhismo criado na cidade por ele com a ajuda de governantes da esfera estadual e/ou nacional. Leal (1997, p. 42) afirma que durante a Primeira República, o principal componente da liderança da cidade era o "Coronel", que capitaneou uma grande porção de "votos de cabresto" por meio de métodos próprios. O poder eleitoral confere-lhe prestígio político, a mais alta conquista de seu privilegiado status econômico e social como senhorio.

Na década de 1890, o coronel Joaquim das Chagas Leitão embarcou na reação do Coronel Raimundo Antônio de Macedo contra os Sousa Martins, oligarquia que comandava o município de Picos. Segundo Fonseca (2004, p. 49), os dois "partiram para a aglutinação das forças que logo desbancaram ordem comandada pelos Sousa Martins".

A coligação entre os dois coronéis funcionou. Como resultado, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão conseguiu chegar a Intendente da cidade de Picos em 1901. Para Albano e Silva (2011), a sua escalada havia começado com a morte de Helvídio Clementino de Sousa Martins, quando usou da oportunidade de desfalque da oligarquia dominante para crescer no poder em todas as posições políticas de âmbito estadual.

Quando foi Intendente da cidade de Picos, em 1901, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão elaborou o Código de Postura do

Município (ALBANO; SILVA, 2011, p. 45).

No Piauí do início do século XX, ainda era comum ter médicos, advogados, militares e políticos, dentre outras áreas comuns aos sujeitos oriundos da elite rural, na posição de jornalistas. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão estudou no Liceu Piauiense, mas não saiu do Estado, como muitos outros, em busca de graduação. Chegou em Picos no dia 19 de março de 1886 para comandar o destacamento de Picos, enviado pelo Coronel Lisandro Francisco Nogueira<sup>4</sup>. Em Picos, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão iniciou a sua jornada política e o jornal *O Aviso* o ajudou nessa construção. Dessa maneira, é possível inferir que a prática política influenciava no fazer político do Coronel Joaquim das Chagas Leitão.

O *Almanak Laemmert* do ano de 1907, informa que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão era o agente<sup>5</sup>, de Picos, do jornal *Piauhy* (órgão oficial e do comércio), de Teresina (PICOS. **Almanak Laemmert**, Rio de Janeiro, ano 64, p. 2074, 1907). Esse dado mostra que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão já tinha relação com a imprensa mesmo antes de inaugurar o jornal *O Aviso*, em 1910. A presença do Coronel Joaquim das Chagas Leitão nos embastes políticos da imprensa teresinense demonstra a força política que ele

---

<sup>4</sup> Nasceu em Valença-PI em 5 de outubro de 1846, faleceu em 13 de março de 1907 em Teresina-PI. Militar e político. Foi juiz do Tribunal de Contas do Estado (1899). Diretor do Departamento de Obras Públicas. Coronel no comando da Polícia Militar (15/07/1891 a 11/12/1891). Conselheiro e presidente do Conselho de Intendência de Teresina em duas legislaturas (1870-1875). Herói da Guerra do Paraguai, participando das batalhas de Lomas Valentina, Tuiuti e Humaitá (GONÇALVES, 2003, p. 281).

<sup>5</sup> O *Almanak Laemmert* não mostra outras informações a respeito deste dado. Pode-se inferir que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão colaborava enviando informações oficiais referentes ao seu cargo de Escrivão do Crime e Tabelaio de Notas da cidade de Picos.

tinha e a ameaça que ele representava aos demais no campo político. Era destruindo a imagem dos oponentes que *O Aviso* ajudava a construir o capital político do Coronel Joaquim das Chagas Leitão no município de Picos. A sua intenção, enquanto sujeito em posição de poder, era a de utilizar o jornal *O Aviso*, também, como ferramenta de vigilância quanto aos desvios de conduta de certos políticos, em especial. Quando o período de campanha política se aproximava, as fiscalizações sob os adversários ficavam cada vez mais intensas.

*O Aviso* mantinha o Coronel Joaquim das Chagas Leitão como “agente politicamente ativo” dentro do campo político, uma vez que o impresso possibilitava que ele se defendesse e permanecesse dinâmico nos embates políticos de Picos e de Teresina. Sobre o campo político, Bourdieu (1989, p. 164) apresenta a seguinte definição:

É o lugar em que se geram, na concorrência entre as agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos, entre os quais os cidadãos comuns, reduzidos ao estatuto de <<Consumidores>>, devem escolher, com probabilidades de mal-entendido tanto maiores quanto mais afastados estão do lugar de produção.

A estratégia de manter um veículo local era crucial para o Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Por isso, diante dos embates políticos, o jornal *O Aviso* buscava construir uma imagem de “herói” para o Coronel Joaquim das Chagas Leitão, como símbolo de um “guerreiro” que estava lutando pela “moralidade” da

sociedade picoense.

O “capital político”, segundo Bourdieu (1989, p. 187-188), “é um crédito firmado na crença e no reconhecimento ou, mais precisamente, nas inúmeras operações de crédito pelas quais os agentes conferem a uma pessoa – ou a um objeto – os próprios poderes que eles lhes reconhecem”. Quer dizer, o “capital político” é uma forma de “capital simbólico”, resultante da aprovação social que torna alguns sujeitos mais aceitáveis do que outros como atores políticos e, portanto, habilitados para a política.

O Coronel Joaquim das Chagas Leitão, sujeito que representava o conhecimento jornalístico, político e jurídico, estava em uma posição de poder, fosse porque os instruídos eram minoria no início do século XX, fosse porque o jornal sempre foi um instrumento de produção, acúmulo e transmissão de saber e verdade. Observe-se que, ao dar visibilidade a determinados discursos, o jornal *O Aviso* construía, fortalecia e consolidava o poder do Coronel Joaquim das Chagas Leitão. Para além disso, o jornal sustentava, em seus discursos, a promessa de “dizer a verdade”, firmando um contrato de credibilidade com o leitor.

O jornal *O Aviso* correspondia ao lugar de difusão das regras do jogo e a uma instância do controle dos sujeitos à medida que os indivíduos eram vigiados através e/ou a partir das leis definidas pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão, que rememorava o Código de Postura do Município de Picos, escrito por ele, sempre que havia desordem. Por meio dele, as pessoas eram representadas em sua individualidade, ou seja, o veículo idealizava os espaços de representatividade à medida que categorizava os sujeitos e definia qual espaço eles deveriam ocupar na sociedade.

Pode-se concluir que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão preservava um posicionamento conservador e, por vezes, revelava

no jornal *O Aviso* um tom autoritário proveniente, talvez, da sua experiência militar do passado. Até os anos quarenta do século XX alguns proprietários de terras da elite picoense ainda ostentavam a patente de “Coronel” oriunda da Guarda Nacional (DUARTE, 1991, p. 111). É provável que o seu empoderamento tenha nascido do processo de militarização nos Estados promovido pelo presidente Hermes da Fonseca entre 1910 e 1920. Durante a gestão de Hermes da Fonseca, o objetivo era retirar o poder das mãos dos grandes fazendeiros, que comandavam as oligarquias, dando-o aos seus subalternos.

Além do controle da opinião pública através do jornal *O Aviso*, entre 1910 e 1930, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão ostentava uma posição de poder, oriunda do “filhotismo<sup>6</sup>”, que rendera o cargo de Tabelião de Notas e Escrivão do Crime e Órgãos de Picos. Ele poderia usar os cargos vitalícios que obteve para intervir nos processos eleitorais do município – com a intenção de prejudicar os adversários ou para conquistar votos – sem que tomassem o seu lugar de poder.

### **Folheando *O Aviso*: aspectos gerais do primeiro jornal picoense**

*O Aviso* começou a circular no dia 15 de novembro de 1910, acompanhando as mudanças que aconteciam no país com relação à produção de informações em escala industrial. Apesar de não ter equipamentos muito sofisticados – como acontecia na imprensa da capital federal que contava com os tipos móveis a vapor – o veículo

---

<sup>6</sup> Troca de favores entre os “amigos” políticos, comum na prática coronelista (LEAL, 2012). O Coronel teve uma relação de confiança com o presidente da província do Piauí Gabino Besouro (1890) de quem recebeu os cargos vitalícios de Tabelião de Notas e Escrivão do Crime da comarca de Picos-PI.

conseguiu manter-se até 1930. O veículo possuía tipografia própria. O jornal *O Aviso* apresentava discursos combativos e notícias de cunho político, que se intensificavam no período de campanhas eleitorais. O jornal *O Aviso* apresentava características de veículo político-partidário, uma vez que, de acordo com Rüdiger (1993, p. 36), esse tipo de jornal era um meio de formação doutrinária da opinião pública, seguindo os termos do partido ao qual estava alinhado. Vale ressaltar que o jornal *O Aviso* nasceu em um período de intensos embates políticos na imprensa de Teresina, oriundos de questões políticas do século XIX, como aponta Nunes (2001).

Analisando o nome do jornal, *O Aviso*, pode-se verificar uma relação direta com o “autoritarismo” e o “mandonismo”, prática frequentemente adotada pelos “Coronéis” durante a Primeira República. Partindo do pensamento de Mouillaud (1997, p. 85), de que o contexto influencia os nomes dos jornais, pode-se dizer que a nomenclatura do jornal *O Aviso* era uma extensão da autoridade e do comando do Coronel Joaquim das Chagas Leitão na região de Picos. Através do jornal, o Coronel pretendia estender o seu poder para um número maior de sujeitos. O nome do jornal *O Aviso* chama atenção não só por sua grafia em letras robustas, mas também pela sua posição centralizada no topo da primeira página. Antes, a nomenclatura do jornal *O Aviso* serve para preparar o leitor, em seu primeiro contato, a respeito dos conteúdos “combativos” que o impresso carrega. O Coronel queria alertar a todos sobre a sua intenção combativa: “[...] pela salvação publica, empregaremos todos as nossas energias e impunharemos as nossas principais armas de combate: a penna, a verdade e a lei” (O NOSSO PROGRAMMA. **O Aviso**. Picos, n. 1, p. 1, 15 nov. 1910).

Além do nome do nome do jornal é preciso também chamar a atenção para o subtítulo de *O Aviso*: *Salus populi suprema lex est*,

que traduzido do latim pode significar tanto “a saúde pública é a lei suprema” como “a segurança do povo é a lei suprema”. De acordo com Heller, Carvalho e Maffini (2020), a palavra *salus* inicialmente aparecia associada à deusa que simbolizava saúde, prosperidade e bem-estar público. Entretanto, “[...] Cícero, o primeiro a referi-la, teria restringido o significado de *salus populi* para designar a segurança da República. Nos séculos que se seguiram, o alcance de *salus* foi consideravelmente ampliado, passando a denotar ‘prosperidade da nação’ e ‘salvação’, de forma que o foco de seu emprego deixou de ser o Estado para se tornar o povo” (HELLER; CARVALHO; MAFFINI, 2020, grifos dos autores).

Considerando que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão não utilizou o termo em latim no cabeçalho do jornal apenas de modo figurativo, avalia-se que mais do que alertar, avisar o leitor sobre os fatos políticos e demais acontecimentos que dava visibilidade, o órgão seria de instrumento para transmitir a segurança do povo por meio da imprensa e dos combates políticos que travava com seus adversários nas primeiras décadas do século XX. Sendo redator e proprietário do jornal *O Aviso*, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão junto como jornal *O Aviso* se coloca como parte do projeto republicano que prometia a “salvação da República” e a “prosperidade da nação”. Não por acaso, o jornal teve sua primeira edição publicada no dia em que se comemora a proclamação da República, em 15 de novembro de 1910.

Na sua primeira edição, de 15 de novembro de 1910, o exemplar do jornal *O Aviso* era vendido na oficina e existiam planos de assinatura para os leitores interessados em acompanhar as notícias que o periódico reportava: 10\$000 por ano, 6\$000 por mês, \$500 por exemplar, e as edições passadas eram comercializadas por \$600 cada. O jornal *O Aviso* era direcionado a uma pequena parcela

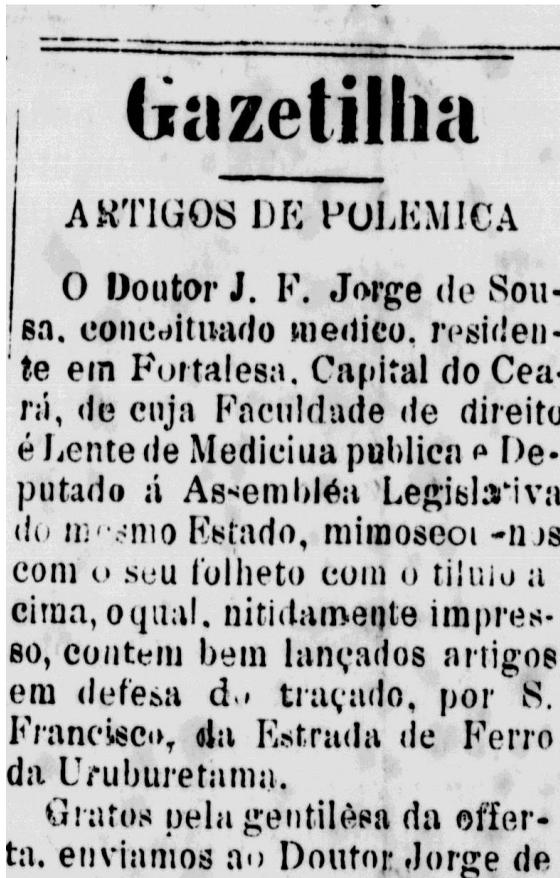
letrada da população picoense, e também circulava em outros municípios que estavam a um pequeno raio de distância.

Além das assinaturas, o jornal *O Aviso* vendia espaços de publicidade para o comércio local, e os proventos serviam para a manutenção do veículo. Em 1910, as publicidades apareciam timidamente, mas ganharam força nas edições dos anos seguintes. As publicidades eram voltadas para divulgar produtos vendidos no comércio local – bens produzidos em Picos ou importados de outros municípios ou estados –, os serviços de advocacia, os atendimentos médicos e, principalmente, para propagar a eficácia dos produtos da indústria farmacêutica.

A primeira página era elaborada com uma notícia mais extensa, geralmente sobre política, e sem ilustrações; apenas alguns fios que separam as colunas e seções. Dentro do jornal, a seção “Gazetilha” destacava-se pelo seu teor político ou pelos assuntos polêmicos que apresentava, como pode ser observada nas Figuras 1 e 2.



Figura 2: Seção “Gazetilha” do jornal *O Aviso* destinada a assuntos políticos.



Fonte: O AVISO. Picos, anno I, n. 1, p. 2, 15 nov. 1910.

A grafia dos títulos das notícias mais importantes do jornal *O Aviso*, as que precisavam chamar mais atenção, eram grafadas com letras robustas e fontes diferenciadas. Em outras palavras, era

uma forma de classificar as seções, para localizar o leitor em relação às notícias mais interessantes. De acordo com Mouillaud (1997, p. 29), “se jornal gerou os títulos, como a cidade gerou as vitrines e as tabuletas, os títulos ‘fazem’ o jornal e as tabuletas a cidade, da qual elas são a receita”.

Inferese-se que, pela falta de espaço na folha e pela quantidade reduzida de páginas, o tipógrafo do jornal *O Aviso* precisava reduzir o tamanho das letras (tipos) em algumas das seções “menos importantes”, como as colunas de entretenimentos e necrologias. Observa-se, também, a existência de textos em angulações diferentes para possibilitar o encaixe dos caracteres. Segundo Mouillaud (1997, p. 34), o jornal é um dispositivo porque é um lugar físico no qual o texto deve ser inscrito. Portanto, o texto e o dispositivo são geradores um do outro e a sua relação é dinâmica. Uma pressão dos textos “fora de norma” pode deformar o dispositivo e até mesmo fazer com que ele imploda.

O jornal *O Aviso* tinha periodicidade quinzenal. É possível inferir que os altos custos de produção não permitiriam uma periodicidade menor do jornal. Por se tratar de um veículo em uma cidade rural, com uma população letrada pequena, provavelmente o reduzido número de assinaturas era insuficiente para cobrir os gastos com as tiragens.

Identificou-se também a presença de pelo menos dois sujeitos que dividiam as funções do jornal *O Aviso* entre 1910 e 1930. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão, proprietário do jornal e Diretor que também desempenhava o papel de redator, vendedor do jornal/assinaturas e vendedor dos espaços publicitários, e José Francisco da Silva, Diretor da Oficina e Tipógrafo, responsável pela diagramação e pelo manuseio do prelo (NECROLOGIAS. **O Aviso**. Picos, 1911, n. 17, p. 4, 15 set. 1911). Mais tarde, na segunda

fase de circulação do jornal<sup>7</sup> a partir de 1917, Braulio Leitão<sup>8</sup> assumiu o cargo de Diretor da Oficina do jornal *O Aviso* (GENETHLIACOS. **O Aviso**. Picos, n. 175, p. 2, 15 mai. 1930).

Durante a análise, foi possível perceber que a denominação do jornal *O Aviso* sofreu alteração. Identificou-se que ele teve duas fases: até 1911 o seu nome aparece como *O Aviso* e a partir de 1917 começa a circular como *Aviso*. Embora tenha mudado a grafia, não foi observada nenhuma outra mudança significativa na linha editorial. O jornal permaneceu servindo aos interesses políticos do Coronel Joaquim das Chagas Leitão e combatendo os adversários.

A primeira década do século XX foi marcada por avanços e melhorias que impactaram o dia a dia da sociedade picosense. Um desses avanços foi a implantação do telégrafo, que representou progresso para a comunicação na cidade. O aparato técnico possibilitou o envio e recebimento de mensagens entre Picos e a capital Teresina, localizada a mais de 300km. *Almanak Laemmert*<sup>9</sup> aponta o nome do responsável técnico pela operação do equipamento em Picos: Antônio Lopes Filho (PICOS. **Almanak Laemmert**, Rio de Janeiro, ano 64, p. 2074, 1907).

A implantação do jornal *O Aviso* foi um marco tecnológico e de progresso para a cidade de Picos. É relevante acrescentar que a novidade não excluiu o meio de comunicação existente antes dele: o telégrafo. Os dois passaram a coexistir. O telégrafo foi

---

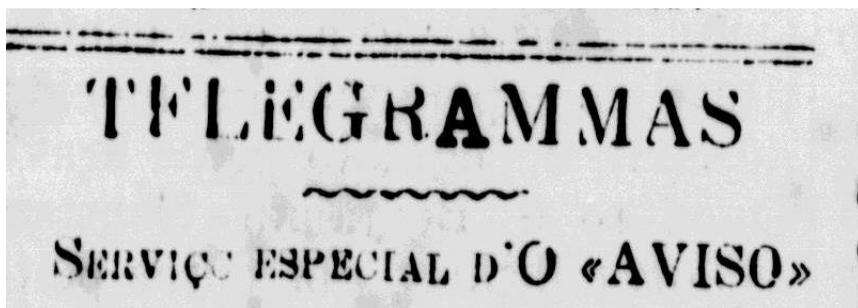
<sup>7</sup> Nas edições analisadas, entre 1910 e 1930, observa-se que o nome do jornal sofreu alteração – muda de *O Aviso* (1911) para *Aviso* (1917) – para marcar a nova fase do impresso. No entanto, a única mudança, além da grafia, foi a substituição do Diretor da Oficina. Em decorrência da falta de exemplares entre 1911 e 1917, a nova denominação do jornal só pode ser observada em 1917.

<sup>8</sup> O jornal *O Aviso* não mostra outras informações a respeito de Braulio Leitão.

<sup>9</sup> Esse almanaque faz uma compilação de informações administrativas, comércio e indústria do Rio de Janeiro e outras cidades do Brasil.

incorporado como ferramenta de captação de informações que iriam compor o jornal. A relação de parceria era tão evidente que a operação telegráfica ganhou uma seção intitulada “Telegrammas” (ver Figura 3) na segunda página do jornal.

**Figura 3: Seção destinada a publicação de telegramas.**



Fonte: O AVISO. Picos, anno I, n. 1, p. 2, 15 nov. 1910.

O telégrafo contribuiu de duas formas para *O Aviso*, a saber: primeiro, como fonte de matéria-prima para as notícias do jornal e, segundo, como mensageiro – considerando que não existiam redes telegráficas nas cidades vizinhas, os telegramas chegavam através das páginas do jornal.

Até boa parte da primeira metade do século XX, a imprensa brasileira ainda não contava com manuais de estilo, manuais jornalísticos e códigos de ética. Esses aspectos aparecerão mais tarde no campo jornalístico, apenas em 1950 (RIBEIRO, 2003). Na sua ausência, verifica-se que, corriqueiramente, os proprietários dos jornais e seus respectivos diretores e jornalistas definiam as regras de produção da notícia por meio do discurso autorreferencial. No caso do jornal *O Aviso*, a estratégia fica explícita na matéria intitulada “Os Mandamentos da Lei Typographica”, que foi republicada

em muitas de suas edições, na qual aparecem três regras carregadas de imposições para os leitores e outras sete que institui normas para o funcionamento do veículo:

#### OS MANDAMENTOS DA LEI TYPOGRAPHICA

- 1.º – Pensarás que uma typographia é propriedade particular.
- 2.º – Não a confundir as com uma caverna ou botequim.
- 3.º – Pagarás os annuncios e as obras que mandaram em publicar.
- 4.º – Entraras no estabelecimento como em um templo de arte.
- 5.º – Não palestrarás no escriptorio, nem empatar as os typografos com perguntas ciosas.
- 6.º – Não te approximas da mesa de revisão.
- 7.º – Não te chegarás para os prelos nem para as caixas a ler ou abiscoitar os originaes, o que vale a censura de que te esqueceste da educação que te deram.
- 8.º – Não terás estudadas pretensões liderarias, nem arrancar as os tipos com tuas neciedades.
- 9.º – Escreverás limpa, clara e ortographicamente e o que publicares seja teu e não plagiado.
- 10.º – Corrigir as duas provas, mas, a tempo e sem exigir que te mandem a casa, e ao revisá-las, não augmentarás períodos, nem eliminar as parágraphos, causa de embirramento para qualquer typographo.

-

"O 3.º mandamento: pagarás os annuncios e as

obras que mandaram publicar e o 7.º não te chegarás para os prelos nem para as caixas a ler ou abiscoitar os originaes, o que vale a censura de que te esqueceste da educação que te deram" devem ser decorados por aqueles que costumam proceder de modo contrário. (OS MANDAMENTOS DA LEI TYPOGRAPHICA. O **Aviso**. Picos, n. 22, p. 4, 30 nov. 1911)

São dez os "Mandamentos da Lei Typographica". Segundo o proprietário do veículo, Coronel Joaquim das Chagas Leitão, os três primeiros indicam a honra do público e os outros sete servem a paz e o proveito do dono do estabelecimento. Como nos mandamentos da Igreja Católica, essas dez regras expressavam de forma sintetizada a lei moral do jornal, que figurava como uma forma de estabelecer uma relação de saber/poder.

Os "Mandamentos da Lei Typographica" coagiam a sociedade ou as instituições a não exercerem pressão com relação à produção discursiva do jornal *O Aviso*. As principais regras eram: o primeiro mandamento – "Pensarás que uma typographia é propriedade particular" – deixa bem claro que o veículo é uma entidade privada, ou seja, tentava blindar os discursos produzidos por ele. O quinto mandamento – "Não palestrarás no escriptório, nem empatarás os typographos com perguntas occiosas" – explicita que o jornal não permitia contestações a respeito dos discursos produzidos por ele.

A coação também aparecia no corpo do jornal pela forma impositiva do texto. Entende-se que os exemplares chegavam às residências e, talvez, devido à posição de mando do dono do jornal *O Aviso*, o leitor acabava assinando-o por medo de retaliações, como mostra a nota publicada no dia 30 de novembro de 1910, com o

título “Prevenindo”:

As pessoas que receberem esta folha e que, porventura, não queirão aceitar a respectiva assignatura, deverão restituil-a á redacção, dentro do praso maximo de 24 horas para as residentes na Cidade, de 10 dias para as do interior do municipio e de um mez para as de outros municípios do Estado.

Quem é assim não o fará, será considerado assignante, e como tal deverá mandar saptisfazer a importancia da assinatura (PREVENINDO. O **Aviso**. Picos, n. 2, p. 3, 30 nov. 1910).

A citação acima mostra que a venda de assinaturas acontecia através de coação. Sem solicitar, algumas pessoas recebiam o jornal em casa e se tornavam assinante automaticamente caso não devolvesse no prazo estipulado pelo veículo. Era uma estratégia de natureza autoritária. O jornal dava o prazo de devolução de vinte e quatro horas para quem morava em Picos, dez 10 dias para quem fosse de outra cidade e até um mês para quem morava em outro Estado, como fica evidente no fragmento transcrito acima.

Para além do exposto, a “Lei Typographica”, proposta pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão, representava um “manual de jornalismo”, fosse para orientar os tipógrafos com relação às regras do veículo, fosse para construir uma imagem de si, para assegurar o seu lugar de produção e circulação de sentidos. Segundo Fausto Neto (2008, p. 98), a autorreferencialidade é utilizada pela mídia como estratégia para estabelecer um contrato de confiança entre o sistema de produção e a comunidade leitora, com a intenção de construir vínculos.

Além da “Lei Typographica”, o Coronel Joaquim das Chagas Leitão também instituía regras aos colaboradores – normas de conduta que mais se pareciam com “códigos deontológicos”<sup>10</sup> –, apresentadas no “Expediente” do veículo, como forma de adequar a prática jornalística e o comportamento profissional às normas do jornal *O Aviso*:

Para que possa ser publicado a correspondência enviada, é preciso que venha acompanhada da responsabilidade legal.

Não será aceito o artigo que não for por escrito em linguagem moralizada e comedida. Serão publicados gratuitamente os de interesse do comércio, da lavoura e da instrução; e bem assim os que digam respeito ou interessarem por qualquer modo a um amigo contribuinte (EXPEDIENTE. *O Aviso*. Picos, n. 1, p. 2, 15 nov. 1910).

Os manuais só apareceram no Brasil em meados do século XX por meio de uma adaptação dos manuais norte-americanos. Foi Pompeu de Sousa<sup>11</sup> que criou as “Regras de Redação do Diário

---

<sup>10</sup> Foi o Filósofo e Economista inglês Jeremy Bentham quem inaugurou o conceito, em sua obra *Deontology or the Science of Morality*, um trabalho póstumo publicado em 1834. A deontologia é considerada uma espécie de gênero moral - mas também ligada à ética -, ou seja, é uma atividade que não trata de como o indivíduo é (ontologia), mas, de como o indivíduo deve ser (deontologia). Tem por finalidade o imperativo da existência de regras morais e/ou jurídicas que regem uma determinada ação funcional (PAULIN, 2014).

<sup>11</sup> Formou-se em psicologia e sociologia pela antiga Universidade do Brasil, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), foi professor de português no Colégio Pedro II e na Escola Amaro Cavalcanti (1936-1938) e de técnica

Carioca”, em 1950, estimulado pelas experiências adquiridas nos veículos dos Estados Unidos, por onde passou (ANASTÁCIO, 2016, p. 4).

O jornal *O Aviso* enfrentou dificuldades para circular em vários momentos. Os investimentos para imprimir o jornal eram poucos. Além disso, no início do século XX, o preço do papel era alto e o transporte dos insumos era difícil. A redação se limitava a duas ou três pessoas, os leitores pagavam o preço do papel com a contratação de assinaturas. Por muitas vezes, os correligionários do proprietário do jornal *O Aviso* ajudavam na manutenção do veículo com doações de suprimentos para contribuir com a circulação do impresso, como pode ser observada na notícia “Mais um valioso donativo”, publicada em 30 de setembro de 1911 no jornal *O Aviso*: “O nosso esforçado e leal amigo capitão José Polycarpo de Sousa, honrado commerciante deste município. veio ao nosso escriptorio e offereceu nos espontaneamente duas resmas de bom papel de impressao para o nosso jornal.” (MAIS UM VALIOSO DONATIVO. **O Aviso**. Picos, n. 18, p. 3, 30 set. 1911).

De fato, o jornal *O Aviso* encontrou dificuldades durante a sua existência. Em carta enviada por Olympio Costa<sup>12</sup> ao impresso, observa-se que os obstáculos enfrentados pelo Coronel Joaquim das Chagas Leitão para manter o veículo permaneceram até 1930:

Fundar e manter um jornal nesses rincões, onde

---

jornalística durante o curso Departamento Nacional de Filosofia, atual Departamento de Comunicação da UFRJ (1945), participou da formação da Associação Brasileira de Escritores (1945) e da União dos Trabalhadores Intelectuais (1946) (ROBERTO..., [s.d.], p. 1).

<sup>12</sup> Olympio Costa foi contemporâneo do Coronel Joaquim das Chagas Leitão no Liceu Piauiense.

a absoluta falta de material apropriado, pessoal tecnico, annuncios, público legente ou meio circulante é mais do que esforço e abnegação – é um verdadeiro heroísmo. Só os espíritos altamente emprehendedores, compenetrados de sua missão social, capazes de dominar e de vencer a ação hostile dos zoilos tomam a seus hombros tarefa tão espinhosa (CARTAS DE PICOS. **Aviso**. Picos, n. 176, p. 1, 31 maio 1930).

É possível observar que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão costumava encaminhar as edições do seu jornal para as redações de outros veículos que comungavam do mesmo posicionamento político. Um telegrama publicado pelo jornal *O Aviso* no dia 15 de fevereiro de 1911 mostra que o jornal *O Comércio*<sup>13</sup>, de Teresina, era um dos veículos que fazia permuta de informações com o Coronel Joaquim das Chagas Leitão, como é possível ver abaixo:

Recebemos e assas agradecemos a visita d'O Aviso, jornal que acaba de sahir à luz, na cidade de picos, d'este estado. tem como redactor chefe o coronel Joaquim das Chagas Leitão. Vêm no mesmo bem traçados artigos o apresenta-se com um programma de interesses geraes, que incontestavelmente reaes serviços ha de prestar às diversas classes. com praser já iniciamos a nossa permuta (O COMMERCIO. **O Aviso**. Picos, n. 7, p. 3, 15 de fev. 1911).

---

<sup>13</sup> “Redação de Totó Rodrigues. Político, noticioso e literário. Quase nenhuma colaboração de intelectuais da terra, pois trazia mais transcrições de autores maranhenses.” (PINHEIRO FILHO, 1997, p. 230)

O jornal *O Aviso* estava um passo atrás das empresas que se constituíam na imprensa dos grandes centros. Atraso motivado, talvez, pela falta de capital para investir em equipamentos com tecnologias modernas. As renovações tipográficas do jornal eram as únicas inovações que aconteciam no veículo. Em 15 de agosto de 1911, o jornal *O Aviso* noticiou sobre a renovação dos seus “typos”, através de doação feita pelo Coronel Jonas de Moraes Correia<sup>14</sup>:

Conforme se ver do telegramma inserto na secção competente, o nosso distincto amigo Coronel Jonas Correia, – prestigioso chefe político do norte do Estado e um dos mais denodados campeões do progresso da terra que ele deu o berço, – honra de offerecer a esta folha diversos kilos de typos novos, sahidos de uma das fundições do Rio de Janeiro, d'onde veiu de regrassar.

Agradecendo tão valioso donativo, hypothecamos ao illustre piauiense, aquem o <<O Aviso>>, Já devia elevaudos e inestimaveis serviços, – a nossa sincera gratidão (LEITÃO, Joaquim das Chagas. *O Aviso*. n. 15, p. 3, 15 ago. 1911).

Diferentemente da transmissão telegráfica ou da

---

<sup>14</sup> Nasceu em Parnaíba-PI em 15 de janeiro de 1874, onde também faleceu em 27 de setembro de 1915. Comerciante e político. Foi prefeito de Parnaíba (1901-1904). Conselheiro e presidente do Conselho de Intendência em várias legislaturas. Deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa (1912-1916). Jornalista corajoso e apaixonado, defendeu a necessidade de criar um Porto de Amarração e o tráfego ferroviário. Patrono da Cadeira nº 24 da Academia Piauiense de Letras (GONÇALVES, 2003, p. 127).

comunicação por cartas, a chegada da imprensa a Picos significou outra mudança importante. *O Aviso* possibilitou a propagação de informações em larga escala. O veículo inaugurou o processo de industrialização das notícias, provocou mudanças na cultura do consumo de informações e, conseqüentemente, gerou transformações na opinião pública da cidade de Picos.

Observa-se que o jornal *O Aviso* desempenhou um papel decisivo na transformação da cultura política picoense, promovendo a congregação dos indivíduos na tomada de decisões e influenciando diretamente o funcionamento das questões partidárias do município. Os discursos do jornal *O Aviso* atravessavam o imaginário social da cidade de Picos, carregados de símbolos provenientes do republicanismo: “ordem”, “progresso”, “civildade” e “liberdade”. Promovia, portanto, modificações na cultura política da cidade de Picos, utilizando um arsenal simbólico que prometia desvencilhar o Brasil do passado obscuro da monarquia.

Berstein (1998, p. 351) afirma que a cultura política é um conjunto de normas, valores, tradições, práticas e expressões que são transmitidas e compartilhadas por indivíduos em suas experiências em um determinado cenário histórico e cultural. Os detentores dessa cultura política utilizam discursos codificados, onde o vocabulário é utilizado, com repetições e palavras-chaves, produzindo um efeito de transformação nos indivíduos que se relacionam. Ademais, a cultura republicana, por exemplo, era baseada em duas linhagens filosóficas: a do iluminismo, que defendia a liberdade política, econômica e religiosa assegurada pela lei, e a do positivismo, que defendia o progresso social através da disciplina e da ordem.

O jornal *O Aviso* defendia repetidamente o seu propósito de existência, de promover a “salvação pública”, através de textos

autorreferenciais. Além disso, buscava validar o papel da imprensa perante a República com o discurso de que o jornalismo era ferramenta essencial para manter o país no caminho da civilidade e o novo regime.

As informações não eram publicadas no jornal *O Aviso* se fossem desinteressantes para o proprietário ou irrelevantes para o seu partido. Por ser o único veículo de comunicação de Picos, ele orientava o fluxo de informações que circulavam na cidade. Da mesma forma que o jornal *O Aviso* evidenciava alguns assuntos, também proibia outros. Essa prática se estabelecia porque o diretor/proprietário do jornal encontrava-se em uma posição de poder que o permitia controlar os assuntos que eram impressos. Por isso, a sociedade picoense era alvo constante de conteúdos combativos da política partidária difundidos pelo jornal *O Aviso*.

Habitualmente, o redator/proprietário do jornal *O Aviso* reservava a primeira página para uma notícia de maior relevância, geralmente de algum fato atual que se enquadrasse na linha editorial do veículo, ou seja, questões político-partidárias. Por vezes, agendava-se através de notícias publicadas pelos veículos da mesma vertente partidária da capital federal ou na capital do estado.

As notícias do jornal *O Aviso* eram sempre novidade, principalmente por ser o único veículo de comunicação da cidade. No entanto, o telégrafo proporcionou às informações um estatuto de atualidade, uma vez que tornou possível encurtar o tempo de transporte entre o acontecimento e o leitor. Antes, o veículo dependia da morosidade dos Correios. Diante do exposto, considera-se que esse avanço tecnológico contribuiu consideravelmente para o desenvolvimento do primeiro jornal picoense. Com a facilidade e agilidade da comunicação telegráfica, foram criadas rotinas mais

alinhadas ao prisma da novidade, atualidade e volume de matéria-prima.

A comunicação sempre foi imprescindível para os indivíduos, por isso foram criados meios e ferramentas para tal ao longo da história, ainda que não atingisse um grande público. A sociedade picoense foi impactada com a nova tecnologia da informação porque, a partir dela, aconteceram processos midiáticos relevantes que provocaram mudanças sociais, culturais e políticas. Ao observar os anos de circulação de *O Aviso* (1910–1930), fica evidente que o jornal teve um importante papel no debate político da cidade de Picos, com contribuições notáveis que impactaram decisões políticas da sociedade, principalmente durante os períodos de campanhas eleitorais municipais, estaduais e federais.

### **Considerações finais**

No contexto da Primeira República, o Brasil pode ser visto como um país oligárquico, latifundiário e de economia baseada na exportação de produtos agrícolas. Foi um período bastante marcado pela atuação do “Coronel” no âmbito local, que fazia parte da dinâmica do Império e ganhou poder com a mudança de regime. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão, remanescente da Guarda Nacional, adquiriu poderes através das relações políticas no final do século XIX e se tornou um importante chefe político na cidade de Picos (PI) durante a República dos Governadores. Grande parte dessa posição de poder foi construída com ajuda do jornal que ele fundou na cidade de Picos em 15 de novembro de 1910: *O Aviso*. Tal veículo ajudou na manutenção do poder de mando do Coronel Joaquim das Chagas Leitão, uma vez que serviu de arma para combater os seus adversários políticos na cidade de Picos.

O *Aviso* também contribuiu para criar na sociedade um sentido de estabilidade política gerado pela Proclamação da República. Não por acaso, *O Aviso* foi lançado no dia 15 de novembro de 1910, em meio às comemorações da Proclamação da República. Pode-se inferir que o jornal *O Aviso* foi lançado propositalmente no dia da Proclamação da República para que o Coronel Joaquim das Chagas Leitão pudesse defender os seus ideais republicanos, aproveitando as festividades populares do 15 de novembro de 1910, que já costumavam acontecer anualmente na cidade de Picos. Esse é um indicativo de que o jornal *O Aviso* foi pensado para modelar o pensamento social através dos símbolos republicanos: a mobilização para levar a população para as ruas, a banda de música entoando o hino nacional, tiros de espingarda, as bandeirolas carregadas pelas crianças e o desfile cívico. O Coronel Joaquim das Chagas Leitão aproveitou os festejos da proclamação, em 1910, para fortalecer na sociedade os valores patrióticos e de civilidade, que tanto acreditava, através do jornal *O Aviso*. Paralelamente, aconteciam as guerras discursivas travadas entre *O Aviso* e os jornais adversários de Teresina durante a Primeira República, que ajudavam o Coronel Joaquim das Chagas Leitão a se manter ativo no campo político através do campo jornalístico, que lhe concedia prestígio e *status* por meio do discurso.

A partir da análise realizada com os exemplares do jornal *O Aviso*, foi possível constatar que o jornal serviu de instrumento político-partidário para o Coronel Joaquim das Chagas Leitão no período de 1910 a 1930. Portanto, contribuiu para defender seus correligionários e combater seus adversários políticos: o Coronel Antônio Rodrigues da Silva, o Coronel Francisco Santos e o Coronel Josino Ferreira.

## REFERÊNCIAS

ALBANO, Maria da Conceição Silva; SILVA, Albano (Orgs.) 2011. **Picos nas anotações de Ozildo Albano**. Picos, PI: 2011. 183p.

ANASTÁCIO, Vítor Santos dos Santos. **Do nariz de cera ao lide: experiências narrativas no diário carioca**. 2016. 79 p. Monografia (Graduação em Comunicação Social/Jornalismo) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/6458/1/VAnastácio.pdf>> Acesso em: 11 jan. 2022.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-. François (Org.). **Para uma História Cultural**. Lisboa: Estampa, 1998. BRASIL.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Brasil: Bertrand Brasil, 1989.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARTAS DE PICOS. **Aviso**. Picos, n. 176, p. 1, 31 maio 1930.

COSTA, Emília Viotti da. **Da monarquia à república: Momentos decisivos**. 6. ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

DUARTE, Renato. **Picos: os verdes anos 50**. Recife, PE: Liber, 1991. 195p.

EXPEDIENTE. **O Aviso**. Picos, n. 1, p. 2, 15 nov. 1910.

FONSÊCA, Graziani Gerbasi. **Os italianos de Picos**: esboço para a história das relações entre o Golfo de Policarpo e o Sertão Nordestino a partir do ano 1870. Teresina, PI: EDUFPI, 2004. 281p.

GENETHLIACOS. **O Aviso**. Picos, n. 175, p. 2, 15 mai. 1930.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário enciclopédico piauiense ilustrado**: 1549-2003. Teresina: Academia Piauiense de Letras, 2003.

HELLER, Gabriel; CARVALHO, Guilherme; MAFFINI, Rafael. *Salus populi suprema lex esto: Michael Oakeshott e a crise do coronavírus*. In: **Estado**. 31 mar. 2020. Disponível em: <https://estado-daarte.estadao.com.br/oakeshott-a-crise-do-coronavirus/>. Acesso em: 10 jul. 2022.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEITÃO, Joaquim das Chagas. **O Aviso**. n. 15, p. 3, 15 ago. 1911.

MAIS UM VALIOSO DONATIVO. **O Aviso**. Picos, n. 18, p. 3, 30 set. 1911.

MOUILLAUD, Maurice. *Da forma ao sentido*. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Org.). **O Jornal**: da forma ao sentido. 2. ed. Brasília: Paralelo 15, 1997. 589 p.

NECROLOGIAS. **O Aviso**. Picos, 1911, n. 17, p. 4, 15 set. 1911

NUNES, Maria Cecília S. de A. Trama e poder: trajetória do republicanismo no Piauí (1870-1894). In: EUGÊNIO, João Kennedy (Org.). **Histórias de vários feitio e circunstância**. Teresina: Instituto Dom Barreto, 2001, p. 210-233.

O COMMERCIO. **O Aviso**. Picos, n. 7, p. 3, 15 de fev. 1911.

O NOSSO PROGRAMMA. **O Aviso**. Picos, n. 1, p. 1, 15 nov. 1910.

OS MANDAMENTOS DA LEI TYPOGRAPHICA. **O Aviso**. Picos, n. 22, p. 4, 30 nov. 1911.

PAULIN, Milson Fernandes. **A deontologia e a necessidade da criação de um código de ética notarial**. CNB, São Paulo, 2014. Disponível em: <[https://www.cnbsp.org.br/?url\\_amigavel=1&url\\_source=noticias&id\\_noticia=7312&filtro=&Data=&lj=1326](https://www.cnbsp.org.br/?url_amigavel=1&url_source=noticias&id_noticia=7312&filtro=&Data=&lj=1326)> Acesso em: 11 jan. 2022.

PICOS. **Almanak Laemmert**, Rio de Janeiro, ano 64, p. 2074, 1907.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da imprensa no Piauí**. 3. ed. Teresina: Zodíaco, 1997.

PINHEIRO FILHO, Celso. **História da Imprensa no Piauí**. 4. ed. Teresina: Bienal, 2017.

PREVENINDO. **O Aviso**. Picos, n. 2, p. 3, 30 nov. 1910.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart (2003). **Jornalismo, literatura e política**: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, CPDOC/FGC, Vol. 1, no. 31, pp. 147-160.

ROBERTO Pompeu de Sousa Brasil. Dicionário da Elite Política Republicana (1889-1930). CPDOC, FGV, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-pompeu-de-sousa-brasil>>. Acesso em: 20 maio 2022.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. Porto Alegre: UFRGS, 1993.



## LUGARES PARA AS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE POBREZA NA GRANDE REPORTAGEM TELESIVA

Rafael Rangel Winch

Os lugares que os as fontes de informação ocupam no cotidiano concreto e também no plano discursivo construído pelo jornalismo dependem, em grande medida, do pertencimento à uma classe social. Evidentemente, a classe não é o único marcador social da diferença que delimita posições em termos de representações midiáticas. Raça, gênero, sexualidade, idade e território são algumas das várias outras clivagens sociais também conformadores dos processos de valoração das vozes fontes no jornalismo. Todavia, no Brasil, país historicamente marcado por um alto nível de desigualdade social, investigar como as pessoas em situação de pobreza se expressam nas narrativas jornalísticas, sobretudo, em produções do telejornalismo.

Em solo brasileiro, a questão da classe social voltou a despertar mais atenção nos últimos anos, em parte, devido à divulgação de estudos já no final da década de 2000. A Fundação Getúlio Vargas (FGV) publicou, em 2008, a pesquisa "A Nova Classe Média", que enfatiza uma mudança na distribuição de renda entre os brasileiros. Neste mesmo ano, outra pesquisa acerca do assunto foi divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). O estudo "Pobreza e riqueza no Brasil metropolitano" também destaca redução na taxa de pobreza e na desigualdade da renda do trabalho. Contudo, apesar de ambas as pesquisas trazerem dados semelhantes, cada uma interpretou as estatísticas de maneira particular. Desde então, para a FGV, o Brasil passou a ser

caracterizado como um país de classe média, percepção não compartilhada pelo Ipea, que somente chamou a atenção para uma melhora na vida da população brasileira.

O presente estudo possui como objetivo principal compreender como o discurso jornalístico sobre a pobreza valoriza as vozes das fontes de classes populares. Já os objetivos específicos são: a) identificar as posições-sujeito nas manifestações de tais fontes; b) evidenciar como as emoções se expressam na valoração das vozes das pessoas pobres; c) discutir como as fontes especializadas e autorizadas integram este processo valorativo; e debater acerca de como a pobreza é apreendida discursivamente pelo jornalismo. Este conjunto de propósitos encaminha uma análise discursiva de seis grandes reportagens televisivas que abordam diferentes situações de pobreza. As produções analisadas são oriundas dos programas *Câmera Record* (Rede Record), *Caminhos da Reportagem* (TV Brasil) e *Profissão Repórter* (Rede Globo).

Após essa introdução, o capítulo as seguintes partes: 1) Breves apontamentos reflexivos sobre o conceito de classe social e pobreza, destacando especialmente a dimensão imaterial das desigualdades sociais; 2) Discussão em torno das fontes de informação, da questão da emoção no discurso jornalístico e da grande reportagem televisiva; 3) Caminho metodológico e principais resultados da pesquisa; e 4) Conclusões do estudo.

## **Desigualdades: classe social e naturalização da pobreza**

Ao articular as dimensões econômicas, sociais, culturais e simbólicas, o sociólogo francês Pierre Bourdieu compreende as marcas de distinção dos agentes – o conjunto de traços de um estilo de vida – como uma translação das diferenças objetivas entre as

classes. As várias modalidades de capitais também se relacionam à trajetória do agente e de sua respectiva classe social (BOURDIEU, 2007). Assim, o conjunto de disposições de conduta expressadas no *habitus* constitui, ao longo tempo, percepções comuns sobre o passado e o futuro dos indivíduos e de seus grupos, bem como do valor conferido a eles. Tais percepções se referem aos modos como os agentes se voltam para o futuro, a novidade, o movimento, a inovação, o progresso, ou ainda, ao contrário, às formas como os indivíduos se orientam para o passado, movidos pelo ressentimento social e conservadorismo. As experiências de uma condição de classe determinada se inscrevem no *habitus* como esquemas de avaliação e percepção de vivências posteriores.

Segundo a teoria de Pierre Bourdieu, as classes populares possuem uma menor probabilidade de impor sua visão de mundo às demais classes uma vez que a força relativa dos agentes é limitada por conta de sua posição e seus capitais no espaço social. Ademais, se as classes populares são caracterizadas por um certo conformismo em relação ao seu lugar social, os agentes das classes intermediárias cultivariam, nas lutas simbólicas, uma pretensão de apropriar-se dos valores dominantes – assim como objetos que reforcem uma raridade e exclusividade – como maneira de estabelecer a sua distinção perante os indivíduos situados em condições socialmente vistas como inferiores. Essa distinção, conforme lembra o autor, estaria muitas vezes mais associada à ordem do parecer do que do ser.

Em estudos sobre a desigualdade social brasileira, o sociólogo Jessé Souza emprega o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu, compreendendo-o como um conjunto de disposições simbólicas, esquemas valorativos e avaliativos em relação aos mais variados objetos e práticas da vida e do cotidiano. Souza (2003) lembra

que tais disposições são incorporadas desde o nascimento de cada indivíduo e são constituídas por afetos, aprendizados e incentivos reproduzidos ao longo da trajetória dos agentes e de suas respectivas classes sociais. Conforme Souza (2003, p. 43), “o conceito de *habitus* permite sair da prisão do realismo da estrutura na medida em que se apresenta como a forma pela qual a ‘necessidade’ exterior pode ser introjetada, mais que isso, ‘encarnada’ e ‘incorporada’ pelos agentes”. Sendo um esquema de conduta e comportamento, o *habitus* trabalha para gerar e orientar práticas individuais e coletivas.

Ainda que reconheça a pertinência do *habitus* para observar as disposições de classe no espaço social, o sociólogo brasileiro entende que tal conceito não contempla as especificidades da modernidade periférica, sobretudo, da complexidade do contexto histórico do Brasil. Jessé Souza propõe, então, pensarmos numa “pluralidade de *habitus*”. Para o autor, as mudanças na estrutura econômico-social devem implicar, conseqüentemente, transformações importantes no tipo de *habitus* para todas as classes envolvidas de algum modo nessas mudanças (SOUZA, 2003). Buscando readequar a perspectiva do pensador francês para a realidade brasileira, Souza sugere desmembrar a noção de *habitus* em três categorias: *habitus* primário, *habitus* precário e *habitus* secundário.

O *habitus* primário é equivalente ao conceito geral trabalhado por Pierre Bourdieu, tratando-se de esquemas avaliativos e disposições comportamentais incorporados num determinado contexto de cidadania e dignidade efetivamente compartilhados entre os agentes sociais. Já o *habitus* precário seria o limite do *habitus* primário para baixo, isto é, diz respeito a um tipo de personalidade e conjunto de disposições que não atendem às demandas objetivas de uma sociedade moderna e competitiva. Por sua vez, o *habitus*

secundário também tem a ver com o limite do *habitus* primário, no entanto, para cima, visto que se refere à uma fonte de reconhecimento e respeito social limitado a determinados indivíduos e classes. Fazem parte dos elementos de distinção desse *habitus* a qualificação, posição e salário dos agentes sociais. Jessé Souza sustenta que a classe social enquanto ideia é mal concebida por vários fatores. Primeiramente, determinados setores da sociedade, incluindo uma parte da ciência e da imprensa hegemônica, estariam desinteressados em discutir profundamente as causas da desigualdade social brasileira. O autor nos lembra, todavia, que até para esses grupos e indivíduos a existência das classes sociais dificilmente será negada. Apesar de serem reconhecidas as diferenças entre os indivíduos no que concerne à sua posição na sociedade, silenciam-se as origens e as conexões da distinção com determinadas ideologias e com o próprio sistema.

Sendo predominantemente reconhecida como a face mais aguda da desigualdade social, a pobreza, em termos conceituais, abarca diferentes compreensões e indicadores. Primeiramente, a conceituação da pobreza pode ser feita em termos relativos ou absolutos. Silva (2009) elucida essas duas possibilidades de definição. A pobreza absoluta está relacionada ao não atendimento das necessidades mínimas para reprodução biológica. Já a pobreza relativa diz respeito à estrutura e à evolução do rendimento médio de um determinado país. “O que significa dizer, que a concepção de pobreza relativa se fundamenta na ideia de desigualdade de renda e de privação relativa em relação ao modo de vida dominante em determinado contexto”. (SILVA, 2009, p. 157).

De modo geral, a pobreza coloca em cena a ausência ou insuficiência de recursos que garantam níveis básicos de dignidade e qualidade de vida. Em outras palavras, a pobreza tem a ver com

o não acesso aos bens e serviços indispensáveis à existência humana. Os estudos científicos e também as legislações que buscam definir o que é uma pessoa em pobreza relativa ou extrema vão se alterando conforme transformações de ordem política e econômica. Muitas destas leituras de caráter essencialmente quantitativo-estatístico situam-se numa zona limitada que impossibilita o alcance de uma compreensão mais precisa e contextualizada acerca dos mecanismos que geram a pobreza como face mais escancarada da desigualdade social. Demo (1988) critica a aceção de pobreza como sendo um instrumento de medição da carência humana a partir de um critério econômico. O autor defende um entendimento da pobreza como a repressão do acesso às vantagens sociais". Com esta perspectiva assume-se uma relação dialética com a sociedade, uma complexa estrutura social dividida entre pessoas que acumulam privilégios e pessoas que trabalham para sustentar os privilégios dos outros.

Os discursos sobre a pobreza e os indivíduos pobres também são problematizados por Cerqueira (2006), autora que sinaliza a existência de uma grande dificuldade no trato da questão: reconhecer que são, antes de tudo, possuidores de desejo. De acordo com tal perspectiva, há um poderoso imaginário focalizado na impotência das pessoas pobres, um processo que imputa sofrimento, piedade e resignação em detrimento de formas mais ativas, resistentes, criativas e emancipadoras. Este modo de tratar os pobres ainda colabora para a manutenção de um sistema de desigualdades profundas.

## **Jornalismo: fontes, emoção e grande reportagem em TV**

Fisher (2018) observa que grande parte da literatura relevante sobre a questão das fontes se enquadra em duas categorias amplas: 1) a dinâmica de poder nas relações repórter-fonte e 2) o uso de fontes na prática jornalística. Assim como a autora, também reconheço que há sobreposição entre as divisões artificiais operada pelos estudos, mesmo que cada vertente discuta mais centralmente um certo aspecto. Diante disso, destaco elementos destas duas categorias, problematizando-os com base na compreensão de que o relacionamento entre repórteres e informantes passa longe de uma simples transferência unidirecional de informações, visto que as interações e vínculos construídos congregam muitos níveis de complexidade (LASHMAR, 2019).

A relação entre repórteres e fontes se baseia em uma luta pelo poder sobre a apresentação de informações (FISHER, 2018). A natureza dessa luta envolve contexto de várias ordens, uma vez que o campo jornalístico se entrecruza com outros campos como o econômico, político, religioso e científico. Há uma gama de influências que podem afetar o nível de tensão entre fontes e jornalistas, incluindo o assunto em questão, o potencial dano à autoridade ou credibilidade de ambos os lados, a opinião pública, as mudanças nas tecnologias de comunicação e o contexto cultural e político (BRANTS; VOLTMER, 2011). Tais fatores não apenas tencionam a relação entre esses dois agentes sociais, como também implicam na forma como as dinâmicas do poder e saber e as tensões e conflitos sociais são repercutidas pelo discurso jornalístico. Numa sociedade, em que os mais diferentes tipos de poder estão estruturalmente distribuídos de maneira desigual, os interesses

dos jornalistas e das fontes compõem um aspecto fulcral da luta travada entre esses dois agentes sociais.

É comum que os cidadãos sejam representados pelas produções jornalísticas como seres acomodados, passivos e apolíticos. Nesses casos, eles são caracterizados como sujeitos que não propõem, não iniciam e nem se envolvem criticamente e profundamente com um debate, sendo, em suma, narrados como seres desprovidos da capacidade de agência (LEWIS, 2006), isto é, de interferência no mundo. Interessados em discutir as diferentes inserções dos cidadãos como fontes no jornalismo televisivo holandês, Kleemans, Schaap e Hermans (2017) identificaram que eles podem contribuir com o noticiário de maneira substantiva, afetiva ou ilustrativa. Segundo os autores, é notável que as fontes do tipo cidadão passaram a ter mais espaço no jornalismo nas últimas décadas. Contudo, as fontes populares não costumam ter “voz ativa” no debate público, sendo amplamente empregadas como meros casos de ilustração de acontecimentos, situações e temas.

A seleção e inserção das fontes no discurso jornalístico são processos marcados, em grande medida, por uma dimensão emocional. Em termos metodológicos e analíticos, a lente discursiva de Charaudeau (2010) entende a emoção “(...) como um efeito visado (ou suposto), sem nunca ter a garantia sobre o efeito produzido” (CHARAUDEAU, 2010, p.34). Tal compreensão distingue conceitualmente as emoções efetivamente vivenciadas pelos indivíduos dos estados emocionais discursivamente intencionados, mas nem sempre concretamente experienciados pelos sujeitos. Para o autor, o entendimento das emoções como partes fundamentais dos processos discursivos ainda leva em consideração o conceito de pathos, um transbordamento emocional manifesto nas relações entre os sujeitos.

Os enquadramentos do jornalismo também acionam diferentes tipos de estados emocionais. Gadret (2016) demonstrou como a emoção organiza a construção do enquadramento das reportagens de televisão. A autora evidencia que a construção discursiva da reportagem televisiva se ancora nas qualidades estéticas da TV, sendo que a emoção funciona como o eixo organizador do enquadramento sempre por meio da articulação de uma avaliação moral. Para além da constituição dos enquadramentos, as emoções também desempenham um papel importante nos modos como os frames apreendidos pelo público. Lecheler, Bos e Vliegenhart (2015) mediram como as emoções afetam a formação da opinião dos cidadãos holandeses diante dos enquadramentos jornalísticos acerca da questão da emoção. Entre outras observações, os autores notaram que o efeito do enquadramento de vitimização é marcado pela emoção positiva da compaixão, embora seja um frame que vai na direção oposta da ideia de independência e emancipação dos imigrantes.

No telejornalismo, a dimensão emocional da performance das fontes costuma ser reforçada, sobretudo, a partir da chamada grande reportagem televisiva. Embora a grande reportagem em TV conserve elementos inerentes à reportagem de atualidade (convencional, factual), Jaspers (2009) destaca características que a particularizam. A grande reportagem se distingue, sobretudo, pela sua extensão e complexidade. São produções tópicas, visto que costumam centrar-se numa situação, fenômeno ou acontecimento claramente definido. Também são intensivas na medida em que tratam os assuntos em profundidade, abordando as várias facetas dos fatos. Nesse tipo de narrativa, ainda conforme o autor, muitas vezes, o repórter possui maior liberdade de construção no que se refere à premissa, ao ângulo e às técnicas de mediação, tendo que

já tomar decisões importantes no momento da filmagem. Essa atuação mais expressiva do repórter não elimina a contribuição de outros profissionais nos processos produtivos que culminam num tipo de narrativa específico no jornalismo televisivo. Por esses fatores, a grande reportagem tende a ser não apenas mais longa e alocar mais recursos que as matérias convencionais em TV, sendo também mais criativa, original e, por vezes, trazendo um texto com tom mais pessoal (JESPERS. 2009).

Ao investigar as representações da alteridade na narrativa televisiva, Lobato (2016) defende que a grande reportagem seja pensada a partir de traços essenciais ao formato, combinando aspectos testemunhais, ficcionais, referenciais, afetivos e antropológicos. Para o autor, as cinco principais marcas da grande reportagem são: a ampliação espaço-temporal do fato social (contextualização e historicização); a construção dramática/ diegética das cenas (reforço da narratividade); o reforço da enunciação e da autoria (trabalho testemunhal); a singularização do fato por meio de personagens e histórias de vida; e o uso de técnicas e índices de ficcionalização. Analisada com base nessas características, é possível compreender que a grande reportagem não se coloca como negação ou contraposição, mas como uma expansão ou potencialização da própria notícia, em seus aspectos de narratividade e ficcionalidade (LOBATO, 2016).

Compreendo que a discussão das propriedades particulares do telejornalismo pode ser um movimento de pesquisa mais produtivo e criterioso se considerarmos a relevância dos gêneros televisivos. De acordo com Gomes (2011), o conceito de gênero televisivo oportuniza o reconhecimento da existência de relações sociais e histórias entre determinadas formas culturais e as sociedades e os períodos nos quais tais formas são praticadas. A autora entende

os gêneros como estratégias de comunicabilidade que nos permite compreender as regularidades e especificidades dos produtos jornalísticos, incluindo as ideologias, valores e normas que os constituem. Os gêneros televisivos ainda podem ser assimilados como agrupamentos categóricos de processos discursivos que atravessam textos por meio de suas interações culturais com indústrias, públicos e contextos mais amplos (MITTEL, 2004).

### **Análise: ações metodológicas e resultados da pesquisa**

Mapear e discutir criticamente o processo de valoração das vozes de classes populares no discurso jornalístico exige não somente uma discussão teórica acerca de diferentes conceitos e questões, mas também a execução de uma metodologia capaz de organizar a análise e gerar resultados relevantes para os propósitos da pesquisa. Na escolha dos objetos empíricos levei em consideração como principal fator a diversidade dos jornalísticos. Assim, selecionei três produtos enquadrados no subgênero programas de grande reportagem: *Câmera Record* (Rede Record); *Profissão Repórter* (Rede Globo) e *Caminhos da Reportagem* (TV Brasil). Optei por analisar grandes reportagens televisivas ao considerar os múltiplos potenciais deste tipo de produção jornalístico. Como subgênero, as grandes reportagens se destacam por serem altamente tópicas e intensivas (JESPER, 2009), assim como por conta da duração mais longa que possibilita o trabalho combinado de aspectos testemunhais, ficcionais, referenciais, afetivos e antropológicos (LOBATO, 2016). Cada um dos referidos programas não traz somente uma linha editorial específica, como ainda congrega elementos singulares em termos de estruturação narrativa. Antes de apresentar e justificar os episódios analisados destes programas,

descrevo brevemente as principais características dos jornalísticos selecionados como objetos empíricos.

O material que compõe o *corpus* da pesquisa passou pelo filtro de alguns critérios, em grande medida, associados aos princípios de sincronicidade e homogeneidade postuladas por Bauer e Aarts (2008). Primeiramente, atentando para a importância de o corpus expressar o padrão de um mesmo tipo de material, ou seja, assumindo o princípio da homogeneidade (BAUER; AARTS, 2008), selecionei para a análise somente grandes reportagens televisivas. Seis no total. Duas matérias dos já citados programas de grande reportagem. Apesar de cada um desses jornalísticos resguardar elementos editoriais, técnicos e estéticos singulares, todos eles também compartilham semelhanças, aspectos que são próprios da gramática televisual, especialmente, das produções em profundidade no telejornalismo. Logo, as reportagens são materiais homogêneos do ponto de vista do suporte, mesmo com as diferenças notáveis na estrutura narrativa de cada programa.

Num segundo momento de decisão acerca do *corpus*, considere apenas reportagens que foram veiculadas dentro de uma mesma década: de 2010 a 2019. Tal delimitação resulta do reconhecimento da importância do princípio da sincronicidade, isto é, das interseções históricas que conformam a materialidade empírica (BAUER; AARTS, 2008). Ao discutir a construção do *corpus* em pesquisas do campo da comunicação que analisam discursos, Bennett (2016, p. 246) explica que “não é recomendável trabalhar com materiais de épocas distintas, porque as condições de produção do discurso serão diferentes e essas diferenças estarão inscritas no discurso em análise”. Mesmo assim, segundo a autora, é possível analisar materiais de períodos históricos distintos. Neste caso, a interpretação do estudo não deve ser reduzida à uma comparação

simplicista entre as distintas unidades do corpus, sendo, então, necessária uma problematização historicizada das formações próprias de cada material.

**Tabela 1: *Corpus* da pesquisa**

ANO	PROGRAMA	EMISSORA	REPORTAGEM
2010	Profissão Repórter	Globo	Ocupação
2012	Caminhos da Reportagem	TV Brasil	Retratos da pobreza
2012	Câmera Record	Record	Famílias nas ruas
2015	Profissão Repórter	Globo	Domésticas
2018	Câmera Record	Record	Favela de palafitas
2019	Caminhos da Reportagem	TV Brasil	Filhos da rua

Fonte: autoria própria

O mapeamento das posições-sujeito ancora-se especialmente no conceito de paráfrase (ORLANDI, 2005), localizando regularidades enunciativas nos dizeres apresentados nas reportagens. Reconheço que essas posições se relacionam a determinados lugares – social e discursivo (GRIGOLETTO, 2005) –, sendo configuradas pelas formações imaginárias mobilizadas pelos sujeitos que participam das matérias, sobretudo, as fontes e os jornalistas. Além disso, tais posições estão vinculadas a certos habitus de classe, disposições internalizadas pelos sujeitos que auxiliam seus modos de pensar e agir (BOURDIEU, 2007). Após recortar as sequências discursivas, verificar as paráfrases, mapear e categorizar as posições-sujeito, relaciono esses posicionamentos a formações discursivas que expressam determinadas percepções sobre a pobreza.

As posições-sujeito resultam tanto da observação prévia das reportagens que compõem o corpus do trabalho quanto da revisão bibliográfica que discute desigualdade, classe social e pobreza, bem como as relações entre discurso e jornalismo. São elas: **Descrição (P.S-D)**: posição em que o sujeito descreve verbalmente uma situação, acontecimento ou experiência, narrando e identificando fatos, instituições e outros sujeitos; **Ilustração (P.S-I)**: posição que também possui uma dimensão descritivo-verbal, no entanto, singulariza-se pela força da dimensão visual na qual o sujeito realiza ou simula ações e comportamentos ao mesmo tempo em que narra a própria ação; **Lamentação (P.S-L)**: posição na qual o sujeito expressa algum sofrimento ou angústia, lastimando sobre suas condições de vida e obstáculos ao exercício da cidadania; **Opinião (P.S-O)**: posição em que os dizeres do sujeito julgam e apreciam outros sujeitos, práticas, acontecimentos e instituições, expressando um ponto de vista sobre a realidade; **Saber (P.S-S)**: posição que destaca o conhecimento e os saberes de um sujeito que explica, critica, pondera e avalia fatos e cenários apontando suas possíveis causas e consequências; e **Proposição (P.S-P)**: posição pela qual os sujeitos enunciam ideias a partir de enunciados sugestivos e críticos que evidenciam desejo de mudança e a responsabilidade de outros sujeitos e instituições.

As sequências discursivas possuem duas dimensões: audiovisual e verbal. Na dimensão audiovisual estão incluídas as imagens, os planos de gravação, os recursos visuais (gráficos, textos, fotos etc.), os efeitos sonoros e a edição. Apesar de também constituírem-se como “sons”, nesta pesquisa, os *offs*, passagens, cabeças, notas-pé e sonoras dos entrevistados fazem parte da dimensão verbal das reportagens. Ainda nessa segunda dimensão, estão inseridas as posições-sujeito identificadas em cada SD. Tais

dimensões são estabelecidas de acordo com os fins teórico-metodológicos da pesquisa, o que não elimina o entendimento de que a construção de sentidos se desenrola na articulação dos elementos audiovisuais e verbais. Importante ressaltar que uma sequência discursiva pode conter diferentes posições-sujeito, algo possibilitado pela própria interdiscursividade da linguagem. Nos próximos parágrafos, sintetizo os principais resultados do estudo.

O mapeamento das posições-sujeito ocupadas pelas fontes de classes populares comprova a hipótese da tese. Para além da análise sistemática das vozes, a identificação de tópicos da emoção e o reconhecimento dos papéis das fontes especializadas e autorizadas foram ações imprescindíveis para uma leitura crítica mais abrangente acerca do processo valorativo comandado pelo jornalismo. Os resultados gerais da análise (Tabela 2) evidenciam uma expressiva predominância da Posição-Sujeito Descrição (P.S-L), principal modalidade de enunciação concedido as pessoas em situação de pobreza. Em contrapartida, sobretudo, Posição-Sujeito Saber e Posição-Sujeito Proposição configuram-se como os lugares discursivos menos arranjados para os corpos pobres. Novamente, reafirmo que tais posições se cruzam no discurso jornalístico. Analiticamente, a quantificação das ocorrências de cada P.S é uma ação importante para se obter uma leitura crítica, precisa e aprofundada da valoração das vozes das fontes de classes populares.

**Tabela 2: Resultados gerais da análise**

<b>Reportagem</b>	<b>REP1</b>	<b>REP2</b>	<b>REP3</b>	<b>REP4</b>	<b>REP5</b>	<b>REP6</b>
<b>P.S</b>	%	%	%	%	%	%
P.S-D	48,79	44,21	45,83	47,66	46,73	46,66

P.S-I	25,30	17,00	25,00	24,35	16,08	19,29
P.S-L	14,45	24,50	17,85	16,06	24,12	26,66
P.S-O	6,62	8,84	6,54	8,29	8,54	11,22
P.S-S	3,01	3,40	2,38	2,59	2,01	2,10
P.S-P	1,80	2,04	3,38	1,03	3,01	1,05

Fonte: autoria própria

Apesar de a *valoração de vozes* ser uma noção aplicada de acordo com os propósitos e recortes específicos desta pesquisa, entendendo-a como um movimento discursivo que estabelece lugares, posições e papéis para os diferentes agentes do campo jornalístico: como as fontes, os repórteres e o próprio público. No que concerne à valoração de vozes das fontes de classes populares, entendo que este processo é configurado a partir do funcionamento de formações discursivas e formações imaginárias, da internalização de um *habitus* e do acionamento de emoções. As formações discursivas, perspectivas assentadas em bases ideológicas, configuram modos de o jornalismo interpretar e narrar os acontecimentos e problemáticas diversas, como os variados cenários de pobreza pautados pelas reportagens analisadas. Já as formações imaginárias se constituem como mecanismos que antecipam o lugar de si e do outro no discurso, o que possibilita que todos os sujeitos do discurso jornalístico assumam lugares, posições, modos de ser, dizer e sentir. Por sua vez, o *habitus* é outro poderoso elemento que condiciona a performance dos atores sociais do campo jornalístico, sobretudo, fontes e repórteres, uma vez que as disposições sociais naturalizam ideias e ações. Não menos importante, as emoções são componentes indissociáveis deste processo. Os diferentes estados emocionais mobilizados nas performances das fontes e dos repórteres ajudam

a construir posições-sujeito na medida em que expressam diferentes modos de perceber e reagir.

A seguir, à título de exemplificação, apresento duas sequências discursivas que evidenciam, respectivamente, a posição-sujeito mais observada (P.S.D) e a posição-sujeito menos identificada ao longo de toda a análise (P.S.P).

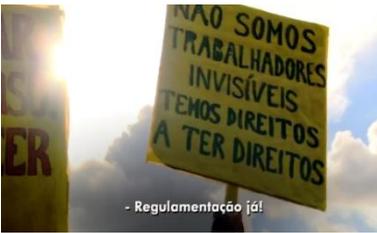
### Quadro 1: P.S.D em matéria do *Caminhos da Reportagem*

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP6 SD154		<p>(Pergunta – Repórter)</p> <p>Mas de manhã você come? Na hora do almoço você come? Ou tá comendo menos?</p>	P.S-D
REP6 SD155		<p>(Sonora – M.S – 7 anos)</p> <p>De manhã eu como, de noite eu como. E quando dão um lanche pra gente comer, arrumo uma marmita pra comer.</p>	

Fonte: autoria própria

Na sequência discursiva apresentada acima observamos a estruturação básica dos chamados dizeres descritivos, falas construídas quase sempre em resposta a perguntas objetivas e que convocam às fontes em situação de pobreza a detalhar questões e processos que marcam as privações da vida. Tal sequência discursiva foi extraída da reportagem mais recente do corpus da pesquisa é uma produção do Caminhos da Reportagem, produzida e veiculada em 2019. adolescentes entre cinco e 17 anos trabalhavam no Brasil. Essa matéria parte dessas condições de produção discursiva – elementos do âmbito social e histórico – para engendrar um discurso em que os indivíduos pobres são as principais fontes da matéria. Assim como foi constatado nas demais reportagens do corpus, o foco nos dizeres das pessoas em situação de pobreza não garante a predominância de posições mais relacionadas às esferas da opinião, proposição e saber. Já a próxima sequência discursiva exposta destaca o tipo de posicionamento menos presente nos dizeres das fontes de classes populares, considerando o conjunto geral do *corpus* da pesquisa.

### Quadro 2: P.S.P em matéria do *Profissão Repórter*

SD	Dimensão Audiovisual	Dimensão Verbal	P.S
REP4 SD22		(Cena – Domésticas)  Regulamentação já! Regulamentação já! Regulamentação já! Regulamentação já!	<u>P.S-P</u>

Fonte: autoria própria

A sequência discursiva representativa da P.S.P foi retirada de uma das edições do Profissão Repórter, mais precisamente de uma edição de 2015 que tratou do cotidiano de empregadas domésticas, sobretudo, a relação delas com os patrões. O ano em que a matéria foi veiculada é marcado por uma série de condições de produção discursiva com intenso impacto social na vida das classes populares brasileiras, especialmente no que diz respeito às trabalhadoras domésticas. Neste período, a Lei Complementar nº 150/2015 foi sancionada pela até então presidenta Dilma Rousseff. A medida ampliou os direitos de empregadas domésticas, garantindo salário mínimo, jornada de 44 horas semanais e pagamento de hora extra. Na reportagem, o trabalho doméstico é focalizado a partir de diversos recortes regionais que evidenciam diferentes níveis e tipos de desigualdade social.

Embora as empregadas domésticas ensejem opiniões e demonstrem saberes em algumas cenas da matéria, dizeres propositivos são bem menos presentes nessa reportagem. A SD22 sintetiza, trecho apresentado no começo da edição, traz dizeres voltados para a proposição, uma vez que focaliza trabalhadoras numa manifestação diante do Congresso Nacional. Na ocasião, de forma incisiva, elas pedem regulamentação da atividade profissional que desempenham. Tal posição é conformada não somente pelo que as empregadas expressam verbalmente, mas também pelo plano de gravação que enquadra cartazes também marcados por tons de crítica e reivindicação.

## **Conclusões**

A predominância das Posição-Sujeito Descrição (P.S-D), Posição-Sujeito Lamentação (P.S-L) e Posição-Sujeito Ilustração (P.S-

I), assim como as limitações observadas nas Posição-Sujeito Opinião (P.S-O); Posição-Sujeito Saber; e Posição-Sujeito Proposição (P.S-P) sustentam vozes e sentidos que interpretam a desigualdade social por um horizonte discursivo pouco ou nada questionador das raízes da problemática em questão. Há um apagamento das relações entre classe social, raça, gênero e outros marcadores sociais da diferença como fatores estruturantes da desigualdade social brasileira, dimensões brevemente expressas, sobretudo, em trechos das produções do Caminhos da Reportagem. A compreensão crítica da categoria da classe social e o seu cruzamento com outros marcadores sociais da diferença são questões com baixíssima força mesmo nas perspectivas ideológicas preeminente em grandes reportagens televisivas, espaço com notável potencial problematizador de questões públicas.

Reconhecer o processo valorativo das fontes de classes populares no discurso jornalístico sobre a pobreza me permitiu constatar a falta de compreensão das contradições e privilégios históricos que se reproduzem de modo simbólico, mas também material. O entendimento de que o Brasil é dividido em classes sociais e que tal cisão resulta de injustas assimetrias em termos de distribuição e concentração de renda é um sentido praticamente nulo nas construções discursivas das reportagens. Nas produções analisadas predomina uma política do silêncio (ORLANDI, 2010), reiterados discursos que desconsideram a acumulação de bens simbólicos e materiais por outras classes, campos e setores, o que fortalece uma construção de sentidos que isola a discussão sobre riqueza quando se fala de pobreza.

Por fim, enfatizo que em grande parte do processo valorativo das vozes das fontes, especialmente das classes populares, as posições-sujeito cedidas e interditas pelo jornalismo estão

diretamente vinculadas ao diálogo estabelecido entre repórter e fonte, visto que o discurso é sempre resultado de uma relação intersubjetiva que mobiliza sujeitos e constrói sentidos. Constatar isso, a meu ver, é um indicativo da necessidade de mais pesquisas que analisem criticamente o ato da entrevista, observando mais de perto como jornalistas interpelam e questionam suas fontes. Certas perguntas podem estimular determinadas respostas, do mesmo modo que a ausência de algumas questões pode limitar dadas posições. Ademais, não é acessório ressaltar que a valoração das vozes das fontes, sejam de classes populares ou não, também resguarda fortes vínculos com os rituais de seleção da pauta (definição de “cases” e “personagens”), organização de roteiros e edição final. A valoração de vozes, movimento discursivo inerente ao jornalismo, pode ser percebida, repensada e reconfigurada no interior de uma prática jornalística que almeje ser empática em suas tentativas de aproximação do “Outro”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENETTI, Marcia. Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação. *In*: MOURA, Cláudia Peixoto de Moura; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (Org.) **Pesquisa em comunicação – métodos e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2016.

BAUER, Martin ; AARTS, Bas. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. *In*: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (Orgs). **Pesquisa qualitativa com texto**,

**imagem e som: um manual prático.** 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 39-63.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento.** São Paulo: Edusp; Porto Alegre, RS: Zouk, 2007.

BRANTS, Kees; VOLTMER, Karin. (2011). Introduction: Mediatization and decentralization of political communication. In BRANTS, Kees. VOLTMER, Karin. (Eds.), **Political communication in postmodern democracy** (pp. 1–16). Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan. 2011.

FISHER, Caroline. News sources and journalist/source interaction. In: Ornebring, H (ed.) **Oxford Encyclopedia of Communication (Journalism).** New York: Oxford University Press. 2018.

CERQUEIRA, Monique Borba. **Pobres, nômades e incivilizáveis: potência e criação dos novos modos de vida.** 2006. 167f. Tese (Doutorado em Políticas Sociais e Movimentos Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade. In: MENDES, Emília; MACHADO, Ida Lúcia (Org.). **As emoções no discurso.** v. II. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2010. p. 23-56.

DEMO, P. **Pobreza Política.** São Paulo-SP: Cortez, 1988.

GADRET, Débora L. **A emoção na reportagem de televisão: as qualidades estéticas e a organização do enquadramento.** Tese

(Doutorado em Comunicação e Informação). Porto Alegre: UFRGS, 2016.

GOMES, Itania Maria Mota (org.). **Gêneros televisivos e modos de endereçamento no telejornalismo**. Salvador: EDUFBA, 2011.

GRIGOLETTO, Evandra. **O discurso de divulgação científica: um espaço intervalar**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2005.

LASHMAR, Paul. Sources and Source Relations. In: VOS; Tim P; HANUSCH, Folker (org.) **The International Encyclopedia of Journalism Studies**. New York: Editora John Wiley & Sons, 2019.

LECHELER, Sophie. BOS, Linda. VLIEGENTHART, Rens. The Mediating Role of Emotions: News Framing Effects on Opinions about Immigration. *Journalism & Mass Communication Quarterly* 92 (4): 812–838. 2015.

LEWIS, Justin. **News and the empowerment of citizens**. *European Journal of Cultural Studies* 9(3): 303–319. 2006.

LOBATO, José Augusto Mendes. Jornalismo e narratividade em sintonia: um percurso teóricoconceitual pelos elementos da grande reportagem. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v.13, nº 2, 2016.

JESPERS, Jean-Jacques. **Journalisme de télévision: enjeux, contraintes, pratiques**. De Boeck, 2009.

KLEEMANS, Mariska. SCHAAP, Gabi. HERMANS, Liesbet. **Citizen Sources in the News: Above and Beyond the Vox Pop?** Journalism 18 (4): 464–481. 2017.

MITTELL, Jason. **Genre and television: from Cop Shows to Cartoons in American Culture.** New York: Routledge, 2004.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos.** 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

ORLANDI, Eni. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos.** Campinas: Ed. Unicamp, 2010.

SILVA, Maria O.S. Desigualdade, pobreza e programas de transferência de renda na América latina. Editorial. São Luís. **Revista de Políticas Públicas.** V.13. n.2. p. 157 a 159. jul./dez. 2009.

SOUZA, Jessé. **A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

## **SOBRE AS ORGANIZADORAS, A PREFACIADORA E OS(AS) AUTORE(A)S**

### **ORGANIZADORAS**

#### **Lêda Rodrigues Vieira**

Mestra em História do Brasil (2010) e Graduada em Licenciatura Plena em História (2007), ambos pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutoranda em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos-São Leopoldo-RS) com projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI). Professora Assistente II da Universidade Estadual do Piauí (UESPI/Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira). Desenvolve pesquisa sobre o processo de constituição da viação férrea no Piauí, as relações de trabalho e lazer praticados por ex-ferroviários da extinta Rede Ferroviária Federal S. A., antiga Estrada de Ferro Central do Piauí, bem como, sobre o patrimônio industrial ferroviário piauiense. Líder do Núcleo de Pesquisa e Estudos em Cidade, Memória e Patrimônio (NUPECIMP) cadastrado no diretório dos núcleos de pesquisa do CNPq. Atua como Coordenadora Adjunta do GT História, Cidades e Memória da Associação Nacional de História – Seção Piauí.

E-mail: [ledarodrigues@phb.uespi.br](mailto:ledarodrigues@phb.uespi.br)

Orcid: <https://orcid.org/0009-0001-7567-5550>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0766516852082037>

#### **Nilsângela Cardoso Lima**

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2014), Doutoranda em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Mestra em História do Brasil pela

Universidade Federal do Piauí (2007), Especialista em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2005) e Graduada em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (2002). Professora do Curso de Comunicação Social-Habilitação em Jornalismo da Universidade Federal do Piauí; Professora Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (PPGHB/UFPI). Coordenadora do Núcleo de Pesquisa Mídia, História e Tecnologias (NUMIHTEC) e do Grupo de Pesquisa Jornalismo, Mídia, História e Poder (JOMI-HIP). Realiza pesquisa na área de História, Comunicação e Jornalismo, com ênfase em História da Mídia e do Jornalismo, Práticas jornalísticas, Memória, Mídia e Poder.

E-mail: [nilsangelacardoso@ufpi.edu.br](mailto:nilsangelacardoso@ufpi.edu.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9858-3838>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8291608655055206>

## **PREFACIADORA**

### **Eliane Cristina Deckmann Fleck**

Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos, São Leopoldo, RS, Brasil) e Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, Porto Alegre, RS, Brasil), com a Tese *“Sentir, adoecer e morrer - sensibilidade e devoção no discurso missionário jesuíta no século XVII”*. É Bolsista de Produtividade do CNPq (Pq 2) e Professora Visitante da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Integra a Rede de investigadores da Sociedade Internacional de Estudos Jesuíticos e a Rede Brasileira de Estudos em História Moderna - H-Moderna. É filiada à Associação de Brazilianistas na Europa, à Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História da América, à

Sociedade Brasileira de História da Ciência e à Associação Nacional de História - Brasil. Integra, ainda, os Grupos de Pesquisa - CNPq “*Jesuítas nas Américas*” e “*Imagens da Morte: morte e morrer no mundo ibero-americano*”. Coordena, desde 2017, o projeto de cooperação interinstitucional “*Na doença e na cura: as enfermidades, os homens e as instituições (Portugal e América luso-espanhola entre os séculos XVII e XIX)*” firmado com a Universidade do Minho, Braga, Portugal, e, desde outubro de 2018, o projeto de cooperação interinstitucional “*Escritoras e escritores de Portugal e Brasil da Idade Moderna a 1900: religião, ciência, educação e gênero*” firmado com a Universidade de Coimbra, Portugal. Atua nas áreas de História da América e História do Brasil, privilegiando temas relacionados à História da Saúde e das Doenças, à História das Ciências e à História das Religiões e das Religiosidades.

E-mail: [ecdbleck@gmail.com](mailto:ecdbleck@gmail.com)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7525-3606>

Researchgate: <https://www.researchgate.net/profile/Eliane-Fleck>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8304454301957911>

## **AUTORE(A)S**

### **Alcebíades Costa Filho**

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense – UFF (2010), Mestre em Educação pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (2002). Graduado em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí - UFPI (1982). É Professor Adjunto II do Curso de História da Universidade Estadual do Piauí - UESPI e da Universidade Estadual do Maranhão - UEMA. Professor do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Sociedade e Cultura - PPGSC/UESPI - Campus Poeta Torquato Neto. É associado à

ANPUH (Associação Nacional de Profissionais de História). Membro do Núcleo de Documentação e Estudos em História, Sociedade e Cultura - NEHST/UESPI e do Núcleo de Estudos em Memória e Acervo - NEMA/UESPI. Membro do Conselho Editorial Nacional da Revista Multidisciplinar *Terra de Pretos*, do Conselho Consultivo da Revista *Vozes*, *Pretérito e Devir* (Qualis B3) e do Conselho Científico da Revista *Humana Res*. Ganhador do concurso literário *Novos Autores: prêmio cidade de Teresina - 2006*. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: *Escravidão, História do Piauí, História e Literatura, Historiografia, História da Educação, História da Alimentação*.

E-mail: [alcebiades@cchl.uespi.br](mailto:alcebiades@cchl.uespi.br)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6863899842245877>

### **Alcília Afonso de Albuquerque e Melo**

Possui doutorado em *Projetos Arquitetônicos* pela ETSAB/UPC na Espanha (2006), convalidado no Brasil pela UFRGS, mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco / UFPE (2000), sendo especialista em *Arte e Cultura Barroca* pela UFOP/ MG (1986), em *Conservação Urbana* pelo CECI/MDU/ UFPE (1998), e graduada em *Arquitetura* pela Universidade Federal de Pernambuco/ UFPE (1983). Obteve o DEA/ Diploma de Investigadora Europeia em 2004, pela ETSAB/ UPC. Professora visitante durante duas estadias (2010 e 2011), no programa de doutorado em *projetos arquitetônicos* na ETSAB/ UPC de Barcelona, realizando investigação pós-doutoral sobre "*Projetos de habitação econômicos modernos brasileiros*" com bolsa da *Fundación Carolina*, Governo espanhol. É professora aposentada da UFPI, associada nível 4 do curso de *Arquitetura e Urbanismo* do Centro de Tecnologia da

UFPI/ Universidade Federal do Piauí e foi vice-diretora do Centro de Tecnologia/ UFPI, de abril de 2010 até abril/ 2014. É professora Adjunta da Universidade Federal de Campina Grande/ UFCG, Paraíba, desde 2015. É membro expert do CIPA Heritage Documentation, coordenadora do comitê nacional de documentação do ICOMOS Brasil e Coordenadora geral do DOCOMOMO Brasil na gestão 2022/2023. Faz parte de redes internacionais de pesquisa, tais como: GRUPO FORM da ETSAB/UPC/ Barcelona/ Espanha; INCUNA em Gijón/ Astúrias/ Espanha; e na Faculdade de arquitetura e urbanismo da Universidade de Veracruz/México. Atua também como pesquisadora, palestrante em instituições universitárias e profissionais, realizando webinars, exposições, entre outras atividades culturais e educativas.

E-mail: [kakiafonso@hotmail.com](mailto:kakiafonso@hotmail.com)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8112311200151943>

### **Cícero de Brito Nogueira**

Graduado em Arte pela Universidade Federal do Piauí (2004). Mestre em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2010). Doutorando em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS – RS). Tem experiência na área de Artes, com ênfase em Cultura, atuando principalmente nos seguintes temas: história, composição, arte, estética e quadrinho.

E-mail: [cicero@ufpi.edu.br](mailto:cicero@ufpi.edu.br)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5521233314318223>

### **Conceição de Maria Sousa Batista Costa**

Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Federal do Piauí. Mestrado e Doutorado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí. Exerce atualmente a profissão de Assistente

Social junto à Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Direitos Humanos (SASC) do Estado do Piauí. Tem experiência com as temáticas: campesinato, organização do campo e questão agrária.

E-mail: ceica\_batista28@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8401677956371334>

### **Cristiane Portela de Carvalho**

Doutora em Comunicação pela Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Docente do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Integra o Núcleo de Pesquisas em Mídia, História e Tecnologias (NUMIHTEC), do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí.

E-mail: crisportela14@yahoo.com

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3741922411791241>

### **Elaine Cristine Souza Silva**

Mestra em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (PPG-COM/UFPI). Especialista em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Santo Agostinho (FSA). Integra o Núcleo de Pesquisas em Mídia, História e Tecnologias (NUMIHTEC), do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Piauí.

E-mail: ecristines@yahoo.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9315453437735137>

### **Fernando Bagiotto Botton**

Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná, com Estágio de Doutorado Sanduíche na Universidad de Buenos Aires (UBA) (PDSE/CAPES). Professor Adjunto II (DE) e Coordenador

do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual do Piauí (Campus Alexandre Alves de Oliveira - Parnaíba-PI). Pós-doutor em História e Regiões pelo PPGH da UNICENTRO-Irati. Professor Credenciado e membro do colegiado do Mestrado Profissional em História (ProfHistória - UESPI Parnaíba) - Linha; Linguagens e Narrativas Históricas: Produção e Difusão. E-mail: fernandobotton@phb.uespi.br  
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0323206872397325>

### **Gabriel Alves dos Santos**

Pesquisador bolsista CNPq pelo Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC). Graduando em Licenciatura em História pela Universidade do Estado do Rio grande do Norte (UERN). E-mail: gabrielalves@alu.uern.br  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3158-6043>  
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4986834005216819>

### **Lívia Moreira Barroso**

Professora do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), campus de Teresina/PI. Doutora (UFMG) e mestra (UFPB) em Comunicação. Jornalista (UESPI) e historiadora (UFPI). Pesquisa temas relacionados aos conceitos de cotidiano, representação, sociabilidade e interação dos sujeitos que vivem no rural com o rádio e a televisão. E-mail: liviabarroso89@gmail.com  
Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0942356919300357>

### **Marylu Alves de Oliveira**

Possui doutorado em História Social pela Universidade Federal do Ceará e pós-doutorado no Programa em História da Universidade Federal do Ceará. Atuou como coordenadora de Tutoria do Centro de Educação à distância no curso de História (UFPI). Atualmente desenvolve o projeto de pesquisa: Os lugares mais sombrios – As representações sobre a ditadura militar brasileira (1964-1984) e as construções de conceitos políticos nas obras *A noite da espera* e *Pontos de fuga* de Milton Hatoum. Coordenadora do Grupo de Estudos em História, Literatura e Política. Líder do Grupo de Pesquisa do CNPq HISTÓRIA POLÍTICA, TEATRO E MÚSICA, pesquisadora dos grupos: Grupo de Estudos de América Latina e Núcleo Antônio Candido de Estudos de Literatura e Sociedade. Desenvolve estudos acerca das seguintes temáticas: Cultura Política, Anticomunismo, Partidos Políticos, PTB, Trabalhismo, Trabalho, Ditadura militar, América Latina e a relação entre a produção literária e a política. Professora efetiva do curso de História da Universidade Federal do Piauí desde 2009.

E-mail: [marylu@ufpi.edu.br](mailto:marylu@ufpi.edu.br)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6016577947032690>

### **Núbia de Andrade Viana**

Professora do curso de Bacharelado em Moda, Design e Estilismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Graduada em Licenciatura Plena em Educação Artística pela UFPI (2006). Especialista em História Cultural pela UFPI (2008). Mestra em Comunicação pela UFPI (2013). Doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS-RS).

E-mail: [nubiandrade@ufpi.edu.br](mailto:nubiandrade@ufpi.edu.br)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3321522243275225>

**Paulo Augusto Tamanini**

Licenciado em Filosofia pela UNIFEBE (1991). Licenciado em História pelo Centro Universitário Claretiano. Especialista em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UESC). Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pós-Doutor em História pelo Programa Nacional de Pós-Doutorado CAPES/UFPR. Professor Permanente no Programa de Pós-Graduação em Ensino (UFERSA/UERN/IFRN). Coordenador do Grupo de Pesquisa: Imagens e Ensino. percepções, métodos e fontes (CNPq/UFERSA). Professor Pesquisador do Grupo de Pesquisa Literatura, Tecnologias e Novas Linguagens (CNPq/UERN). Suas pesquisas versam sobre o Ensino de História e a cultura visual nos livros didáticos; as imagens como modalidades textuais e de significação para o Ensino de História; Capacitação dos professores de História para a leitura de imagens; Ensino por meio das tecnologias digitais.

E-mail: professor@tamanini.com.br

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2405551882781242>

**Raniel das Flôres Canuto**

Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí. Especialista em Docência do Ensino Superior pelo Centro Universitário SENAC-SP (2020). Graduado em Jornalismo pelo Instituto de Educação Superior Raimundo Sá (2010). Área de estudo e pesquisa em História da Comunicação e do Jornalismo, memória, mídia e poder. Experiência profissional em Assessoria de Comunicação; Comunicação e movimentos sociais; Mobilização social; Cooperativismo; Associativismo; Mercado de trabalho; Rádio; Comunicação e educação; Mídias sociais e Eventos esportivos.

E-mail: raniel@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0350-7857>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5909302414041660>

### **Rafael Rangel Winch**

Doutor em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), onde também se graduou em Comunicação Social - Jornalismo. Professor Substituto do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Atualmente participa dos seguintes grupos de pesquisa: TRANSVERSO - Estudos em Jornalismo, Interesse Público e Crítica (UFSC) e Jornalismo, Cultura e Sociedade (UFSC), certificados pelo CNPq. Já integrou os grupos de pesquisa Estudos de Jornalismo (UFSM) e Crítica de Mídia e Práticas Culturais (USP), também certificados pelo CNPq. Possui experiência profissional como repórter em televisão e rádio e ainda como redator de conteúdo para veículos do ambiente digital. Já colaborou com os jornais Nexo Jornal e Sul21, revista Prisma e Rede TVT. Por quatro anos foi bolsista do Programa de Educação Tutorial de Comunicação Social (PETCOM) e integrante do projeto de extensão e radiojornal Ecolândia, ambos vinculados à UFSM. Principais temáticas de interesse: Teorias do Jornalismo, Webjornalismo, Telejornalismo e Jornalismo de revista.

E-mail: [rangelrafael16@hotmail.com](mailto:rangelrafael16@hotmail.com)

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7205960143636288>

### **Vanusa Maria Gomes Noronha Medeiros**

Mestra em Ensino de Ciências Sociais e Humanas pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino- POSENSINO (2022), uma associação entre UERN/ UFERSA/IFRN. Especialista em Psicologia

Escolar e da Aprendizagem pela PÓS-FIP (2010). Graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (2005). Atualmente é professora da rede estadual de ensino, atuando no fundamental menor. Tem experiência na área de Educação, com ênfase em Ensino Fundamental, nas áreas de linguagens e ciências humanas.

E-mail: [vanusa.noronha@yahoo.com.br](mailto:vanusa.noronha@yahoo.com.br)

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5113-8518>

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4624350829751372>



Para saber mais sobre nossos títulos e autores, visite nosso site:



[editora.uespi.br](http://editora.uespi.br)

<i>Formato</i>	14,8 x 21,0 cm
<i>Margens</i>	
<i>superior/inferior</i>	2,5 x 2,5 cm
<i>interna/externa</i>	2,0 x 1,5 cm
<i>Fonte</i>	Palatino Linotype

Intitulada Histórias, Narrativas e Trajetórias Sociais, a coletânea reúne ao longo de doze capítulos um conjunto de pesquisas da área da História, Comunicação, Educação, Arquitetura, Políticas Públicas sobre distintos sujeitos sociais e contextos históricos. Do período colonial à contemporaneidade, há Histórias e Memórias analisadas por pesquisadores e pesquisadoras que se interessam pela temática do patrimônio, política, saúde, ensino, jornalismo, mídia, sertão, dentre outras. Cada um, a seu modo, traz uma abordagem metodológica e um arsenal teórico que ajuda a refletir sobre o objeto de estudo proposto.

Divididas em duas partes, a primeira reúne seis capítulos que versam sobre o conceito de memória e trajetórias sociais; enquanto a segunda discute os processos históricos e narrativas midiáticas. A coletânea Histórias, Narrativas e Trajetórias Sociais, por sua vez, tem caráter interdisciplinar e abriga textos escritos pelas mãos de pesquisadores e pesquisadoras de diferentes regiões do Brasil. Assim, ao folhear a coletânea, tal como o movimento das dobradiças que possibilitam a abertura das portas fechadas, o leitor terá acesso a cada um dos capítulos conhecendo as Histórias, Memórias, Narrativas e Trajetórias sociais materializadas em suas páginas.

